

Relatório de Gestão

DEB 2009 – 2014

Volume II

Sumário Volume 2

2. FORMAÇÃO CONTINUADA	1
2.1. PROGRAMA NOVOS TALENTOS	3
2.1.1. <i>Princípios pedagógicos e objetivos do programa Novos Talentos</i>	4
2.1.2. <i>Referências legais</i>	5
2.1.3. <i>Participantes</i>	5
2.1.4. <i>Financiamento</i>	6
2.1.5. <i>Resultados do Programa Novos Talentos: números e impactos</i>	6
2.1.6. <i>Acompanhamento do Programa</i>	9
2.1.7. <i>I Encontro de Coordenadores do Programa Novos Talentos</i>	10
2.1.8. <i>Perspectivas para 2015</i>	11
2.2. PROGRAMA DE CONSOLIDAÇÃO DAS LICENCIATURAS - PRODOCÊNCIA.....	13
2.2.1. <i>Princípios pedagógicos e objetivos do Prodocência</i>	13
2.2.2. <i>Referências legais</i>	15
2.2.3. <i>Participantes</i>	15
2.2.4. <i>Financiamento</i>	15
2.2.5. <i>Principais impactos do programa</i>	20
2.2.6. <i>Atividades de acompanhamento desenvolvidas em 2014</i>	25
2.2.7. <i>Resultados da avaliação externa do Prodocência: alguns aspectos gerais</i>	27
2.2.8. <i>Seminário do Prodocência</i>	30
2.2.9. <i>Perspectivas do Prodocência para 2015</i>	30
2.3. COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA: O PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL PARA PROFESSORES - PDPP	33
2.3.1. <i>Objetivos das ações de Cooperação Internacional</i>	34
2.3.2. <i>Financiamento</i>	34
2.3.3. <i>Dados consolidados do período 2010 a 2014</i>	34
2.3.4. <i>Cooperação Internacional: Programa de Desenvolvimento Profissional de Professores de Inglês – PDP-I</i> 36	
2.3.5. <i>Programa Ensino de Inglês como uma Língua Estrangeira</i>	39
2.3.6. <i>Programa de Desenvolvimento Profissional de Professores de Alemão – PDP- A</i>	40
2.3.7. <i>Desenvolvimento Profissional de Professores de Francês – PDPF</i>	42
2.3.8. <i>Desenvolvimento Profissional de Professores de Física – PDPFís</i>	43
2.3.9. <i>Programa de Desenvolvimento Profissional para Professores de Matemática - França</i>	45
2.3.10. <i>Programa de Desenvolvimento Profissional para Professores em Portugal</i>	46
2.3.11. <i>Programa de Mobilidade para Gestores Escolares no Reino Unido, 2014</i>	49
2.3.12. <i>Programa de Apoio ao Setor Educacional do Mercosul - PASEM</i>	50
2.3.13. <i>Programa Iberoamericano de Mobilidade de Docentes e Rede Mercosul de Mobilidade de Docentes – Capes/OEI</i>	58
2.3.14. <i>Cooperação Técnica entre a Capes e o Instituto Universitário de Educação de Cabo Verde</i>	59
2.3.15. <i>Acompanhamento dos egressos da Cooperação Internacional, 2014</i>	62
2.3.16. <i>Perspectivas para 2015</i>	66
2.4. PROGRAMA RESIDÊNCIA DOCENTE	69
2.4.1. <i>Princípios pedagógicos do Programa Residência Docente</i>	70
2.5. FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DAS OLIMPIADAS DE MATEMÁTICA E QUÍMICA	75
2.5.1. <i>Formação decorrente da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas - OBMEP</i> ..	75
2.5.2. <i>Formação dos Medalhistas da Olimpíada Nacional de Química</i>	77
2.6. PROJETOS ESPECIAIS DE APOIO À EDUCAÇÃO BÁSICA	79
2.6.1. <i>Rede Nacional de Educação e Ciência - RNEC</i>	83

2.6.2.	<i>Programa de Formação Continuada de Professores em Pesquisa-Ação para Melhoria da Qualidade da Educação Básica Articulada com os Arranjos Produtivos no Estado de Alagoas - Fapeal.....</i>	<i>93</i>
2.6.3.	<i>Programa de integração da ciência, tecnologia e inovação com a educação básica- pontos de CTI-EB – Fapern</i>	<i>94</i>
3.	FORMAÇÃO ASSOCIADA À PESQUISA	97
3.1.	OBSERVATÓRIO DA EDUCAÇÃO	99
3.1.1.	<i>Diretrizes do Obeduc.....</i>	<i>100</i>
3.1.2.	<i>Referências legais</i>	<i>101</i>
3.1.3.	<i>Financiamento</i>	<i>102</i>
3.1.4.	<i>Resultados do Observatório da Educação: números e impactos</i>	<i>103</i>
3.1.5.	<i>Os números do Obeduc vigentes em 2014.</i>	<i>104</i>
3.1.6.	<i>Principais impactos do Obeduc.....</i>	<i>108</i>
3.2.	OBSERVATÓRIO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA	143
3.2.1.	<i>Princípios pedagógicos e objetivos do Observatório da Educação Escolar Indígena.....</i>	<i>143</i>
3.2.2.	<i>Referências legais</i>	<i>144</i>
3.2.3.	<i>Participantes.....</i>	<i>145</i>
3.2.4.	<i>Financiamento</i>	<i>145</i>
3.2.5.	<i>Resultados do Observatório da Educação Escolar Indígena</i>	<i>145</i>
3.2.6.	<i>Seminário do Observatório da Educação Escolar Indígena 2011</i>	<i>148</i>
3.2.7.	<i>Projeção para 2015.....</i>	<i>148</i>
3.3.	PROGRAMA DE APOIO À FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS NO CAMPO DAS COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS (CSE) ..	151
4.	DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA	161
5.	OUTRAS INFORMAÇÕES DA DEB	173
6.	ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS	179
7.	NOVOS PROGRAMAS EM ANÁLISE NA DEB	187
8.	ORÇAMENTO.....	191
9.	DESAFIOS DA DEB.....	219

2. *FORMAÇÃO CONTINUADA*

A educação continuada está explicitada na Meta 16 do PNE que determina formar, “em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência do PNE, e garantir a todos(as) os(as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação...”.

Para a DEB, a formação continuada - nela incluída a extensão - responde à necessidade contemporânea de pensar a formação profissional em um continuum que se estende ao longo da vida e ancora-se não só no dever do Poder Público de dar oportunidade de formação, como também na capacidade de aprender a aprender e gerenciar o próprio desenvolvimento profissional de forma autônoma.

Assim, a concepção de formação continuada induzida e fomentada pela diretoria leva em conta (a) os problemas e os desafios da escola e do contexto onde ela está inserida; (b) a necessidade de acompanhar a inovação e a evolução do conhecimento, da ciência e da tecnologia; (c) o respeito ao protagonismo do professor e a um espaço-tempo que lhe permita refletir criticamente e aperfeiçoar sua prática e (d) o diálogo entre escola pública, cursos de formação, programas de pós-graduação e rede pública de educação básica.

2.1. Programa Novos Talentos



O documento intitulado “O ensino de ciências e a educação básica: propostas para superar a crise”, produzido pela Academia Brasileira de Ciências, entre outras propostas que visam ao aprimoramento da educação básica, indica a necessidade de que sejam criados mecanismos de iniciação às Ciências complementares à educação formal.

Esse é exatamente o propósito do “Programa de Apoio a Projetos Extracurriculares: Investindo em Novos Talentos da Rede Pública para Inclusão Social e Desenvolvimento da Cultura Científica”, resumidamente denominado **Programa Novos Talentos**, que visa à realização de atividades extracurriculares para alunos e professores das escolas da rede pública de educação básica. Tais atividades devem ocorrer no período de férias e/ou em horário que não interfira na frequência escolar, valorizando espaços inovadores, como as dependências das universidades, laboratórios e centros avançados de estudos e pesquisas, museus e outras instituições.

As atividades devem aproximar a graduação e a pós-graduação das escolas públicas, contemplando o currículo da educação básica e articulando-o com perspectivas educacionais, científicas, culturais, sociais ou econômicas (arranjos produtivos locais) inovadoras, contribuindo para enriquecer a formação de alunos e docentes.

O Programa Novos Talentos foi inspirado na *Rede Nacional de Educação e Ciências*, criação do Prof. Dr. Leopoldo de Meis, da UFRJ, já que uma das estratégias da Capes para formular e apoiar programas é buscar inspiração em projetos bem sucedidos, valorizando a criatividade de educadores, pesquisadores e cientistas pioneiros, otimizando recursos públicos, mobilizando novos atores e ampliando o potencial transformador de boas práticas.

No programa da Capes, as atividades incentivam o ensino de ciências e demais componentes curriculares, buscando o desenvolvimento de talentos, o gosto por aprender e a curiosidade intelectual. O Programa possui uma vertente de extensão, mas também uma forte ligação com o desenvolvimento de pesquisas, tendo em vista que as atividades desenvolvidas nos projetos configuram-se como campo para a realização de investigações e estudos na área de educação.

A instituição participante apresenta à Capes um projeto que poderá ser de uma disciplina/área, interdisciplinar ou transdisciplinar. O projeto pode ser dividido em até 4 (quatro) subprojetos, com no mínimo 3 atividades cada. O grupo proponente deve elaborar uma proposta pedagogicamente consistente e inovadora, e garantir o envolvimento dos programas de pós-graduação e/ou cursos de graduação na promoção, coordenação, execução e garantia do padrão de qualidade das atividades desenvolvidas.

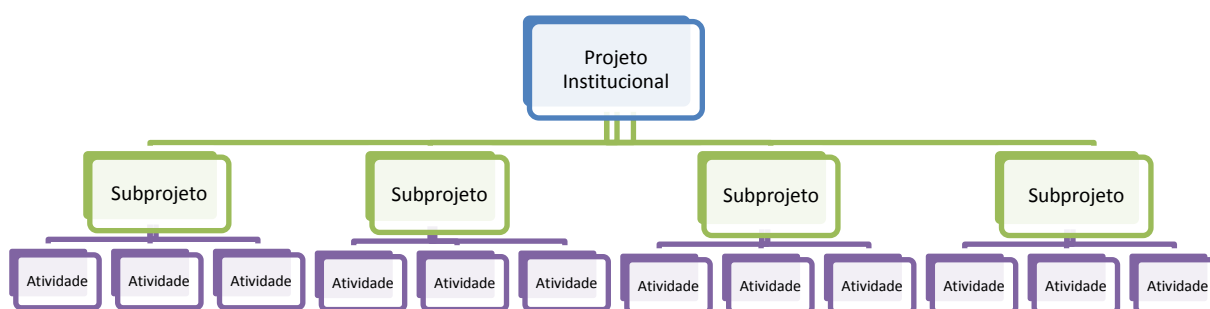


Figura 39. Organização do Programa Novos Talentos nas Instituições

Nas próximas edições, o Programa Novos Talentos deve articular-se com os programas Escolas de Tempo Integral, Ensino Médio Inovador e Mais Educação para que as atividades contribuam para a ampliação da jornada escolar embasada em uma intencionalidade pedagógica capaz de efetivamente construir a cultura de tempo integral nas escolas públicas do País.

2.1.1. Princípios pedagógicos e objetivos do programa Novos Talentos

O programa Novos Talentos tem como base o estreitamento das relações entre a universidade e os estudantes da educação básica, na busca de se ampliar a cultura científica praticada nos centros de pesquisa e instituições de ensino superior em geral. Nesse sentido, Schwartzman e Christophe¹ (2010) apontam que um bom programa de ensino de Ciências precisa desenvolver na criança e no jovem:

- a atitude científica, que é a capacidade de observar os dados do mundo natural e fazer inferências a partir das observações;
- a capacidade de trabalhar em grupo para conseguir aprender a gerar um diálogo constante entre as pessoas e destas com os dados e observações do mundo real;
- o entendimento dos conteúdos específicos das diferentes disciplinas científicas;
- o entendimento da ciência e tecnologia como um fenômeno social, ou seja, criar a capacidade de avaliar de modo crítico e reflexivo os conhecimentos e produtos científicos gerados por nossa sociedade.

São objetivos principais do Programa Novos Talentos:

- a) tornar o conhecimento científico acessível a professores e estudantes da educação básica da Escola Pública, aproximando-o de seu cotidiano e visando à transformação da realidade;

¹ SCHWARTZMAN, S.; CHRISTOPHE, M. A educação em ciências no Brasil. Instituto de estudos do trabalho e sociedade. Rio de Janeiro. 2010.

- b) capacitar professores e estudantes a prosseguirem com seu aprendizado, de modo continuado, contribuindo para uma formação que responda às demandas da sociedade moderna, do mercado de trabalho e do exercício pleno da cidadania;
- c) estimular programas das escolas públicas que levem à melhoria das condições de aprendizagem e à socialização dos jovens, favorecendo sua promoção e integração social;
- d) despertar vocações em estudantes de baixa renda para carreiras tecnológicas e científicas, propiciando sua preparação para o acesso nos cursos das IES públicas;
- e) capacitar professores da rede pública com vistas ao seu desenvolvimento profissional, contribuindo para a elevação do padrão de qualidade da educação básica;
- f) incentivar a produção de metodologias, estratégias e materiais didáticos inovadores, visando à melhoria das condições de aprendizagem da língua materna e das ciências, em articulação com a realidade local, regional e global;
- g) viabilizar maior interação entre o meio acadêmico - notadamente estudantes de graduação, pós-graduação, grupos e centros de estudos e pesquisas com as escolas públicas de educação básica.

2.1.2. Referências legais

- [Portaria nº 112](#), de 02 de junho de 2010, publicada no DOU nº 105, Seção 1, pág. 8, em 04/06/2010: dispõe sobre Programa Novos Talentos
- [Edital CAPES nº 33/2010](#), de 04/06/2010, publicado no DOU nº 105, Seção 3, pág. 36.
- [Portaria nº 173](#), de 06 de dezembro de 2012, publicado no DOU no. 237, Seção 1, pág. 10, em 10/12/2012: dispõe sobre o [Regulamento do Programa Novos Talentos](#).
- [Edital CAPES nº 55/2012](#), de 11 de dezembro de 2012, publicado na Seção 3.

2.1.3. Participantes

Os participantes do Programa Novos Talentos são as Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES), organizadas em grupos, estes constituídos por docentes-pesquisadores e denominado de Grupo Proponente. Cada IPES pode apresentar um único projeto, exceto as que são *multicampi*, que podem submeter um projeto por *campus*. O projeto enviado à CAPES poderá ser restrito a uma disciplina/área ou englobar um conjunto de disciplinas/áreas, podendo este ser dividido em até 4 (quatro) subprojetos (com no mínimo 3 atividades cada). O grupo proponente deve garantir a responsabilidade dos programas de pós-graduação e/ou de seus cursos de graduação em promover, coordenar, executar e garantir o padrão de qualidade das atividades a serem desenvolvidas. As IES participantes encontram-se no **ANEXO VI** deste Relatório.

Também integram o projeto institucional as escolas da rede pública onde atuam os professores e os alunos selecionados para as atividades extracurriculares.

2.1.4. Financiamento

O Programa Novos Talentos apoia duas modalidades de atividades extracurriculares (cursos, oficinas ou propostas equivalentes), com aproximadamente 40 horas cada:

- atividades destinadas a alunos de escolas públicas de educação básica,
- atividades destinadas a professores de escolas públicas de educação básica.

No [Edital CAPES nº 33/2010](#), de 04/06/2010, foram selecionados 61 (sessenta e um) projetos de diversas IPES. Ao longo de 2011, esses projetos foram responsáveis pelo desenvolvimento de diversas atividades extracurriculares destinadas aos alunos e professores da educação básica das redes públicas municipais e estaduais de todo o país, conforme item a seguir. Para o desenvolvimento dessas atividades foram repassados às Instituições mais de R\$ 7 milhões de reais.

Já o [Edital CAPES nº 55/2012](#) selecionou 85 projetos de 56 IPES de todo país. Ao longo dos 24 meses de vigência, esses projetos estão responsáveis pelo desenvolvimento de diversas atividades extracurriculares destinadas aos alunos e professores da educação básica das redes públicas municipais e estaduais de todo o país. Para o desenvolvimento dessas atividades estão sendo repassados mais de R\$ 15 milhões de reais, sendo que cada projeto poderá receber até R\$200.000,00 por ano. Os projetos desse edital foram contratados ao longo de 2013 para serem executados em 2014/15.

2.1.5. Resultados do Programa Novos Talentos: números e impactos

2.1.5.1. As IPES participantes.

No ano de 2014 estavam vigentes 85 projetos do Edital 2012.

Dados institucionais	
Nº de Instituições Públicas de Ensino Superior Participantes	56
Nº de Subprojetos desenvolvidos	250
Nº total de atividades desenvolvidas	1018

2.1.5.2. Dados do Edital 2012

As propostas submetidas ao Edital 2012 foram contratadas em 2013 sendo que ainda boa parte da execução acontece nos anos de 2014 e 2015. Alguns números deste edital:



Gráfico 94. Novos Talentos 2012: pessoas envolvidas nos projetos

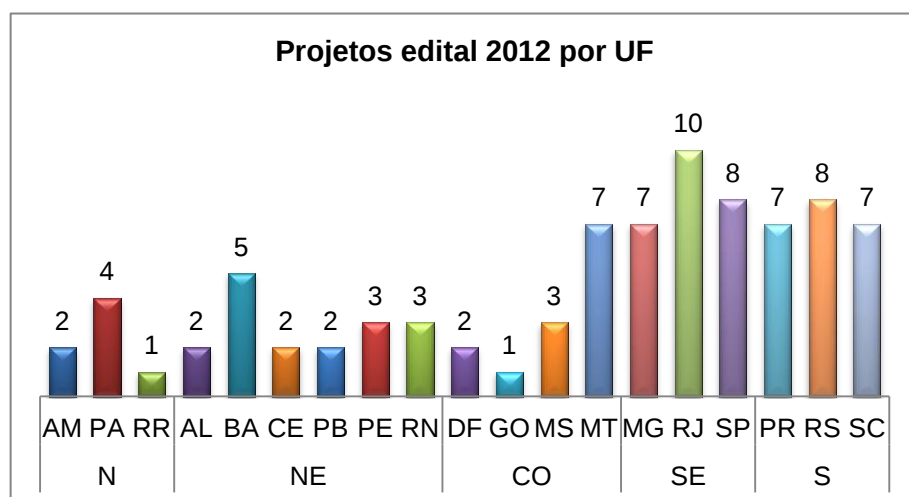


Gráfico 95. Novos Talentos: projetos por UF, Edital 2012

A tabela abaixo apresenta as áreas do conhecimento envolvidas nos subprojetos apoiados pelo Edital 2012:

Tabela 65. Novos Talentos: áreas do conhecimento alcançadas pelos projetos, edital 2012

Áreas do conhecimento	Subprojetos
Agronomia	1
Água	1
Antropologia urbana	1
Artes	1
Astronomia	2
Biofísica Molecular	1

Biologia Geral	1
Biologia Molecular	1
Bioquímica	1
Biotecnologia	2
Botânica	1
Ciência e Tecnologia de Alimentos	1
Ciências Agrárias	1
Ciências Ambientais	4
Ciências Biológicas	19
Ciências da Saúde	5
Ciências Exatas e da Terra	14
Ciências Humanas	12
Ciências Sociais Aplicadas	1
Cinema	1
Currículos específicos para níveis e tipos de educação	2
Desenvolvimento de produto	2
Educação	33
Enfermagem	1
Engenharia Agrícola	4
Engenharia Nuclear	1
Engenharias	6
Ensino	1
Ensino de Ciências e Matemática	27
Ensino e aprendizagem na sala de aula	1
Ensino-aprendizagem	5
Genética	2
Geociências	3
Interdisciplinar	7
Letras	1
Linguística, Letras e Artes	7
Matemática	4
Medicina	1
Medicina Veterinária	1
Meio Ambiente e Agrárias	3
Métodos e técnicas de ensino	1
Multidisciplinar	10
Multidisciplinar / Biotecnologia	1
Multidisciplinar / Ciências Biológicas	3
Multidisciplinar / Ciências da Arte	1
Multidisciplinar / Ciências Humanas	2
Multidisciplinar / Ciências Sociais	1
Multidisciplinar / Desenvolvimento e meio ambiente	3
Multidisciplinar / Energia	1
Multidisciplinar / Engenharia	1
Multidisciplinar / Neurociências	1
Multidisciplinar / Tecnologia	1
Museologia	2
Psicologia do ensino e da aprendizagem	2
Psicologia Educacional	1
Psicologia Experimental	1

Psicologia Social	1
Química	4
Química de interfaces	1
Recursos florestais e engenharia florestal	1
Saúde e Biológicas	1
Sociais e Humanidades	1
Sociologia	1
Tecnologia educacional	5
Tópicos específicos de educação	5

2.1.5.3. O Programa Novos Talentos na Web

O Programa Novos Talentos tem sido divulgado por meio de notícias e sites na internet.

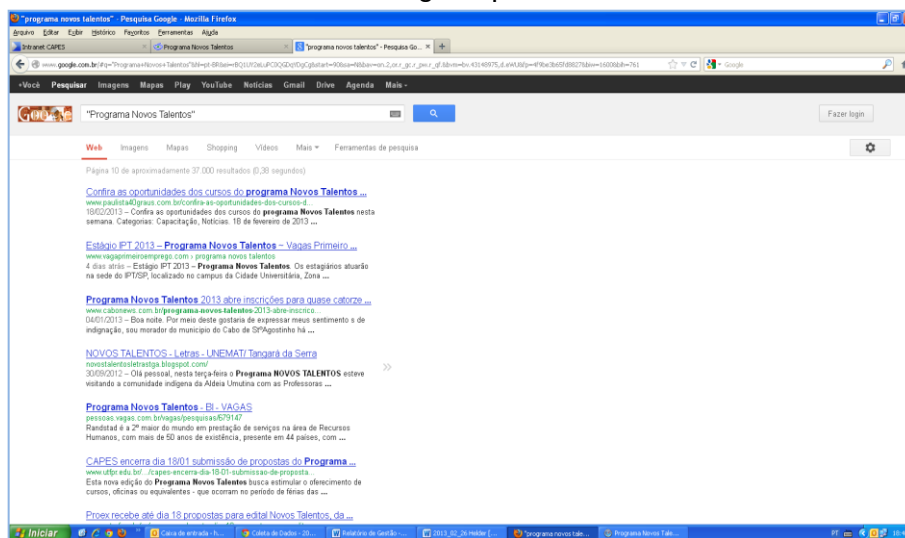


Figura 40. Programa Novos Talentos: 37.000 resultados na Web.

2.1.6. Acompanhamento do Programa

O Programa Novos Talentos tem fomentado ações de caráter extensionista nas diversas áreas do conhecimento escolar, promovendo desejável aproximação do meio acadêmico com o escolar e colaborando para que as práticas docentes sejam repensadas e problematizadas à luz de novos conhecimentos acadêmicos.

Pelos relatórios, depoimentos e eventos, pode-se verificar que o Programa Novos Talentos contribui para:

- aproximar as instituições de ensino superior das escolas da rede pública com ações de extensão articuladas à realidade das escolas;
- promover o acesso ao conhecimento científico;
- capacitar professores da educação básica em projetos de ensino criativos;
- melhorar as condições de aprendizagem;
- despertar vocações para as carreiras científicas e tecnológicas;
- incentivar inovações metodológicas;
- produzir estratégias e materiais didáticos inovadores;
- formar os alunos da escola pública para responderem às demandas da sociedade moderna, do mercado de trabalho e do exercício pleno da cidadania;

- valorizar a carreira de docente da educação básica e elevar a autoestima desses professores;
- articular ensino, pesquisa e extensão no âmbito das IPES.

A participação de grupos dos Novos Talentos em Feiras de Ciências e eventos científicos diversos e um conjunto criativo de materiais didáticos produzidos indicam aspectos positivos do programa. Entretanto, como 2011/2012 foram os primeiros anos de existência e de execução do programa, uma análise mais refinada dessas contribuições ainda está em andamento pela equipe técnica da Capes. No ano de 2013, os relatórios de cumprimento de objeto foram analisados e boa parte correspondeu às expectativas do projeto inicial. Nesse sentido, a partir desses relatórios, encaminhados juntamente com a prestação de contas, a equipe técnica está mensurando os impactos de um programa dessa envergadura.

Um desafio que se coloca para o crescimento do programa é a interiorização das ações no país, considerando que a maior parte das atividades é desenvolvida no *campus* sede das IES, conforme verificado na tabela apresentada. Porém, como primeira iniciativa, o efeito indutor pode ser considerado exitoso do ponto de vista do atendimento à demandas localizadas no entorno das IES. O crescimento do programa, das escolas participantes, dos professores atendidos, dos cursos oferecidos, bem como a coleta dos resultados e dos impactos para a educação básica e formação de professores são os próximos desafios a serem enfrentados pela CGV/DEB.



Figuras 41. Novos Talentos na USP e na Unipampa

2.1.7. I Encontro de Coordenadores do Programa Novos Talentos

Foi realizado nos dias 19 e 20 de novembro de 2014 o I Encontro de Coordenadores do Programa Novos Talentos. O foco do evento foi a integração entre os membros dos projetos que estão em vigência; promover discussões sobre a operacionalização do programa e apresentar resultados preliminares dos projetos através da divulgação de seus resumos. Estiveram presentes no evento 127 representantes de diversas instituições de todo o país.

2.1.8. Perspectivas para 2015

Além do planejamento para o lançamento de mais um edital do programa, pretende-se incluir entre as ações do programa, uma ação de mobilidade internacional para os professores docentes das instituições proponentes de modo a desenvolverem seu aperfeiçoamento em ambientes formais e não-formais, como laboratórios, museus e centros de pesquisa internacionais. A seleção dos candidatos dar-se-á mediante o lançamento de um edital, fruto de uma parceria com o Conselho Britânico.

Esse incentivo coloca em foco a necessidade de a Capes fomentar ações que ampliem o capital cultural dos professores, seu repertório científico, o domínio da língua portuguesa, da capacidade comunicativa e da escrita. Esses elementos são essenciais para a constituição da identidade do professor, marcando a docência com saberes efetivos do exercício profissional.

Uma expectativa para 2015 é que os professores participantes dos cursos possam, a partir de suas experiências formativas, levar para suas aulas novas estratégias e ações que valorizem a interdisciplinaridade e a possibilidade de o processo ensino-aprendizagem ocorrer de modo experimental e ativo e em espaços ampliados e diversificados à escola.

Para tanto, o investimento em cursos para a formação continuada do professor é essencial, tendo em vista que esse profissional tem relação direta com todos os elementos constitutivos da escolarização: os alunos, a direção, o projeto pedagógico, os espaços escolares, as políticas públicas, entre outros. Nessa direção, acredita-se que a DEB responde à sua competência de subsidiar a formulação de políticas públicas de formação inicial e continuada de professores da educação básica, bem como apoiar a formação de professores da educação básica, conforme estabelece o PNE.

Destaque-se, finalmente, que o programa Novos Talentos concretiza, de modo claro, a aproximação entre pós-graduação, graduação e escola básica, configurando-se como uma oportunidade de extensão e de educação continuada de alto nível.

2.2. Programa de Consolidação das Licenciaturas - Prodocência



O Programa de Consolidação das Licenciaturas - Prodocência é uma ação da Capes cuja finalidade é o fomento à inovação e à melhoria da qualidade dos cursos de formação para o magistério da educação básica, na perspectiva de valorização da carreira docente.

O Programa tem caráter institucional e os projetos submetidos para aprovação devem estar fundamentados em dados obtidos por meio de estudos, pesquisas e avaliações no âmbito do Enade e, quando cabível, nos instrumentos de avaliação da própria instituição, apresentando os problemas e os desafios identificados e as suas estratégias de superação.

A interdisciplinaridade e a intersetorialidade foram incentivadas no último edital lançado, visando: (a) ampliar a estrutura curricular e a arquitetura gerencial dos cursos de formação de professores, e (b) promover oportunidades de construção do conhecimento interdisciplinares, contextualizadas e com elevado padrão de qualidade.

O Prodocência teve início na Secretaria de Educação Superior – SESu, do MEC, com o Edital nº 11/2006. O Edital 2008 foi lançado em parceria com a Capes e a partir do Edital de 2010, a Capes assumiu o financiamento e a gestão do programa. A [Portaria nº 119](#), de 09 de junho de 2010, institucionalizou o Prodocência. Em 2013, foi publicada a [Portaria nº 40, de 3 de abril de 2013](#), com o Regulamento do Prodocência.

O Prodocência não se confunde com o Pibid. A essência do Pibid está na prática do licenciando na escola pública, desde o início de sua formação. O propósito do Prodocência é observar, analisar e avaliar as boas práticas do Pibid, do Parfor, do Programa Novos Talentos; os estudos e as pesquisas do Observatório da Educação e diversos outros projetos, estudos e avaliações realizados no país e no exterior, investigar tendências, boas práticas e perspectivas da formação de docentes e, a partir desses referenciais, propor inovações e aprimoramento na formação de professores.

Uma vertente essencial do Prodocência é promover a formação dos formadores. A renovação das licenciaturas é um tema que está na pauta de todos os países e o Prodocência busca, também, possibilitar que os formadores dos futuros professores possam se autoavaliar e aprimorar suas práticas e estratégias didáticas, aperfeiçoando a docência universitária no tocante à formação do magistério da educação básica.

2.2.1. Princípios pedagógicos e objetivos do Prodocência

Os princípios pedagógicos do Prodocência têm por base a inovação curricular nos cursos de licenciatura, a formação de formadores e o incentivo a uma formação de docentes pautada em uma práxis que valoriza o trabalho coletivo, a construção de novas estratégias didático-

pedagógicas e a autonomia no contexto das licenciaturas. A esse respeito, Pereira² (1999) aponta para a criação de cursos de licenciatura que:

- valorizem o trabalho coletivo e não individual;
- formem docentes em uma perspectiva reflexiva em sua prática;
- orientem-se pelas demandas das escolas de educação básica, bem como de seus integrantes e não pelas demandas de programas predeterminados e desconexos da realidade escolar.
- fundamentem-se em uma cultura de responsabilidade colaborativa quanto à qualidade da formação docente;
- promovam maior articulação entre teoria e prática;
- estejam familiarizados com os processos e os produtos da pesquisa científica, possibilitando aos futuros educadores o exame crítico de suas atividades docentes, contribuindo para aumentar sua capacidade de inovação e para fundamentar suas ações.

Por todos os depoimentos recebidos ao longo dos anos que a FURG desenvolve o Prodocência podemos afirmar que o programa tem alcançado, em nossa Instituição, seu reconhecimento e acima de tudo tem servido para alavancar o processo de valorização e elevação da autoestima de todos os envolvidos nos Cursos de Licenciatura. Além de promover interação com programas como PIBID, PARFOR, Novos Talentos, UAB, entre outros. Assim o Prodocência para os Cursos de Licenciaturas da FURG tem sido de extrema relevância e sua continuidade com certeza irá repercutir na prática educativa e na formação da identidade profissional do licenciando, na busca de aperfeiçoamento em relação aos conhecimentos para a melhoria do ensino na educação básica.

Coordenadora Geral do Prodocência – FURG, RS

Para a DEB, o domínio das tecnologias da informação e da comunicação e das linguagens delas decorrentes deve estar presente em todo projeto pedagógico de formação de professores. Não se trata de incluir uma disciplina no currículo: é pouco. Trata-se de inserir no cotidiano da formação docente, toda a riqueza pedagógica que hoje se pode ter com o uso combinado e intencional de livros, laboratórios, computadores, *tablets*, *smartphones*, softwares, redes sociais etc. Na maioria das vezes, esse domínio exige a formação dos formadores, num processo que pode ser compartilhado com os licenciandos, vivenciando a construção do conhecimento de forma colaborativa.

Em decorrência dessas reflexões, o Prodocência tem como objetivo o apoio à execução de projetos que visem contribuir para elevar a qualidade dos cursos de licenciatura e valorizar a formação de professores para a educação básica. Segundo Portaria Capes n. 40, de 2013 que regulamenta o programa, são objetivos específicos do Prodocência:

- I. apoiar propostas de desenvolvimento de projetos que contemplem novas formas de organização curricular, gestão institucional e/ou a renovação da estrutura acadêmica dos cursos de licenciatura, por meio do trabalho cooperativo entre esses cursos e áreas do conhecimento presentes no currículo da educação básica;
- II. apoiar propostas que contemplem experiências metodológicas e práticas docentes de caráter inovador e/ou exitosas nos processos de ensino e aprendizagem dos futuros docentes, inclusive mediante implementação, utilização e adequação de espaços voltados para a formação de professores;

² PEREIRA, J. E. D. As licenciaturas e as novas políticas educacionais para a formação docente. *Revista Educação e Sociedade*, ano XX, n. 68, dez. 1999.

- III. apoiar propostas de desenvolvimento profissional e formação continuada dos professores das licenciaturas, com foco no melhoramento de estratégias didático-pedagógicas nos cursos de formação de professores.

2.2.2. Referências legais

- [Edital nº11/2006](#), de 21/08/2006, MEC/SESu/DEPEM.
- [Edital nº05/2007](#), de 20/06/2007, MEC/SESu/DEPEM.
- [Edital nº 02/2008](#) CAPES/SESU, publicado no DOU, em 24/07/2008.
- [Portaria nº 119](#), de 09 de junho de 2010, publicada no DOU, em 10/06/2010, dispõe sobre Programa de Consolidação das Licenciaturas – Prodocência.
- [Edital nº 28/2010](#) CAPES, publicado no DOU, em 10/06/2010.
- [Portaria nº 40 de 3 de abril de 2013](#), publicada no DOU, em 05/04/2013, dispõe sobre o Regulamento do Programa de Consolidação das Licenciaturas – Prodocência.
- [Edital nº 19, de 8 de abril de 2013](#), publicado no DOU, em 08/04/2013.

2.2.3. Participantes

Podem participar Instituições Públicas de Educação Superior, incluídos os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia que ofereçam licenciaturas autorizadas.

A lista de instituições participantes em 2014 encontra-se no **ANEXO VII** deste Relatório.

2.2.4. Financiamento

Até o edital de 2008, o financiamento do Prodocência era realizado pela Secretaria de Educação Superior do MEC (SESu), o que provocou atrasos no repasse de recursos. A partir de 2008, a Capes assumiu a responsabilidade do programa e repassou para um grupo de IES aditivo de prazo para conclusão dos projetos de 2008, devido esses atrasos, alcançando o exercício de 2011. No entanto, a maioria das propostas desenvolvidas foi selecionada em 2010. No ano de 2013 outras 66 instituições tiveram projetos aprovados no âmbito do Prodocência, distribuídas em todas as regiões brasileiras. Os resultados das propostas em vigência em 2014 ainda serão coletados nos relatórios dos projetos que serão entregues no início de 2015.

O Prodocência repassa recursos de custeio por meio da Ação 20RJ. O [Edital n. 19, de 8 de abril de 2013](#) do Prodocência estabeleceu que cada projeto seria contemplado com recursos de custeio até R\$ 130.000,00. Com a liberação de recursos de capital na Ação 20RJ, podem ser repassados para aquisição de bens de capital até 20% do valor aprovado de custeio (no máximo de R\$ 26.000,00 por IES).

2.2.4.1. Resultados do Prodocência

O edital 2013 do Prodocência teve uma boa procura por parte das instituições formadoras que desenvolveram, ao longo de 2014, os projetos aprovado.

Os resultados alcançados pelas IES participantes dos editais do Prodocência têm demonstrado avanço em busca da melhoria da qualidade dos cursos de licenciatura na perspectiva da valorização do magistério. Com o amadurecimento do programa, começa a haver maior integração com o Pibid e o Observatório da Educação.

Como resultados, destacamos projetos pedagógicos reestruturados; avanços na qualidade do ensino nos cursos de formação de professores; integração e articulação dos cursos de licenciatura com as escolas de Educação Básica; fortalecimento da identidade docente; melhorias em alguns laboratórios de ensino; melhor compreensão da formação de profissionais da Educação Básica da rede pública do Estado de Mato Grosso.

Coordenadora Prodocência - UFMT

2.2.4.2. Principais números do programa

Os dados do Prodocência envolvem IPES que tiveram projetos aprovados nos editais de 2008, 2010 e 2013. Os projetos possuem vigência de 2 anos. A extensão da vigência de alguns projetos decorre, via-de-regra, de contingenciamento ou de atraso no repasse de recursos por questões alheias à Capes e às próprias instituições.

Os gráficos a seguir mostram o número de projetos aprovados por edital e os que, aditivados os prazos, ainda estavam em andamento até o final de 2014.

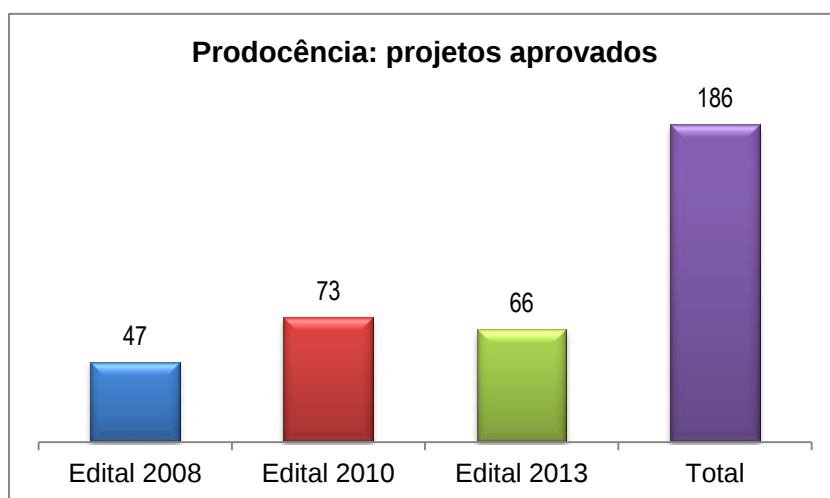


Gráfico 96. Prodocência: Projetos aprovados, por edital

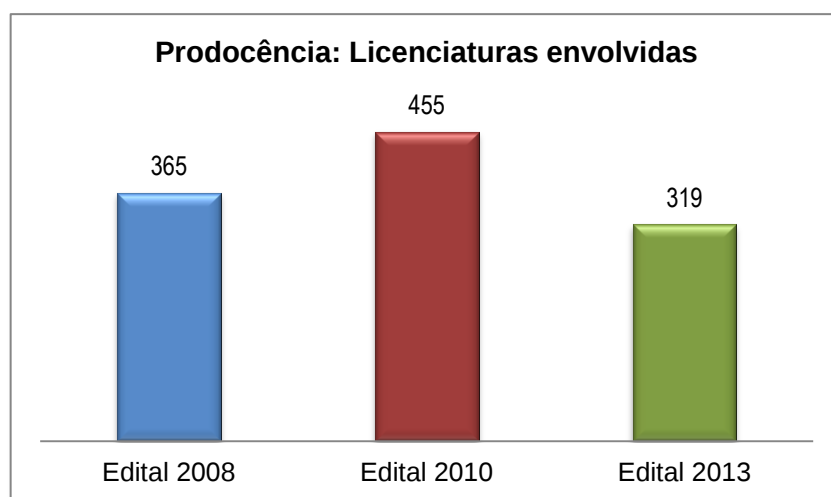


Gráfico 97. Prodocência: Licenciaturas envolvidas, por edital

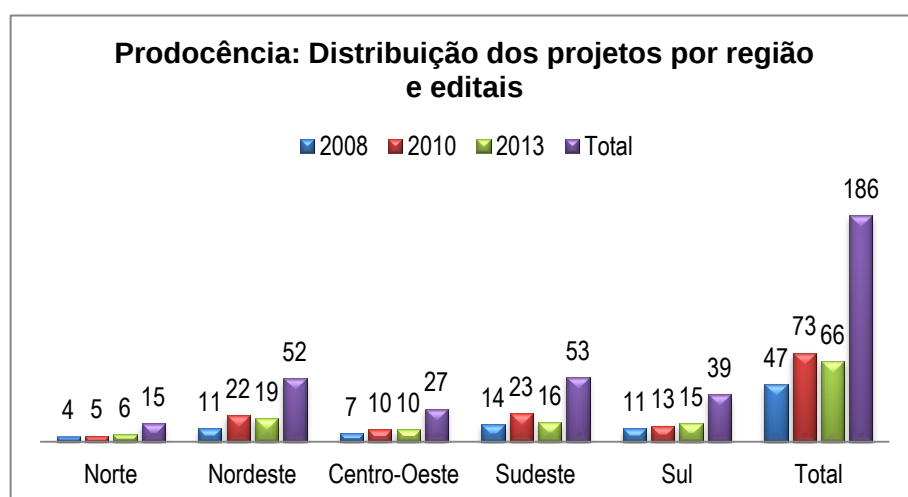


Gráfico 98 . Prodocência: número de projetos por região/edital

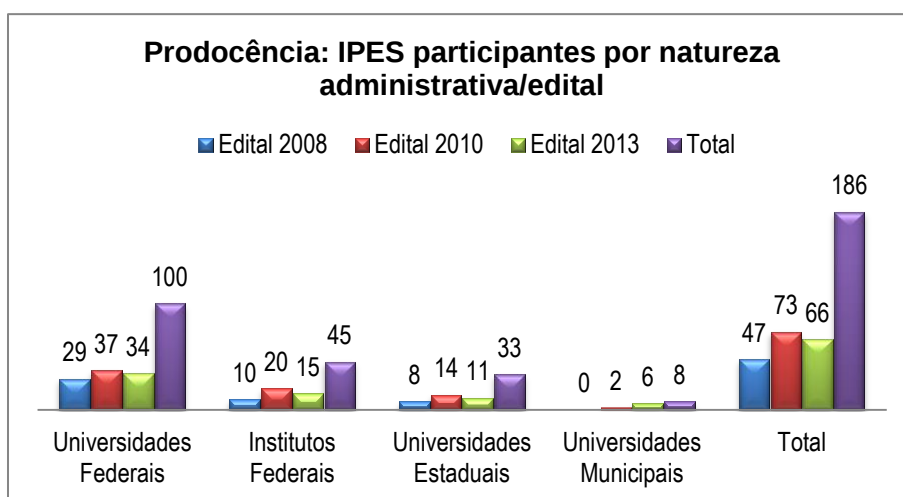


Gráfico 99. Prodocência: IPES por edital/natureza administrativa

2.2.4.3. Situação dos projetos do Prodocência em 2014

No ano de 2014, dos 8 projetos do Edital 028/2010 que tiveram vigência prorrogada; 5 encerraram as atividades. Os 3 (três) demais projetos do mesmo edital solicitaram nova prorrogação de vigência. Somados a estes 3 projetos, estão em vigência 64 projetos selecionados por meio do Edital nº. 19, de 8 de abril de 2013. Foram aprovadas no Edital 2013, 66 propostas, das quais duas não foram concretizadas pelas IES. Os projetos vigentes em 2014 estão abrigados em 74 instituições.

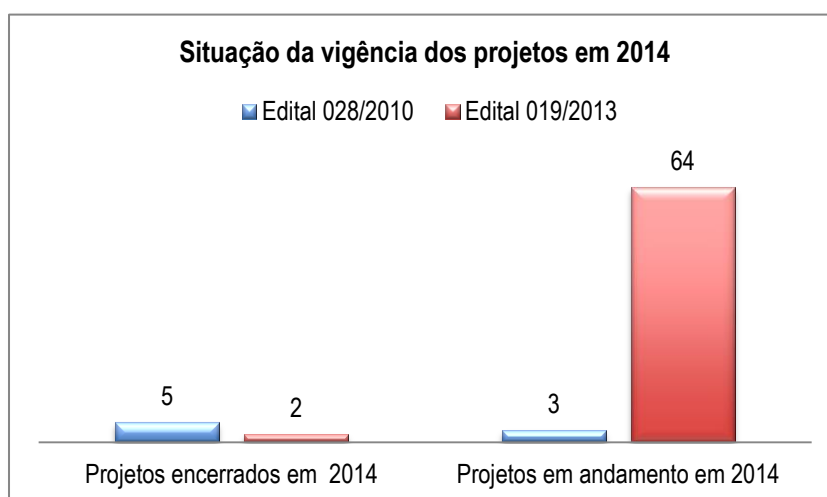
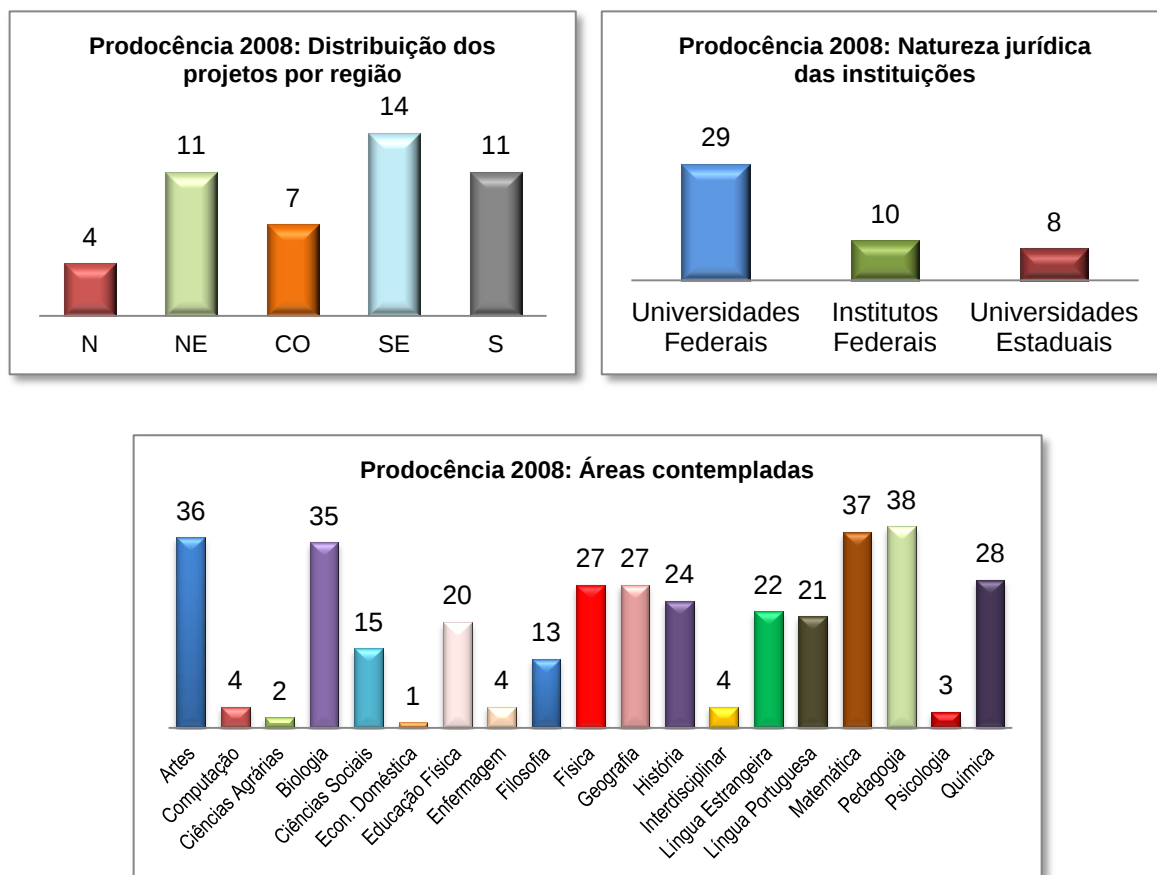
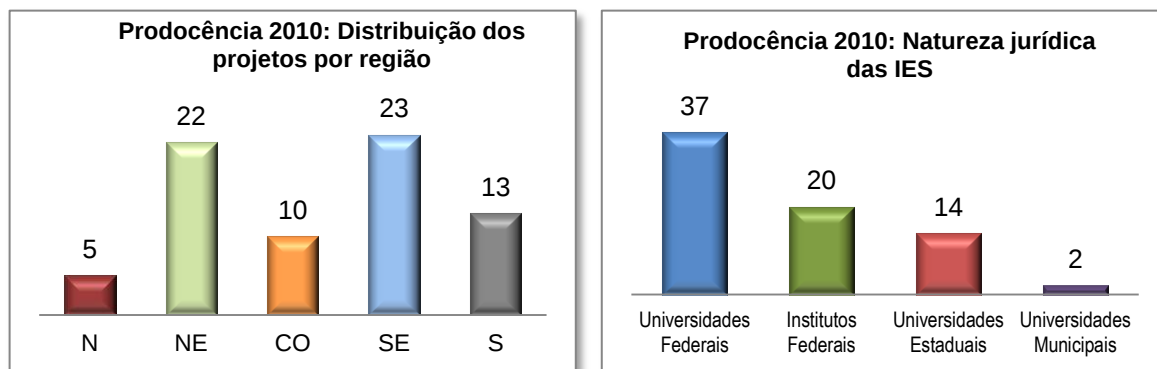


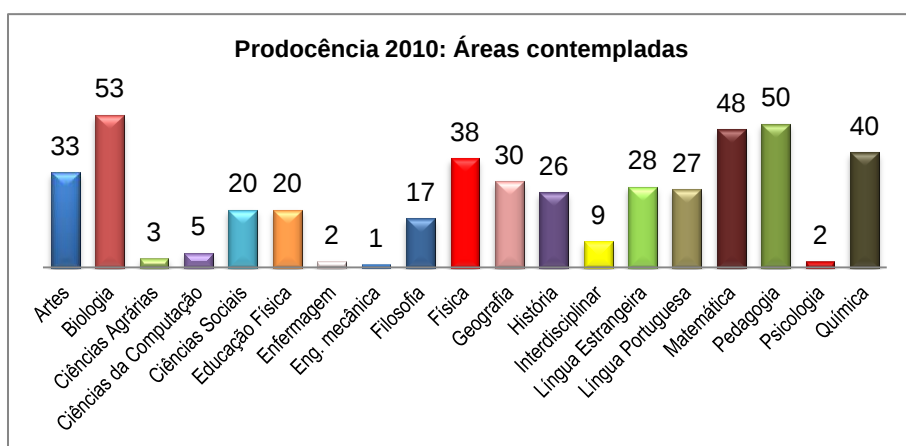
Gráfico 100. Prodocência: situação da vigência dos projetos em 2014

2.2.4.4. Dados de cada Edital do Prodocência

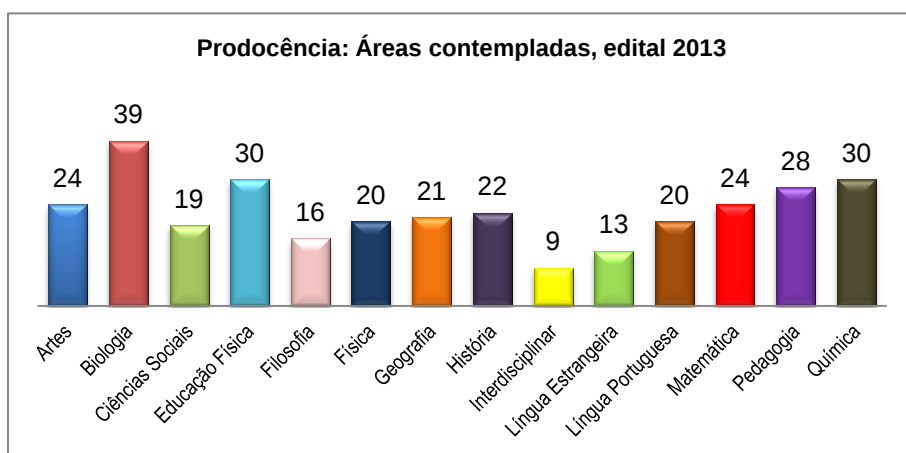
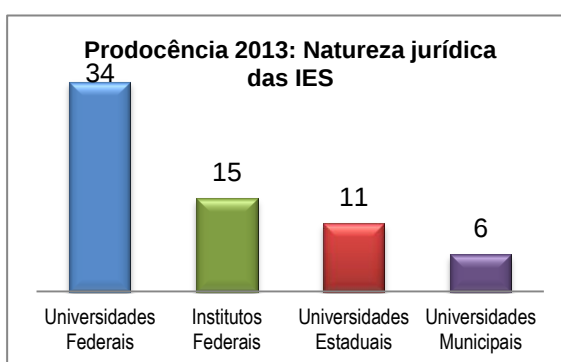
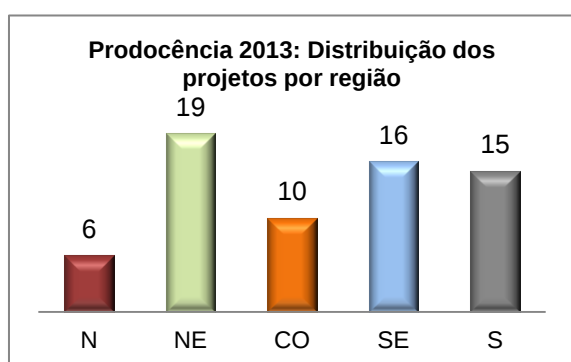


Gráficos 101. Prodocência: Edital nº 02/2008





Gráficos 102. Prodocência: Edital nº 28/2010



Gráficos 103. Prodocência: Edital nº 19/2013

2.2.5. Principais impactos do programa

Com base em análise de relatórios e documentos, relatos de casos, visitas às IES e participação em eventos promovidos pelos projetos apoiados no Prodocência, pode-se afirmar que os principais impactos do programa de acordo com seus principais eixos norteadores são:

a) No âmbito da inovação na gestão das licenciaturas:

- maior integração entre as licenciaturas e entre as disciplinas (ações envolvendo desde a articulação e o diálogo entre as licenciaturas até a apresentação de propostas de trabalho intersetoriais e interdisciplinares;
- criação e fortalecimento de Fóruns das Licenciaturas, Núcleos e outras instâncias articuladoras de propostas;
- elaboração de resoluções e projetos, tais como: revisões e mudanças nos projetos pedagógicos e currículos dos cursos, alterações na estrutura institucional dos departamentos e outros em busca da melhoria da qualidade das licenciaturas;
- estímulo a novos cursos de licenciatura;
- formação e institucionalização de grupos de trabalho/estudos/pesquisa, comissões e outros, com foco na formação inicial, respaldando as ações institucionais em busca da melhoria da qualidade dos cursos de licenciatura (realização de diagnósticos das licenciaturas, do perfil docente, discussão sobre modelos de formação, suas diretrizes e princípios, desenvolvimento de redes articulando educação superior e educação básica, influenciando a política institucional de iniciação à docência);
- evolução na percepção da comunidade acadêmica sobre as especificidades das licenciaturas;
- criação de laboratórios e espaços extracurriculares de apoio ao desenvolvimento de programas, projetos e outros meios de desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem.

b) No âmbito das inovações curriculares:

- busca da adequação às Diretrizes Curriculares Nacionais na perspectiva da reformulação dos currículos para a formação de professores (revisão dos projetos pedagógicos, promoção de discussões metodológicas e curriculares);
- inserção, inovação nos conteúdos curriculares por meio do desenvolvimento de projetos em disciplinas, principalmente nos estágios e práticas, abordando questões atuais, entre elas, as questões étnico-raciais;
- criação de módulos de ensino orientados pela interdisciplinaridade;
- formação dos licenciandos com maior articulação entre teoria e prática e entre educação superior e escolas de educação básica (desenvolvimento de redes e de mecanismos de articulação com as escolas públicas), através da inserção nas disciplinas, principalmente nos estágios e práticas curriculares, de atividades nas escolas da rede pública;
- consolidação da prática docente como princípio formativo dos licenciandos;
- aumento da parceria com escolas da rede pública de educação básica e com outros programas;
- criação e consolidação de laboratórios como locais de apoio ao desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem (estudos, ensino, pesquisa e extensão) incentivando a inovação curricular;
- intensificação do diálogo na comunidade acadêmica sobre o assunto formação de professores.

“... o desenvolvimento desse projeto permitiu o amadurecimento do corpo docente das licenciaturas para a ampliação das atividades institucionais voltadas à prática docente e à aproximação com a educação básica culminando com a aprovação dos subprojetos das Licenciaturas em Química e em Ciências Biológicas do campus São Paulo...”

Coordenador Prodocência - IFSP

c) No âmbito das metodologias de ensino:

- adequação às resoluções do Conselho Nacional de Educação na perspectiva da formação de docentes como sujeitos ativos das atividades de ensino e aprendizagem (análises dos princípios formativos, promoção de discussões metodológicas e curriculares);
- desenvolvimento de metodologias inovadoras para a educação superior, elaboração de práticas formativas diferenciadas com foco no enfrentamento de problemas da educação básica, produção de atividades de ensino e de materiais didáticos, pesquisa como princípio formativo dos licenciandos;
- experimentação e desenvolvimento de projetos nas disciplinas de formação, principalmente no estágio e nas disciplinas de práticas visando à inovação curricular (ex: pedagogia de projetos; disciplinas moduladas ministradas através de minicursos, oficinas e outros);
- criação de laboratórios de apoio ao desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, fomentando o planejamento e a vivência de novas metodologias de ensino, a criação de novos materiais didáticos, apoiando a pesquisa e a extensão;
- desenvolvimento de atividades de ensino e de espaços virtuais com a utilização das TICs;
- articulação com outros programas visando ao aperfeiçoamento das ações do Prodocência.

d) Impactos na formação dos licenciandos e dos professores formadores:

- melhoria no desempenho acadêmico e na formação dos licenciandos (ampliação da formação teórico, prática e metodológica dos alunos);
- formação continuada dos coordenadores dos projetos e dos professores universitários (formadores de docentes);
- formação continuada de professores da rede pública de ensino e de ex-alunos, inserindo-os nos espaços de discussão das instituições;
- diminuição da evasão e da reprovação em algumas IES;
- integração com o Pibid e com o Observatório da Educação.

Concluímos que o diálogo estabelecido nas ações do Prodocência 2008, com o envolvimento e motivação dos alunos e professores, foi muito significativo, de modo a valorizar e incentivar os alunos e os profissionais para o exercício da docência, como também, contribuindo para a aproximação dos Cursos de Licenciatura da Instituição e sua articulação com a rede pública de ensino. Essas ações também subsidiaram a atualização das normas da Universidade referente à elaboração dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação, aprovadas através da Resolução nº 07/2010, estimulando a continuação do processo de reformulação dos cursos de licenciatura ofertados.

Coordenador do Prodocência - UFPB

e) Produções decorrentes do programa:

- construção de projetos pedagógicos com inovações e/ou alterações curriculares;
- novos modelos de gestão institucional;
- elaboração de propostas de novas metodologias de ensino e aprendizagem;
- desenvolvimento de metodologias inovadoras para a educação básica;
- realização de seminários, fóruns, encontros, colóquios, palestras, mesas redondas, minicursos, oficinas, reuniões e outros no âmbito da produção de conhecimento voltado à melhoria da qualidade das licenciaturas;
- produção de material didático para a educação superior, fundamental e média;
- melhoria da infraestrutura das IES, do acervo das bibliotecas e dos equipamentos dos laboratórios;

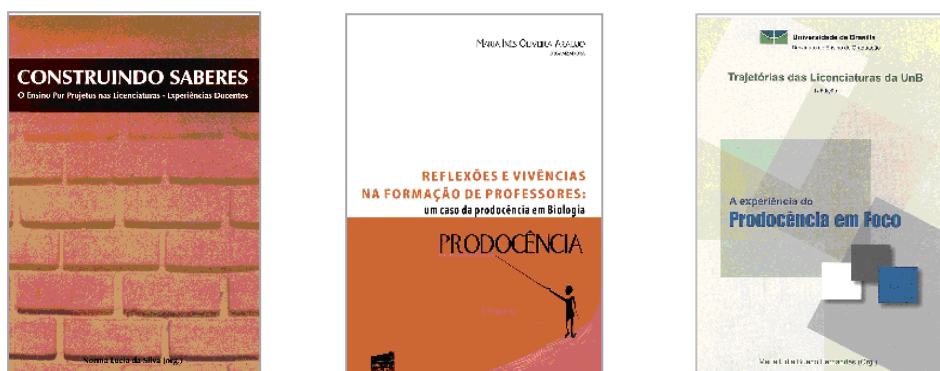
- criação de grupos de trabalho, redes de comunicação e outros.
- organização de laboratórios de prática de ensino, de espaços virtuais de apoio às licenciaturas e de outros ambientes de estudos;
- publicação de artigos, livros, jornais, blogs, portais, homepages e outros sobre a prática docente. Exemplos a seguir:



Figuras 42. Prodocência UnB/DF- Laboratório de Apoio e Pesquisa em Ensino de Ciências



Figuras 43. Prodocência: Laboratório de práticas docentes da UERN e Oficina na UFPel/RS



Figuras 44. Publicações do Prodocência

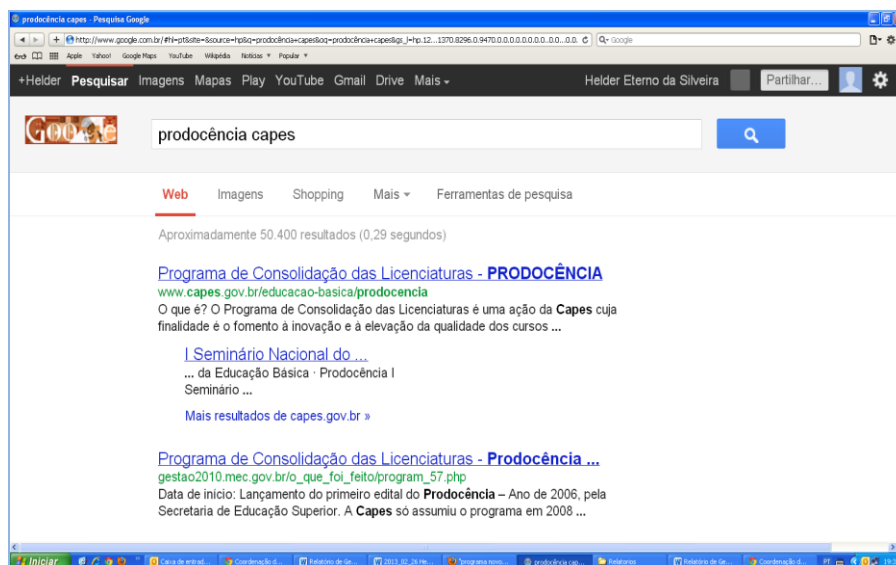


Figura 45. Prodocência: 83.500 resultados no Google

Alguns sites do Prodocência nas IES:

Tabela 66. Sites criados pelos projetos apoiados pelos Prodocência

Instituição	Site
UFT	http://www.site.uft.edu.br/prograd/dpee/prodocencia.html
UNICAMP	http://www.prg.unicamp.br/ccg/subformacaoprofessores/Prodocencia.pdf
UFVJM	http://prograd.ufvjm.edu.br/prodocencia.html
UFAL	http://www.ufal.edu.br/prograd/programas-especiais/PRODOCENCIA
IFPA	http://www.ifpa.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=187&Itemid=419&lang=pt
UFSCAR	https://sites.google.com/site/aciepes2010/
UFMS	http://www.cpcu.ufms.br/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=174&Itemid=635
UESC	http://cienciassociaisuesc.blogspot.com/2010/08/prodocencia-pibid.html
CEFET-MG	http://www.formaprof.cefetmg.br/site/menuLateral/projeto_do_prodocencia.html
FURG	http://www.sead.furg.br/course/category.php?id=124 e www.lepd.furg.br
CEFET-AM	http://www.cefetam.edu.br/ensino/foder_procedencia.pdf
UFRRJ	http://www.ufrrj.br/graduacao/prodocencia/
UFSC	http://www.licenciaturas.ufsc.br/
UEPG	http://uepg.vwi.com.br/
UERJ	http://www.fpp-prodocencia.uerj.br
UERN	http://prodocienciauern.blogspot.com.br/
UFRB	http://www.ufrb.edu.br/prograd/index.php/prodocencia
UFV	http://prodocienciaufv.wix.com/prodocienciaufv#!_o-programa
UNIVASF	http://www.proen.univasf.edu.br/index_arquivos/prodocencia.htm
IFSERTÃO	https://sites.google.com/site/prodocienciaifsertaope/
IFTM	http://www.iftm.edu.br/proreitorias/ensino/prodocencia.php
IFMG	http://sites.ouropreto.ifmg.edu.br/prodocencia2013/apresentacao/
UNIFAL	http://www.unifal-mg.edu.br/letras/prodoc
UFPEL	http://prodocienciaaufpel.wordpress.com/
UNIPAMPA	http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/cienciasexatas/prodocencia/

2.2.6. Atividades de acompanhamento desenvolvidas em 2014

Em 2014 a equipe do Prodocência analisou relatórios parciais do programa e na orientação do desenvolvimento dos projetos em vigência. O novo sistema de prestação de contas, SIPREC, foi um marco na prestação de contas dos projetos.

Importante instrumento de coleta de dados, o Google Drive, encaminhado aos coordenadores do Prodocência, colaborou para síntese de alguns resultados dos projetos apoiados pela Capes.

O formulário de acompanhamento aplicado aos coordenadores do Prodocência era composto por dezesseis questões. Dos projetos vigentes em 2012, 73% responderam ao formulário. As respostas a seguir, portanto, fazem referência a essa amostragem, revelando uma dimensão significativa dos resultados do programa nos últimos anos.

a. Sobre o foco dos projetos em vigência

Os projetos incidem, principalmente sobre o estudo e a proposição de (a):

Tabela 67. Incidência dos projetos do Prodocência

O desenho do Prodocência na IES incide principalmente sobre:	% de IES
Integração da educação superior com a educação básica, de articulação teoria e prática e de cooperação interdepartamental.	27
Experiências metodológicas e práticas docentes de caráter inovador, inclusive com a inserção de tecnologias da informação e da comunicação nos processos de ensino e aprendizagem dos futuros docentes	23
Criação de laboratórios e espaços de integração entre os cursos de licenciatura.	13
Estratégias de integração das ações dos programas da Capes (Pibid, Parfor, Observatório da Educação, Universidade Aberta do Brasil).	6
Novas formas de organização curricular (gestão institucional e revisão da estrutura acadêmica e curricular) dos cursos de licenciatura	5
Ações que promovam a qualidade do processo de ensino e aprendizagem dos educadores sejam elas realizadas de modo presencial, semi-presencial ou a distância.	4
Mecanismos de superação de problemas identificados nas avaliações feitas nos cursos de licenciatura	2
Outros.	11

Esses resultados permitiram à Capes concluir que é necessário o fomento a projetos que estudem e proponham novas formas de organização curricular com vistas à superação de problemas observados nas avaliações dos cursos de licenciatura das IES. Projetos dessa envergadura poderão trazer diferentes perspectivas para a formação de professores no país, a partir da inserção de temas e elementos inovadores no currículo, uso de tecnologias, valorização da prática na formação, incorporação nos projetos pedagógicos das experiências e vivências dos professores que estão em exercício e que não possuem

licenciatura – especialmente para os cursos oferecidos no âmbito do Parfor. Também devem merecer incentivos projetos que possam ter como foco a formação do formador, atividades de integração entre as licenciaturas e integração dos cursos de licenciatura com as escolas de educação básica.

b. Sobre as contribuições do Prodocência

Ao serem questionados sobre as contribuições do Prodocência os coordenadores revelaram que o programa tem contribuído para:

Tabela 68. Impactos do Prodocência nas IES

O Prodocência tem impactado/contribuído para:	% de IES
Dar visibilidade às ações sobre formação de professores desenvolvidas pelas licenciaturas.	83
Integração entre docentes que atuam com formação de professores.	72
Produção de material didático para os laboratórios pedagógicos das licenciaturas.	72
Compreensão da formação de professores como um processo complexo que envolve diferentes atores e empenho acadêmico.	72
Debate sobre a importância dos cursos de licenciatura na IES.	70
Melhoramento dos projetos pedagógicos dos cursos de licenciatura.	62
Integração entre os cursos de licenciatura e seus professores.	62
Aumentar a fixação dos alunos nos cursos de licenciatura.	58
Compreensão da escola como espaço privilegiado da atuação docente.	58
Inserção e o melhoramento do uso das tecnologias na formação de professores.	47
Reestruturação dos cursos de licenciatura	40
Aumentar a procura pelos cursos de licenciatura.	15
Outros	6

A formação de professores tem ganhado novos contornos a partir do Prodocência e do Pibid, considerando que os docentes das IES têm se envolvido mais no debate sobre a complexidade dessa formação. Nesse sentido, os cursos de licenciatura estão ganhando novo status acadêmico pela ampliação das discussões institucionais de reconhecimento, valorização e melhoramento da formação de professores.

A integração dos cursos de licenciatura é outro fator que merece ser destacado, pois combate o isolamento das ações docentes nos cursos de formação docente em direção à coletividade, à interdisciplinaridade e à intersetorialidade. Para tanto, os laboratórios pedagógicos têm sido revitalizados com a produção de materiais didáticos específicos para o exercício da docência e para potencializar o processo ensino-aprendizagem nas escolas brasileiras. Salienta-se que o processo de produção de material didático é formativo à docência e inerente ao trabalho do professor. Nesse sentido, possibilitar que os cursos de licenciatura produzam seu material e os aloquem em seus laboratórios pedagógicos colabora para o crescimento pedagógico do curso, para um processo de aprendizagem mais dinâmico e concreto e para a instrumentalização dos futuros docentes.

O Prodocência põe em movimento atores ligados à formação: professores, coordenadores de curso, alunos da licenciatura. O programa – ao possibilitar novo dinamismo ao curso – tem se demonstrado uma ação mobilizadora da valorização da licenciatura, seus atores, suas peculiaridades e sua importância social, política e educacional. Todavia, é necessário que o programa avance na direção da inovação curricular, do debate mundial sobre os novos caminhos da formação de professores, da compreensão das resoluções do Conselho Nacional de Educação e da incorporação de novos pressupostos teórico-metodológicos para o aperfeiçoamento da docência, dos espaços de formação e dos projetos pedagógicos.

É possível inferir, a partir dessas informações, que os projetos aprovados pelo Prodocência têm colaborado para a produção de conhecimento sobre os cursos de licenciatura e sobre a formação de professores. A produção e a socialização dos resultados do Prodocência colabora para o debate sobre o lugar que os cursos de licenciatura ocupam nas IES, bem como para o estabelecimento de novos caminhos para a formação dos profissionais do magistério.

A partir das respostas ao formulário foi possível, também, levantar um quantitativo médio de escolas e alunos das licenciaturas que se beneficiaram com o desenvolvimento dos projetos em vigência.

Tabela 69. Escolas e alunos das licenciaturas beneficiados pelo Prodocência

Números de participantes	Quantidade
Escolas	410
Alunos das licenciaturas beneficiados	10.930

Esse quantitativo representa uma percentagem da abrangência dos projetos do Prodocência, tendo em vista que a análise mais apurada dar-se-á por meio da análise dos relatórios de cumprimento de objeto dos projetos que se encerrarão em 2014.

2.2.7. Resultados da avaliação externa do Prodocência: alguns aspectos gerais

Em dezembro de 2013, em parceria com a Unesco, a Capes publicou edital para contratação de um consultor que pudesse avaliar o Prodocência, seu desenho metodológico, os produtos obtidos no edital e a abrangência da política pública. O consultor trabalhou ao longo de 2014, entregando seu relatório com alguns apontamentos sobre o programa que visam seu aperfeiçoamento para os próximos certames.

Foram analisados os relatórios dos projetos aprovados no edital 2008 e 2010 e alguns produtos mapeados. As principais linhas de incidência das propostas são:

- i. organização e integração curricular;
- ii. formação inicial de professores;
- iii. formação continuada de professores;

- iv. desenvolvimento de materiais didático-pedagógicos;
- v. processo de ensino e aprendizagem / inovação educacional;
- vi. uso das tecnologias na educação para efeitos pedagógicos;
- vii. uso das tecnologias na educação para efeitos de divulgação / discussão e;
- viii. integração com o Ensino Básico.

Foram, também, levantadas as seguintes produções nos processos:

Tabela 70. Produções levantadas nos relatórios do Prodocência, Edital 02/2008

<i>Produtos educacionais</i>	<i>Quantidade</i>
Softwares desenvolvidos	18
Jogos e demais materiais didáticos-pedagógicos	268
Sites desenvolvidos	9
Blogs, Twitter, Wiki, Chats, Fórum e Plataforma Moodle	12
Eventos realizados (oficinas, seminários, mesas redondas, fóruns, congressos, colóquios)	81
Participações em Feiras, Oficinas	85
Cursos oferecidos	22
Novas metodologias de ensino	13
Criações e/ou consolidações de espaços para funcionamento de Laboratórios de Prática de Ensino, Brinquedoteca, Sala de Discussão e outros	32
<i>Atividades de intervenção</i>	<i>Quantidade</i>
Reestruturações/inovações em disciplinas	14
Reestruturações/inovações em cursos	62
Contribuições a elaboração de políticas/diretrizes institucionais	4
Grupos de estudo e reflexão foram constituídos (direcionados para a organização curricular dos Cursos de Licenciatura e a discussão dos Projetos Políticos dos Cursos)	16
Interações com escolas	50
Interações com outros programas da Diretoria de Educação Básica da CAPES e de outras agências governamentais da União e estaduais	30
Parcerias estabelecidas com outras instituições (institutos de pesquisa, empresas, outras)	10
<i>Produções bibliográficas e de pesquisa</i>	<i>Quantidade</i>
Dissertações	8
Teses	2
Monografias	77
Trabalhos / estudos publicados em periódicos nacionais e internacionais	17
Trabalhos apresentados em eventos nacionais e internacionais	108
Trabalhos/estudos em andamento	24
Livros publicados e em elaboração	29

Tabela 71. Produções levantadas nos relatórios do Prodocência, Edital 028/2010

<i>Produtos educacionais</i>	<i>Quantidade</i>
Criação de Laboratórios de Ensino e brinquedotecas	42

Reestruturação de Laboratórios de Ensino	24
Publicação de Cadernos / Cartilhas / Sequências Didáticas e demais produtos pedagógicos impressos	159
Criação de jogos e demais material didático-pedagógico	633
Criação disciplinas (em geral optativas)	38
Oferta de Cursos, Oficinas, Mesas Redondas, Palestras, Ciclos de Palestras e Mini-Cursos para licenciandos, professores do Ensino Superior, professores da Rede Pública da Educação Básica	424
Realização de produtos e processos que envolvem o uso de tecnologias (em geral o Moodle – disponibilização de cursos e disciplinas via Moodle ou cursos sobre o Moodle)	24
Reestruturações/ inovações em disciplinas	14
Reestruturações/ inovações em cursos	62
Contribuições a elaboração de políticas/diretrizes institucionais	4
Grupos de estudo e reflexão foram constituídos (direcionados para a organização curricular dos Cursos de Licenciatura e a discussão dos Projetos Políticos dos Cursos)	16
Interações com escolas	50
Interações com outros programas da Diretoria de Educação Básica da CAPES e de outras agências governamentais da União e estaduais	30
Parcerias estabelecidas com outras instituições (institutos de pesquisa, empresas, outras)	10
Organização de eventos	186
Participações em eventos	50
Produções de CD/DVD	20
Criação de blogs / sites / homepages	66
Produção de vídeos / curtas / documentários	28
Produção de postais	72
Atividades de intervenção	
Criação de fóruns (em geral das Licenciaturas)	16
Manutenção de fóruns	24
Oferta de cursos, oficinas, Mesas Redondas, Palestras, Ciclos de Palestras e Mini-Cursos para professores da Rede Pública da Educação Básica	202
Oferta de Cursos, Oficinas e Mini-Cursos para alunos da Rede Pública da Educação Básica	70
Produções de objetos culturais / recreativos	78
Produções de eventos desportivos / lúdicos	12
Produção de banners e folders	78
Interações com outros programas da Diretoria de Educação Básica da CAPES e de outras agências governamentais da União e estaduais.	231
Produções bibliográficas e de pesquisa	
Teses	1
Dissertações	4
Trabalho de conclusão de curso	50
Livros publicados	103
Capítulos de livros	90
Artigos publicados	241
Resumos publicados	112
Revistas criadas	5
Trabalhos em eventos nacionais e internacionais	697

Os números são expressivos e outros apontamentos realizados no tocante à melhoria do programa estão sendo analisados pela coordenação-geral do Prodocência e serão incorporados nos próximos processos. Nesse sentido, a Capes vem cumprindo com o compromisso de induzir, fomentar e avaliar seus programas, sempre com o intuito de melhoramento de suas ações e prezando pelo bom uso do recurso público gerenciado por esta agência.

2.2.8. Seminário do Prodocência

Nos dias 6 e 7 de outubro de 2011, foi realizado o I Seminário do Programa de Consolidação das Licenciaturas – Prodocência com a presença de 130 participantes entre coordenadores, membros das equipes do Prodocência das IES e da Capes, alunos envolvidos no programa, palestrantes e outros convidados. No evento, representantes das 82 IES dos editais de 2008 e de 2010 compartilharam diversas experiências e debateram sobre questões fundamentais ao desenvolvimento dos projetos e do programa.

No Relatório DEB 2011, encontra-se o registro das discussões, sugestões e encaminhamentos suscitados pelos coordenadores do Prodocência.

O II Seminário aconteceria no segundo semestre de 2014, porém, em função da Copa do Mundo realizada no Brasil, das eleições e por questões orçamentárias, foi adiado para o ano seguinte.

Considera-se relevante, em futuro próximo, a organização de um seminário conjunto entre coordenadores de Prodocência, Pibid, Parfor e Life, como meio de aproximar e gerar maior sinergia entre esses programas, gerando impactos positivos na formação de professores.

2.2.9. Perspectivas do Prodocência para 2015

Em 2015, pretende-se dar visibilidade aos resultados alcançados pelos projetos do Prodocência aprovados no Edital 2013 do programa. A expectativa é que esses projetos possam fazer emergir tanto novas discussões sobre o melhoramento dos cursos de licenciaturas, quanto na proposição de formas inovadoras de organização curricular para formação docente. Considera-se que este é um momento ímpar de se produzir conhecimento sobre a formação de professores no Brasil, tendo em vista que vários organismos educacionais – o Conselho Nacional de Educação, o Ministério da Educação, as Instituições de Ensino Superior – têm se mobilizado para debater e sugerir mudanças nos cursos de licenciatura do país. Portanto, dar subsídios para esses debates, bem como dar contribuições para a melhoria da formação de professores são metas da Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica da Capes ao realizar o fomento aos projetos apoiados pelo Prodocência.

Destaque-se, em 2015, a discussão ampliada com os coordenadores do Prodocência sobre a avaliação externa que foi realizada em 2014. Os resultados auxiliarão no desenvolvimento do Prodocência, no melhoramento de suas metas e objetivos. Essa avaliação deu-se pela contratação de consultor externo selecionado pelo Edital MEC/Unesco. Em maio de 2014 esse consultor entregou o produto – relatório contendo os resultados da avaliação, o qual

tem subsidiado o acompanhamento do programa e as retificações necessárias para seu melhoramento.

A CGV/DEB pretende fazer um trabalho mais aproximado dos grupos do Prodocência, visando reforçar a identidade do programa, evitando uma distorção na filosofia do programa e confusões com outras ações como o Pibid, o Parfor e o Life. O Prodocência deve ser o programa aglutinador das experiências, das boas práticas, dos conhecimentos gerados pelos demais programas apoiados pela Capes e outros de formação, com o propósito de buscar a excelência dos cursos de licenciatura.

2.3. Cooperação Internacional para Professores da Educação Básica: o Programa de Desenvolvimento Profissional para Professores - PDPP



O Plano Nacional da Educação, na sua Meta 16, estabelece que seja garantido *“a todos(as) os(as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino”*.

Analisando o cenário da educação básica brasileira e a bem sucedida experiência da Capes com a pós-graduação, a DEB concebeu um programa para oferecer aos docentes de escolas públicas de educação básica oportunidades de aperfeiçoamento profissional em instituições estrangeiras de reconhecida excelência, uma estratégia já adotada, com êxito, na qualificação de docentes e pesquisadores que atuam na pós-graduação *stricto sensu*.

Nesse contexto, foi desenhado o **Programa de Desenvolvimento Profissional para Professores - PDPP** cuja característica principal é promover ações de cooperação internacional, na perspectiva da oferta de programas, missões de estudos e vivências educacionais inovadoras e de elevado padrão de qualidade. Essa proposta de formação inclui, além da imersão na disciplina em uma instituição estrangeira de alto padrão, a vivência de aspectos educacionais, culturais, históricos, científicos e tecnológicos do país anfitrião.

A denominação PDPP foi adotada em 2012, após o êxito das primeiras missões em 2010 e 2011. A letra no final da sigla indica a área de trabalho dos professores, por exemplo: I – Inglês; A – Alemão; F- Física etc.

Análises das candidaturas dos jovens brasileiros ao programa Ciência sem Fronteiras, da situação do domínio de Matemática e da falta de professores nas áreas de Ciências fizeram a DEB iniciar o processo de cooperação internacional com os professores de línguas estrangeiras, componente curricular do ensino fundamental e médio. Na sequência, foram incluídas ações voltadas para professores de Ciências, Matemática, Educação Infantil e para gestores escolares.

Em 17 de julho de 2013, a Capes assinou um Acordo de Cooperação com o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), com o propósito de ampliar o diálogo e promover ações conjuntas de aperfeiçoamento profissional de professores e gestores, articuladas a uma política de valorização do magistério. O Acordo deve facilitar a liberação dos profissionais e permitir ao Consed saber quem são e onde estão os professores capacitados e organizar ações de disseminação e formação descentralizadas.

Em 2014, o programa, que estava em processo de crescimento e consolidação, retraiu-se em razão de limites orçamentários.

Além dessas ações, a DEB atua no Programa de Apoio ao Setor Educacional do Mercosul – Pasem e, com a Organização dos Estados Iberoamericanos (OEI), apoia o Programa Iberoamericano de Mobilidade Docente e a Rede Mercosul de Mobilidade de Docentes.

No marco da cooperação entre Brasil e África, foram recebidos dez professores do Instituto Universitário de Educação de Cabo Verde (IUE). A missão atendeu a um pedido do IUE que tem a intenção de estruturar um programa à semelhança do Pibid em Cabo Verde.

Destaque-se que a avaliação realizada com egressos das ações de cooperação internacional indica que 99% consideram que o curso contribuiu para seu desenvolvimento profissional; 98% concordam que aumentou sua motivação para a docência; 33% dão aulas de 6 a 10 turmas; 53% em mais de 10 turmas; e 83% dos docentes lecionam mais de 150 alunos (21% informam ter entre 150 e 250 alunos, 36% entre 251 e 500 alunos; 26% mais

de 500 alunos). Trata-se, pois, de uma formação continuada com alto potencial de impacto educacional.

2.3.1. Objetivos das ações de Cooperação Internacional

São objetivos comuns a todas as ações de cooperação internacional voltadas aos professores da educação básica:

- Valorizar os profissionais que atuam na rede pública de educação básica e contribuir para o seu desenvolvimento profissional, por meio da indução e do fomento a cursos e programas de mobilidade de elevado padrão;
- Elevar a qualidade das ações de formação continuada, investindo em ações que valorizem conteúdos, habilidades e competências inovadoras, capazes de assegurar o direito de aprender de professores, gestores e alunos, transformando a escola pública;
- Incentivar o processo de melhoria contínua na escola, oferecendo aos professores conhecimento e ferramentas que os motivem a desenvolver ações autônomas de formação e de aprimoramento do processo de ensino e aprendizagem;
- Sensibilizar as escolas públicas a implantarem um projeto pedagógico focado no alcance de resultados educacionais de excelência;
- Oferecer uma experiência *in-loco* em educação, história, ciência e cultura do país anfitrião, ampliando as vivências dos professores;
- Fortalecer as habilidades de compreensão oral, leitura, expressão oral e escrita dos professores de idiomas da rede pública de educação básica;
- Estimular parcerias, visando possíveis intercâmbios de gestores, professores e alunos e a formação de redes de compartilhamento – nacionais e internacionais - entre colegas de profissão.

2.3.2. Financiamento

Para viabilizar a implementação dos projetos de cooperação internacional para a educação básica, a DEB solicitou a criação, em 2010, da ação orçamentária 20CY– Concessão de Bolsas de Cooperação Internacional para o aprimoramento dos Profissionais da Educação Básica. A finalidade da Ação foi “promover a integração educacional, cultural e científica com países parceiros, visando atender às políticas de governo, tendo como foco a formação de recursos humanos para a Educação Básica”.

Com o PPA 2012-2015, os recursos ficaram alocados na Diretoria de Relações Internacionais (DRI), mas algumas ações são executadas diretamente pela DEB, por meio de Plano Interno acordado com aquela diretoria. Em projetos que já eram desenvolvidos pela DRI, como o Programa de Licenciaturas Internacionais (PLI), por exemplo, a DEB atende a solicitações daquela diretoria, atuando em parceria.

2.3.3. Dados consolidados do período 2010 a 2014

A seguir apresenta-se o histórico das ações de cooperação internacional voltadas à formação de professores da educação básica, no período 2010-2014. A primeira tabela consolida os dados de todos os editais lançados no período.

Tabela 72. Cooperação Internacional para Professores da Educação Básica 2010-2014

Cooperação Internacional para Professores da Educação Básica - 2010 a 2014			
Área	País	Professores	
Idiomas	Estados Unidos da América	Inglês	1.675
	Reino Unido	Inglês	99
	França	Francês	32
	Alemanha	Alemão	25
Matemática	Portugal	Matemática	25
	França	Matemática (ProfMat)	26
Ciências	Suíça/CERN	Física	125
	Portugal	Química e Física	92
Língua Portuguesa	Portugal	Língua Portuguesa	25
Educação Infantil	Portugal	Educação Infantil	25
Gestão Escolar	Reino Unido	Gestores Escolares	30
Total			2.179

Fonte: CGV/DEB/CAPES

Tabela 73. Cooperação Internacional para Professores da Educação Básica, por ano, 2010-2014

ANO	Inglês		Alemão	Francês	Física	Matemática	Gestores	Diversos	Total
	Reino Unido	Estados Unidos	Alemanha	França	Suíça	França	Reino Unido	Portugal	
2010	22	20	0	0	20	0	0	0	62
2011	30	50	0	0	20	0	0	0	100
2012	25	534	25	0	25	0	0	0	609
2013	22	1.071	0	32	30	26	0	167	1.348
2014	0	0	0	0	30	0	30	0	85
TOTAL	99	1.675	25	32	125	26	30	167	2.179

Fonte: CGV/DEB/CAPES

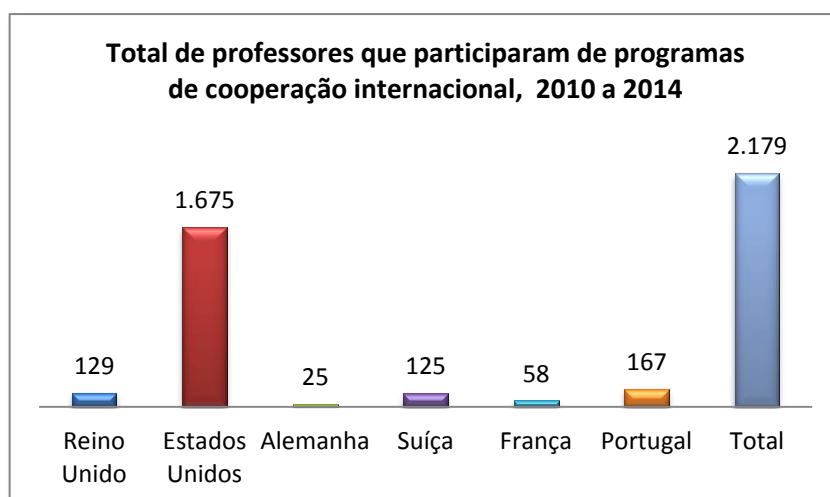


Gráfico 104. Total de professores que participaram de programas de cooperação internacional, editais 2010 a 2014

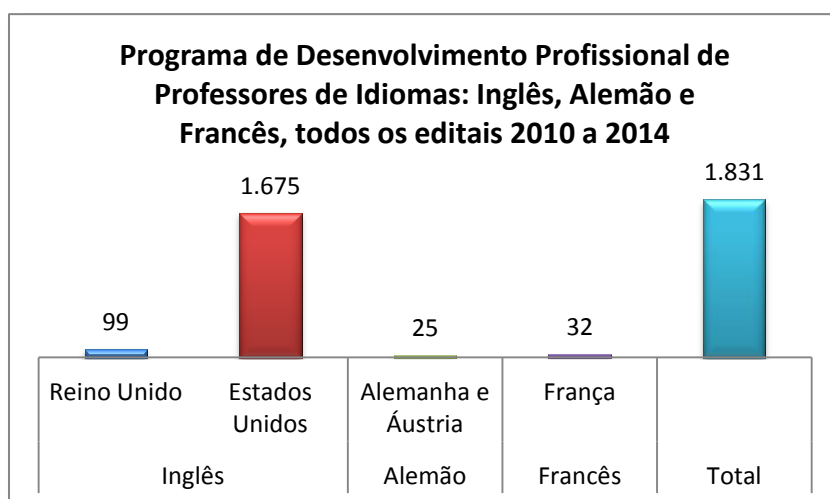


Gráfico 105. Programa de Desenvolvimento Profissional de Professores de Idiomas, 2010 a 2014

Na sequência, informações sobre cada programa.

2.3.4. Cooperação Internacional: Programa de Desenvolvimento Profissional de Professores de Inglês – PDP-I

A DEB tem desenvolvido ações voltadas à profissionalização de docentes de línguas estrangeiras, inicialmente com ênfase nos professores de inglês.

Os dados do Censo 2011 do INEP mostram que há 40.882 professores de Língua Inglesa atuando no Ensino Médio e 95.552 no Ensino Fundamental. O ensino de uma língua estrangeira moderna está presente no currículo da educação básica a partir do sexto ano do ensino fundamental e em todo o ensino médio.



O **Programa de Desenvolvimento Profissional de Professores de Inglês – PDP-I** foi desenhado em 2012, com base na experiência exitosa do projeto de Certificação de Professores de Língua Inglesa nos EUA - uma ação baseada no Memorando de Entendimento sobre Educação assinado entre o Brasil e os Estados Unidos da América, em 14 de outubro de 1997, e em parceria com a Embaixada Americana e a Comissão Fulbright, com o apoio do IIE – International Institut of Education.

Entre 2010 e 2013, foram publicados os editais³:

- Edital Capes nº 52/ 2010;
- Edital Capes nº 35/2011;
- Edital Capes nº 44/2012 (lançado em escala mais ampla e com o nome de Programa de Desenvolvimento Profissional de Professores de Inglês – PDPP-I);
- Edital Capes nº 05/2013 e
- Edital Capes nº 39/2013.

³ No ano de 2014, por restrições orçamentárias, não foi publicado edital do PDP-I. Há expectativa da Capes, das redes de ensino e dos professores de retomada do programa.

O programa nos EUA tem duração de 6 semanas e compreende três modalidades de cursos: desenvolvimento de metodologias, que é dirigido a professores com conhecimentos avançados na língua inglesa; e cursos de aprimoramento em inglês, nos níveis intermediários I e II, para educadores que necessitem melhorar habilidades específicas na língua.

As instituições parceiras da Capes na última edição do programa foram:

Tabela 74. PDPI: Instituições parceiras nos Estados Unidos

Instituições Parceiras - PDPI - Edital 39/2013		
	Universidades	Localização
1	Dillard University	New Orleans, Louisiana
2	Drexel University	Philadelphia, Pennsylvania
3	Florida International University	University Park, Florida
4	Georgia Tech	Atlanta, Georgia
5	Illinois State University	Normal, Illinois
6	Loyola University	Chicago, Illinois
7	Miami Dade	Miami, Florida
8	Notre Dame	South Bend, Indiana
9	Rutgers University	New Brunswick, New Jersey
10	Southern Illinois University	Carbondale, Illinois
11	St. John's University	New York, New York
12	Temple University	Philadelphia, Pennsylvania
13	University of Arizona	Tucson, Arizona
14	University of California, Irvine	Irvine, California
15	University of California, La Ext	Los Angeles, California
16	University of Delaware	Newark, Delaware
17	University of Nebraska, Omaha	Omaha, Nebraska

Fonte: CGV/DEB/CAPEs

2.3.4.1. Os principais dados

O processo seletivo dos professores é feito por meio de exame de proficiência de Inglês (Toefel-ITP), aplicado gratuitamente. A partir do Edital 44/2012, foram reservadas 20 vagas por UF, buscando equidade e redução das assimetrias regionais. As vagas não preenchidas em um estado são repassadas a outro da mesma região. Pelos dados do INEP, a distribuição regional dos docentes de Inglês é de 9% no Norte; 37% no Nordeste; 8% no Centro-Oeste; 33% no Sudeste e 15% no Sul. Na tabela abaixo, apresenta-se o percentual atendido pela Capes no período 2010 a 2014.

Tabela 75. Distribuição dos professores de Inglês por região e percentual atendido, 2010/2014

Professores de Inglês	Percentual por região	Percentual atendido pela Capes
N	9	15
NE	37	34
CO	8	13
SE	33	29
S	15	9

Fonte: CGV/DEB/CAPEs

Nos próximos editais, a Capes poderá fazer um ajuste nas vagas a fim de equilibrar as diferenças. Importa ressaltar que a oferta de 20 vagas por UF nem sempre é passível de preenchimento, uma vez que é necessário que o professor comprove sua proficiência em inglês, por meio de processo seletivo (Toefel-ITP).

Em todos os estados onde há número inferior a 60 candidatos (equivalente a 20 vagas por edital, a partir do edital nº 44/2012), verifica-se a necessidade de um curso de aperfeiçoamento, nos moldes do *My English on line*, para que os professores possam elevar sua proficiência e alcançar a nota de corte estabelecida pelos editais.

A análise dos dados coletados permitirá à DEB o desenho de ações especiais para atender a UFs com maior fragilidade.

Na tabela a seguir, apresenta-se o resultado de cada edital, por UF, abrangendo as redes estaduais e municipais.

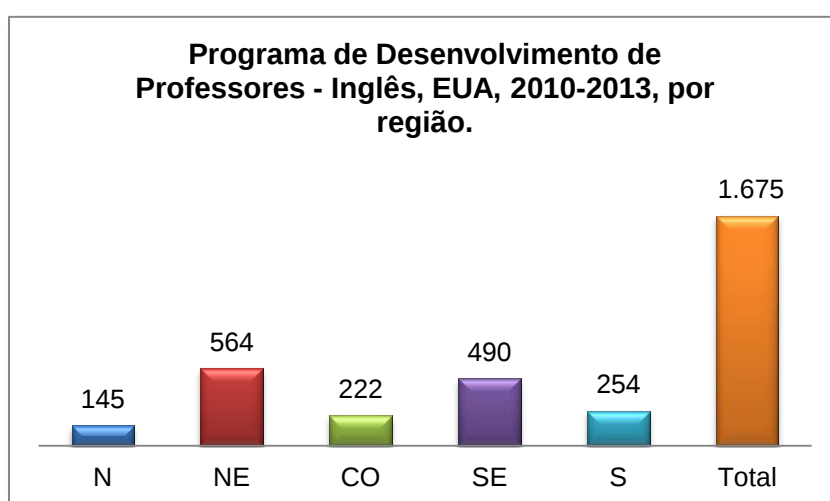


Gráfico 106. PDPI: número de professores atendidos por região, 2010 a 2013

Tabela 76. PDPI: professores atendidos por edital e por UF, editais 2010 a 2013

Regiões/UF/Editais		52/2010	35/2011	44/2012	05/2013	39/2013	Total
	Total	20	50	534	533	538	1.675
N	AC	0	0	7	3	0	10
	AM	1	1	9	7	9	27
	AP	1	1	3	4	4	13
	PA	1	0	21	21	8	51
	RO	0	0	4	6	5	15
	RR	0	0	7	2	0	9
	TO	1	0	7	10	2	20
NE	AL	0	0	17	10	6	33
	BA	1	2	58	46	43	150
	CE	0	0	20	10	12	42
	MA	0	0	17	24	16	57
	PB	0	0	12	6	6	24
	PE	1	2	64	35	35	137
	PI	1	1	17	10	16	45
	RN	0	0	13	11	12	36
CO	SE	0	0	23	11	6	40
	DF	0	6	45	50	23	124
	GO	1	5	27	20	6	59

	MS	0	2	7	9	1	19
	MT	0	1	11	4	4	20
SE	ES	0	2	12	13	11	38
	MG	2	4	22	27	42	97
	RJ	2	7	23	48	63	143
	SP	4	12	23	38	135	212
	PR	1	3	21	54	26	105
S	RS	1	0	22	28	36	87
	SC	2	1	22	26	11	62

Fonte: CGV/DEB/CAPEs

No próximo item, apresenta-se a parceria com o Instituto de Educação da Universidade de Londres, com o qual a Diretoria de Relações Internacionais (DRI) tem parceria na oferta de turmas de inglês para professores da rede pública de educação básica.

2.3.5. Programa Ensino de Inglês como uma Língua Estrangeira

O programa de Ensino de Inglês como Língua Estrangeira (*Teaching of English as a Foreign Language*) é resultado da parceria entre a CAPES e o Instituto de Educação da Universidade de Londres (IOE) para promover a capacitação de docentes de língua inglesa vinculados à rede pública de Educação Básica.



Os professores são selecionados por meio de edital específico para curso de capacitação na Universidade de Londres. A carga horária do curso equivale a 30 créditos e corresponde a um módulo do mestrado da universidade. Sua ênfase é na produção de material para o processo de ensino-aprendizagem da Língua Inglesa no Brasil.

Como resultado de sua participação no programa, os professores deverão elaborar, com a supervisão de professores do Instituto de Educação da Universidade de Londres, um projeto de trabalho a ser desenvolvido com seus alunos e/ou professores de inglês de sua instituição de origem.

O programa já lançou quatro editais:

- Edital nº65/2010, com seleção de 22 participantes;
- Edital nº 009/2012, com 30 participantes;
- Edital nº 043/2012, com 25 participantes e
- Edital nº 73/2013, com 22 participantes.

Por ser um módulo do mestrado, a exigência do domínio da língua é maior do que a cobrada no programa com as universidades dos Estados Unidos, uma vez que no IOE não há os três níveis de curso (básico, intermediário e avançado), conforme a pontuação do professor no Toefel. Dessa forma, algumas UFs não estão representadas no programa realizado em parceria com o Instituto de Educação da Universidade de Londres. Em geral são as mesmas que não alcançaram as 20 vagas por edital oferecida a cada estado (ver item anterior).

“Refleti muito sobre a minha prática pedagógica, e retornei disposta a brigar com muito mais afinco para mudar coisas nas quais eu já quase não acreditava. E com propostas novas para alcançar esses objetivos.(...)”

O resultado irá se refletir nos 500 alunos que passam por mim a cada ano e em toda a equipe de professores que pretendo orientar através de cursos de capacitação locais, organizados pelo governo do Estado do Rio de Janeiro, no Centro de Disseminação vizinho à minha unidade escolar.”

M.F, IOE, professora no RJ.

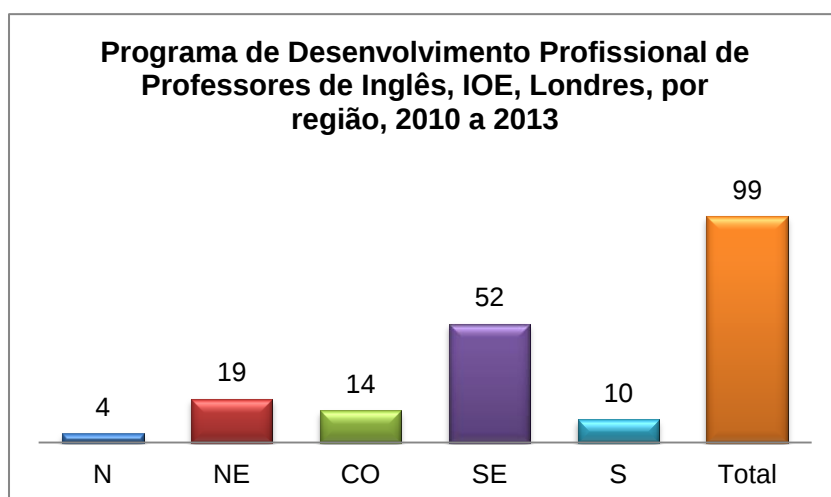


Gráfico 107. Desenvolvimento Profissional de Professores de Inglês, IOE, Londres, por região, 2010 a 2013

Tabela 77. IOE: professores atendidos por edital e por UF, editais 2010 a 2013

Regiões	UF	2010	2011	2012	2013	Total
N	PA	0	1	1	0	2
	RO	0	1	0	0	1
	TO	0	1	0	0	1
NE	BA	1	2	1	2	6
	CE	0	0	0	3	3
	MA	1	1	0	2	4
	PE	0	3	0	1	4
	PI	0	0	1	1	2
CO	DF	0	1	3	4	8
	GO	1	0	2	1	4
	MS	0	1	0	0	1
	MT	0	1	0	0	1
SE	MG	1	4	2	1	8
	RJ	5	4	1	3	13
	SP	9	9	10	3	31
S	PR	1	0	1	0	2
	RS	3	1	3	1	8
Total		22	30	25	22	99

Fonte: CGV/DEB/CAPES

2.3.6. Programa de Desenvolvimento Profissional de Professores de Alemão – PDP- A

Em parceria com a Universidade Federal do Paraná, a Capes apoiou curso de aperfeiçoamento para professores de alemão que atuam na educação básica brasileira. Em algumas escolas públicas brasileiras, especialmente na região Sul, devido à imigração, o ensino de Alemão integra os currículos da escola pública.

A população brasileira atual, em razão da imigração de cerca de 350.000 indivíduos de fala alemã, entre 1824 e 1952, conta hoje com cerca de 5 milhões de cidadãos brasileiros com ascendência, ao menos parcialmente, ligada à língua e cultura alemã.

Assim, a Capes, reconhecendo a pluralidade que forma a cultura brasileira e a importância do ensino de Alemão para impulsionar a mobilidade de estudantes de graduação e pós-graduação do Programa Ciências Sem Fronteiras, fomentou a imersão de professores de alemão da rede pública em instituições da Alemanha e Áustria.

A parceria da Universidade Federal do Paraná com a Capes nesse projeto deve-se à tradição que essa IES possui na oferta de cursos de Letras-Alemão, há mais de meio século. A UFPR é parceira do Herder-Institut da Universidade de Leipzig, que é o maior e mais antigo instituto acadêmico na área de Alemão como Língua Estrangeira. Centro de excelência em nível internacional, o instituto oferece, além do mestrado em parceria com Curitiba, mestrado e doutorado bilaterais na área, em conjunto com universidades nos Estados Unidos, México, Ucrânia, Egito e Espanha. O InterDaf é centro associado de idiomas e seminários para o público externo, em atividade há 20 anos.



O público alvo do programa foi de professores efetivos da rede pública de educação básica, licenciados em Letras, e estudantes de cursos de licenciatura em Alemão, cursando disciplinas a partir do terceiro ano. Foram 12 vagas para professores contratados para a disciplina de Alemão; 03 vagas para professores de outras disciplinas de Língua, licenciados em Letras, e com domínio comprovado de língua alemã, em nível avançado; e 07 vagas para estudantes de licenciatura em Alemão.

Os participantes foram selecionados por meio de Edital publicado pela UFPR e apoiado pela Capes. O processo seletivo se desenvolveu em três etapas de caráter eliminatório e classificatório: a) conhecimentos de língua alemã (certificados ou provas de nivelamento atualizados); b) tempo de atuação na rede pública; c) avaliação de currículo e carta de motivação, que receberam nota de comissão formada por três docentes universitários. Essa comissão determinou a classificação final para concessão dos benefícios.

O curso teve duração de cinco semanas, de 8 de janeiro a 9 de fevereiro de 2013, com fase alemã de quatro semanas na cidade de Leipzig (interDaf) e fase austríaca de uma semana na cidade de Viena (BMUKK). O programa compreendeu:

- Aulas de língua alemã nas variantes alemã e austríaca para atualização e aperfeiçoamento dos participantes, com a realização de testes antes e depois do Curso;
- Aulas de atualização em Linguística Aplicada, Didática e Metodologia;
- Aulas e atividades educativas sobre Cultura e História, a partir do contexto local;
- Visitas a instituições relevantes para a dinâmica das relações entre Brasil e Alemanha, e Brasil e Áustria, com atividades e encontros com agentes brasileiros, alemães e austríacos nesses processos de interação cultural e institucional.

Em 2014, foi lançado Edital nos mesmos moldes do ano anterior para seleção de até 25 participantes. O curso ocorrerá entre os dias 07 de janeiro a 07 de fevereiro de 2015. A etapa alemã do curso, em Leipzig, terá duração de 3(três) semanas e 3 (três) dias, e a etapa austríaca, em Viena, de 8(oito) dias. Como a mobilidade acontecerá em 2015, os dados serão lançados no próximo relatório de gestão da DEB.

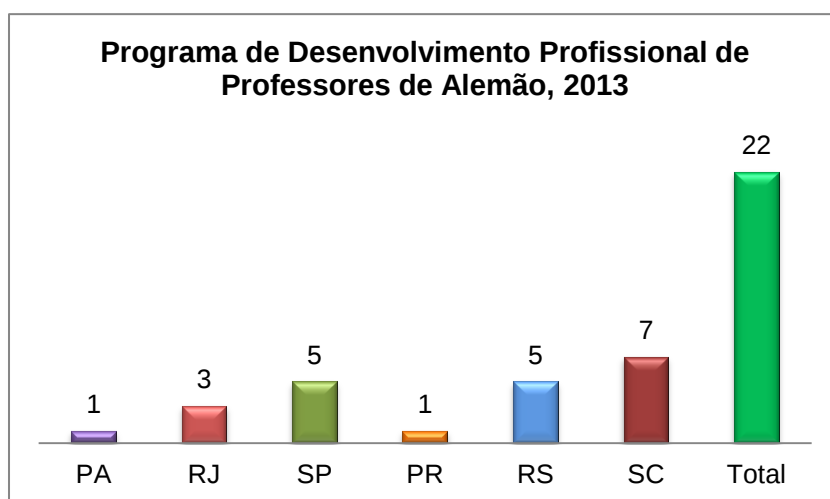


Gráfico 108. Programa de Desenvolvimento Profissional de Professores de Alemão, 2013

2.3.7. Desenvolvimento Profissional de Professores de Francês – PDPF

O Programa de Aperfeiçoamento para Professores de Língua Francesa, na França, é coordenado pela Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica, da Capes, em parceria com a Embaixada da França no Brasil e com o Centro Internacional de Estudos Pedagógicos (CIEP). Fortalecer a fluência oral e escrita em francês, compartilhar metodologias de ensino e avaliação que estimulem a participação do aluno em sala de aula são alguns dos objetivos do Programa.

A iniciativa ofereceu curso intensivo de quatro semanas na Universidade de Nantes, com atividades acadêmicas e culturais, e ocorreu entre os dias 1º a 26 de julho de 2013, com 30 professores bolsistas do Pibid – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, vinculados a subprojetos de Língua Francesa – entre coordenadores de área, supervisores e alunos.

O processo seletivo dos professores ficou sob responsabilidade de cada coordenador institucional de projeto Pibid na área de língua francesa e considerou como critérios: a proficiência no idioma francês e o tempo e a regularidade de participação dentro do projeto Pibid.

Em Nantes, os professores selecionados puderam participar de conferências, mesas redondas e debates com especialistas da área de formação, com responsáveis e agentes do Ministério das Relações Exteriores da França, do Instituto Francês, da Organização Internacional da Francofonia, da Aliança Francesa, da Federação Internacional dos Professores de Francês, da TV5 Monde, da Radio France International, da revista *Le Français dans le Monde* e das editoras francesas que publicam materiais didáticos de francês língua estrangeira (CLE International, Hachette, Didier-Hatier, entre outras).

Próximas edições dependem de aprovação do orçamento elaborado pela diretoria.

“O programa é incrível. Foi como se um mundo novo se abrisse diante dos meus olhos, cheio de novas possibilidades e novas visões da educação. Foi realmente uma maneira de me motivar a seguir a carreira de professora e de abrir a mente para o mundo.”

Y.W. bolsista Pibid/Francês, UFRGS.

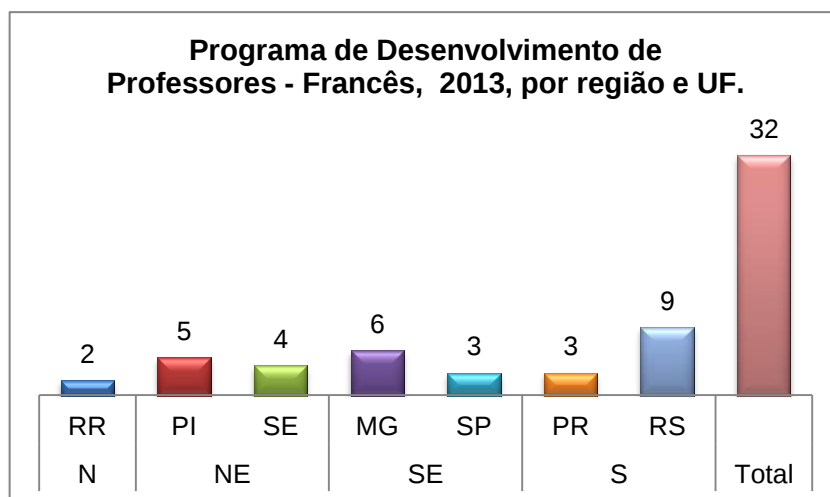


Gráfico 109. Programa de Desenvolvimento de Professores - Francês, 2013, por região e UF.

2.3.8. Desenvolvimento Profissional de Professores de Física – PDPFís

O Centro Europeu de Pesquisas Nucleares – CERN, em Genebra, na Suíça, é um dos maiores laboratórios de pesquisa em Física no mundo. Dentre os seus diversos programas, o CERN mantém um de Educação, destinado a professores de diversos países da Europa, do qual constam cursos sobre tópicos de Física, ministrados no idioma dos participantes, além de visitas às suas instalações e laboratórios.

Como resultado de negociações por parte de pesquisadores brasileiros e da Sociedade Brasileira de Física (SBF), foi aberta a possibilidade de participação de professores brasileiros no programa.

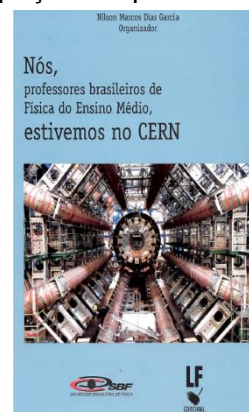
Desde 2010, em parceria com a SBF, a Capes tem apoiado a participação de professores brasileiros da rede pública de educação básica no referido curso de formação. Professores de escolas privadas que participem do curso a convite da SBF não são financiados pela Capes.

A edição de 2010 ocorreu no período de 5 e 10 de setembro; a de 2011 entre 4 e 9 de setembro; a de 2012, de 26 a 31 de agosto e a de 2013, de 1º a 07 de setembro. No ano de 2014, o curso ocorreu no período de 21 a 29 de agosto e contou com a participação de 28 professores das redes públicas e 02 professores coordenadores. Nas últimas edições, os docentes brasileiros selecionados pela SBF estiveram ao lado de professores do Ensino Médio portugueses e africanos luso-falantes.

A repercussão do curso entre os professores reflete-se no aperfeiçoamento de didáticas e metodologias educacionais, na melhoria do desempenho profissional, na elevação da autoestima, no alargamento da visão de mundo, na motivação para o trabalho, com impactos positivos na sala de aula. O livro “*Nós, professores brasileiros de Física do Ensino Médio, estivemos no CERN*” retrata esses impactos.

De 2010 a 2014 foram apoiados 125 professores para participarem das atividades no CERN. Desses, 47 são supervisores do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID.

A seguir, dados por região e UF.



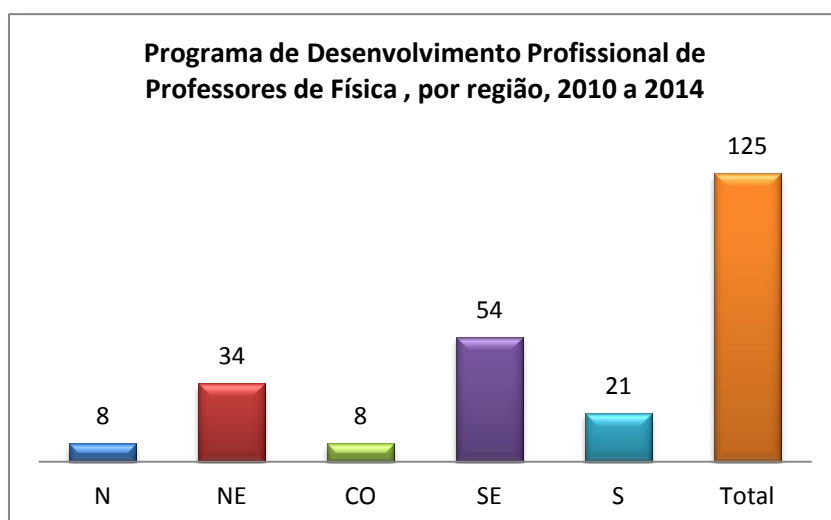


Gráfico 110. Programa de Desenvolvimento de Professores de Física no CERN, por região, 2010 a 2014

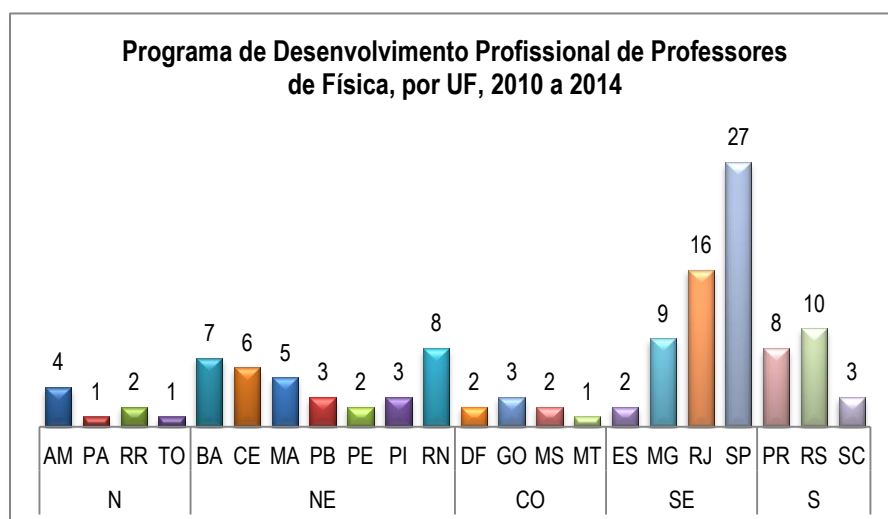


Gráfico 111. Programa de Desenvolvimento de Professores de Física no CERN, por UF, 2010 a 2014

Tabela 78. Programa de Desenvolvimento de Professores de Física no CERN, por UF, 2010 a 2014

Região	UF	2010	2011	2012	2013	2014	Total
N	AM	1	1	1	1	0	4
	PA	0	1	0	0	0	1
	RR	0	0	1	0	1	2
	TO	0	0	1	0	0	1
NE	BA	1	1	2	1	2	7
	CE	0	1	2	2	1	6
	MA	0	0	1	2	2	5
	PB	0	0	0	1	2	3
	PE	0	1	1	0	0	2
	PI	0	0	1	1	1	3
	RN	1	0	3	1	3	8

CO	DF	0	0	1	1	0	2
	GO	1	0	0	2	0	3
	MS	0	0	1	0	1	2
	MT	0	1	0	0	0	1
SE	ES	0	1	0	0	1	2
	MG	1	3	0	3	2	9
	RJ	5	2	4	2	3	16
	SP	7	4	4	6	6	27
S	PR	1	2	2	1	2	8
	RS	2	2	0	4	2	10
	SC	0	0	0	2	1	3
Total		20	20	25	30	30	125

2.3.9. Programa de Desenvolvimento Profissional para Professores de Matemática - França

O Programa de Desenvolvimento Profissional para Professores de Matemática – PDPM ofereceu a professores de Matemática, que concluíram o PROFMAT – Programa de Mestrado Profissional em Matemática, a oportunidade de realizarem uma formação continuada de um mês no *Centre International d'Études Pédagogiques (CIEP)*.

Realizado na cidade de Sèvres, na França, o Programa PDPM ocorreu entre os dias 14/04 a 11/05 de 2013 e atendeu a 26 professores. A responsabilidade do curso coube aos professores doutores Denis Butlen, Maha Abboud-Blanchard e Pascale Boissonnet, do Laboratoire de Didactique André Revuz, da Université Paris-Diderot (Paris 7).

A seleção dos professores foi realizada pelo IMPA e levou em conta seu desempenho no ProfMat.

Os professores participantes organizaram relatório e apresentaram no CTC-EB uma avaliação sobre o curso que foi altamente positiva. Em oficina realizada no Encontro Nacional do ProfMat, em Brasília, o grupo compartilhou com os colegas de mestrado diversos aspectos da programação, sinalizando os ganhos profissionais que obtiveram ao participar do programa.

A próxima edição está prevista para ocorrer tão logo a Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica disponha de recursos para novos acordos de cooperação internacional. Vale ressaltar, que a avaliação positiva do programa e a boa relação institucional entre a Capes, a Embaixada da França e o CIEP sinalizam a importância de novas edições em exercícios futuros.

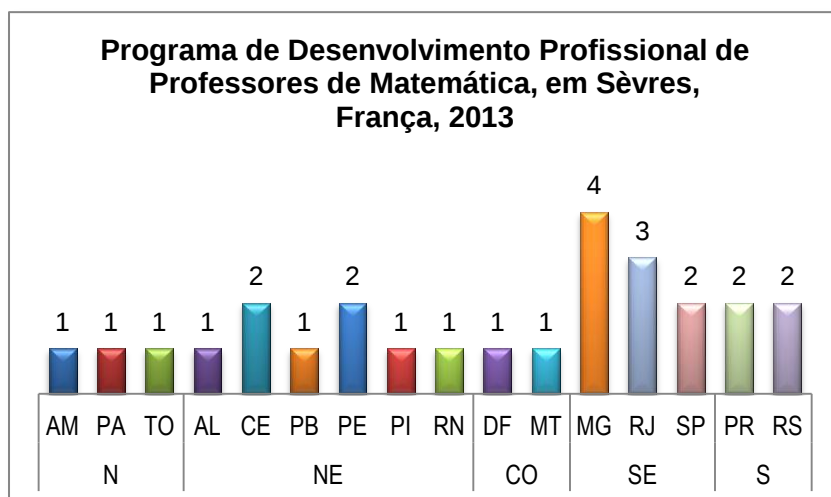


Gráfico 112: Quantitativo de participantes do PDPF, por estado e região.

2.3.10. Programa de Desenvolvimento Profissional para Professores em Portugal

O Programa de Desenvolvimento Profissional para Professores ofereceu a docentes brasileiros a oportunidade de realizarem cursos de aperfeiçoamento nas Universidades de Aveiro e Porto – Portugal, nas áreas de Pedagogia/Educação Infantil, Física, Química, Matemática e Língua Portuguesa, com a finalidade de valorizar a formação de professores da educação básica no Brasil.

O objetivo geral do PDPP foi proporcionar a professores da rede pública e a participantes dos programas de formação de professores da DEB/Capes oportunidades de aperfeiçoamento e atualização. Em 2013, foram selecionados professores supervisores do Pibid e professores-estudantes do Parfor.

As Universidades do Porto e de Aveiro que participaram do projeto são referências na formação dos professores portugueses. A Universidade do Porto conta com 31.000 estudantes, 2.300 professores e pesquisadores, 15 escolas e 69 unidades de pesquisa, distribuídas por três polos universitários localizados na cidade do Porto. A Universidade de Aveiro é uma fundação pública com regime de direito privado que tem como missão a intervenção e o desenvolvimento da formação graduada e pós-graduada, a pesquisa e a cooperação. Criada em 1973, rapidamente se transformou numa das mais dinâmicas e inovadoras universidades do país.

Os cursos oferecidos tiveram como objetivos:

- **Educação Infantil:** Aperfeiçoar as competências de observação, avaliação e intervenção em contextos de infância, procurando concretizar práticas pedagógicas de qualidade, inclusivas e respeitadoras dos diferentes intervenientes no processo educativo (crianças, educador, auxiliares, família e comunidade).
- **Física:** Proporcionar aprofundamento de alguns dos conceitos de Física presentes no ensino médio da educação pública brasileira, oferecendo um conjunto de Unidades Temáticas e seminários dentro dos conteúdos específicos.

“Pude perceber que, com um bom preparo, os equipamentos eletrônicos, como computador, celular, *tablet* e outros podem ajudar, e muito, o trabalho. Hoje, a lousa digital é uma realidade e a uso sempre.

Após o curso, passei a ser mais crítico quanto ao meu trabalho. Foi inesquecível e marcante.”

R.D, Junqueirópolis, SP.

- **Matemática:** Proporcionar aprofundamento de alguns dos conceitos de Matemática, bem como estratégias didáticas que priorizem a resolução de problemas e o uso das tecnologias na educação básica.
- **Química:** Incentivar o ensino centrado nos alunos para a promoção da aprendizagem ativa, com ênfase na química da água como gerador de conceitos químicos de interesse para a educação básica brasileira, como solubilidade, propriedades coligativas, cinética, recursos energéticos, termoquímica, equilíbrio químico e funções inorgânicas.
- **Língua Portuguesa:** Contribuir para uma efetiva melhoria do desempenho profissional dos docentes brasileiros sobre as finalidades do estudo da língua e das práticas pedagógicas que subsidiam o ensino da Língua Portuguesa nas escolas públicas.

A oferta foi feita de acordo com a tabela abaixo, totalizando 175 vagas:

Tabela 79. Oferta dos cursos pelo PDPP (UPorto e UAveiro)

Curso / Universidade	Número de vagas
Física / Universidade de Aveiro	25
Física / Universidade do Porto	25
Química / Universidade de Aveiro	25
Química / Universidade do Porto	25
Matemática / Universidade de Aveiro	25
Pedagogia / Universidade de Aveiro	25
Língua Portuguesa / Universidade do Porto	25

Foram preenchidas 167 do total das vagas, considerando que não houve procura suficiente para o preenchimento de todas as vagas ofertadas no curso de Física – UA. Os gráficos abaixo mostram os quantitativos de professores que foram selecionados para o PDPP por curso e universidade.

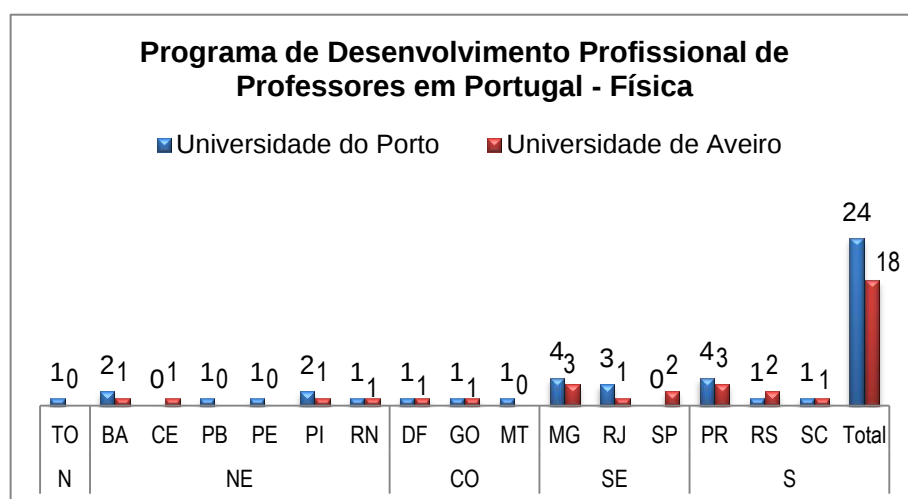


Gráfico 113: Selecionados para o curso de Física, UPorto e UAveiro

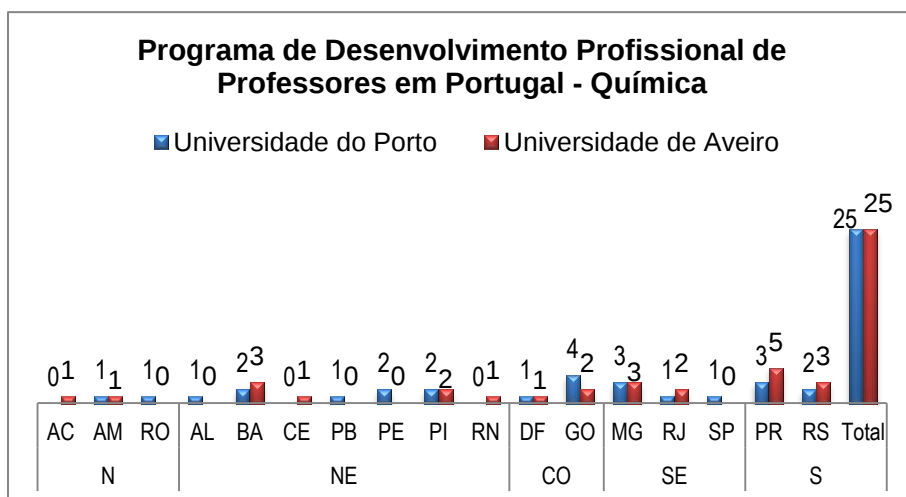


Gráfico 114: Selecionados para o curso de Química, UPorto e UAveiro

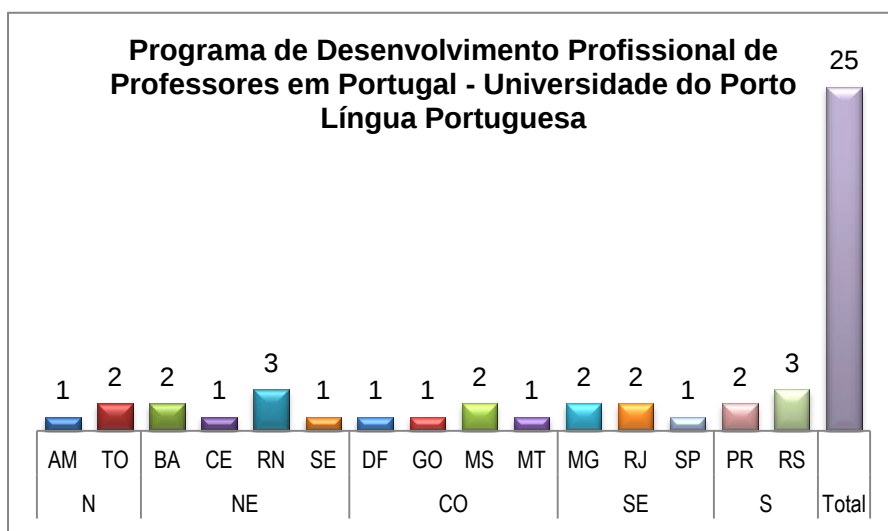


Gráfico 115: Selecionados para o curso de Língua Portuguesa, UPorto

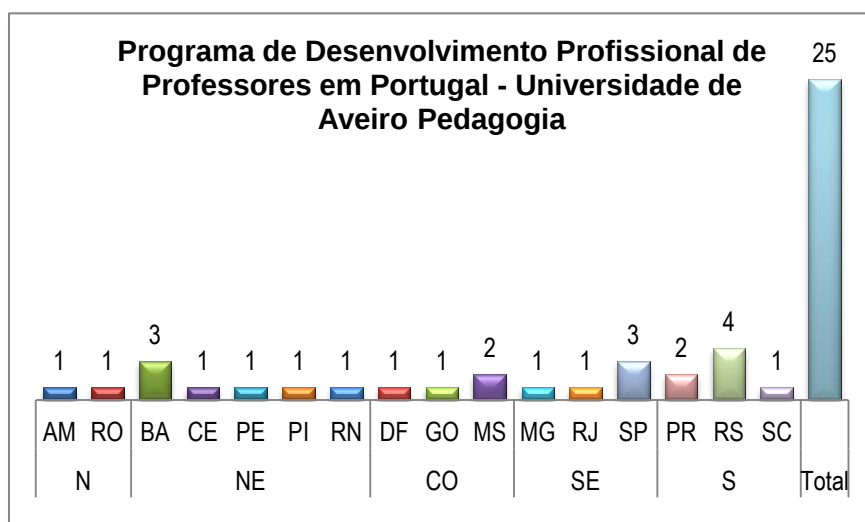


Gráfico 116: Selecionados para o curso de Educação Infantil (Pedagogia), UA

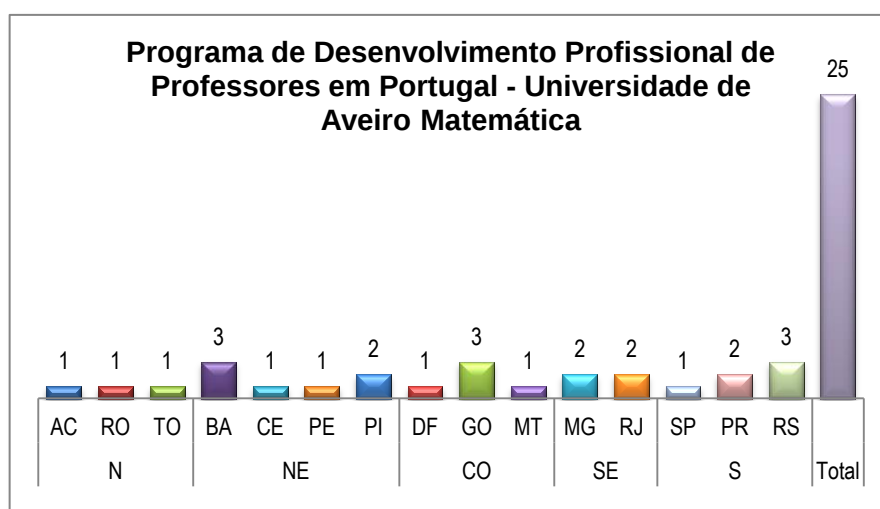


Gráfico 117: Selecionados para o curso de Matemática, UAveiro

Existe perspectiva de que sejam realizadas novas edições do programa em Portugal nos próximos exercícios, a depender da disponibilidade orçamentária.

2.3.11. Programa de Mobilidade para Gestores Escolares no Reino Unido, 2014

O Programa de Mobilidade para Professores no Reino Unido marca a intenção da CAPES de investir também na formação continuada de elevado padrão para gestores escolares. O programa ofereceu a diretores a oportunidade de realizarem curso no *National College for Teaching and Leadership* (NCT&L) na cidade de Nottingham no Reino Unido. O curso foi composto pela combinação de workshops e visitas a escolas britânicas, estudos de casos reais sobre o desempenho de líderes escolares, análise do perfil dos gestores escolares e ênfase no levantamento e no estudo dos padrões profissionais para liderança educacional e gestão escolar.

O objetivo do curso foi aprimorar habilidades pessoais e profissionais de 27 diretores de escolas públicas que conquistaram o Prêmio Gestão Escolar, do Conselho de Secretários Estaduais de Educação (Consed), além de 2 diretores que desenvolveram projetos inovadores de gestão em escolas públicas participantes de projetos financiados pela Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica da Capes.

A participação dos 27 diretores selecionados no âmbito do referido Prêmio Gestão Escolar insere-se Cooperação entre a Capes e o Consed, cujo Acordo foi celebrado em 17 de julho de 2013.

O *National College for Teaching and Leadership* (NCT&L) foi criado em 2000 e é conhecido internacionalmente como instituição de excelência em desenvolvimento de liderança e suporte escolar. O NCTL apoia a formação de gestores em diversos países. A tabela abaixo destaca as escolas cujos diretores participaram da formação:

Tabela 80: Escolas participantes do Curso de Gestores em Nottingham

Cidade	UF	Nome da Escola Estadual
Tarauacá	AC	Rosaura Mourão da Rocha
Santana do Mundaú	AL	Manoel de Matos
Itacoatiara	AM	Senador João Bosco

Macapá	AP	Modelo Guanabara
Itabuna	BA	Felix Mendonça
Camocim	CE	Deputado Murilo Aguiar Liceu de Camocim
Planaltina	DF	Classe Córrego do Arrozal
Vitória	ES	Gisela Sallooker Fayet
Goiatuba	GO	Colégio Estadual de Goiatuba
Matinha	MA	Aniceto Mariano Costa
Dores do Turvo	MG	Terezinha Pereira
João Monlevade	MG	Luiz Prisco de Braga
Sabará	MG	Bolivar Tinoco Mineiro
Campo Grande	MS	Olinda Conceição Teixeira Bacha
Juara	MT	Luiza Nunes Bezerra
Cuiabá	MT	Representante do CONSED
Abaetetuba	PA	São Francisco Xavier
Campina Grande	PB	Prof. Itan Pereira
Petrolândia	PE	Escola de Jatobá - Ensino Fundamental e Médio
Monsenhor Hipólito	PI	Unidade Escolar José Alvez Bezerra
Imbituva	PR	Alcides Munhoz
Cambuci	RJ	Waldemiro Pitta
Jaçanã	RN	Profª Terezinha Carolino de Souza
Vilhena	RO	Wilson Camargo
Boa Vista	RR	Mário David Andreazza
Santa Maria	RS	Augusto Ruschi
Xanim	SC	Gomes Carneiro
Moita Bonita	SE	General Djenal Tavares de Queiroz
Araras	SP	Cesar Lacerda de Vergueiro Senador
Lavandeira	TO	Colégio Estadual Lavandeira

Os gestores participantes do curso desenvolverão projetos pedagógicos em suas unidades e cidades, de modo a multiplicar a formação recebida em Nottingham. O acompanhamento dos projetos dar-se-á em 2015, antes da preparação de novas turmas.

2.3.12. Programa de Apoio ao Setor Educacional do Mercosul - PASEM

O Programa de Apoio ao Setor Educacional do Mercosul – Pasem é uma atividade do Plano Estratégico do Setor Educacional do Mercosul – SEM⁴, desenvolvida com o apoio da União Europeia, por meio do convênio nº DCI-ALA 2010/19-892, firmado com o Grupo de Mercado Comum do Mercosul – GMC em outubro de 2011 e aprovado por meio da Portaria MERCOSUL/GMC/RES. 27/11.

A gestão do convênio foi delegada ao Ministério da Educação da Argentina, sob responsabilidade da Unidade de Financiamento Internacional. Esse órgão contratou uma Equipe Gestora do Projeto – EGP para gerir e promover a execução do Projeto, com o apoio da Comissão Regional Coordenadora de Formação Docente – CRC-FD.



⁴ Criado a partir do Protocolo de Intenções firmado em Brasília na Reunião de Ministros da Educação (RME) dos quatro países. A RME é instância máxima decisória, que tem por finalidade auxiliar o Conselho de Mercado Comum nas ações de coordenação das políticas educacionais nos Estados Membro. A REM conta com o apoio de Comité Coordenador Regional (CCR), que por sua vez é apoiado por Comissões Regionais Coordenadoras de Áreas, que são: Educação Básica, Educação Tecnológica e Ensino Médio, e Educação Superior.

A Capes passou a compor o Comitê de Representação do Ministério da Educação no Mercosul em 2012, por meio do Ofício 261/2012/Al/GM-MEC, sendo a Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica - DEB designada para representar o MEC na CRC-FD e como Ponto Focal Brasil no Pasem.

O Convênio com a União Europeia tem vigência até maio de 2016 e prevê investimentos no valor de € 9.872.281 (nove milhões, oitocentos e setenta e dois mil e duzentos e oitenta e um euros). Desse total, € 6.772.281 (seis milhões, setecentos e setenta e dois mil, duzentos e oitenta e um euros) serão repassados pela União Europeia e € 3.100.00 (três milhões e cem euros), correspondem à contrapartida dos países signatários. A liberação dos recursos foi realizada em duas parcelas: uma relativa ao “*Presupuesto Programa - PP1*” e outra ao “*Presupuesto Programa - PP2*”. O repasse da segunda parcela sofreu atraso e prejudicou o calendário de atividades de 2014.

Todos os documentos, editais e informações sobre o Pasem estão disponíveis no endereço eletrônico <http://www.pasem.org/>, sediado na página do Mercosul Educacional <http://www.sic.inep.gov.br/>, sítio criado para ser:

um espaço educacional comum, por meio da coordenação de políticas que articulem a educação com o processo de integração do MERCOSUL, estimulando a mobilidade, o intercâmbio e a formação de uma identidade e cidadania regional, com o objetivo de alcançar uma educação de qualidade para todos, com atenção especial aos setores mais vulneráveis, em um processo de desenvolvimento com justiça social e respeito à diversidade cultural dos povos da região (Disponível em: <http://edu.mercosur.int/pt-BR/mercossul-educacional/o-que-e.html>. Consultado em: 14/01/2015)



Figura 46. Mercosul Educacional. Disponível em: <http://www.sic.inep.gov.br/>. Acesso em: 16/01/2015

2.3.12.1. Objetivos do Pasem

O Pasem tem por objetivo geral contribuir para o processo de integração regional, por meio do fortalecimento da formação docente no marco do Plano Estratégico do Setor Educacional do Mercosul.

Os objetivos específicos são: elevar a qualidade da formação docente inicial, continuada e em serviço na Região, tendo como focos: a elaboração e gestão de políticas, o reconhecimento de estudos, a aprendizagem das Línguas Espanhola e Portuguesa como

línguas estrangeiras, a alfabetização e o uso das TICs no processo de ensino e aprendizagem e a consolidação dos vínculos institucionais na Região.

Para alcançar esses objetivos, o Pasem estabeleceu como estratégias: a realização de pesquisas conjuntas, estudos comparados, ações de capacitação, elaboração de material didático e intercâmbio de boas práticas.

O conjunto de ações que vêm sendo desenvolvidas pelo Pasem compreende: (1) a elaboração de estudos com a finalidade de identificar parâmetros comuns e subsidiar a elaboração de um Plano estratégico de desenvolvimento de capacidades em temas como qualidade da educação, uso das TICs na formação docente e a situação das Línguas Espanhola e Portuguesa como línguas estrangeiras no Mercosul; (2) a realização de concursos de experiências inovadoras, visando consolidar um Banco regional de boas práticas de ensino; (3) a implantação de um “Sistema de *Pasantías* de Intercâmbio”, com a finalidade de organizar e realizar missões de estudo de curta duração para docentes e gestores educacionais, destinado a fortalecer e ampliar os vínculos interinstitucionais no campo da formação docente no Mercosul; (4) a aquisição de equipamentos tecnológicos para viabilizar o desenvolvimento das ações e ampliar a comunicação entre os países e (5) a criação de redes colaborativas de instituições no campo da formação docente, com o objetivo de promover o desenvolvimento de pesquisas conjuntas que possam contribuir para o enfrentamento de problemas comuns, como a inclusão, a superação da violência e a evasão escolar.

2.3.12.2. A participação da DEB

A DEB é Ponto Focal do Pasem, por ser representante do MEC na CRC-FD, responsável pela gestão, acompanhamento e avaliação das ações do Pasem.

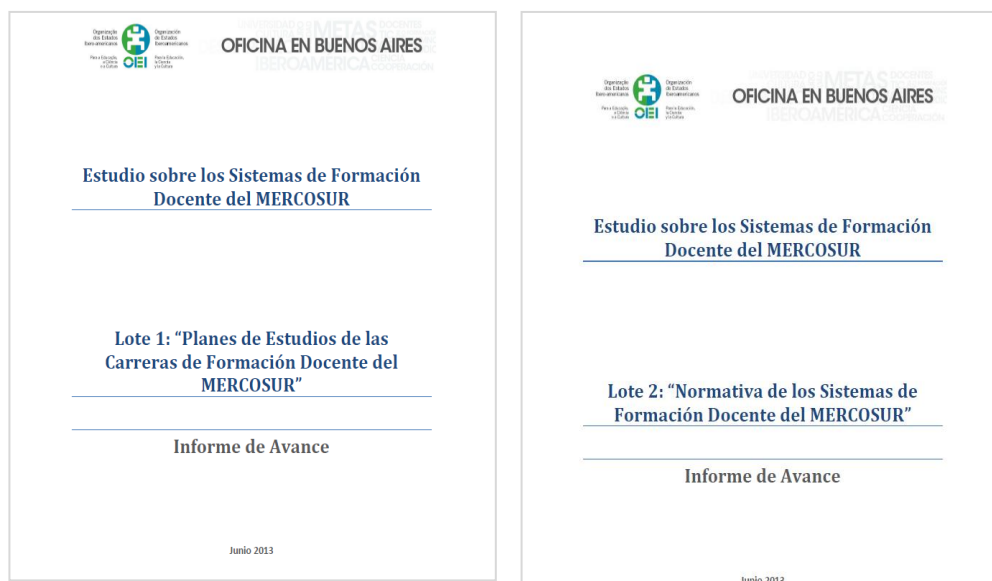
Embora a Capes tenha sido indicada para participar do Pasem em 2012, sua atuação efetiva somente ocorreu em 2013, quando a equipe da Capes, em conjunto com a equipe da Assessoria Internacional do MEC para o Mercosul, começou a participar ativamente das reuniões e oficinas do Programa.

Essa atuação deu-se por meio das seguintes ações: (a) realização de atividades de divulgação, promoção do diálogo e interlocução entre o Pasem e as instituições brasileiras envolvidas com as políticas de formação docente, entre as quais as Instituições de Educação Superior, as secretarias de educação e os Fóruns Estaduais de Apoio à Formação de Professores; (b) indicação e seleção de consultores e especialistas brasileiros para atuar na elaboração de documentos, no acompanhamento e na avaliação de projetos e atividades do Pasem; c) elaboração da prestação de contas e informes sobre o desenvolvimento das ações do Pasem no Brasil.

No desenvolvimento das ações do Pasem, a DEB não teve oportunidade de participar da elaboração do processo licitatório que selecionou as IES para a realização dos estudos previstos, uma vez que somente passou a integrar o Pasem, após este processo licitatório. Isso dificultou a divulgação, tendo como resultado a falta de candidaturas de IES brasileiras ao edital. Assim, para o estudo sobre a incorporação de Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC na formação docente, foi selecionada a Universidade Nacional de San Martín – UNSAM, da Argentina. Para o estudo sobre o sistema de formação docente, a instituição selecionada foi a Organização dos Estados Ibero-americanos – OEI.

Até 2014, foram concluídos os seguintes estudos: a) *Estudio sobre criterios de calidad y mejora de la formación docente del Mercosul* e *Estudio sobre normativa de los sistemas de formación docente del Mercosur*. Essas publicações encontram-se disponíveis no endereço eletrônico <http://www.pasem.org/es/investigaciones/> e alguns exemplares foram distribuídos entre as IES participantes do Parfor, Pibid e Life.

Estão em curso os estudos: Estudo da Situação Atual de Acesso e Uso de TIC na Formação Docente nos Países Beneficiados pelo Pasem e Estudo Comparativo sobre as Políticas de Ensino e Difusão do Espanhol e do Português nos Sistemas de Formação Docente nos Países do Mercosul.



Figuras 47. Estudos sobre os Sistemas de Formação Docente do Mercosul

Nos dias 3 e 4 de abril de 2014, a equipe da Assessoria Internacional, com o apoio da DEB, realizou o I Seminário Nacional do Programa de Apoio ao Setor Educacional do Mercosul – Pasem, intitulado “Os caminhos da Formação Docente”, com a finalidade de apresentar e discutir os principais resultados dos estudos concluídos.

Participaram do evento cerca de 280 participantes, entre os quais pesquisadores, profissionais de educação, gestores e autoridades dos países do Mercosul, envolvidos com formação docente no âmbito do Pasem. As discussões foram publicadas no sítio do evento, no link <http://pasem.mec.gov.br/?pagina=materal>.

As pesquisas concluídas e as informações preliminares dos estudos em andamento serão apresentadas num Seminário Regional a ser realizado em Buenos Aires, no período de 10 a 12/03/2015, cuja organização contará com a participação da equipe da DEB.

No desenvolvimento do Concurso de “Experiências Inovadoras”, foi selecionada a Professora Doutora Catarina de Almeida Santos da Universidade de Brasília – UnB, para compor a comissão de elaboração do Regulamento, Edital e Protocolo de Avaliação. O edital da primeira edição do concurso foi lançado em 01/10/2013, no endereço eletrônico <http://www.pasem.org/es/concurso/> e a apresentação de propostas ocorreu até o dia 15/01/2014. O concurso intitula-se “Experiências Inovadoras na Formação Docente – Prêmio Paulo Freire”.

O Pasem, com o apoio da Capes, solicitou autorização para utilizar o nome de “Paulo Freire” no Programa e foi atendido prontamente pelos familiares do educador. O Brasil apresentou um total de 23 experiências, sendo 10 experiências sobre a temática “Acompanhamento de docentes recém-formados”, 03 experiências sobre a temática “Alfabetização”, 06 tratam de “TICs” e 04 tratam do “Ensino de Ciências”. Nessa edição do Concurso foram selecionadas as seguintes instituições brasileiras: a Ecoa-Ecologia e Ação com o projeto “Educação Ambiental nas Águas do Pantanal”; a Ufersa com o projeto “Metodologia Científica ao Alcance de Todos”; e a UEL com o projeto “Grupo de Estudos em Prática de Ensino”.



Figura 48. Site do Pasem – Tela do Concurso de Experiências Inovadoras.

Disponível em: <http://www.pasem.org/>. Acessado em: 16/01/2015.

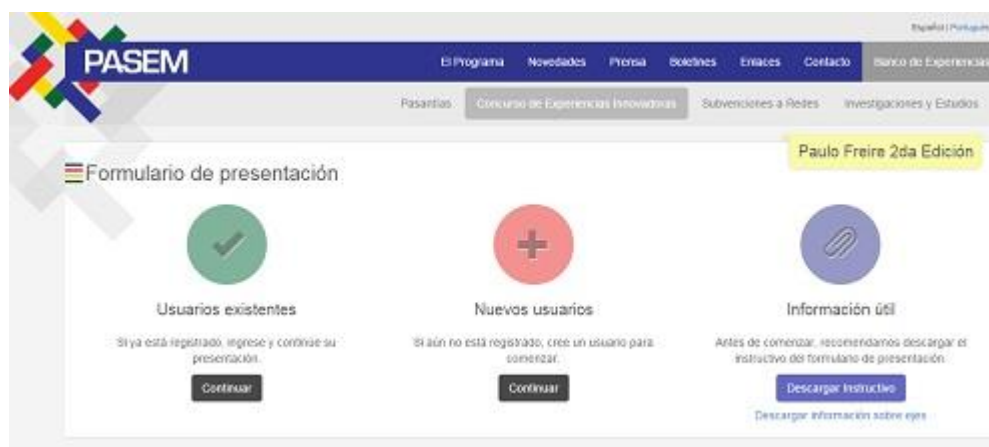


Figura 49. Tela do Banco de Experiências Inovadoras em Formação Docente – Disponível em: <http://www.pasem.org/>. Acessado em: 16/01/2015

Com a realização do Concurso de Experiências Inovadoras foi possível documentar e criar um banco de experiências, visando contribuir para o intercâmbio e melhoria das práticas de formação e desenvolvimento profissional docente. Esse Banco está disponível na página <http://www.pasem.org/es/experiencias> e qualquer entidade ou profissional da educação da América Latina e Caribe pode apresentar sua experiência. Neste local, também é possível consultar as experiências selecionadas.

Para concluir as atividades da primeira edição do concurso, foi realizado no período de 24 a 25/11/2014, em Colônia, no Uruguai, um encontro regional, no qual os vencedores puderam socializar suas vivências e pensar estratégias para divulgar e fortalecer a documentação de experiências, como forma de fortalecer os vínculos interinstitucionais e ampliar a divulgação de boas práticas no Mercosul.

Para a segunda Edição, o período de submissão de propostas estende-se de 17/11/2014 a 28/02/2015. O Edital está disponível no sítio eletrônico do Pasem.

Para o desenvolvimento das *pasantias*, a DEB realizou processo seletivo, tendo sido selecionado o Professor Doutor Vitor Hugo Borba Manzke, do Instituto Federal Sul-rio-grandense – IFSUL para compor a comissão de consultores das “*pasantias*”, responsável por elaborar os documentos necessários à implantação das ações e para realizar a *pasantia* piloto no Brasil. Tais ações justificam-se porque o Pasem estabeleceu que cada país realizasse uma missão em caráter experimental, para auxiliar a organização dos processos de implementação, acompanhamento e avaliação das missões seguintes.

O Brasil sediou 03 *pasantias* até o momento – uma piloto e duas selecionadas entre as IES que apresentaram proposta ao Convite realizado em 2014. Foram recebidos 30 participantes oriundos da Argentina, Uruguai, Paraguai e de diferentes instituições brasileiras que atuam na formação docente. Por sua vez, o País enviou participantes para 04 missões, sendo 2 realizadas na Argentina e 2 no Uruguai. Um total de 16 brasileiros participou das missões nesses países. Ao todo, a atividade de *pasantia* permitiu a participação de 25 brasileiros em missões de estudos na Argentina, Uruguai e Brasil. O Paraguai prevê realizar suas “*pasantias*” ao longo de 2015.

- **Registros de algumas *Pasantias***



Figuras 50. 1º Colóquio Brasileiro de Formação de Professores do Mercosul - atividade desenvolvida durante a *pasantia* do IF Sul-rio-grandense, em 2014. Fonte Relatório Capes



Figuras 51. Bolsista Pibid em articulação com professora uruguaia e visita a uma escola em Salvador, BA.



Figuras 52. Socialização de informações na UEA pela professora que participou da pasantia realizada no Uruguai e Pasantia realizada em Buenos Aires 2014. Fonte: Relatório Capes.

Em 2015, o Brasil deverá sediar ainda 6 *pasantias*, conforme tabela abaixo:

Tabela 81. Projetos de *pasantias* selecionados pelo Pasem

Região	UF	EA	Entidade	Data
SE	MG	F	Universidade Federal de Juiz de Fora	11/05/2015 a 17/05/2015
NE	AL	F	Universidade Federal de Alagoas	12/04/2015 a 20/04/2015
CO	MT	E	Secretaria de Estado de Mato Grosso	06/04/2015 a 15/04/2015
SE	RJ	M	Secretaria Municipal de Educação	06/04/2015 a 15/04/2015
NE	BA	E	Secretaria da Educação do Estado da Bahia/ Instituto Anísio Teixeira	02/11/2014 a 11/11/2014
S	RS	F	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense	20/09/2014 a 28/09/2014
S	RS	F	Universidade Federal do Rio Grande	13/05/2015 a 22/05/2015
N	PA	E	Secretaria de Estado de Educação - Fórum Estadual Permanente de Apoio à Formação Docente do Pará	A ser definida

Fonte: DEB/Relatório Capes

Essas missões de estudos viabilizaram a troca de saberes e experiências sobre os programas e ações de gestão e formação docente realizados no Brasil, Uruguai e Argentina. Os participantes tiveram oportunidade de visitar diferentes espaços da formação, conhecer materiais didáticos e experimentar a vivência de atividades no contexto do processo ensino/aprendizagem e da gestão de programas de formação docente.

Para auxiliar o processo de aquisição de equipamentos, a DEB selecionou o Professor Doutor Francisco Herbert Lima Vasconcelos, da Universidade Federal do Ceará – UFC, para compor a comissão responsável pela elaboração do documento de especificações técnicas e critérios de seleção do provedor necessário à composição do Edital de licitação internacional, destinado à aquisição de equipamentos que possam contribuir para o desenvolvimento das ações e da comunicação entre os países membros. O documento foi concluído em 2014 e a licitação deverá ocorrer ao longo de 2015.

Quanto à conformação de redes colaborativas de formação docente, a DEB realizou a divulgação do Edital de seleção e orientou as IES na elaboração de propostas. No Brasil, as IES selecionadas participam dos seguintes projetos:

- Rede Mercosul para acessibilidade de geração colaborativa de recursos educativos abertos - UFPel;
- Programa de Inovação e desenvolvimento da qualidade na formação docente: trabalhando a formação inicial a partir da perspectiva inclusiva – UFRN;
- Inclusão educativa na formação inicial, continuada e em serviço no Mercosul – UFRPE;
- Estudo da situação das políticas de formação docente para a educação de jovens e adultos e educação do campo no Mercosul – UFSC;
- Fortalecimento das redes de inclusão e educação superior – UFRPE.

Para prestar apoio às redes já estabelecidas quanto à produção de material didático sobre integração regional, o Pasem lançou Edital e selecionou duas redes: a Rede de Projetos Educativos do MERCOSUR (REDESUR), formada pela Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Buenos Aires (Argentina), o Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais da Universidade Estadual Paulista (Brasil) e a Faculdade de Ciências Sociais da Universidade da República (Uruguai); e a Rede Ensino da História Latino-americana: recursos, problemas e possibilidades, integrada pela Universidade Nacional de General Sarmiento (Argentina), a Universidade Estadual de Ponta Grossa (Brasil) e Universidade do Oeste de Paraná (Brasil).

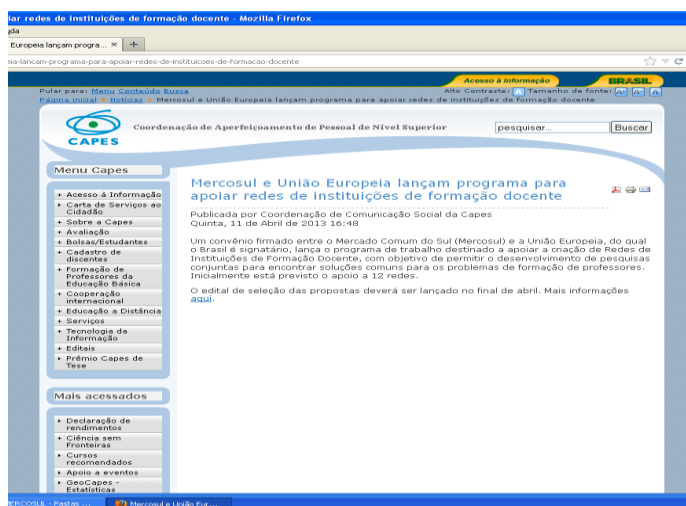


Figura 53. Tela da divulgação do Edital das redes.

2.3.12.3. Da prestação de contas

A Assessoria Internacional do MEC responde pelo financiamento da contrapartida brasileira. A participação da Capes refere-se às horas de trabalho dos profissionais envolvidos.

Até 2014, o Brasil investiu, como contrapartida no Pasem, um total de R\$ 259.236,63 (duzentos e cinquenta e nove mil, duzentos e trinta e seis reais e sessenta e três centavos). Esse valor foi convertido à taxa de R\$ 3,3212 e corresponde a um total de € 78.055,11 (setenta e oito mil, cinquenta e cinco euros e onze cents).

Do total em euros, € 57.738,63 (Cinquenta e sete mil, setecentos trinta e oito euros e sessenta e três cents) referem-se à contrapartida em espécie, e € 20.316,48 (Vinte mil, trezentos e dezesseis euros e quarenta e oito cents) correspondem à contrapartida em efetivo, conforme indicado na tabela abaixo:

Tabela 82. Pasem: Valores investidos pelo Brasil

Brasil	Em reais	*Em euros
Valor em espécie	R\$ 191.761,54	€ 57.738,63
Efetivo	R\$ 67.475,09	€ 20.316,48
Total investido	R\$ 259.236,63	€ 78.055,11

*Valores convertidos à taxa de 3,3212 .

Fonte: Relatório de Prestação de Contas Capes

Com o aporte de recursos realizados até 2014, o Brasil ainda tem que aplicar de contrapartida o valor de € 587.005,89 (quinhentos e oitenta e sete mil, cinco euros e oitenta e nove cents) dos quais € 472.322,37 (quatrocentos e setenta e dois mil, trezentos e vinte dois euros e trinta e sete centavos) são em espécie e € 114.683,52 (cento e quatorze mil, seiscentos e oitenta e três euros e cinquenta e dois centavos) são em efetivo.

Tabela 83. Pasem: Total de investimentos

Tipo de recurso	União Europeia	Brasil	Saldo
Espécie	€ 795.000,00	€ 322.677,63	€ 472.322,37
Efetivo	€ 135.000,00	€ 20.316,48	€ 114.683,52
Total	€ 930.000,00	€ 342.994,11	€ 587.005,89

Fonte: Relatório de Prestação de Contas Capes

2.3.12.4. Pasem: Ações para 2015

Em 2015, o Brasil sediará a presidência *pró-tempore* do Mercosul, quando deverá assumir a gestão do SEM. Nesta oportunidade, a CRC-FD apresentará os principais resultados do Pasem.

Em 2015 também deverão ser realizadas seis *pasantias* brasileiras já selecionadas para receber 54 participantes estrangeiros. Por sua vez, o País deverá enviar 44 brasileiros para missões na Argentina, Uruguai e Paraguai.

Instituições participantes do Pibid, Parfor, Novos Talentos e outros programas apoiados pela Capes são protagonistas nessas ações realizadas no marco do Pasem.

2.3.13. Programa Iberoamericano de Mobilidade de Docentes e Rede Mercosul de Mobilidade de Docentes – Capes/OEI



Em 2014 a Capes assinou Memorando de Entendimento com a Organização dos Estados Ibero-americanos manifestando intenção em colaborar na promoção de ações de mobilidade de professores brasileiros e de outros docentes dos países-membros da OEI em prol da elevação da qualidade educacional da região.

O documento foi um importante marco para que novas ações sejam desenhadas, permitindo que professores de diferentes áreas possam conhecer as experiências formativas e educacionais dos países-membros. Dentre essas ações, estão sendo esboçadas cooperações com a Argentina, Espanha, Uruguai, Portugal, entre outros países.

Como atividade pioneira, articulada entre a Capes e a OEI, estão os Programas: Ibero-americano de Mobilidade Docente e a Rede Mercosul de Mobilidade de Docentes. Esses dois programas possuem o mesmo objetivo: promover o intercâmbio de docentes de diferentes países para que possam socializar suas experiências educacionais e colaborar para a promoção da educação e da formação de professores. No ano de 2014, foram traçadas ações para a mobilidade em 2015, envolvendo os docentes do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência que participaram das primeiras atividades.

Os países identificaram a área educacional que pretendem apresentar aos colegas ibero-americanos. O quadro abaixo apresenta essas temáticas.

Tabela 84: Programa Ibero-americano de Mobilidade de Docentes

País participante	Temática a ser discutida em 2015
Equador	Educação e Novas Tecnologias
México	Currículo Educativo e Avaliação da aprendizagem
Paraguai	Inovação escolar e ensino médio
Chile	Bibliotecas escolares
Colômbia	Formação inicial
Uruguai	Educação inclusiva
Peru	Educação intercultural
Portugal	Liderança e organização escolar
Brasil	Desenvolvimento Profissional Docente

Tabela 85: Rede Mercosul de Mobilidade de Docentes

País participante	Temática a ser discutida em 2015
Argentina	Tecnologias Educativas
Chile	Educação Infantil
Colômbia	Inovação Educativa
Equador	Desenvolvimento Profissional
Paraguai	Educação Infantil
Peru	Inovação Escolar
Brasil – São Paulo	Currículo Educativo
Brasil – Demais localidades	Formação Docente
Uruguai	Educação em Direitos e em Valores

As ações de mobilidade dar-se-ão em 2015 e contarão com docentes do Pibid selecionados para este fim. Esses docentes terão o compromisso de levar os debates e as discussões realizadas nos países-membros para o Brasil, no âmbito do Pibid e de outros programas de formação de professores. Novos dados sobre a mobilidade serão inseridos em relatórios posteriores.

2.3.14. Cooperação Técnica entre a Capes e o Instituto Universitário de Educação de Cabo Verde

No ano de 2014, a Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica executou ação de cooperação entre a Capes e o Instituto Universitário de Educação de Cabo Verde (IUE). O objetivo foi possibilitar o intercâmbio de professores cabo-verdianos para o Brasil com a finalidade de apresentar as experiências de instituições brasileiras no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid). Essa ação responde à cooperação

educacional e à boa relação diplomática entre Brasil e Cabo Verde, visando apoiar as iniciativas cabo-verdianas na estruturação de um programa de formação de professores à semelhança do Pibid.

O IUE é uma instituição de ensino superior pública⁵, sediada na cidade de Praia, capital da República de Cabo Verde. Criada no ano de 2012, destina-se à formação inicial e continuada de professores e à investigação pedagógica, oferecendo cursos de licenciatura nas áreas de Língua Portuguesa e Estudos Cabo-Verdianos, História e Geografia, Matemática, Ciências Naturais e Educação Artística, além de mestrado, doutorado e outros cursos profissionalizantes na área de educação.

A ação de cooperação promoveu a imersão de 5 (cinco) estudantes e 5 (cinco) docentes das diferentes áreas de licenciatura do IUE no programa Pibid e ofereceu uma visão ampliada do seu funcionamento. Os participantes foram indicados pelo próprio IUE e distribuídos conforme sua área de formação entre três IES participantes do Pibid.

As visitas aconteceram no período de 20 de agosto a 03 de setembro de 2014, e o grupo foi recebido pelas seguintes instituições: (a) Universidade Federal da Bahia, (b) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, e (c) Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. A escolha das instituições deu-se em função da consolidação do Pibid nessas IES, todas participantes desde os primeiros editais do programa, bem como da experiência dos coordenadores institucionais responsáveis por seu gerenciamento, os quais acompanharam os visitantes estrangeiros ao longo de seu período no país.

Entre as atividades de imersão, foram realizados diálogos com professores e estudantes brasileiros dos cursos de licenciatura participantes do Pibid, visitas às escolas de educação básica parcerias da IES e acesso aos laboratórios pedagógicos da IES utilizados na formação dos professores. Após a visita, os participantes enviaram à Capes um relatório circunstanciado sobre as atividades realizadas.

Importante destacar que ações de cooperação entre o Brasil e Cabo Verde estão referenciadas em uma série de instrumentos firmados entre os dois países, entre os quais, o Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde na área de Educação, assinado em abril de 1998. Este Memorando estabelece, em seu item 1, a possibilidade de cooperação técnica e troca de informações na área de *“formação e capacitação de docentes, em todos os níveis e modalidades de ensino, capacitação de recursos humanos para o planejamento e a administração educacionais”*.

A Capes também mantém diferentes programas de cooperação que promovem o intercâmbio de professores e estudantes cabo-verdianos, a exemplo do Programa Pró-Mobilidade Internacional Capes/AULP (Edital Capes nº 33/2102), e do [Programa de Incentivo à Formação Científica de Estudantes de Cabo Verde, Moçambique e Angola CAPES/PIFC \(Edital 43/2014\)](#), baseado no Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde para o Incentivo à Formação Científica de Estudantes Cabo-verdianos, assinado em 14 de abril de 2009. Em ambos os programas, esta Fundação é responsável pela mobilidade dos participantes.

Para a promoção da mobilidade dos 10 estudantes e docentes cabo-verdianos, conforme deliberação da Presidência desta Fundação, a Capes arcou com as passagens aéreas internacionais até a cidade da IES de destino e um auxílio para a estada no país. O valor do auxílio sugerido foi de R\$3.807,00 para cada participante (total de R\$38.070,00), calculado

⁵ Informações sobre o IUE foram consultadas em 05/08/2014, e estão disponíveis no portal governamental no endereço <http://www.iue.gov.cv/>.

conforme Decreto 5.992, de 19 de dezembro de 2003, para cobrir despesas com seguro saúde, acomodação, alimentação e transporte urbano.

A tabela a seguir informa os participantes da Missão de Cooperação Capes-IUE

Tabela 86: Participantes da Cooperação Capes-IUE

Nome do participante	Área	Origem em Cabo Verde	Destino no Brasil	Universidade de acolhimento
A.M. R.Silva	Língua Portuguesa	Praia	Porto Alegre	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
A.M.Borges	Ciências Naturais	Praia	Campo Grande	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
C.S.Inácio	História e Geografia	São Vicente	Campo Grande	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
C.E.L.Rodrigues	História e Geografia	São Vicente	Campo Grande	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
E.B.L.Vaz	Ciências Naturais	Praia	Campo Grande	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
L.E.M.Veiga	Matemática	Praia	Salvador	Universidade Federal da Bahia
M.L.Fortes	Educação Artística	São Vicente	Salvador	Universidade Federal da Bahia
M.J.D.C.Lopes	Educação Artística	Praia	Salvador	Universidade Federal da Bahia
S.M.F.Tavares	Matemática	Praia	Salvador	Universidade Federal da Bahia
S.L.Évora	Língua Portuguesa	São Vicente	Porto Alegre	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

A avaliação da participação dos professores se deu em dois níveis: (a) dos coordenadores institucionais do Pibid que receberam os professores cabo-verdianos e (b) dos professores cabo-verdianos.

Em linhas gerais, destacam-se alguns pontos levantados na avaliação dos coordenadores do Pibid os quais consideraram que:

- Os professores visitantes envolveram-se intensamente em todas as atividades propostas.
- Mostraram-se dispostos a aproveitar o máximo possível todas as oportunidades que se apresentaram.
- Participaram de reuniões do PIBID, nas Universidades e nas escolas;
- Compreenderam a filosofia e a prática do PIBID, auxiliando, inclusive na identificação das potencialidades do programa brasileiro.
- Houve troca de conhecimento entre os países.

No caso dos visitantes cabo-verdianos foram ressaltados:

- Contribuições significativas sobre os avanços para a formação de professores que o Pibid proporciona;
- Formação continuada para os visitantes;
- Desejo de estruturação de um programa à semelhança do Pibid em Cabo Verde;
- Conhecimento da estrutura educacional brasileira;

- Formação continuada a partir do diálogo entre professores brasileiros e os visitantes cabo-verdianos.

Importante destacar que a visita dos cabo-verdianos ao Brasil intensificou a relação de amizade entre os dois países e, ainda, incentivou o IUE a promover a estruturação do Programa de Iniciação à Docência de Cabo Verde. Esse programa passou a ser desenhado após a imersão dos visitantes ao Brasil e com significativa participação da Capes na estruturação da ação, tanto que a DEB participou de uma reunião de trabalho, via webconferência com o Ministro da Educação de Cabo Verde e os docentes do IUE para maior entendimento do programa e para auxiliá-los no desenho de uma iniciativa aos moldes do Pibid.

2.3.15. Acompanhamento dos egressos da Cooperação Internacional, 2014

Os participantes das ações de Cooperação Internacional para Professores da Educação Básica receberam, em 2014, formulário de avaliação dos cursos que realizaram nos países parceiros dos programas gerenciados pela DEB. Cerca de 1.500 professores receberam esse formulário, dos quais 643 responderam no tempo solicitado.

Optou-se, neste relatório, por apresentar um compilado geral das respostas dadas pelos 643 docentes, por configurar-se em uma amostra significativa para compreensão do impacto dos cursos de cooperação internacional na formação de professores.

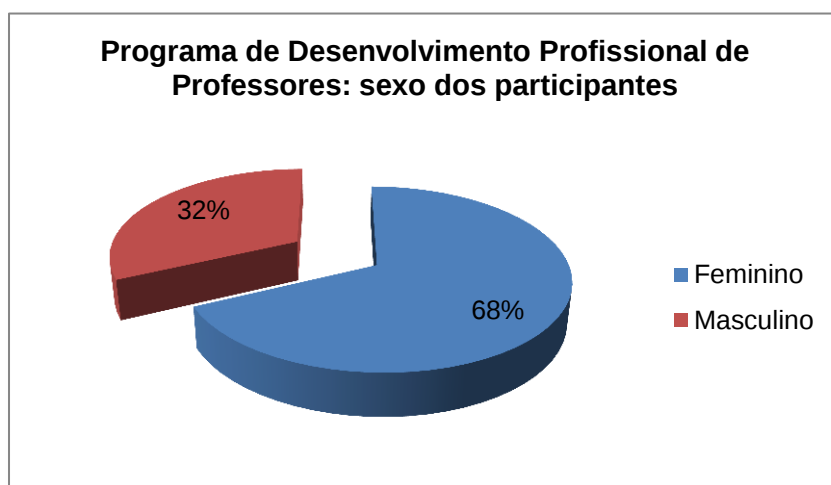


Gráfico 118. Porcentagem de professores participantes/gênero

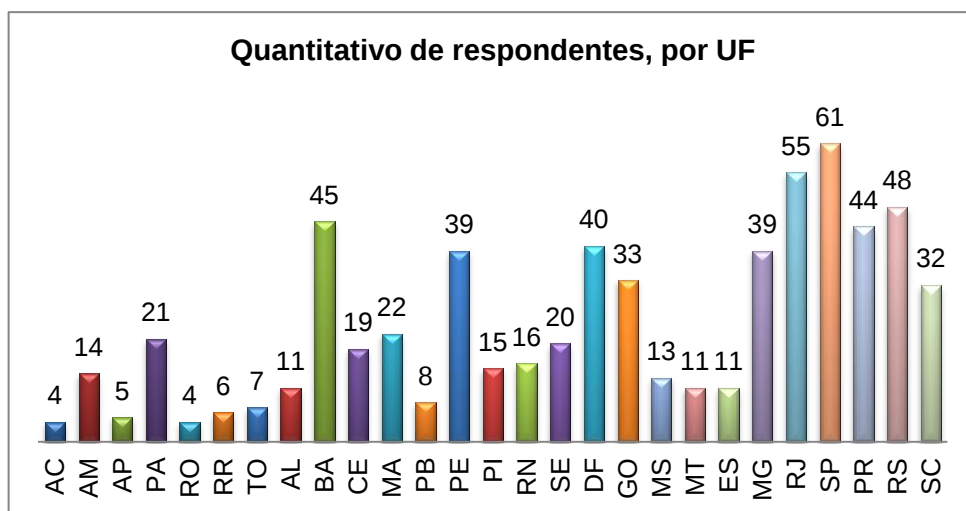


Gráfico 119. Quantitativo de respondentes do formulário Google, por UF.

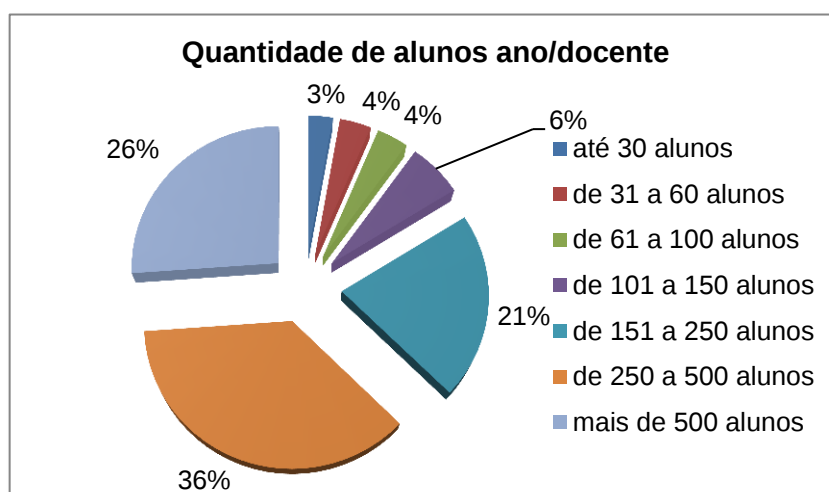


Gráfico 120. Quantidade de alunos ano/docente

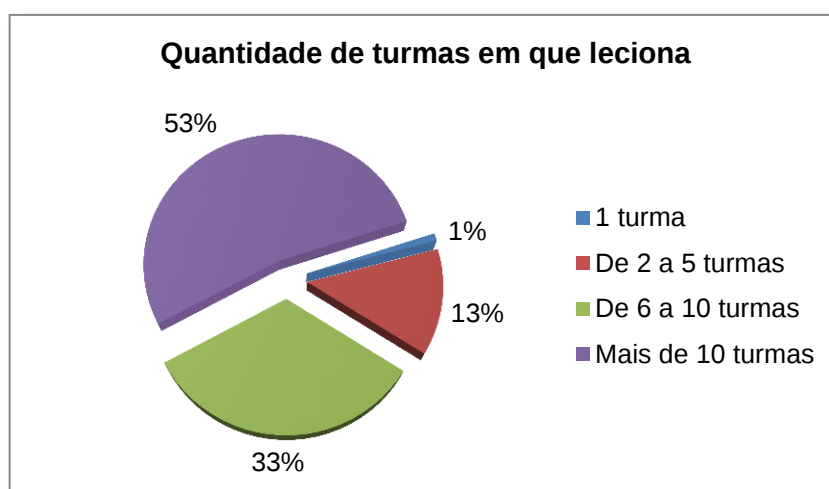


Gráfico 121. Quantidade de turmas em que leciona

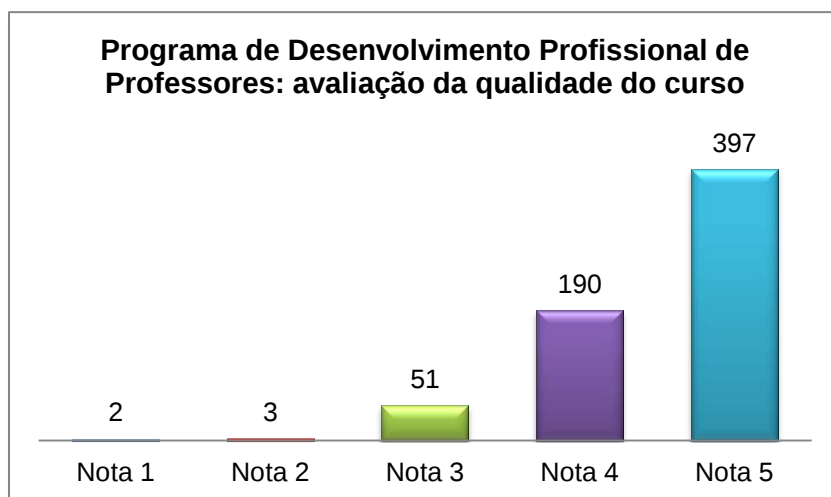


Gráfico 122. Avaliação da qualidade do curso desenvolvido

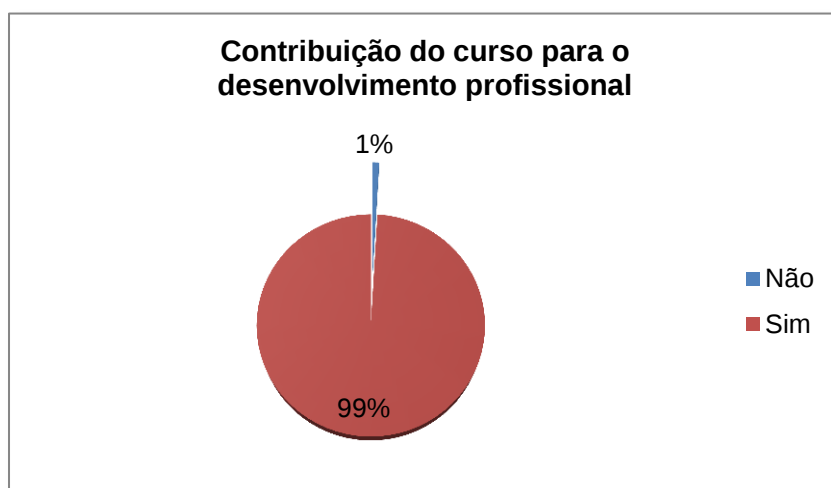


Gráfico 123. Contribuição do curso para o desenvolvimento profissional



Gráfico 124. Contribuição do curso para aumentar a motivação para a carreira docente

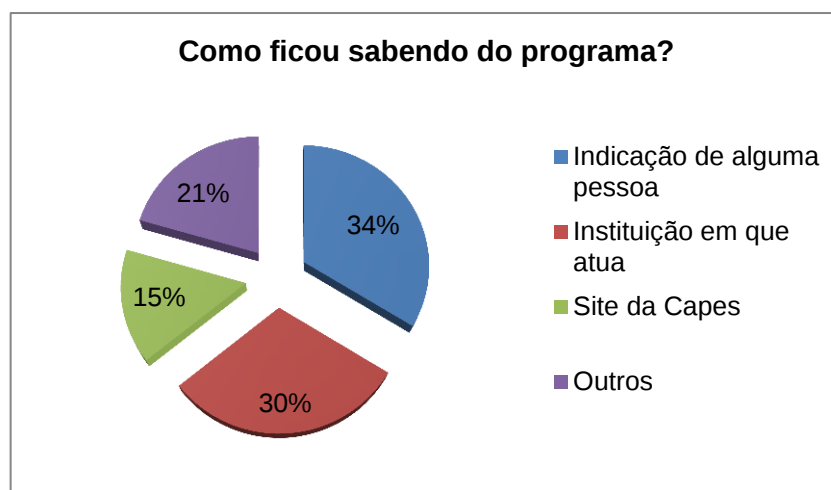


Gráfico 125. Fonte de acesso e conhecimento do programa

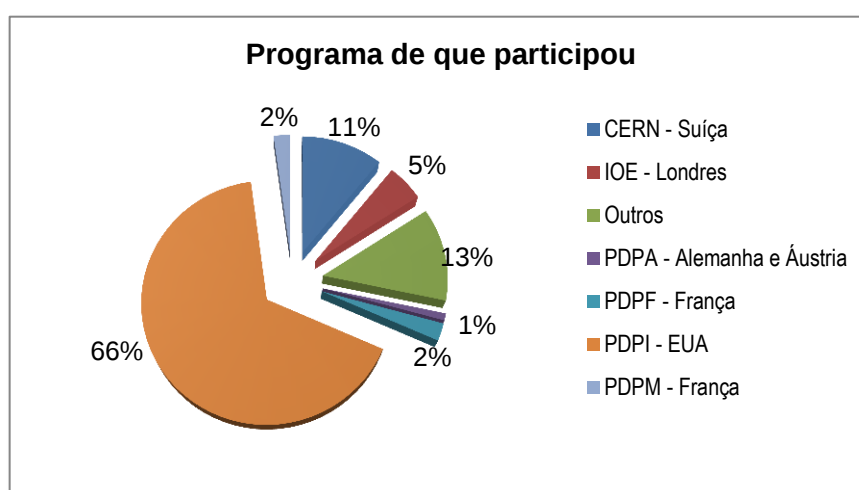


Gráfico 126. Participação no programa

Os gráficos apontam para o reconhecimento dos professores ao programa, especialmente para o aprimoramento da formação e do exercício profissional. Vale ressaltar que a mobilidade possibilita que o professor tenha seu capital formativo ampliado, como, também, seu capital cultural, pois permite que o docente vivencie situações socioeducacionais em diferentes contextos. Isso tem contribuído para elevar a autoestima do professor e ampliar sua capacidade propositiva e provocativa de novas formas de gestão da sala de aula e das estratégias didáticas utilizadas em seu cotidiano.

Em síntese, os dados mostram que:

- para 98%, a vivência em uma instituição estrangeira contribuiu para aumentar a motivação em relação à docência e o conhecimento do idioma e da cultura do país;
- 99% consideram que o curso contribuiu para o desenvolvimento profissional;
- 86% dão aulas em 6 ou mais turmas (33%, de 6 a 10 turmas; 53% em mais de 10 turmas);
- 83% dos docentes têm mais de 150 alunos (36% dizem ter entre 250 e 500 alunos; 26% mais de 500 alunos; 21% informam ter entre 150 e 250 alunos)

Trabalhando com os intervalos/média do número de alunos por docente e considerando os 643 que responderam ao questionário, pode-se deduzir que cerca de 200.000 alunos são beneficiados pelo investimento feito em seus professores. Se forem mantidas as mesmas proporções para os 50% que não responderam, os números alcançam 400.000 alunos, em um cálculo conservador.

Ou seja, os dados mostram que a Cooperação Internacional para Professores da Educação Básica é uma educação continuada de alto grau de relevância pessoal e profissional, com forte potencial de impacto na qualidade da educação básica, em prazo relativamente curto.

2.3.16. Perspectivas para 2015

A Capes assinou, em 28 de julho de 2014, Memorando de Entendimento com a Organização dos Estados Iberoamericanos para a Ciência e a Cultura (OEI) a fim de contribuir com o intercâmbio acadêmico, pedagógico e científico entre profissionais do magistério da educação básica e superior, pesquisadores e estudantes de graduação e de pós-graduação de instituições brasileiras e de outros Estados membros da OEI. Pretende-se investir em um Programa de Mobilidade Internacional de Professores de Espanhol, entre outros temas.

Também, é importante sinalizar que a Capes está trabalhando no fechamento de Acordo com o Conselho Britânico, com apoio do Newton Fund, para Mobilidade Internacional de coordenadores do Programa Novos Talentos que acontecerá em 2015, na área de STEM.

O ano de 2015 será momento importante para a avaliação e o acompanhamento dos projetos e das atividades que estão sendo desenvolvidos pelos professores beneficiados em suas escolas, de modo que o investimento realizado na mobilidade possa reverter-se em benefícios concretos para a educação brasileira.

Espera-se que em 2015 haja uma recuperação orçamentária que possibilite a retomada das ações de cooperação internacional para professores da educação básica. Tanto as redes de ensino como os professores e os parceiros internacionais esperam por esse fomento que representa importante investimento no desenvolvimento profissional de professores e gestores.

A motivação dos professores que voltam dessa formação em outro país, a vivência em universidade de elevado padrão, o contato com outras culturas e histórias, a possibilidade de criação de redes de colegas no país e no exterior, o sentimento de valorização da profissão, o crescimento da autoestima, a geração de novas ideias, metodologias e tecnologias didáticas, o número de alunos beneficiados por esses docentes, todos esses fatores são comuns aos grupos de professores participantes das ações de cooperação internacional.

Assim, a expectativa da DEB é ampliar os programas já implementados e criar novos, estendendo aos professores da rede pública de educação básica a oportunidade de missões de estudos no exterior, tão familiar aos docentes da pós-graduação e tão impactante na melhoria de qualidade da educação.

2.4. Programa Residência Docente

PROGRAMA RESIDÊNCIA
DOCENTE
no Colégio Pedro II e no
Colégio Pedagógico da
UFMG

Os desafios contemporâneos da formação de professores têm gerado um conjunto de projetos cuja finalidade é dar respostas concretas à complexidade da formação docente. Em países da Europa e nos Estados Unidos, há várias propostas de residência clínica que, a exemplo da formação de médicos, colocam os professores recém-formados ou ainda em formação, em contextos reais de sala de aula.

Na Capes, o Programa Residência Docente visa aprimorar a formação do professor da educação básica recém-formado, oferecendo formação continuada, por meio do desenvolvimento de competências docentes *in loco*, ampliando a formação recebida nas instituições de ensino superior de origem pela imersão em contexto escolar de reconhecida excelência e, desta forma, contribuir para elevar o padrão de qualidade da educação básica.

O programa tem como foco a ampliação dos espaços de formação, aproximando a profissionalização docente do contexto escolar e de seus integrantes. Desse modo, a responsabilidade da formação é partilhada em momentos que envolvem a instituição formadora e as escolas de educação básica que passam a exercer função relevante no aperfeiçoamento da formação dos professores que atuarão em seus quadros.

Uma característica do programa é seu desenho estratégico e modelo pedagógico. Nesse sentido, o programa pauta-se em uma formação com forte vínculo em questões teórico-práticas que possam problematizar o aperfeiçoamento contínuo dos saberes necessários ao exercício da docência. Com essa intenção, o Programa Residência Docente foi desenhado para professores em início de carreira, buscando reduzir dificuldades no estabelecimento de práticas didático-pedagógicas inovadoras, de gestão do tempo-espaço escolar e da administração das diferentes fontes de tensão que possam desestabilizar o trabalho docente.

O modelo do Programa Residência Docente implica a participação ativa de professores recém-formados em diversas atividades das escolas de educação básica cujo projeto pedagógico esteja aliado a um projeto formador dos docentes de seu quadro e dos atores que atuarão nas escolas de educação básica. Assim, professores de escolas pedagogicamente bem estruturadas recebem docentes em início de carreira para, com ele, socializarem experiências e práticas, bem como partilharem mecanismos teórico-práticos que alcançaram êxito no fazer cotidiano das práticas escolares. Nesta direção, é importante que haja coerência entre o projeto pedagógico da instituição de educação básica com o projeto de formação que se pretende estabelecer. Dessa forma, um diz sobre o outro, um revela o outro e o potencializa em via de mão dupla cuja matriz compõe um Projeto Pedagógico-Formador desejável a todas as instituições de ensino da educação básica.

Esse Projeto Pedagógico-Formador será requerido às instituições (colégios de aplicação e demais instituições de educação básica) para participação no Programa Residência Docente. Assim, na medida em essas instituições incorporarem em sua dinâmica práticas de formação de seus docentes e daqueles que potencialmente possam atuar na educação básica – em condições de horizontalidade com o ensino dos conteúdos, com o trabalho pedagógico e com a gestão escolar –, espera-se modificar a cultura educacional e a relação das escolas com outras instituições formadoras. Ampliando essa ideia, a formação é considerada uma ação progressiva que se inicia nas IES articuladas com as escolas e tem continuidade no espaço escolar, por meio da congruência dos saberes acadêmicos com os saberes teórico-práticos e experienciais dos docentes que estão em serviço.

Ao atender a professores recém-formados, o Programa Residência Docente soma-se a outros programas da Capes, como o Pibid e o Parfor e outros que representam uma política concreta de investimento na formação e valorização do magistério da educação básica.

Em 2012, em caráter experimental, o Programa de Residência Docente teve início no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, com o apoio das secretarias estadual e municipais do Rio de Janeiro. A experiência exitosa possibilitou que nos anos subsequentes a Capes apoiasse a segunda e terceira edições do programa. Em 2014, o projeto-piloto estendeu-se ao Colégio Pedagógico da Universidade Federal de Minas Gerais.

Embora haja demanda de muitos Colégios de Aplicação para participação no Programa Residência Docente, por razões de limites orçamentários, o programa ainda é um piloto restrito às duas instituições citadas.

Ao longo de 2013 e 2014, a equipe fez um acompanhamento da execução do programa nas duas instituições, de modo a traçar estratégias para sua ampliação nacional nos próximos anos.

2.4.1. Princípios pedagógicos do Programa Residência Docente

PENA, G.B. O.; SILVEIRA, H.E.; GUILARDI, S. (2010)⁶ apontam que o início do exercício profissional da docência é marcado por conflitos de diversas naturezas, entre eles: a gestão da aula, o conhecimento do conteúdo, as relações institucionais, os condicionamentos da prática aos materiais didáticos, a relação com os alunos e pares. Para Veenman (1988)⁷ e Lima, E. (2004)⁸, a formação profissional inadequada pode ser apontada como um dos fatores que contribuem para a carência de habilidades para que os professores iniciantes possam ensinar.

A falta de conhecimentos sobre a prática docente e a realidade educacional, associada ao despreparo dos professores para lidar com questões práticas do cotidiano escolar, torna a formação incapaz de lidar com a complexidade educacional. Este fato pode promover certo descrédito de saberes adquiridos na formação, inclusive um abandono total de referenciais educacionais e pedagógicos, em prol de uma prática pautada na intuição e na dependência dos materiais didáticos, dos currículos pré-estabelecidos e de práticas de pouco ou nenhuma relevância para a aprendizagem dos alunos.

O Programa Residência Docente tem como princípio a formação pela e na prática cotidiana, em que casos reais possam compor as situações mobilizadoras de saberes para o exercício da docência. Esses casos são, neste particular, detectados na imersão do professor-residente na vivência do contexto educacional, onde os diferentes envolvidos (professores supervisores, coordenadores e residentes) possam discutir os melhores caminhos para uma intervenção didático-pedagógica aliada a matrizes teóricas claras, eficazes e de real impacto para o melhoramento dos processos de ensino-aprendizagem.

O aperfeiçoamento docente nessa direção muda a lógica da formação, em que a teoria conduz o conhecimento sobre a prática. O Programa Residência Docente tem como guia da formação a prática analisada, refletida e discutida à luz de referenciais teóricos adequados, viáveis e mobilizadores de mudança educacional e da emancipação e autonomia dos professores-residentes.

⁶PENA, G. B. O. ; SILVEIRA, H. E. ; GUILARDI, S. . A dimensão institucional no processo de socialização de professores de química em início de carreira. Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências, v. 10, p. 1-14, 2010.

⁷VEENMAN, Simon. El proceso de llegar a ser profesor: un análisis de la formación inicial. In: VILLA, A. (coord.) Perspectivas y problemas de la función docente. Madrid: Narcea, 1988, p. 39-68.

⁸LIMA, Emília F. de. A construção do início da docência: reflexões a partir de pesquisas brasileiras. Revista do Centro de Educação, Universidade Federal de Santa Maria, v. 29, n. 2, 2004.

Fato importante para o Programa Residência Docente é, justamente, a valorização das experiências dos sujeitos envolvidos: professores da educação básica que possuem maior vivência e professores iniciantes. Assim, todos os saberes emergem nas discussões, na interpretação e na condução dos casos e dos fatos levantados na imersão do residente no ambiente escolar. Desse modo, o Residência Docente é oportunidade, também, para uma ressignificação de práticas, de conhecimentos e do estabelecimento de ações intervencionistas no processo de ensino-aprendizagem.

Por meio do debate e do trabalho coletivo para se entender e resolver questões e situações-problema do contexto educacional, espera-se que as concepções prévias da docência possam ser afetadas, possibilitando atitudes e habilidades que vençam imobilismos e descrenças no trabalho do professor. O programa Residência Docente, neste contexto, mais do que um aprofundamento em questões do cotidiano escolar é, antes de tudo, oportunidade para transformação de representações sociais, modificação das concepções enviesadas e distorcidas sobre a docência, sobre a escola e sobre o papel do professor.

O Programa Residência Docente integra-se perfeitamente aos princípios do Parfor e do Pibid, sem se configurar como fragmentação ou duplicação de ações: o público do Parfor são professores que já estão em exercício na rede pública, mas não têm a formação inicial adequada; o Pibid tem o foco nos alunos de licenciaturas - futuros professores; o programa Residência Docente está voltado para professores recém-formados, oferecendo-lhes uma orientação capaz de aperfeiçoar e especializar sua formação e prática de magistério.

2.4.1.1. Descrição do Programa no Colégio Pedro II

O Colégio Pedro II é uma autarquia federal do MEC, vinculada à Secretaria-Executiva, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro. É dotado de autonomia patrimonial, financeira, administrativa, didático-científica e disciplinar. Possui tradição no ensino dos diversos conteúdos escolares de nível básico, bem como uma equipe altamente qualificada, composta de especialistas, mestres e doutores que atuam na educação básica.

O Programa de Residência Docente é composto de 500 horas de atividades do residente, realizadas no período de um ano letivo e distribuídas em diferentes categorias que englobam atividades presenciais e a distância, bem como a apresentação, ao final do programa, de um produto acadêmico relacionado à prática docente, a ser avaliado por uma comissão.

Os professores residentes que obtiverem percentual mínimo de 75% de frequência nas atividades e concluírem com conceito mínimo B os trabalhos propostos pelo programa (relatórios, memorial circunstanciado e produto final) serão certificados pelo Colégio Pedro II como Especialistas em Docência do Ensino Básico na disciplina específica de atuação.

- Áreas das Atividades desenvolvidas no PRD

O Residente Docente desenvolve atividades divididas em:

I – Atividades na área de docência – atividades didáticas desenvolvidas no CP II e na unidade escolar do residente (65% da carga horária do programa).

II – Atividades em setores administrativo-pedagógicos do CP II – laboratório, biblioteca, secretaria, SESOP, entre outros (10% da carga horária do programa).

III – Atividades em formação continuada – oficinas, congressos, entre outros (25% da carga horária do programa).

- As áreas contempladas no projeto piloto são:

- Área I – Matemática;
- Área II – Física, Química, Biologia;

- Área III – Português;
- Área IV – Inglês, Espanhol;
- Área V – História, Geografia;
- Área VI – Sociologia, Filosofia;
- Área VII – Educação Física, Artes.



Figura 54. Site do Programa de Residência Docente no Colégio Pedro II

<http://www.cp2.q12.br/blog/prdcp2/programa>

2.4.1.2. Descrição do Programa Residência Docente no Centro Pedagógico - UFMG

O sucesso da experiência do Programa Residência Docente no Colégio Pedro II, impulsionou a DEB a apoiar, em 2014, o projeto Residência Docente no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Minas Gerais.

O Centro Pedagógico da Universidade Federal de Minas Gerais tem como missão ministrar ensino fundamental de qualidade, constituir-se como campo de reflexão e de investigação sobre a prática pedagógica e servir de espaço para novas experimentações pedagógicas, que subsidiem avanços e reflexões sobre a prática educativa.

O Programa de Residência Docente é composto de 420 horas de atividades do residente, realizadas no período de um ano letivo e distribuídas em diferentes categorias que englobam atividades presenciais e a distância, bem como a apresentação, ao final do programa, de um produto acadêmico relacionado à prática docente a ser avaliado por uma comissão.

- As áreas contempladas no projeto piloto são:
 - Área I – Português
 - Área II – Matemática;
 - Área III – Artes
 - Área IV – Ciências
 - Área V – Geografia
 - Área VI – História
 - Área VII – Língua Estrangeira
 - Área VIII – Educação Física

➤ Sobre os Residentes Docentes

Para o cumprimento da carga horária (420), o Residente Docente deverá dispor de pelo menos:

- 1 a 2 turnos, de 4 horas cada, por semana (manhã e/ou tarde) para desenvolvimento das atividades docentes e administrativo-pedagógicas a serem realizadas no Centro Pedagógico, no(s) dia(s) de aula da sua disciplina. (60% da carga horária do programa)
- 1 turno por semana (manhã, tarde e/ou noite) para desenvolvimento das atividades de formação continuada – tanto presencial como via Plataforma Moodle. (28% da carga horária do programa)
- 50 horas na sua instituição de origem para aplicação de projetos objeto de reflexão e orientação com o professor supervisor do Centro Pedagógico. (12% da carga horária do programa)



Figura 55. Página do Residência Docente na UFMG

Tabela 87. Programa Residência Docente - 2014

	Programa Residência Docente	Colégio Pedro II	Centro Pedagógico UFMG	Total
Residentes	Professores da rede pública, formados nos cursos de licenciatura há 4 (quatro) anos no máximo.	166	56	222
Supervisores	Professores efetivos do Colégio que acompanham e orientam os residentes nas atividades desenvolvidas em suas respectivas disciplinas.	49	14	63

Coordenadores de área	Professores efetivos do Colégio responsáveis por coordenar, acompanhar e registrar as ações de cada área, além do suporte e da orientação geral aos professores supervisores.	9	9	18
Coordenador institucional	Professor efetivo do Colégio responsável por coordenar institucionalmente o diálogo com a Capes nos processos de formalização do programa.	1	1	2
Totais		225	80	305

2.4.1.3. Perspectivas do Programa Residência Docente

Há forte expectativa de diversos Colégios de Aplicação de universidades em participar do programa. No Congresso Nacional tramitam diferentes propostas de Residência Docente. A ampliação da experiência fomentada pela Capes poderá orientar uma regulamentação mais segura de um programa de âmbito nacional que, para ter os impactos esperados, precisa estar articulado aos planos de carreira dos professores e a uma política nacional de formação docente.

A expansão do programa na Capes depende de recursos financeiros adicionais.

2.5. Formação dos Professores das Olimpíadas de Matemática e Química

Artigo publicado sobre o Impacto da Olimpíada Brasileira de Escolas Públicas (OBMEP) no desempenho em Matemática na Prova Brasil, Enem e Pisa (Soares, C.M.M.; Leo, E. & Soares, J.F., 2014) indica que *“De maneira geral, observa-se que os alunos de escolas mais envolvidas com a OBMEP alcançam um desempenho em Matemática significativamente maior do que os alunos de outras escolas com alunado semelhante.”*

A Capes tem acompanhado escolas, alunos e professores participantes de Olimpíadas Científicas e tem registrado esse impacto positivo no desempenho dos alunos, na motivação dos professores e na elevação da qualidade do trabalho na escola, de um modo geral. Ademais, como as Olimpíadas premiam todos os que se destacam com várias medalhas e menções honrosas, percebe-se um processo de colaboração e solidariedade entre os alunos das escolas participantes, com vivência de outras competências socioemocionais como persistência, determinação, busca de resolução de problemas.

Em contraponto a esse contexto positivo, observa-se a falta de professores nas áreas de Matemática, Química, Física e outras disciplinas da educação básica. Assim, procurada pelo Instituto de Matemática Pura e Aplicada – IMPA e pela Associação Brasileira de Química, promotores das Olimpíadas de Matemática e Química, respectivamente, a Capes vem apoiando um processo de formação continuada que envolve os professores de alunos medalhistas e os próprios alunos que não só atuam como monitores de seus colegas como ingressam nos cursos de licenciatura e bacharelado nessas áreas.

Esses projetos são experimentais, mas seus frutos já sugerem à Capes uma formalização de parceria com o Consed para atuar em rede e de modo a que professores de medalhistas formem outros professores da rede pública e alunos medalhistas sejam monitores de outros alunos, auxiliando-os no domínio das disciplinas estudadas. O acompanhamento de egressos dos cursos é altamente favorável à ampliação do projeto, sugerindo sua extensão a todo o país e a outras disciplinas. A expansão depende de recursos adicionais.

2.5.1. Formação decorrente da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas - OBMEP

O projeto Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas – OBMEP é uma realização do Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (IMPA) com apoio da Sociedade Brasileira de Matemática (SBM), e promoção do Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Ministério da Educação (MEC). A Capes, por meio da Chamada Pública de Olimpíadas Científicas, em parceria com o CNPq, também apoia a OBMEP.

São concedidas a cada ano 500 medalhas de ouro, 900 medalhas de prata e 1.800 medalhas de bronze e até 30 mil certificados de Menção Honrosa aos melhores colocados na prova de segunda fase.

Das Olimpíadas de Matemática decorrem duas ações importantes: (1) a formação dos alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental e do Ensino Médio das escolas públicas municipais, estaduais e federais, que receberam prêmios nas provas e (2), ainda em estágio piloto, a formação continuada dos professores da rede pública.



➤ **Formação continuada de professores: PROF-OBMEP**

O *Projeto Oficina para Professores* - PROF-OBMEP é uma ação vinculada à Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas e está direcionada à atualização de professores do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental e do Ensino Médio das Escolas Públicas. A proposta tem como estrutura a realização de atividades de oficina presenciais e de atividades em ambiente virtual, organizadas em Módulos com carga horária de 40 horas; atividades em ambiente virtual, com carga horária de 20 horas e atividades intensivas de conclusão das oficinas, com carga horária de 40 horas.

São objetivos do curso:

- Incentivar o aperfeiçoamento dos professores das escolas públicas, contribuindo para a sua valorização profissional.
- Contribuir para a melhoria da qualidade da Educação Básica.
- Estimular e promover o estudo da Matemática entre alunos das escolas públicas.
- Identificar jovens talentos e incentivar seu ingresso nas áreas científicas e tecnológicas e na docência.
- Contribuir para a integração das escolas públicas com as universidades públicas, os institutos de pesquisa e as sociedades científicas.
- Promover a inclusão social por meio da difusão do conhecimento.

➤ **Ampliação do Programa de Iniciação Científica Júnior - Obmep**

Com a participação da Capes, o projeto visa a aumentar o número de alunos participantes do Programa de Iniciação Científica Júnior da Obmep que atende atualmente 3.200 medalhistas de cada edição em 172 polos, disseminados pelo país.

Essa ampliação teve início em 2013, mediante a concessão de bolsas para pagamento dos coordenadores, professores, moderadores e monitores adicionais necessários para o atendimento progressivo. Dessa forma, aumentando progressivamente o número de medalhistas e, em consequência, o número de alunos que participam do Programa de Iniciação Científica Júnior, serão alcançados 10 mil alunos em 2015 da seguinte forma:

- **OBMEP 2012 / PIC 2013:** 4.500 medalhistas;
- **OBMEP 2013 / PIC 2014:** 6.000 medalhistas;
- **OBMEP 2014 / PIC 2015:** 8.000 medalhistas;
- **OBMEP 2015 / PIC 2016:** 10.000 medalhistas

A bolsa de iniciação júnior é oferecida pelo CNPq/IMPA. À Capes cabem as bolsas dos professores que orientam os alunos ao longo do processo formativo e configura-se como uma oportunidade de formação continuada para esses professores.

Tabela 88. Olimpíadas de Matemática - Atividades de Formação

Modalidades de Bolsas	Fase I até 06/2014	Fase II 07/2014 a 06/2015
Iniciação à Docência	156	263
Supervisor	281	415
Coordenador de Área	172	222
Coordenador Institucional	1	1
Total	610	901

2.5.2. Formação dos Medalhistas da Olimpíada Nacional de Química

Trata-se de um projeto nacional composto de dezessete subprojetos cada um deles acompanhado por um coordenador. O propósito do Programa é realizar cursos de aprofundamento para 10.000 estudantes de escolas públicas do ensino médio em 19 estados, ministrados por estudantes universitários, licenciandos dos cursos de Química, com prioridade aos que participaram com destaque no Programa Nacional Olimpíadas de Química. Os estados participantes são: Alagoas Amazonas, Amapá, Bahia, Ceará, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Sergipe, Tocantins e Goiás.



O projeto visa demonstrar que é possível melhorar significativamente o desempenho e gerar estímulos ao estudo da Química nos estudantes das escolas públicas brasileiras. Pretende-se atingir essa meta por meio de cursos de aprofundamento em Química ministrados por estudantes ex-olímpicos. A proposta visa também promover a difusão da Química, o estímulo ao estudo das ciências e a integração entre a academia e as escolas públicas do nível médio.

O sucesso da atividade e os resultados positivos obtidos em 2012 e 2013 fizeram com que a Capes renovasse o projeto para 2014. Os resultados alcançados estão sendo tratados a partir dos relatórios a serem entregues em 2015.

Tabela 89. Olimpíadas de Química - Atividades de Formação

Modalidades de Bolsas	Fase 02/2014 a 11/2014
Iniciação à Docência	313
Supervisor	62
Coordenador de Área	19
Coordenador Institucional	1
Total	395

Tabela 90. Participantes dos cursos das Olimpíadas de Química

Região	Estado	Esfera administrativa	Instituição	Sigla
N	AM	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS	UFAM
	AP	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ	UNIFAP
	PA	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ	IFPA
	TO	Federal	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE TOCANTINS	UFT
	RO	Federal	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA	UNIR
NE	AL	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS	IFAL
	BA	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	UFBA
	CE	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	UFC
	MA	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO	UFMA

	PB	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA	UEPB
	PE	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO	UFRPE
	PI	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ	UFPI
	RN	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	UFRN
	SE	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	UFS
CO	G	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS	IFG
	MS	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	UFMS
	MT	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO	IFMT
SE	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	UFMG

Em 2014, a solenidade nacional de premiação dos mais destacados estudantes de Química do ensino médio brasileiro aconteceu dia 29 de novembro, no auditório da Federação das Indústrias do Ceará, em Fortaleza. Na ocasião foram agraciados todos que obtiveram medalhas Ouro, Prata ou Bronze nas Olimpíadas Norte/Nordeste de Química, na Olimpíada Brasileira de Química Júnior e na Olimpíada Brasileira de Química - modalidades A e B.



Figura 56. Cerimônia de premiação das Olimpíadas de Química

2.6. Projetos Especiais de Apoio à Educação Básica



A Presidência da Capes recebe, ao longo do ano, diversos pedidos de apoio financeiro a projetos e programas educacionais oriundos de diferentes localidades e instituições.

Algumas dessas propostas são muito bem fundamentadas e mostram um potencial de impacto na realidade educacional que se propõem alcançar, configurando-se como ações de formação continuada de caráter inovador. Todavia, não se encaixam nos editais lançados pela fundação. Certas propostas, inclusive, pela criatividade de seus autores, podem servir de piloto para a Capes e, uma vez avaliadas, inspirar futuros editais.

Assim, no orçamento de 2010 e no atual PPA, a DEB incluiu uma subação denominada *Projetos Especiais de Apoio à Educação Básica*, com o propósito de atender a demandas bem estruturadas, ancoradas em educadores ou instituições renomados, que mostrem potencial de transformação da realidade educacional de um local ou região e que, ainda, possam ser acompanhadas pela DEB visando a uma possível extensão ao conjunto de professores brasileiros.

O suporte orçamentário a essa subação vem da Ação Orçamentária 20RJ que se destina ao *“Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica”*.

Dessa forma, ao receber projetos que possam se enquadrar na subação acima referida, a análise leva em consideração, pelo menos, os seguintes aspectos:

- a. adequação da proposta ao objeto de trabalho e às finalidades da DEB;
- b. legitimidade das instituições/docentes proponentes;
- c. qualidade do corpo docente envolvido;
- d. clareza dos objetivos;
- e. foco no currículo da educação básica;
- f. adoção de metodologias criativas e inovadoras, aliadas a uma proposta pedagógica consistente;
- g. potencial de impacto na realidade local e de multiplicação na clientela da educação básica;
- h. possibilidade de articular-se a outros programas da DEB e servir como piloto para novas ações da Capes.

Em 2014, foram apoiados projetos especiais em 33 instituições, identificadas no **ANEXO VIII** deste Relatório que desenvolveram 39 projetos.: Olimpíadas de Química, Olimpíadas de Matemática, Rede Nacional de Educação e Ciência, Rede Regional de Ciências, Residência Docente, Expedições Científicas, Projeto Klein, e projetos em parceria com Fundações de Apoio à Pesquisa (Fapern e Fapeal). Na rubrica dos Projetos Especiais também foram apoiadas as Feiras de Ciências e Mostras Científicas, as Olimpíadas Científicas, e os Programas de Desenvolvimento Profissional de Professores de Francês, de Alemão, de Física e de Matemática.

Alguns desses projetos, pela dimensão que alcançaram, foram descritos em capítulos específicos. Dessa forma, neste capítulo identificam-se os demais apoiados no período deste Relatório.

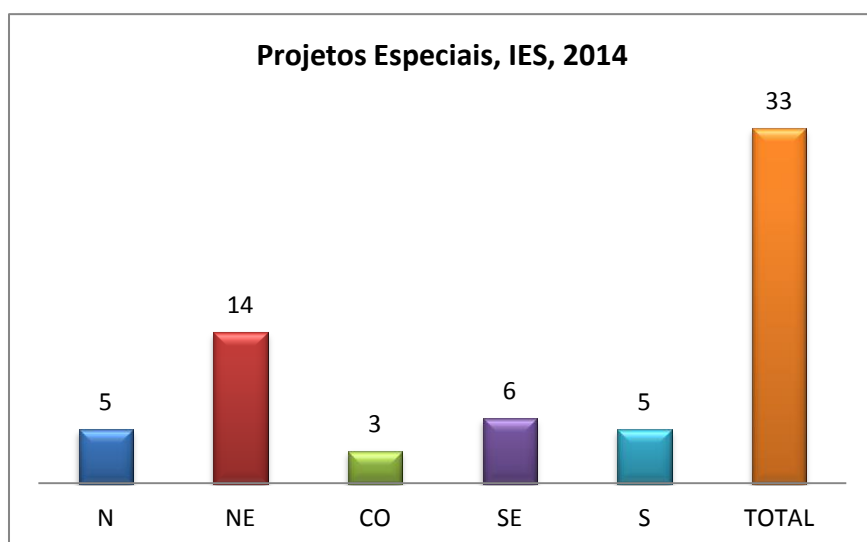


Gráfico 127. Projetos Especiais de Apoio à Educação Básica: IES apoiadas, 2014

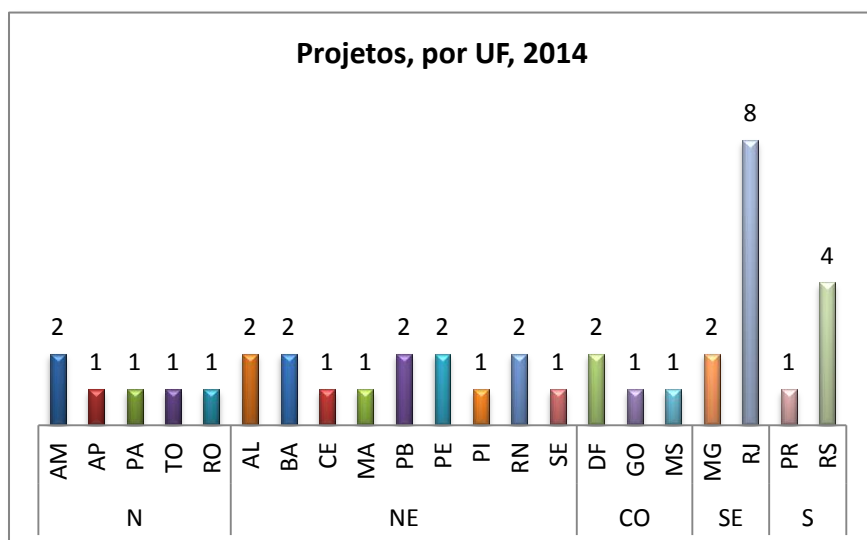


Gráfico 128. Projetos Especiais: total projetos por UF, 2014

Tabela 91. Projetos Especiais: identificação por região, 2014

Região	UF	Esfera Administrativa	Instituição	Sigla	Tipo do Projeto
N	AM	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ	UFAM	RNEC
N	AM	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ	UFAM	Olimpíadas de Química
N	AP	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ	UNIFAP	Olimpíadas de Química
N	PA	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ	IFPA	Olimpíadas de Química
N	TO	Federal	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE TOCANTINS	UFT	Olimpíadas de Química
N	RO	Federal	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA	UNIR	Olimpíadas de Química

NE	AL	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS	IFAL	Olimpíadas de Química
NE	AL	Estadual	FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DE ALAGOAS	FAPEAL	Programa de Formação Continuada
NE	BA	Federal	FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ	FIOCRUZ	RNEC
NE	BA	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	UFBA	Olimpíadas de Química
NE	CE	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	UFC	Olimpíadas de Química
NE	MA	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO	UFMA	Olimpíadas de Química
NE	PB	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA	UFPB	RNEC
NE	PB	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA	UEPB	Olimpíadas de Química
NE	PE	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO	UFRPE	RNEC
NE	PE	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	UFPE	Olimpíadas de Química
NE	PI	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ	UFPI	Olimpíadas de Química
NE	RN	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	UFRN	Olimpíadas de Química
NE	RN	Estadual	FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO RIO GRANDE DO NORTE	FAPERN	Programa de Integração C&T
NE	SE	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	UFS	Olimpíadas de Química
CO	DF	Federal	CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	CNPq	Feiras e Mostras Científicas/Olimpíadas Científicas
CO	GO	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS	IFG	Olimpíadas de Química
CO	MS	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	UFMS	Olimpíadas de Química
SE	MG	FEDERAL	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	UFMG/EBA P	Residência Docente
SE	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	UFMG	Olimpíadas de Química
SE	RJ	Privada	ASSOCIAÇÃO INSTITUTO NACIONAL DE MATEMÁTICA PURA E APLICADA	IMPA	Obmep
SE	RJ	FEDERAL	FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ	FIOCRUZ	Expedições de Ciências
SE	RJ	FEDERAL	FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ	FIOCRUZ	RNEC
SE	RJ	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	UFRJ	RNEC
SE	RJ	Federal	COLÉGIO PEDRO II	CPII	Residência Docente
SE	RJ	Privada	SOCIEDADE BRASILEIRA DE MATEMÁTICA	SBM	Projeto Klein/PDPP (Matemática)
SE	SP	Estadual	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	USP	RNEC
S	PR	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE	UNICENTRO	RNEC
S	RS	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE	IFSul	Rede Regional de Ciências - RRC
S	RS	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	UFRGS	RNEC
S	RS	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	UFSM	RNEC
S	RS	Federal	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA	UNIPAMPA	RNEC

2.6.1. Rede Nacional de Educação e Ciência - RNEC



A Rede Nacional de Educação e Ciência é um programa que envolve 28 grupos em 18 universidades públicas brasileiras e que visa à melhoria das condições de ensino de Ciências. Seu principal objetivo é buscar novos caminhos para um ensino eficiente. Para isso, desenvolve metodologias que facilitam o aprendizado, desmistificando a Ciência.

Para atender às especificidades locais, a Rede trabalha de forma descentralizada, embora articulada ao propósito que une as instituições: o uso da metodologia de pesquisa-ação-reflexão, proposta pelo Prof. Dr. Leopoldo de Meis. Este é o denominador comum que orienta e aglutina todos os projetos participantes da Rede Nacional.

Inúmeras atividades são desenvolvidas pelo programa, mas duas ações constituem a sua espinha dorsal: cursos experimentais de curta duração e estágios. Todas as universidades participantes oferecem, no período de férias, cursos destinados a alunos do ensino médio e professores do ensino básico da rede pública, que por isso recebem o nome de “Cursos de Férias”. Nessa atividade são elaboradas experiências em diversas áreas das ciências naturais e da saúde, em geral monitoradas por estudantes de pós-graduação da instituição. Esses cursos, inteiramente práticos, são muito mais do que cursos “*hands on*”, visto que a partir de um determinado tema são os próprios alunos que definem as perguntas e os experimentos para respondê-las. Poderia ser considerado acima de tudo um curso “*minds on*”.

O objetivo da solicitação feita à Capes é assegurar a continuidade das atividades da Rede Nacional de Educação e Ciência, na vertente de cursos, criando incentivos à sua ampliação. Em resumo, foram apoiados os projetos a seguir:

Tabela 92. Projetos apoiados pela RNEC – 2014

Região	Estado	Esfera administrativa	Instituição	Sigla
N	AM	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS	UFAM
	PA	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	UFPA
NE	PB	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA	UFPB
	PE	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO	UFRPE
	BA	Federal	FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ	FIOCRUZ
SE	RJ	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	UFRJ
	RJ	Federal	FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ	FIOCRUZ
	RJ	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	UFRJ
	RJ	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	UFRJ
	RJ	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	UFRJ
	SP	Estadual	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	USP
S	RS	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	UFRGS
	RS	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	UFSC
	RS	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	UNIPAMPA
	PR	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE	UNICENTRO

Os projetos da rede tiveram sua vigência encerrada em 2013. Todavia, em 2014, o grupo que forma a Rede Nacional de Educação e Ciência solicitou nova edição do programa que, pela relevância educacional no trabalho com formação continuada e dada a Meta 16 do PNE, foi apoiado pela Capes.

2.6.1.1. UFPA – Universidade Federal do Pará

Projeto: Cursos de Férias” na Universidade Federal do Pará

O projeto *Cursos de Férias e estágios*, coordenado pelo Professor Cristovam Wanderley Picanço Diniz, já é um grande marco pelas diversas instituições da Rede, sendo a UFPA uma das pioneiras nesta atividade. Este subprojeto, além dos Cursos, também direcionou suas atividades para a produção de material didático audiovisual atraente para professores, alunos e público em geral. Cursos propostos: 1) Desvendando o corpo dos animais; 2) Experimentando ciência; 3) O corpo humano em movimento.

2.6.1.2. UFPB - Universidade Federal da Paraíba

Projeto: Inclusão Social de Surdos pela Ciência

O projeto coordenado pela Professora Sandra Rodrigues Mascarenhas teve como objetivos: desenvolver uma abordagem experimental e de material didático para o ensino de ciências voltado para alunos surdos; Estimular a criatividade no âmbito da Ciência visando à inclusão dos surdos no sistema nacional de ciência e tecnologia e possibilitar ao estudante de pós-graduação um aprendizado mais íntimo com a realidade social/escolar do país.

2.6.1.3. UFAM – Universidade Federal do Amazonas

Projeto: O que isso tem a ver com a biodiversidade?”

O projeto visa promover atividades extracurriculares para professores e alunos da educação básica, por meio da realização de cursos de férias e utilização de espaços inovadores de ensino, com aprimoramento e atualização do público-alvo e melhoria do ensino de biologia nas escolas, bem como inserir os pós-graduandos das áreas Biológicas da UFAM e do INPA na realidade do ensino básico brasileiro. É coordenado pela Professora Maria Cláudia Gross.

2.6.1.4. FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz - BA

Projeto: Água e Saúde

O projeto visa realizar cursos de aperfeiçoamento de professores da rede pública na Bahia. A temática escolhida para trabalhar nos cursos e na confecção de material didático tem grande relevância regional e diz respeito ao conhecimento de doenças. Na região são verificadas elevadas incidências de doenças veiculadas pela água como esquistossomose, diarreias (ocasionadas por bactérias, vírus, protozoários e helmintos), hepatites, leptospirose, além da formação de criadouros de mosquitos como *Aedes (Stegomyia) aegypti*, transmissor da dengue. Na presente proposta serão realizadas atividades vinculadas ao *Plano Brasil sem Miséria*, inserindo a Rede Nacional de Educação e Ciência nesta iniciativa do governo, por entender que a superação da miséria não pode ser feita somente por programas assistencialistas, mas precisa melhorar a qualidade da educação e popularização de ciência. Em 2014, o projeto foi coordenado pelo Professor Marcos André Vannier dos Santos.

2.6.1.5. FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz - RJ

Projeto: Ciência, Arte, Cultura e Saúde nas Escolas

O projeto consiste em oferecer cursos e atividades inovadoras, visando à união de competências entre instituições de ensino e de pesquisas para atingir os objetivos e metas

estabelecidos na perspectiva de melhoria de ensino de Ciências no país. O planejamento se baseia nas experiências adquiridas há mais de 20 anos pela Fiocruz e destina-se à divulgação e ensino científico por meio de oficinas, palestras, minicursos e “Cursos de Férias”. Em 2014, o projeto foi coordenado pela Professora Valéria da Silva Trajano, cujas atividades e oficinas propostas têm como principal objetivo estimular a criação de novas práticas educativas. Para tanto, nelas são abordados os processos de produção e avaliação de materiais educativos.

2.6.1.6. UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

Projeto: Ensinando Ciência com Arte

Principais objetivos: ampliar os Cursos de Férias para escolas públicas fluminenses; dar a oportunidade ao jovem de desenvolver o talento para a pesquisa; possibilitar ao estudante de pós-graduação um aprendizado mais íntimo com a realidade social/escolar do país; facilitar a inclusão científica do jovem surdo na sociedade atual; apoiar os cursos de curta duração oferecidos pelo laboratório de ciências para alunos surdos do ensino fundamental – Espaço de Ciências 1, do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES); envolver alunos e professores do ensino fundamental, no Espaço de Ciências, permitindo com que os alunos surdos do curso de extensão em Biociências passem a ensinar os mais jovens e sirvam de exemplo para eles; e produzir material didático adicional para alunos e professores de alunos surdos.

Em 2014, o projeto coordenado pelo Prof. Wagner Seixas da Silva realizou entre os meses de janeiro e julho cursos de curta duração (40h a 80h) para alunos e professores do ensino médio das escolas da rede pública do Rio de Janeiro, em laboratórios do Instituto de Bioquímica Médica da UFRJ.

2.6.1.7. UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

Projeto: Interiorização dos Cursos de Férias

Principais objetivos: Permitir que grupos de professores e alunos distantes geograficamente de instituições de pesquisas possam ter acesso à atividades de instrumentação e metodologia científica; dar a oportunidade ao jovem de desenvolver o talento para a pesquisa e possibilitar ao estudante de pós-graduação um aprendizado mais íntimo com a realidade social/escolar do país.

O projeto coordenado pela Professora Andréa Thompson da Poian, realizou em 2014 cursos de férias para estudantes da educação básica do município Oriximiná, no Pará. O curso “Transformação de Energia em Sistemas Biológicos” foi realizado em julho para alunos do Mestrado Profissional em Formação Científica para Professores de Biologia da UFRJ – Polo Xerém, que são professores da rede pública na região.

Considerando a interiorização da proposta dos cursos de férias e a formação de pessoal o projeto selecionou monitores de cursos no interior para participar de formação na UFRJ. Os que tiveram interesse em dar prosseguimento ao treinamento foram convidados a participar de curso a distância denominado “Instrumentação para a realização de curso de férias”, com duração de 4 meses, criado pela equipe do projeto por meio da plataforma *Constructore* (<http://ltc.nutes.ufrj.br/constructore>).

2.6.1.8. UFRJ – Universidade Feral do Rio de Janeiro

Projeto: Ensinando Ciência com Arte

O principal objetivo do projeto é produzir material pedagógico que, além do uso em sala de aula, possa ser veiculado pela mídia e também ser utilizado para educação a distância, combinando a precisão da informação científica com valores estéticos de forma a introduzir no aprendizado, componentes ligados à emoção, despertando o interesse para temas da Ciência.

Em 2014, o projeto coordenado pelo Professor Leopoldo D Meis, recrutou estudantes e bacharéis da Escola de Belas Artes para trabalhar em parceria com cientistas, visando desenvolver novos materiais didáticos, como, livros ilustrados, DVD's e uma radionovela com tema científico e de saúde.

2.6.1.9. UNICENTRO – Universidade Estadual do Centro Oeste

Projeto: Educação Científica na região Centro-Sul do Paraná: formação continuada e descoberta de novos talentos

Os *Cursos* experimentais são oferecidos para professores e alunos (áreas de Educação em Ciências, Matemática, Língua Portuguesa e Pedagogia) do ensino básico das escolas: Colégio Estadual Padre Chagas e Colégio Estadual Bibiana Bitencourt da cidade de Guarapuava (PR). Os cursistas trabalham sob a supervisão de professores da universidade, graduandos, mestrandos e doutorandos, em temas de relevância para o ensino de Ciências como “Obesidade”, “Ingestão alimentar” “Constituição dos alimentos” e “Nutrição”. Os temas também são trabalhados no sentido de se desenvolver atividades transversais nas escolas, tendo como base tanto aspectos relacionados ao ambiente como à saúde. Em 2014, o projeto foi coordenado pela Professora Juliana Sartori Bonini.

2.6.1.10. UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Projeto: *Cursos de Férias* na Universidade Federal do Rio Grande do Sul

A UFRGS, ciente da problemática relativa ao entendimento científico e da importância da orientação pedagógica, pretende com este subprojeto despertar desde cedo o interesse dos alunos da rede pública em aprender Ciências, e, sobretudo, aprender a usar e usufruir dos conhecimentos científicos no cotidiano. Em 2014, o projeto coordenado pelo Prof. Diogo Onofre Gomes de Souza realizou Cursos de Férias nas áreas de Química, Biologia e Matemática para professores e alunos do ensino básico de escolas públicas, proporcionando oportunidades para aquisição dos conceitos científicos com quem faz ciências.

2.6.1.11. UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Projeto: Cursos de Férias no PPGBCM/CBiot

Principais objetivos: Apresentar aos professores do ensino médio de escolas públicas procedimentos científicos, simples, baratos e possíveis de serem realizados nas instituições de origem, como auxiliares na indução de um entendimento crítico e transformador, por parte dos alunos, da natureza que os cerca; possibilitar que jovens alunos do ensino médio operacionalizem e vivenciem por si a prática científica, desmistificando-a; despertar vocações e espíritos críticos; estimular e contribuir para o acesso dos alunos a cursos de nível superior das Instituições Públicas de Ensino; apresentar a busca pelo conhecimento como forma de ascensão socioeconômica; contribuir para a aproximação das atividades científicas da Universidade à comunidade escolar da rede pública de ensino do Estado do Rio Grande do Sul e, assim, na aceleração dos impactos sociais das atividades realizadas. Em 2014, o projeto coordenado pela Professora Célia Regina Carlini foi reeditado e coordenado pela Professora Marilene Henning Vainstein, responsável pela realização da 7ª

edição do Curso de Férias, em conformidade com o cronograma apresentado na proposta do projeto original.

2.6.1.12. UFSM – Universidade Federal de Santa Maria

Projeto: Vivências de experimentação científica como estratégia para melhoria do ensino e estímulo de vocações para a Ciência

Principais objetivos apresentar a história do descobrimento do mundo microscópico e da teoria celular, através de observações de células feitas com réplicas dos primeiros microscópios; a) realizar oficinas para construção de microscópios; b) vivenciar atividades experimentais de biologia celular, biologia molecular e genética. Para a execução dessas atividades conta com um laboratório didático devidamente equipado, no espaço Ciência Viva. Com a participação dos monitores, serão oportunizadas aos professores e alunos do ensino médio e fundamental vivências das principais técnicas de Biologia Celular e Molecular, articulando o fazer científico e as teorias aprendidas em aula. Em 2014, o projeto coordenado pelo Prof. Élgion Lúcio da Silva Loreto, realizou a construção de microscópio com alunos de 7º ano do ensino fundamental, tornando-os colaboradores na divulgação de atividades práticas nas escolas. Desenvolveu atividades práticas adaptadas para diferentes grupos da Educação Básica, estimulando a curiosidade para investigar, observar e registrar as situações de interesse dos estudantes.

2.6.1.13. UNIPAMPA – Universidade do Pampa

Projeto: Repassando o Ensino de Ciência na Escola

Principais objetivos: desenvolver habilidades e buscar alternativas para melhorar o ensino de Ciências nas escolas; aproximar as inovações científicas da realidade escolar; capacitar e estimular a formação continuada de professores, contribuindo para a elevação da qualidade da educação básica; apresentar a busca pelo conhecimento como forma de ascensão socioeconômica; contribuir na aproximação das atividades. Em 2014, o projeto coordenado pelo Prof. Robson Luiz Puntel, realizou no período de férias cursos de curta duração para alunos de ensino médio das escolas públicas, incentivando a adoção do método científico e atividades práticas para trabalhar a temática transversal de saúde.

2.6.1.14. Encontro Anual da Rede Nacional de Educação e Ciência

Principais objetivos: apresentação dos principais resultados das atividades desenvolvidas no período a ser avaliado; trocar experiências entre os membros dos diversos grupos da rede, notadamente em relação à cooperação para a produção de novos materiais didáticos; incorporar os depoimentos dos estudantes selecionados para estágio, que também são estimulados a participar do evento nacional.

Em 2010, a Rede Nacional de Educação e Ciências organizou o Simpósio de Criatividade, Interatividade e Difusão de Ciências em Olinda, PE. Em 2011, o evento aconteceu em Paraty, no Rio de Janeiro, entre os dias 29/05 e 01/06. Em 2012, em Búzios, RJ. Em 2013, os membros da Rede organizaram o Simpósio em Petrópolis, no Rio de Janeiro, entre os dias 26 a 29 de maio, no Sesc Nogueira. Em 2014, o Encontro foi organizado no SESC Iparana, Caucaia, CE, entre os dias 25 a 28 de maio de 2014.

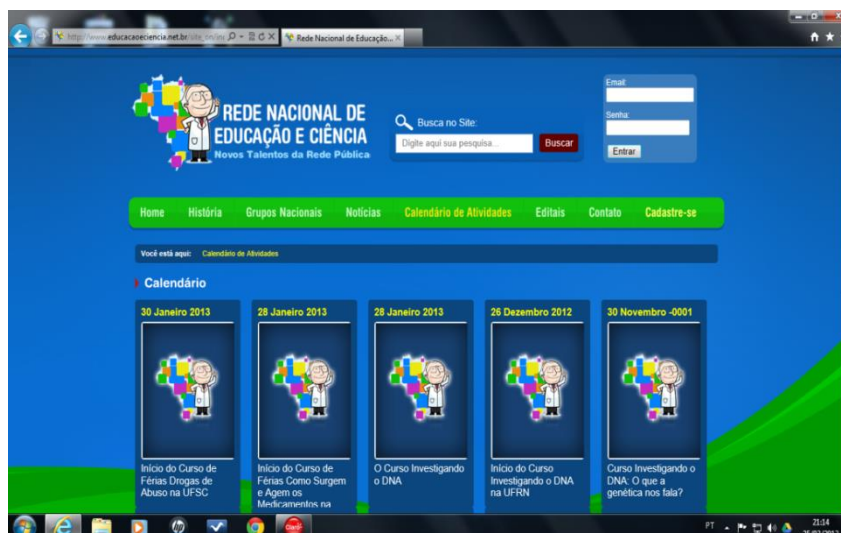


Figura 57. Site da [Rede Nacional de Educação e Ciência](http://www.educacaociencia.net.br)

2.6.1.15. Instituto Federal Sul-Rio-Grandense - Rede Regional de Ciências - Fase III

O projeto do Instituto Federal Sul-Rio-Grandense (Fase III) – *campus* Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça - denomina-se “**Rede Regional de Ciências**” tem como objetivo principal valorizar os professores da educação básica, propiciando-lhes práticas e instrumentos pedagógicos atualizados e inovadores que possibilitem sua maior qualificação e contribuam para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem na rede pública. Foi proposto pelo Necim – Núcleo de Estudos em Ciências e Matemática.



O Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça é um *campus* do Instituto Federal Sul-Rio-Grandense e passou a ofertar cursos de graduação, com ênfase em licenciaturas, iniciando com as áreas de Ciências e Matemática. A formação continuada norteia a atuação do Necim, desde que foi criado. Diversos simpósios, feiras e cursos foram promovidos para professores da rede pública. O propósito do Necim é estruturar uma Rede Regional de Ciências e o programa proposto à Capes tem contribuído para elevar a qualidade da educação na região e para permitir ao Necim oferecer licenciaturas de elevado padrão educacional.

A decisão da Capes em apoiar o projeto deve-se ao fato de alcançar a parte sul do Rio Grande do Sul, formada por vinte e dois municípios, todos com IDEB muito baixo – em torno de 2,5. Nesse conjunto de municípios, dados do INEP mostram uma população escolar de mais de cento e setenta e cinco mil alunos e cerca de oito mil professores distribuídos desde a educação infantil até o 3º ano do ensino médio. A cidade de Pelotas é o polo regional, daí o compromisso da instituição com a região como um todo.

As ações e os objetivos propostos pelo projeto foram alcançados em sua totalidade, pela realização de 42 ações de formação continuada. Os relatórios do projeto apontaram aceitação de mais de 95% da comunidade escolar. Os instrumentos de avaliação dos cursos mostram satisfação dos professores, bem como pelos alunos das licenciaturas que tiveram oportunidade de se envolver em projetos que articulam sua formação às escolas da educação básica das cidades atendidas. A atuação do Necim provocou um aumento na participação de municípios da região nos editais de Feiras Municipais de Ciências.

O bom êxito das ações da Rede Nacional de Ciências e Matemática, do Instituto Federal Tecnológico Sul-Rio-Grandense – registrado nos depoimentos de secretários de educação, na participação de professores em cursos de formação continuada, no envolvimento dos alunos com Ciências e na realização de feiras de ciências - possibilitou à Capes apoiar continuidade do projeto em 2014, para o desenvolvimento da fase III. Os resultados desta ação, em 2014, serão analisados a partir dos relatórios enviados em 2015.



Figuras 58. Fotos de alunos no Promusit, em Jaguarão, RS.

2.6.1.16. Sociedade Brasileira de Matemática - Projeto Klein

O *Projeto Klein em Língua Portuguesa: contribuição do Brasil ao Klein Project for the 21st Century*, com início em 2010 e término em 2014, é uma proposta de iniciativa da Sociedade Brasileira de Matemática - SBM. A SBM é uma entidade civil, sem fins lucrativos, caracterizada como associação científica dedicada, especialmente, a estimular a pesquisa de alto nível em Matemática e promover a melhoria do ensino deste campo em todos os níveis da educação no Brasil, bem como incentivar o intercâmbio entre os profissionais de Matemática do Brasil e do exterior.

O Projeto apresentado pela SBM concretiza uma proposta de atuação conjunta de um grupo de pesquisadores oriundos de diferentes Instituições de Educação Superior – IES, para desenvolver recursos e material bibliográfico em língua portuguesa.

O objetivo principal é fortalecer o ensino e a pesquisa em Matemática com foco na melhoria da qualidade da educação escolar brasileira. Para alcançar tal objetivo, o projeto desenvolve suas atividades a partir do Projeto Klein Internacional.

A metodologia apresentada no projeto envolve a adoção de parcerias com entidades de reconhecida competência na área da Matemática no contexto nacional e internacional, bem como a participação de alunos de licenciatura, de professores em exercício nas redes de ensino da educação básica e pesquisadores envolvidos nos programas de pós-graduação. Está prevista, também, a participação de estudantes premiados nas Olimpíadas de Matemática.

Entre os resultados que estão sendo alcançados pelo projeto nacional, destacam-se: produção de material bibliográfico como livros-textos que estão sendo disponibilizados na internet; desenvolvimento de vídeos e material interativo para uso dos professores e alunos da escola básica; formação e intercâmbio entre alunos de graduação e professores de Matemática em exercício na educação básica; promoção do intercâmbio entre os países de língua portuguesa de modo a permitir a troca de experiências sobre o ensino da Matemática; e estreitamento das relações entre as comunidades de pesquisadores, professores e educadores de Matemática no País.

O projeto teve duração de quatro anos, finalizando em 2014. Durante o ano de 2012, foram produzidos três volumes de uma coleção de livros didáticos, concebidos como uma etapa piloto do projeto LDEF (Livro Didático para o Ensino Fundamental). Em 2013, esses volumes foram aplicados em turmas do 6º ano do ensino fundamental de 17 escolas, em 7 estados brasileiros, atingindo um total de 2.355 alunos. Os professores regentes das turmas em que os volumes da etapa piloto foram aplicados, participaram de um programa de formação, com uma etapa presencial realizado no Rio de Janeiro em 14 e 15 de janeiro de 2013. Para analisar essa etapa e trabalhar no desenvolvimento do material, foram realizadas oito reuniões presenciais no Rio de Janeiro.

Em 2013 e 2014, o Projeto LDEF gerou desdobramentos importantes. Começou a se delinear uma parceria com o MEC, ainda não completamente efetivada, para produção de uma coleção de materiais e recursos efetivamente hipermídia para o Ensino Fundamental. Esse Projeto, que passou a ser chamado MatDigital, nasceu a partir dos resultados do LDEF. No momento, nove equipes de redação estão trabalhando no desenvolvimento de matérias hipermídia: uma em AL, duas em MG, três no RJ, duas no RS e uma em SP.



Figura 59. Site do [Projeto Klein de Matemática em Língua Portuguesa](http://klein.sbm.org.br)

2.6.1.17. Expedições de Educação e Ciência para o Brasil sem Miséria- FIOCRUZ

Nesse projeto, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e instituições parceiras (Espaço Ciência-PE, Universidades, Institutos Federais, museus de ciência e arte, e outros) se alinham aos desafios do Plano Brasil sem Miséria (BSM) para fazer convergir ações de ensino, extensão, pesquisa e cooperação/integração para saúde, ancoradas na educação básica. A proposta é divulgar e disseminar ciência e cultura para fortalecer a promoção da saúde e a assistência social em municípios brasileiros engajados no BSM.

Para isso propõe realizar 8 expedições pelo interior do país (2012-2014), com o objetivo geral de apoiar intersetorialmente ações do Plano Brasil sem Miséria por meio de atividades associadas a cursos de formação continuada de professores da educação básica. O projeto integra a Rede “Fiocruz para o Brasil sem Miséria”, em apoio ao BSM nos componentes de saúde, educação, ciência, cultura e ambiente, com foco no enfrentamento das doenças perpetuadoras da pobreza e na Saúde da Família, previstos no eixo de oferta de serviços públicos do Plano *Brasil Sem Miséria*.

Em 2014, o projeto coordenado pela Professora Tania Cremonini de Araújo Jorge recebeu apoio da Capes para realização de uma expedição na cidade de Rio Branco – Acre, no período entre 16 e 27 de julho de 2014. Tratou-se de um projeto especial e experimental em que a Capes buscou valorizar a formação continuada de professores, em uma perspectiva interdisciplinar e com metodologias ativas que possam ser replicadas em sala de aula, de modo criativo e colaborativo. As dimensões da inserção e do compromisso social da escola e da articulação entre políticas públicas intersetoriais também merece registro nessa ação.

Composição Metodológica das Expedições: as expedições compõem-se de quatro componentes metodológicos:

(1) ensino: cursos para estimular o processo investigador de professores e alunos da educação básica, oficinas de atualização e de inclusão produtiva para profissionais de saúde, assistência social e cultural, e formação continuada dos expedicionários;

(2) extensão: atividades de ciência, saúde e cultura para população das cidades visitadas pela expedição;

(3) pesquisa: atividades de pesquisa de campo de alunos e pesquisadores responsáveis por projetos relacionados aos eixos do BSM;

(4) cooperação/integração: composição e fortalecimento de rede nacional com parceiros diversos, antes e após as expedições, e estratégias de consolidação de redes locais com projetos de desdobramentos e continuidade – educação, saúde, pobreza e desenvolvimento.

Público Alvo: as escolas e os professores locais como foco principais de ação, sendo:

- Professores da educação básica (ensino fundamental e médio), cuja atualização e aperfeiçoamento sejam recomendados por um diagnóstico da situação local de ensino no município visitado (20 por curso de 40h);
- alunos da educação básica (ensino fundamental e médio) indicados pelos respectivos professores/coordenadores (20 por curso de 40h)
- população atendida pelas escolas públicas da educação básica dos municípios visitados, com ênfase nas famílias em situação de maior vulnerabilidade em função da condição de vida em situação de extrema pobreza (mais de 1000 pessoas/expedição).
- profissionais de saúde, ensino, cultura e assistência social, em atividades integradas e apoiadas pelo Programa Saúde na Escola dos municípios visitados (20/atividade de 3h).
- gestores públicos dos municípios visitados e lideranças comunitárias e profissionais, que comporão as redes locais e nacionais da Fiocruz em apoio ao Plano Brasil sem Miséria (média de 30/expedição).

2.6.1.18. KITS de Ciências, USP: Projeto “Aventuras na Ciência”

O projeto “[Aventuras na Ciência](#)” apoiou a produção de kits de Ciências direcionados aos alunos do Ensino Médio.

Foi apresentado à Presidência da Capes por uma equipe da Universidade de São Paulo – USP, composta pelos seguintes pesquisadores: Moyses Nussenzweig, Vanderlei S.

Bagnato, Beatriz Leonor Silveira Barbuy, Mayana Zatz, Eliana B. Dessen, Henrique E. Toma, Eduardo Colli e Carlos H. Brito Cruz.

Em 2012, a Capes comprometeu-se a fazer um piloto com os kits, envolvendo os coordenadores, professores e bolsistas dos programas: Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica - Parfor, Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - Pibid e Laboratórios Interdisciplinares de Formação de Educadores – Life.

Para esse piloto, foram produzidos 5.000 kits, sendo 1.000 em cada uma das áreas de Física, Química, Biologia, Astronomia e Matemática. Os kits são assim identificados:

- Aventuras com raios de luz– introduz leis básicas da ótica geométrica, permitindo verificá-las, visualizando e registrando o trajeto dos raios luminosos e entender como funcionam instrumentos óticos, inclusive o telescópio de Galileu;
- Explorando os céus– trata-se do Galileoscópio que permite observar os objetos astronômicos descobertos por Galileu;
- As certezas do acaso– introduz as ideias básicas do cálculo de probabilidades, ilustrando-as com experimentos de lançamento de dados de diferentes formas, sorteios e aplicação à genética;
- Descobrimo o mundo da Química– é um minilaboratório químico. Contém pequenos frascos de *ependorf* e doses mínimas de reagentes;
- O mundo microscópico– é um microscópio de baixo custo e qualidade suficiente. Permite observar células vegetais e humanas, preparar e observar eucariotos microscópicos.



Figura 60. Fotos dos Kits Aventuras na Ciência



Figura 61. Página do Projeto na Internet

Cronograma aprovado no projeto:

- 25/junho/2012 – Apresentação final dos protótipos preliminares
- 25/Julho /2012 – Contratação pela Capes (Projeto a ser contratado com a USP – Agencia de Inovação)
- 10/Agosto/2012 – Contratação dos serviços e constituição de equipe de execução
- 25/Outubro/2012 – Confeção dos primeiros kits e ajustes necessários
- 15/ Dezembro/2012 – Entrega das 1000 unidades a Capes
- Janeiro/2013 – início dos trabalhos de prova de conceitos pela equipe Capes
- 22 de janeiro – retorno da Capes à equipe de especialistas da USP
- 2ª semana de março/2013 – envio dos 5.000 kits para as instituições selecionadas. A remessa será efetuada pela USP, com recursos já repassados pela Capes.(Obs: os kits do Pibid só começaram a ser distribuídos pela USP em abril).
- Março-abril: teste dos kits por professores e alunos da amostra.
- Maio: devolução das avaliações às equipes de professores da USP.
- Maio – 2ª quinzena: Apresentação pela USP da avaliação realizada.

Em 2013, os kits produzidos foram submetidos à prova de conceito, que consiste no uso do material didático em atividades pedagógicas de professores e alunos da rede pública de educação básica participantes do Parfor, Pibid e Laboratórios Interdisciplinares de Formação de Educadores – Life.

A avaliação foi realizada utilizando-se uma escala do tipo *Likert*, visando analisar as seguintes categorias: motivação, valor de uso e a estrutura do material. O questionário foi composto ainda por perguntas abertas para coletar informações, críticas e sugestões sobre com se deu o uso dos kits.

O questionário foi disponibilizado no site do projeto <http://www.aventurasnaciencia.com.br> ou enviados por correio e aplicado no período de 22/04/2013 a 19/07/2013.

Com base nas avaliações realizadas, a USP fará as alterações e aperfeiçoamentos necessários, para apresentar o projeto ao MEC e ao FNDE.

A participação da Capes restringiu-se à avaliação do material em 2013. No ano de 2014 não houve envolvimento desta agência nas decisões do desdobramento desta avaliação, cuja responsabilidade foi da equipe gestora na USP. A expansão da proposta depende de envolvimento do MEC e FNDE.

2.6.2. Programa de Formação Continuada de Professores em Pesquisa-Ação para Melhoria da Qualidade da Educação Básica Articulada com os Arranjos Produtivos no Estado de Alagoas - Fapeal.

A Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica – DEB recebeu, para análise em 2013, proposta da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas - Fapeal, solicitando financiamento para implantação do Programa de Formação Continuada de Professores em Pesquisa-Ação para Melhoria da Qualidade da Educação Básica Articulada com os Arranjos Produtivos no Estado de Alagoas. O programa pretende beneficiar escolas públicas de educação básica, distribuídas em todo o estado de Alagoas, por meio de aperfeiçoamento e valorização da formação de professores da educação básica e da

articulação entre currículo e arranjos produtivos locais. O estado tem um dos IDEBs mais baixos do país e apresenta alto índice de abandono escolar.

2.6.2.1. Descrição do Programa

A equipe de composição do projeto foi formada por: um pesquisador doutor, professores da educação básica, alunos de licenciaturas da IES e alunos das escolas envolvidas, técnicos da Secretaria Estadual de Educação e prefeituras.

São objetivos específicos do programa:

- Capacitar anualmente 300 professores;
- Selecionar a cada ano, 30 projetos de pesquisa-ação com duração de 12 meses, envolvendo 30 orientadores das IES, 120 professores pesquisadores e 120 alunos das escolas públicas;
- Realizar oficina de formação de orientadores das IES para pesquisa ação, atendendo 30 pesquisadores por IES;
- Realizar oficina de formação de professores pesquisadores para pesquisa-ação, atendendo 300 professores das escolas públicas;
- Financiar 30 projetos anuais com recursos de fomento no valor de R\$ 20,000,00;
- Realizar dois seminários de socialização dos resultados dos projetos de pesquisa-ação a cada período de dois anos;
- Editar dois livros, em 2015 e 2017, com as experiências realizadas.

A implementação do projeto ocorreu no ano de 2014 e foi utilizado Termo de Cooperação, como instrumento de acordo celebrado entre a Capes e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (Fapeal). A avaliação dos resultados do programa, com base no Relatório a ser apresentado em janeiro de 2015 e em reuniões técnicas entre as equipes da Fapeal e da Capes ao longo de 2014, determinará a continuidade do Programa.

2.6.3. Programa de integração da ciência, tecnologia e inovação com a educação básica- pontos de CTI-EB – Fapern

A DEB recebeu para análise, em 2013, proposta da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Norte – Fapern solicitando financiamento para implantação do projeto: Programa de Integração da Ciência, Tecnologia e Inovação com a Educação Básica- Pontos de CTI-EB. O projeto constitui-se em estratégia piloto para a implementação de um programa mais amplo de reforço à educação básica articulada à implantação de Pontos de Ciência, Tecnologia e Inovação (Pontos de CTI-EB) em perspectiva regional e descentralizada. Inclui, portanto, a integração entre professores universitários, professores do ensino médio ou técnico, estudantes de licenciaturas e bolsistas de iniciação científica júnior para a operacionalização de ações de Ciência, Tecnologia e Inovação vinculadas às práticas de ensino na Educação Básica.

Como diretrizes operacionais da proposta destacam-se a criação de grupos tutoriais para melhoria do ensino básico utilizando ferramentas de CTI e a caracterização de competências para geração de material pedagógico e de divulgação científica (amostras, oficinas, treinamentos práticos), de modo que determinadas Diretorias Regionais de Educação configurem-se como Pontos de Ciência, Tecnologia e Inovação que passarão a ser referência para as demais diretorias.

2.6.3.1. Ações previstas no projeto

Cada projeto de Ponto de CTI-EB contempla atividades extracurriculares, desenvolvidas sob a forma de grupos tutoriais, que ocorrem, preferencialmente, nas dependências das Escolas da Educação Básica, mas também em universidades, laboratórios e centros avançados de estudos e pesquisas, museus e outras instituições, inclusive empresas públicas e privadas, visando ao fortalecimento da educação básica na rede pública do Estado, através da integração com ações de Ciência, Tecnologia e Inovação.

As propostas contemplam o currículo da educação básica, articulando-o com perspectivas educacionais, científicas, culturais, sociais ou econômicas (arranjos produtivos locais) inovadoras, contribuindo para enriquecer a formação de alunos e docentes da educação básica.

Cada projeto envolve, necessariamente, as áreas de Ciências ou Matemática e contempla, de forma equilibrada, atividades nas seguintes áreas:

- Iniciação à pesquisa científica, tecnológica e de inovação;
- Reforço à educação básica pelo desenvolvimento de atividades de monitoria, produção de material didático e científico e afins;
- Ampliação da cultura geral e científica de estudantes e professores;
- Desenvolvimento de ações que visem à difusão e popularização do conhecimento.

A avaliação dos resultados do programa, com base no Relatório a ser apresentado em janeiro de 2015 e em reuniões técnicas entre as equipes da Fundação e da Capes, determinará a continuidade do Programa.

3. FORMAÇÃO ASSOCIADA À PESQUISA

A formação associada a estudos e pesquisas tem o propósito de simultaneamente formar mestres e doutores em grandes temas da educação brasileira, conforme estabelece o PNE, e buscar respostas a dados e indicadores levantados pelo INEP, contribuindo para a melhoria da educação.

A inclusão de bolsas para professores da educação básica e para alunos de licenciatura e de graduação que se envolvam com as pesquisas e os estudos sinaliza a preocupação da Capes com a atratividade da carreira do magistério e com a formação e o aperfeiçoamento de profissionais fortemente comprometidos com a qualidade de educação brasileira.

3.1. Observatório da Educação

O Programa Observatório da Educação foi criado pelo Decreto nº 5.803, de 08 de junho de 2006. Seu propósito é fomentar a produção acadêmica e a formação de profissionais com pós-graduação *stricto sensu* em educação. O programa envolve a parceria da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP.



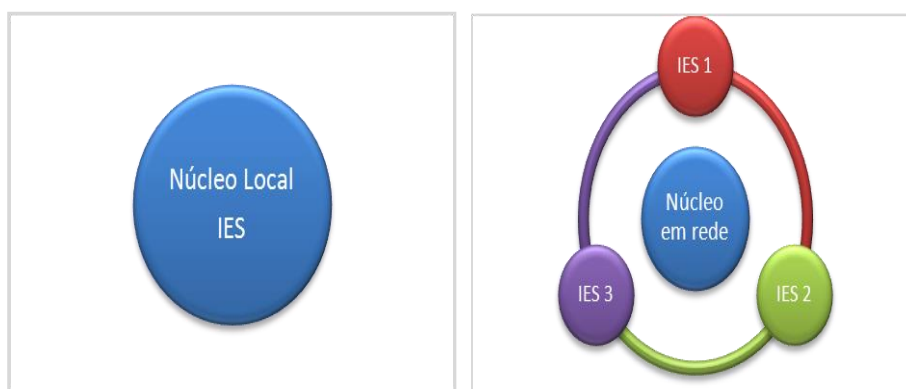
O Observatório da Educação – Obeduc promove a formação de mestres e doutores em educação, estimulando o desenvolvimento de estudos e pesquisas que tenham como ponto de partida a utilização dos dados existentes no INEP, entre os quais, o Censo da Educação Superior, o Censo da Educação Básica, o Enem, o Enade, o Saeb e a Prova Brasil.

A inclusão de bolsas para professores da educação básica e para alunos de licenciatura e de graduação que se envolvam com as pesquisas e os estudos - além das bolsas de doutorado e de mestrado originalmente previstas no desenho do Programa - sinaliza a preocupação da Capes com a atratividade da carreira do magistério e com a formação e o aperfeiçoamento de profissionais fortemente comprometidos com melhoria de qualidade da educação brasileira.

Os projetos do Obeduc devem estar vinculados a programas de pós-graduação – PPGs *stricto sensu* reconhecidos pela Capes e que desenvolvam linhas de pesquisas voltadas à educação.

Esses programas de pós-graduação podem organizar-se em Núcleos Locais compostos por, pelo menos, um PPG *stricto sensu* de uma IES ou Núcleos em Rede, formados por até três PPGs *stricto sensu* de IES distintas (é também possível a organização em rede de mais de três PPGs em torno da pesquisa, porém, o teto orçamentário máximo equivale a três PPGs). Os projetos podem ter duração de dois a quatro anos.

Figura 62. Organização do Obeduc



São oferecidas bolsas aos coordenadores dos projetos e aos estudantes de pós-graduação (mestrado e doutorado) envolvidos nos projetos de pesquisa aprovados. Desde 2008, para favorecer a integração entre pós-graduação, cursos de formação de professores e escolas de educação básica, o programa oferece bolsas também aos estudantes de licenciaturas e graduação e aos professores de escolas públicas que se envolvam nas pesquisas.

O Edital Capes/Inep nº 01/2008 incorporou a parceria da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – Secadi. Em 2009, foi lançada uma edição especial do Edital, com foco na Educação Escolar Indígena (ver capítulo 5).

Ao analisar os projetos aprovados nos editais 2006 e 2008, a DEB percebeu a ausência de linhas de pesquisas relativas à educação básica e de aspectos do currículo evidenciados pelo IDEB. Assim, o Edital Capes/Inep nº 38/2010 teve um foco especial em questões relacionadas à alfabetização e ao domínio da Língua Portuguesa e da Matemática, dado o caráter estruturante dessas áreas na formação de crianças e jovens e seu impacto no sucesso escolar. O último edital publicado, nº 49/2012, possibilitou a contratação de propostas com diferentes focos, reafirmando a abrangência do programa e seu impacto na produção de conhecimento educacional.

Em 2014, o lançamento de novo edital foi adiado em função de restrições orçamentárias.

3.1.1. Diretrizes do Obeduc

O Observatório da Educação busca oferecer aos programas de pós-graduação das instituições de ensino superior brasileiras a oportunidade de se aproximarem de grandes temas da educação. E, compreendendo a complexidade do sistema educacional e que a *“pós-graduação constitui-se numa etapa da nossa estrutura de ensino e como tal guarda uma relação de interdependência com os demais níveis educacionais”* (PNPG, 2011-2020), o Obeduc abarca estudos e pesquisas que respondam a todos os níveis e modalidades de educação no País.

O Observatório da Educação tem como princípios pedagógicos a articulação e o trabalho coletivo de pesquisadores, pós-graduandos, graduandos e, sempre que for o caso, de professores da educação básica. Nesse sentido, a escola deixa de ser vista como mero espaço de investigação e seus agentes apenas como sujeitos passivos e assumem o papel de propositores de saberes, participantes ativos na busca de propostas transformadoras que aliem a prática docente aos conhecimentos acumulados no campo educacional.

A esse respeito, Cortelazzo⁹ (2004) revela que:

- a pesquisa em educação cumpre importante função de desvelar os processos de apropriação, de reelaboração e de produção de conhecimentos;
- a inclusão de diferentes sujeitos na prática da pesquisa (graduandos, pós-graduandos e professores de diferentes níveis educacionais) pode se efetivar com a prática da pesquisa colaborativa num movimento de inclusão em todos os níveis da educação;
- a pesquisa e a prática profissional permitem aos alunos de licenciatura a vivência da escola e a descoberta do contexto em que eles já atuam (na educação infantil ou nas séries iniciais, com a formação no ensino médio para o magistério, ou nas séries finais do ensino fundamental).

O trabalho coletivo na produção de conhecimento acadêmico é valorizado no Observatório da Educação como mecanismo de superar o isolamento por que passam vários pesquisadores quando buscam respostas para suas questões de pesquisa. O envolvimento de diferentes sujeitos no estudo de situações educacionais colabora para que o conhecimento produzido seja mais complexo, abrangente e menos marcado por aspectos ideológicos e pessoais. Assim, horizontalmente, todos são importantes nos projetos do

⁹ CORTELAZZO, I.B.C. Pesquisa na Educação Superior: articulação, graduação e pós-graduação. In: *Pedagogia em debate: desafios contemporâneos*. Curitiba: Editora UTP, 2004.

Observatório: mestrandos, doutorandos, professores da educação básica, alunos dos cursos de graduação e pesquisadores das IES.

As Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Pedagogia sugerem que o movimento de investigação e aplicação de resultados nas práticas educacionais também são centrais para a formação de professores, para a proposição, a realização, a análise de pesquisas e a aplicação de resultados, em perspectiva histórica, cultural, política, ideológica e teórica, com a finalidade, entre outras, de identificar e gerir práticas educativas transformadoras. (BRASIL, 2005).

O Observatório da Educação adota como diretrizes:

- a) contribuir para a criação, o fortalecimento e a ampliação de programas de pós-graduação *stricto sensu* na temática da educação;
- b) estimular a criação, o fortalecimento e a ampliação de áreas de concentração em educação em programas de pós-graduação *stricto sensu* existentes no País, nos diferentes campos do conhecimento;
- c) incentivar a criação e o desenvolvimento de programas de pós-graduação interdisciplinares e multidisciplinares que contribuam para o avanço da pesquisa educacional;
- d) ampliar a produção acadêmica e científica sobre questões relacionadas à educação;
- e) apoiar a formação de recursos humanos em nível de pós-graduação *stricto sensu* capacitados para atuar na área de gestão de políticas educacionais, avaliação educacional e formação de docentes;
- f) promover a capacitação de professores e a disseminação de conhecimentos sobre educação;
- g) fortalecer o diálogo entre a comunidade acadêmica, os gestores das políticas nacionais de educação e os diversos atores envolvidos no processo educacional;
- h) estimular a utilização de dados estatísticos educacionais produzidos pelo INEP como subsídio ao aprofundamento de estudos sobre a realidade educacional brasileira.

Com a atribuição à Capes de induzir e fomentar a formação e a valorização dos professores da educação básica, a agência destacou nos últimos editais o fomento e apoio a projetos de estudos e pesquisas relacionados aos diferentes níveis e modalidades da educação básica, incluindo educação de jovens e adultos, especial, a distância e outras.

Além disso, o Obeduc deve proporcionar a articulação entre pós-graduação, licenciaturas e escolas de educação básica e divulgar a produção e os resultados encontrados, compartilhando conhecimento e boas práticas e integrando a pesquisa à dinâmica da Universidade e dos sistemas públicos de educação básica.

Os projetos de estudos e pesquisas devem também incorporar os objetivos estabelecidos nos editais, aproximando-os da realidade local e/ou regional com vistas à sua transformação.

3.1.2. Referências legais

- [Decreto nº 5.803](#), de 08 de junho de 2006 – cria o Observatório da Educação.
- [Edital nº 01/2006/CAPES/INEP](#), de 20/06/2006, publicado no DOU nº 116, Seção 3, pág. 22.
- [Edital nº 01/2008/CAPES/INEP/SECAD](#), de 24/07/2008, publicado no DOU nº 141, Seção 3, pág. 25.
- [Edital nº 38/2010/CAPES/INEP](#), de 24/06/2010, publicado no DOU nº 119, Seção 3, pág. 43.

- [Portaria nº 248](#), de 19 de dezembro de 2011. Normas de concessão de bolsas de estudo em função da maternidade.
- [Portaria nº 028](#), de 27 de janeiro de 2010. Regulamento da Concessão do Auxílio Financeiro a Projeto Educacional e de Pesquisa – AUXPE.
- [Portaria Nº 097](#), de 06 de maio de 2010. Estabelece os valores das bolsas concedidas no âmbito do programa Observatório da Educação e Observatório da Educação Escolar Indígena.
- [Portaria Conjunta nº 001](#), de 11 de março de 2004. Autoriza a manutenção da bolsa aos os bolsistas da CAPES e do CNPq que atuem como professores substitutos.
- [Portaria Conjunta Capes/CNPq nº 001](#), de 12 de dezembro de 2007. Autoriza bolsistas a atuarem como tutores da UAB.
- [Decreto nº 6.907, de 21 de julho de 2009](#). Dispõe sobre pagamento de diárias na país.
- [Decreto nº 71.733, de 18 de janeiro de 1973](#). Dispõe sobre diárias internacionais.
- [Portaria no. 152, de 30 de outubro de 2012](#). Aprova o Regulamento do Programa Observatório da Educação.
- [Edital nº 49/2012, de 05 de novembro de 2012](#), publicado no DOU nº. 05/11/2012, na Seção 3, página 47.
- [Portaria nº 059, de 14 de maio de 2013](#). Disciplina as condições gerais para a concessão e aplicação dos recursos financeiros, sua prestação de contas, aprova o Manual de Utilização de Recursos de Auxílio Financeiro a Projeto Educacional ou de Pesquisa e o Manual de Prestação de Contas On Line do Sistema Informatizado de Prestação de Contas (SIPREC)

3.1.2.1. Participantes

Podem apresentar propostas de projetos de estudos e pesquisas em educação, Programas de Pós-Graduação - PPGs, de IES, públicas ou privadas, com avaliação da CAPES igual ou superior a 3.

Os Núcleos Locais e Núcleos em Rede do Observatório da Educação são formados por professores, pesquisadores, estudantes de mestrado, doutorado e graduação, principalmente licenciaturas. A partir do [Edital nº 01/2008/CAPES/INEP/SECAD](#), professores da Educação Básica passaram a receber bolsa para incorporarem-se aos projetos, incentivando seu interesse por estudos e pesquisas.

A lista de instituições participantes do Obeduc encontra-se no **ANEXO IX**.

3.1.3. Financiamento

No Obeduc, são concedidas cinco modalidades de bolsas: (1) professor coordenador (R\$ 1.500,00); (2) estudante de doutorado (R\$ 2.200,00); (3) estudantes de mestrado (R\$ 1.350,00); (4) estudantes de graduação/licenciatura (R\$ 400,00) e; (5) professores da educação básica envolvidos na pesquisa (R\$ 765,00). É concedida verba de custeio e capital aos projetos participantes.

Cada projeto de Núcleo Local tem direito a 1 bolsa de coordenação; 1 de doutorado; três de mestrado; 6 de licenciatura/graduação e 6 para professores da educação básica que se

envolvam com a pesquisa. No caso dos Núcleos em Rede, pode-se multiplicar até por três esses valores. Outros programas de pós-graduação e IES podem se envolver com o projeto, mas o cálculo não ultrapassa o valor máximo aprovado pela Comissão de Seleção que analisou a proposta do pesquisador. O recurso de custeio é de R\$ 50.000,00 por projeto/ano.

Bolsas por Núcleo Local	Bolsas para Núcleo em Rede (até)
• 1 bolsa coordenador do projeto • 1 bolsa doutorado • 3 bolsas mestrado • 6 bolsas licenciandos/graduandos • 6 bolsas professores da educação básica da rede pública	• 1 bolsa coordenador do projeto • 3 bolsas doutorado • 9 bolsas mestrado • 18 bolsas licenciandos/graduandos • 18 bolsas professores da educação básica da rede pública

Figura 63. Financiamento dos Núcleos

O INEP repassa cerca de R\$ 2.500.000,00 por edital, para custeio. O valor das bolsas está sob responsabilidade da Capes.

3.1.4. Resultados do Observatório da Educação: números e impactos

Nos editais 2006 e 2008, foram aprovados 28 projetos em cada; em 2009, no Observatório da Educação Escolar Indígena, foram aprovados 17 projetos e em 2010, o edital selecionou 80 projetos. O último edital foi lançado em 2012. Os projetos contemplados tiveram início de sua vigência no primeiro semestre de 2013 e incluíram mais 90 propostas novas, das quais 70 projetos locais e 20 em rede. Portanto, o total é de 243 projetos apoiados nos cinco editais.

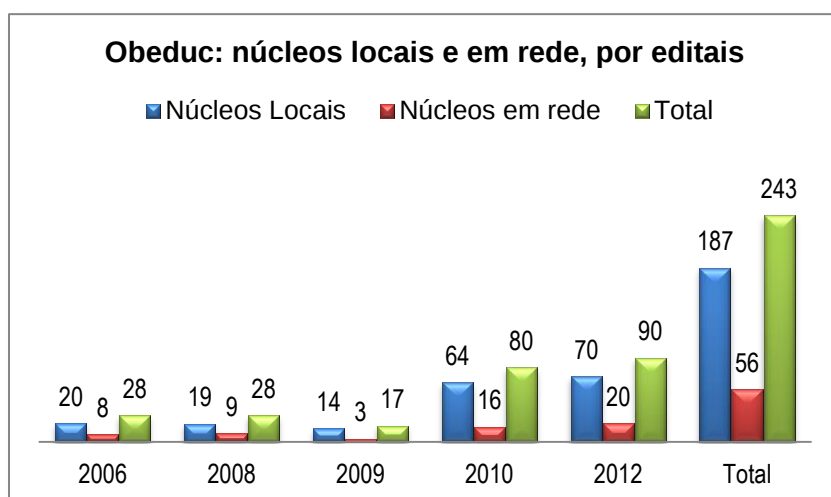


Gráfico 129 Obeduc: Tipos de Núcleos, por edital

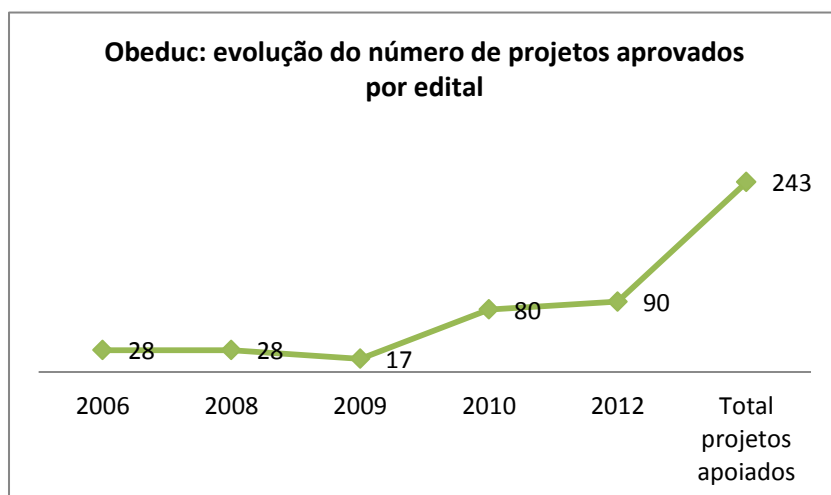


Gráfico 130 Obeduc: evolução do número de propostas aprovadas por edital

Nas tabelas e gráficos a seguir, a DEB apresenta números dos editais do Observatório da Educação, iniciando com os que se encontravam em vigência em 2014.

3.1.5. Os números do Obeduc vigentes em 2014.

Em 2014, estavam vigentes 151 projetos, sendo 111 Núcleos Locais e 34 Núcleos em Rede.

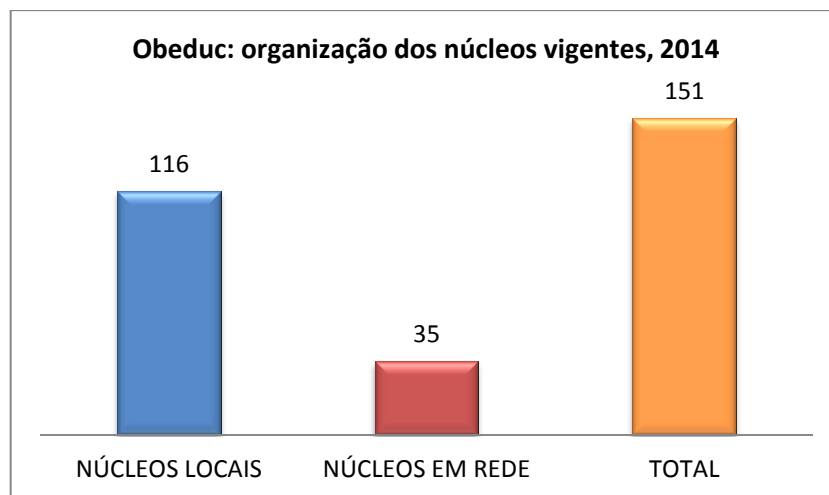


Gráfico 131. Obeduc: projetos locais e em rede vigentes em 2014

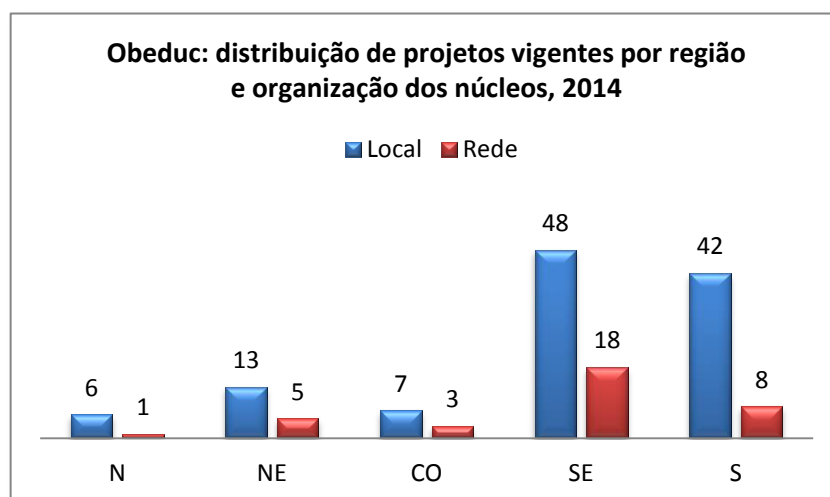


Gráfico 132. Obeduc: distribuição dos projetos vigentes em 2014

Uma vez que a maioria dos projetos é estruturada em 4 anos, grande parte dos 151 projetos vigentes em 2014 terá continuidade em 2015. Todavia, 61 projetos serão finalizados, permanecendo apenas os 90 aprovados no edital de 2012.

O gráfico acima destaca apenas a instituição proponente, por núcleo e região. No caso das instituições em rede, além do número apresentado no gráfico, outras IES também compõem a rede de associadas. Assim, em 2014: 96 IES (entre sede e associadas) participaram do Obeduc, executando 151 projetos que mobilizaram 186 programas de pós-graduação onde estão abrigados 267 grupos de pesquisa. Importante sinalizar que ao longo de 2014 novas instituições se associaram aos projetos em andamento, como, também, novos grupos de pesquisa, gerando aumento no número de IES e de grupos de pesquisa do ano de 2013 para 2014, sem investimentos orçamentários adicionais. Isso mostra o reconhecimento e o interesse das instituições para com o programa, cuja regularidade de oferta deve ser mantida e o potencial de crescimento explorado.

O esquema a seguir apresenta esses números.

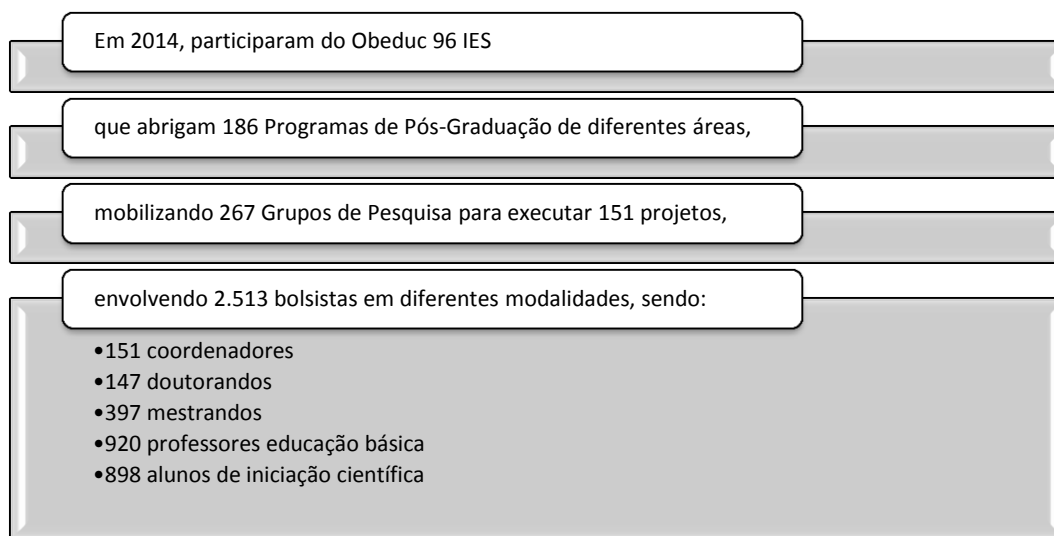


Figura 64. Abrangência dos projetos vigentes em 2014

A situação da vigência dos projetos do Observatório da Educação no ano de 2014 pode ser verificada no gráfico abaixo.

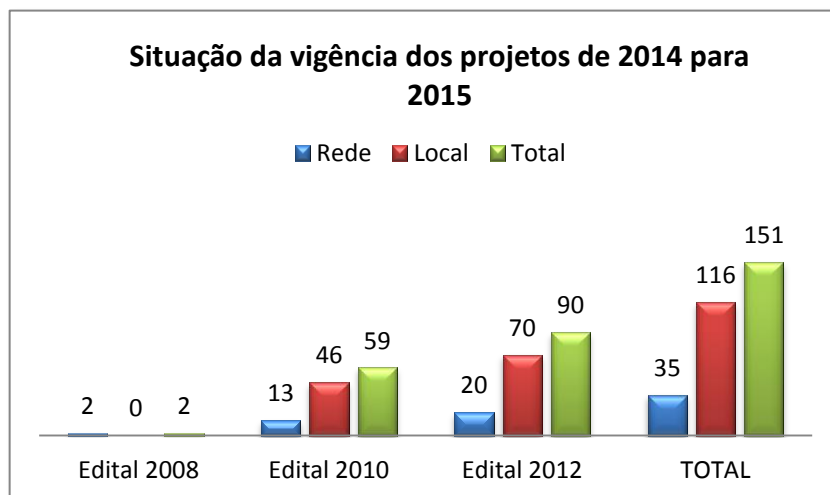


Gráfico 133. Obeduc: Situação da vigência dos projetos, 2014

O quantitativo de bolsas abaixo faz referência a todos os 151 projetos que tiveram vigência ao longo de 2014; totalizando 2.513 bolsas nas diversas modalidades do programa, conforme os dados dispostos no gráfico que segue.

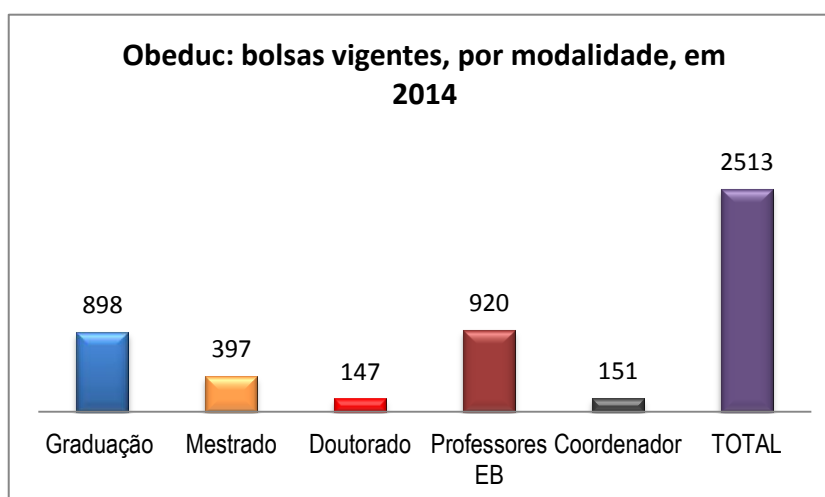


Gráfico 134. Obeduc: bolsas em andamento em 2014

No total são 267 Grupos de Pesquisa que atuam em 186 Programas de Pós-Graduação lotados em 96 instituições de ensino superior.

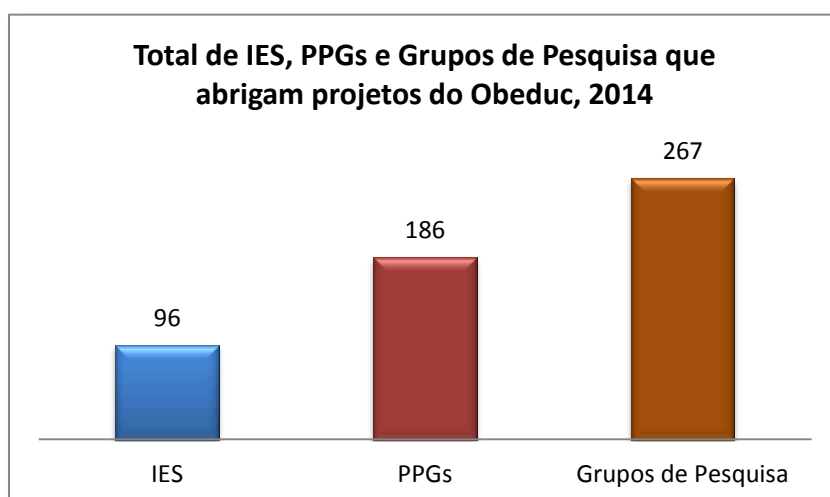


Gráfico 135. Quantitativos do Obeduc no ano de 2014

O gráfico, na sequência, expressa os quantitativos do Observatório da Educação, por região:

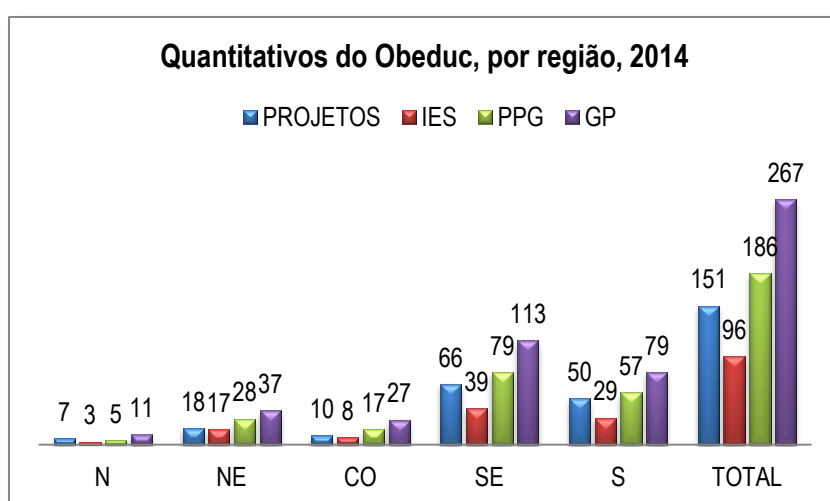


Gráfico 136. Obeduc: projetos vigentes, por região, 2014

3.1.6. Principais impactos do Obeduc

Um primeiro impacto que se observa no programa é promover a articulação entre a pós-graduação e a educação básica, já que muitas propostas estão voltadas para essa etapa.

Pesquisas do Obeduc aplicadas à educação básica indicam elevação de IDEB em escolas atendidas pelos pesquisadores, como é o caso do Projeto Institucional 101/2010 - da UNIOESTE, conforme divulgado em: <http://cgn.uol.com.br/noticia/105625/cidades-com-piores-indices-no-ideb-evoluem-apos-acompanhamento>

O Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG 2010-2020 sugere a “*Ampliação dos editais destinados à pesquisa em educação básica, nos moldes dos programas em andamento, como o Observatório da Educação*”. Dessa forma, a manutenção e a regularidade no lançamento de editais configuram-se como demandas do próprio PNPG.

Pelo relato dos pesquisadores, o Obeduc tem contribuído para elevar a nota de vários programas de pós-graduação nas avaliações da CAPES. Há casos de programas que passaram da nota 4 para 6 na avaliação trienal, devido às linhas de pesquisa e trabalhos decorrentes do Obeduc. O número de programas de pós-graduação já apoiados indica o potencial desse impacto.

Tabela 93. Observatório da Educação: projetos e programas de pós-graduação, Editais de 2008 a 2012

Programas de Pós-graduação	Projetos	PPGs
2006	28	40
2008	28	55
2010	80	135
2012	90	184
Total	226	414

O Obeduc contribui para o alcance da Meta 14 do PNE que determina elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.

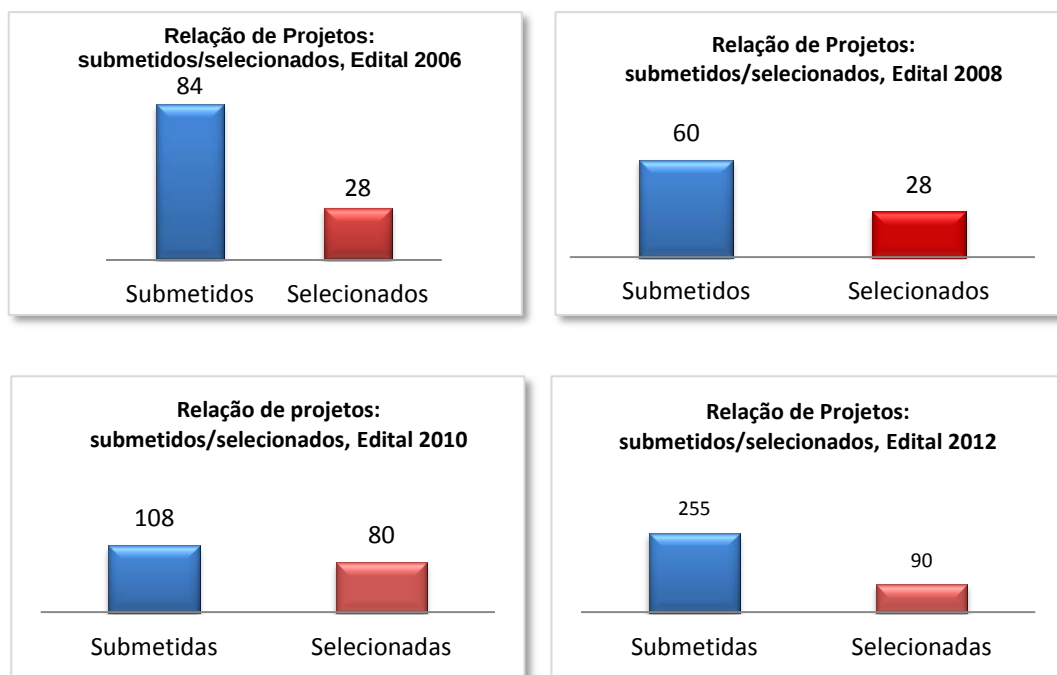
No tocante à Meta 16 do PNE, os documentos e relatos indicam a oportunidade de formação continuada para todos os envolvidos e a incorporação dos professores da rede pública de educação básica e dos graduandos que participam das pesquisas em cursos de especialização ou mestrado das IES. Relata-se, também, a seleção de mestres formados com bolsa do Obeduc em programas de doutorado.

Pode-se destacar, ainda, a produção de conhecimento em áreas como:

- a) avaliação institucional e da aprendizagem: construção e análise de indicadores de qualidade do ensino-aprendizagem, do trabalho didático e da carreira docente; indicadores de desempenho dos sistemas de ensino; determinantes da qualidade de ensino.
- b) educação e desenvolvimento: financiamento da educação; mercado de trabalho e educação; demografia e educação; análise do fluxo escolar; educação e inclusão social;
- c) abordagens multidisciplinares de áreas de conhecimentos afins: ciências humanas, ciências da natureza e linguagens;
- d) alfabetização como um processo essencial ao exercício das práticas sociais de leitura, numeramento, oralidade e escrita, ao sucesso escolar, à inserção no mundo do trabalho e ao pleno exercício da cidadania; e
- e) temáticas relacionadas à diversidade e aos desafios contemporâneos da educação brasileira, incluindo a relação entre educação e pobreza.

As diferentes instituições que abrigam projetos do Observatório da Educação mobilizam sujeitos de 186 Programas de Pós-graduação, nomeados em tabela ao final deste capítulo.

A evolução da demanda pelo Obeduc traduz sua aceitação na comunidade acadêmica e aponta para a necessidade de sua manutenção.



Gráficos 137. Obeduc: Relação dos subprojetos submetidos/selecionados por edital

A DEB está levantando e organizando a vasta produção decorrente do Programa e dará publicidade dessa expressiva contribuição do Observatório da Educação para a educação por meio do *Portal Comunidades*.

3.1.6.1. Dados de cada edital:

3.1.6.1.1. O Edital 2006

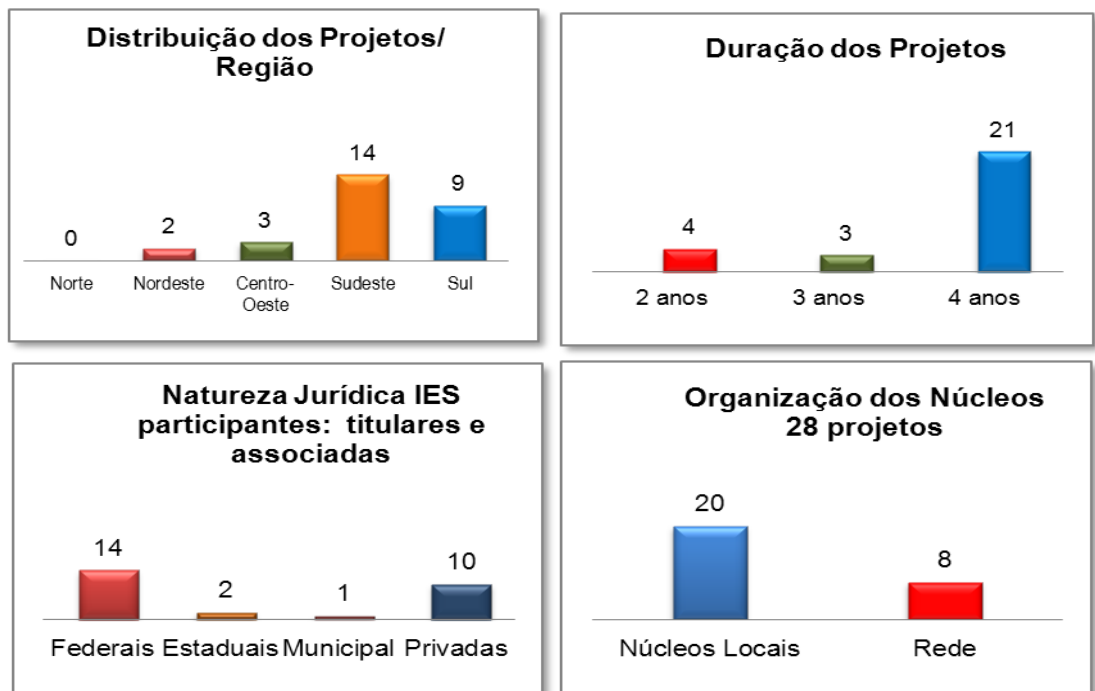


Gráfico 138. Obeduc - Edital 2006

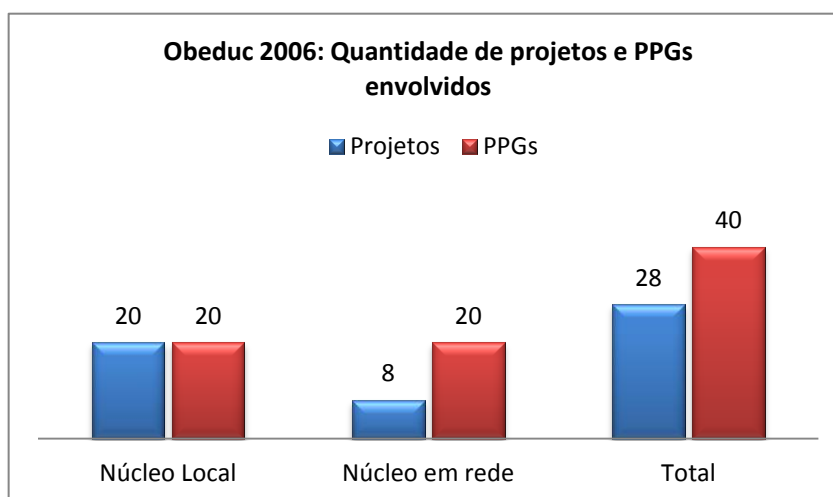


Gráfico 139. Quantidade de projetos e PPGs envolvidos - Edital 2006

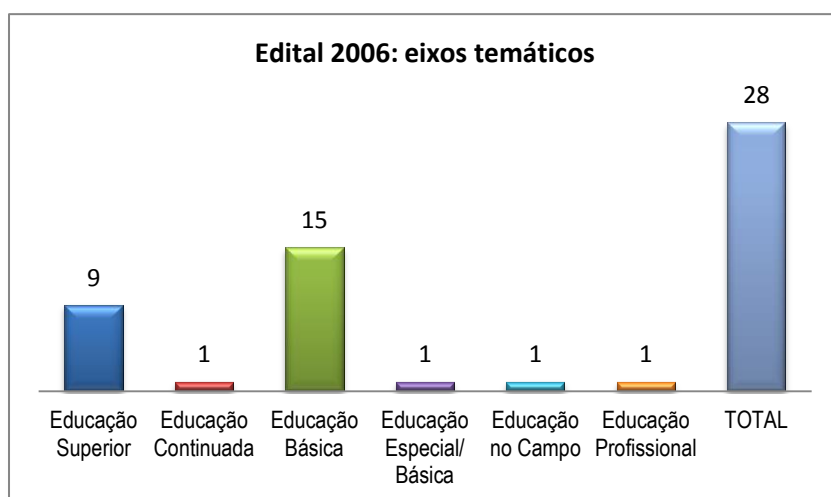


Gráfico 140. Eixos Temáticos, Edital 2006

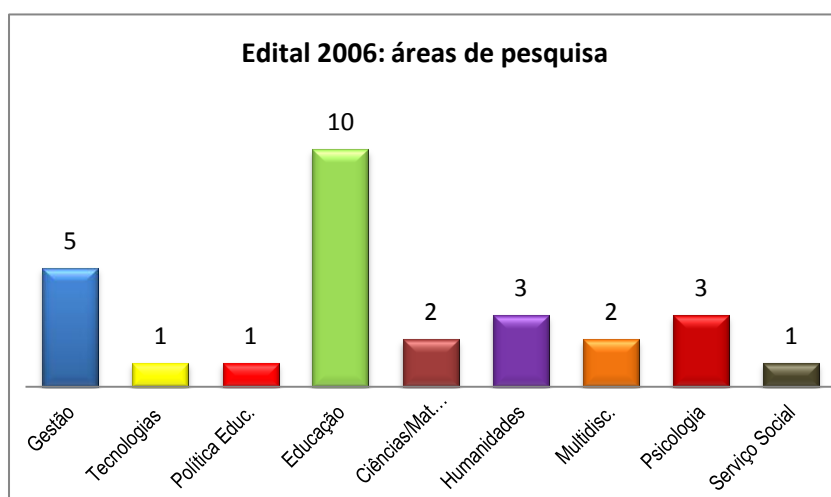


Gráfico 141. Áreas de pesquisa, Edital 2006

Tabela 94. Obeduc 2006: Produtos gerados

Nº de monografias concluídas	Nº de teses concluídas	Nº de dissertações concluídas	Nº de eventos realizados	Nº de livros publicados	Nº de artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais	Nº de trabalhos apresentados e publicados em anais e eventos
16	29	90	61	90	111	248

3.1.6.1.2. O Edital 2008

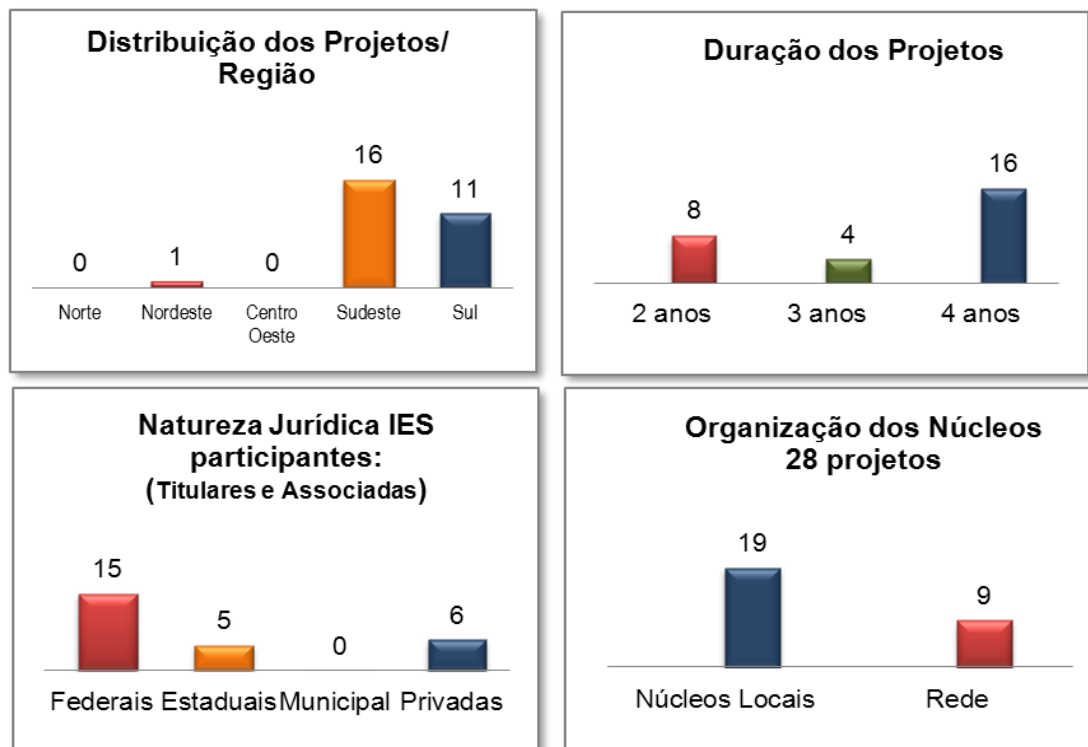


Gráfico 142. Obeduc - Edital 2008

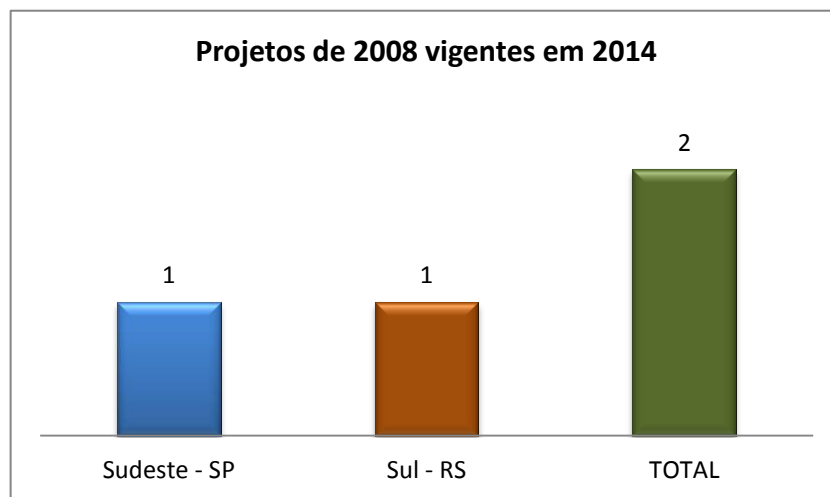


Gráfico 143. Obeduc: Edital 2008 - projetos vigentes em 2014, por UF

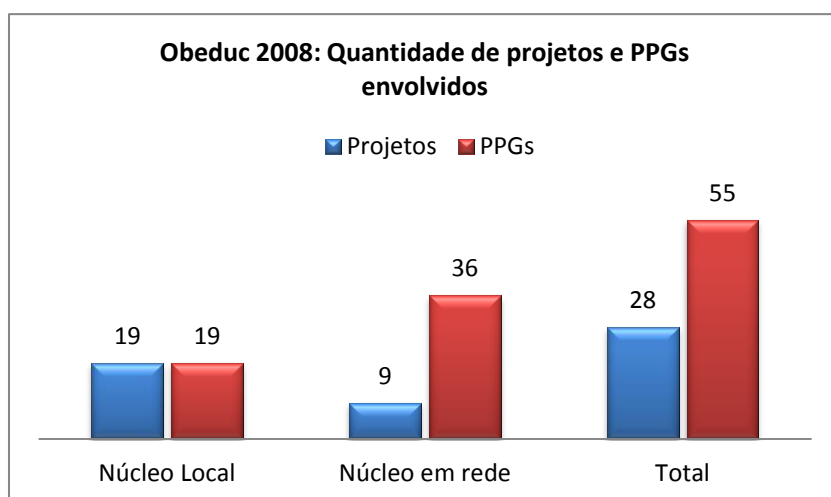


Gráfico 144. Obeduc: Quantidade de projetos e PPGs envolvidos – Edital 2008



Gráfico 145. Eixos temáticos, Edital 2008

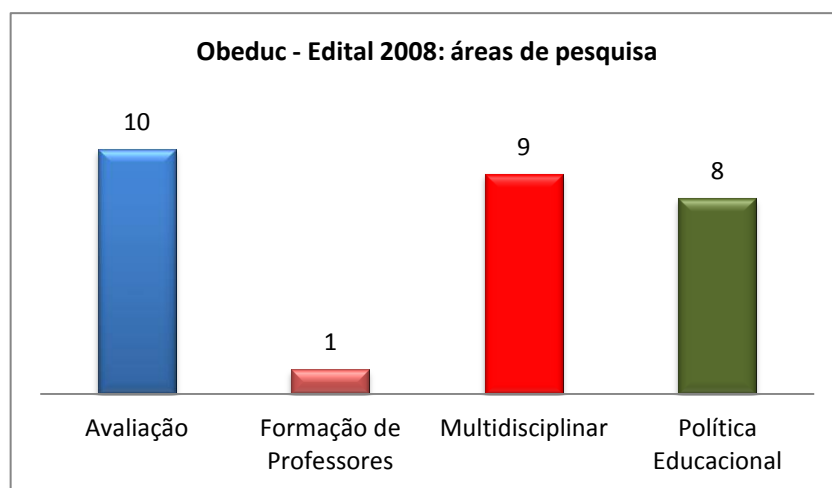


Gráfico 146. Obeduc - Edital 2008: áreas de pesquisa

Tabela 95. Obeduc 2008: Produtos gerados

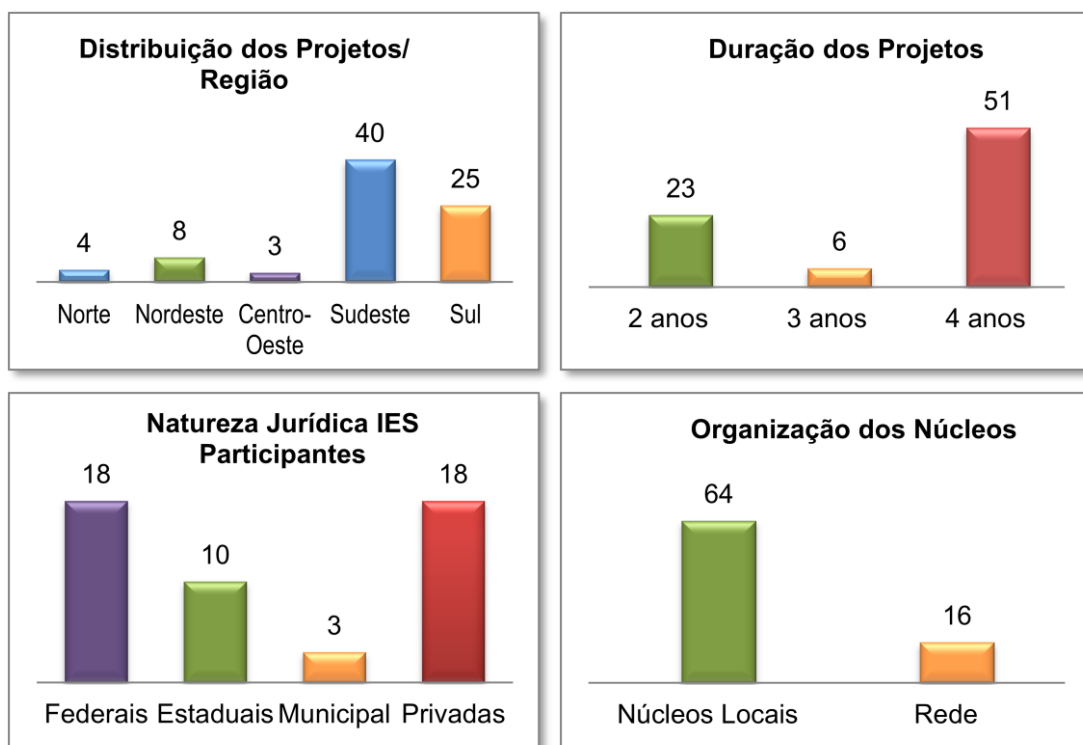
Nº de monografias concluídas	Nº de teses concluídas	Nº de dissertações concluídas	Nº de eventos realizados:	Nº de artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais	Nº de trabalhos apresentados e publicados em anais de eventos
45	12	80	58	110	423

3.1.6.1.3. O Edital 2009

O edital 2009 foi uma edição especial voltada para o fomento às pesquisas sobre a educação escolar indígena. Neste relatório optou-se por destacar os dados dessa edição em setor separado, tendo em vista o importante destaque com que a questão merecer ser tratada. No próximo capítulo deste Relatório estão registradas as informações referentes ao Observatório da Educação Escolar Indígena.

3.1.6.1.4. O Edital 2010

O Edital 2010, lançado no marco da atual gestão linha de gestão da DEB, colocou ênfase na escola básica, chamando a atenção para aspectos estruturantes da educação brasileira apontados pelo IDEB e que merecem especial estudo e ação no sentido de vencerem-se os enormes desafios postos à qualidade do sistema educacional no país. Para tanto, a Capes ampliou significativamente sua participação no fomento ao programa e foram apoiados 80 projetos.



Gráficos 148. Obeduc: Edital 2010

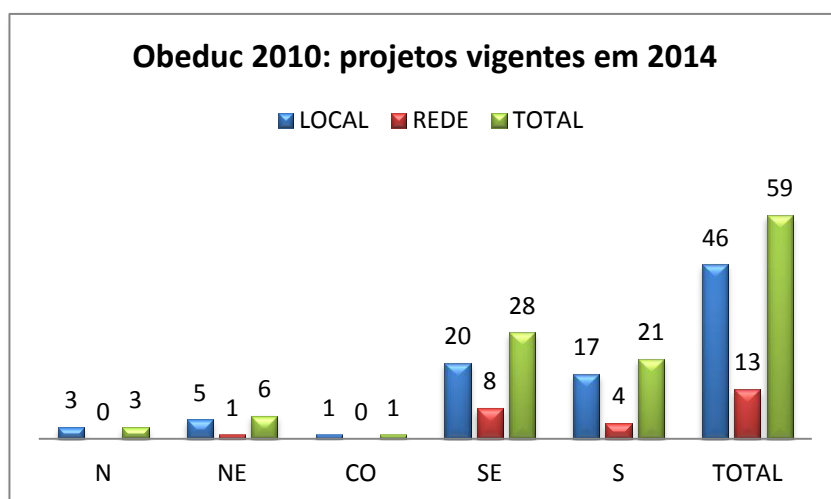


Gráfico 150. Obeduc Edital 2010: projetos vigentes, por região, 2014

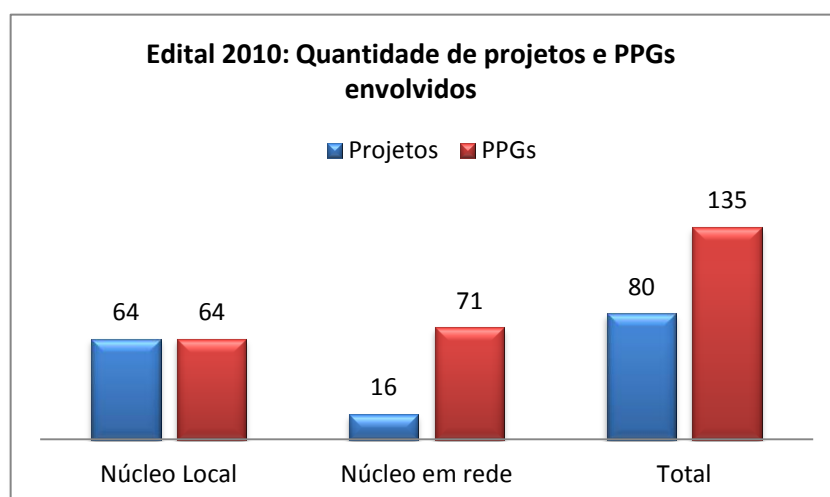


Gráfico 151. Obeduc Edital 2010: quantidade de projetos e PPGs envolvidos

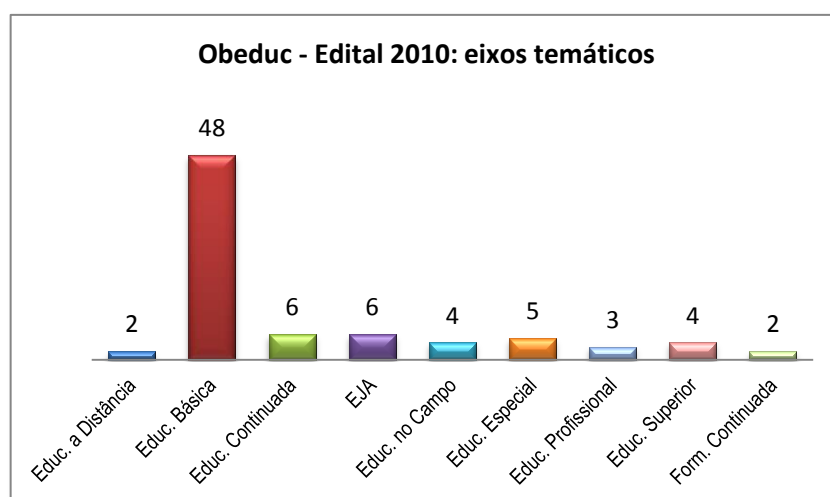


Gráfico 152. Obeduc- Edital 2010: eixos temáticos

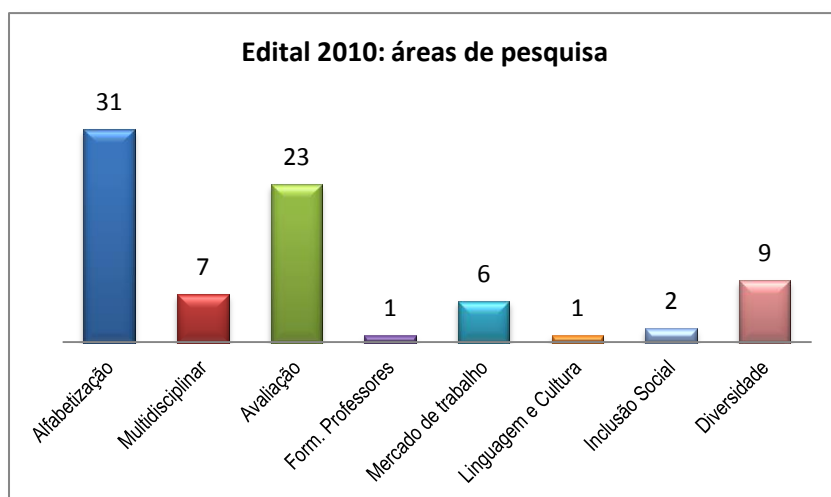
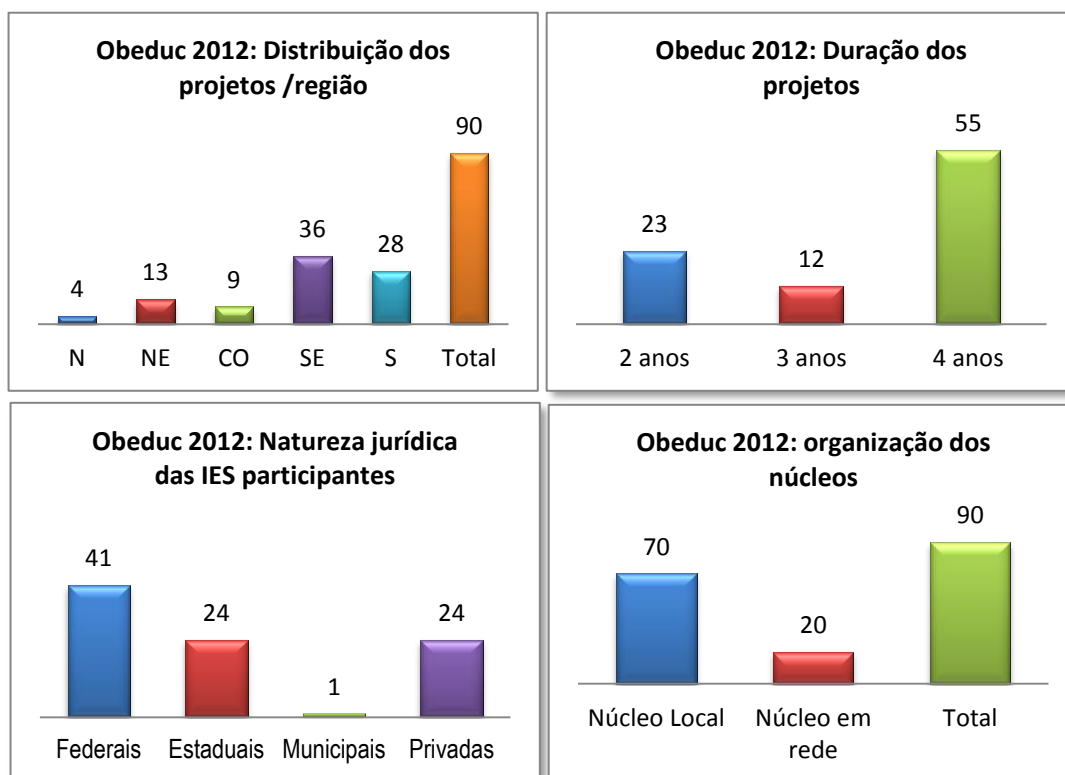


Gráfico 153. Obeduc: Edital 2010 – áreas de pesquisa

Tabela 96. Obeduc 2010: produtos gerados

Nº de monografias concluídas	Nº de teses concluídas	Nº de dissertações concluídas	Nº de eventos realizados	Nº de livros publicados	Nº de artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais	Nº de trabalhos apresentados e publicados em anais de eventos
112	26	152	714	105	260	1.285

3.1.6.1.5. O Edital 2012



Gráficos 154. Obeduc: Edital 2012

O Edital 2012, cujas propostas foram implementadas em 2013, foi expressivo no que tange à procura e abrangência temática. Em 2014, todas as instituições e estados mantiveram seus projetos vigentes conforme o gráfico abaixo.

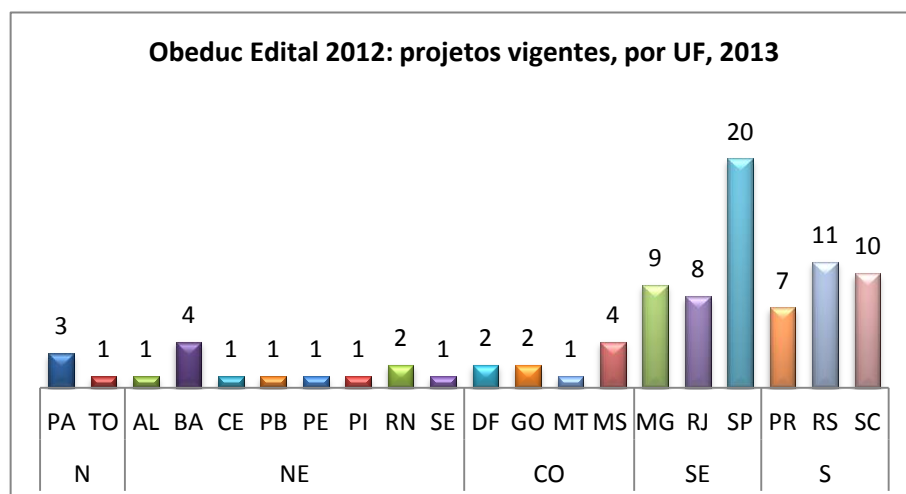


Gráfico 155. Obeduc Edital 2012: projetos vigentes em 2013 e 2014

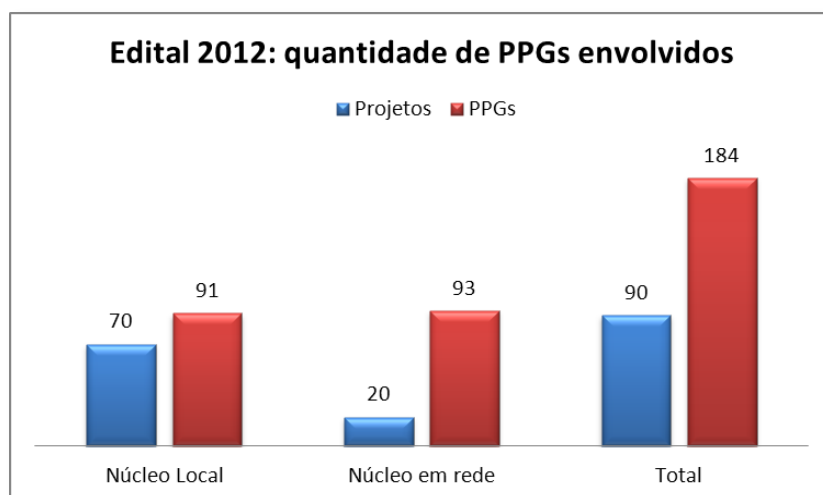


Gráfico 156. Obeduc Edital 2012: quantidade de PPGs envolvidos

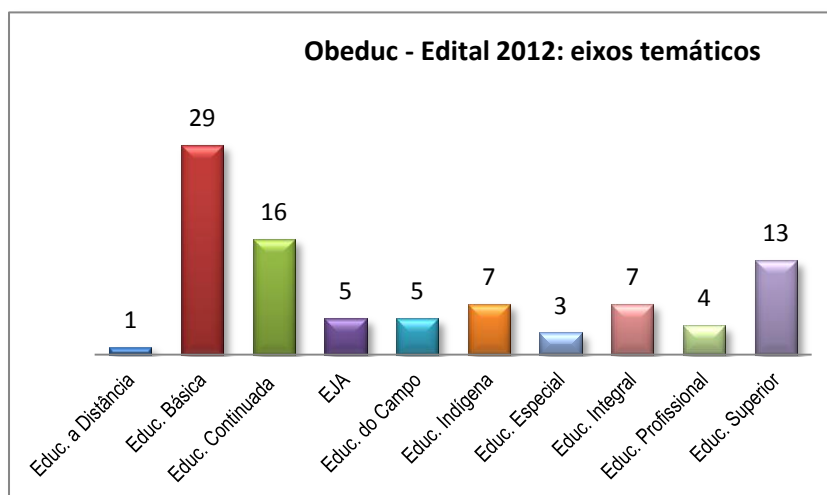


Gráfico 157. Obeduc Edital 2012: eixos temáticos

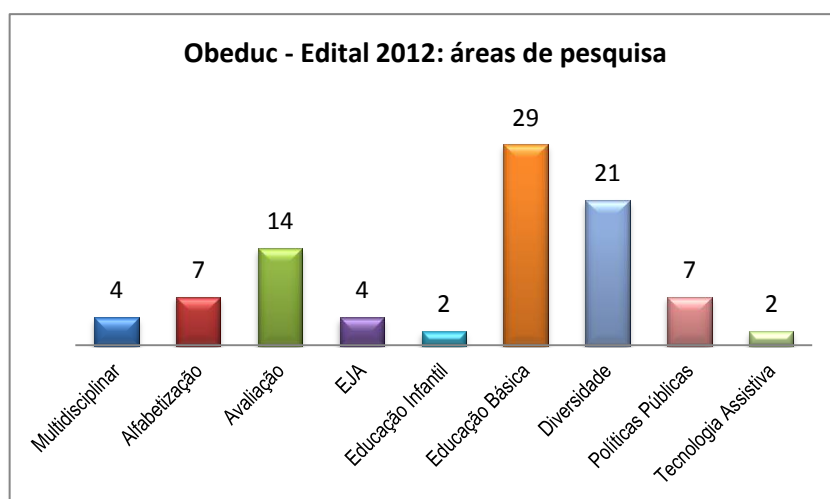


Gráfico 158. Obeduc Edital 2012: áreas de pesquisa

3.1.6.2. Avaliação Externa do Observatório da Educação: editais 2006 e 2008

A Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica promoveu uma avaliação externa dos projetos de pesquisa apoiados pelo Observatório da Educação nos Editais 2006 e 2008, como primeira etapa de um processo de avaliação ampla do programa. A análise dos produtos educacionais e das pesquisas geradas deve motivar a criação de indicadores de avaliação que visem à mensuração dos resultados e dos impactos do Programa, possibilitando aperfeiçoamentos na gestão e no seu desenvolvimento.

A avaliação externa é parte de um conjunto de mecanismos de acompanhamento do Obeduc, tais como: visitas técnicas, orientações por contato telefônico, e-mails e análise das prestações de contas e dos relatórios de cumprimento do objeto.

Para realizar a avaliação, foi contratada uma consultora especialista em educação e em formação de professores, selecionada por meio de Termo de Referência da Unesco, no âmbito do projeto 914-BRZ-1142.2 - CAPES.

Dado o volume dos documentos produzidos na avaliação, optou-se por inserir neste relatório uma síntese do trabalho da consultora contratada. Os documentos completos encontram-se na Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica.

3.1.6.2.1. Dados extraídos dos produtos da avaliação

O texto a seguir foi extraído dos produtos apresentados pela consultora contratada, Prof^a. Dr^a. Maria Cristina Magro. A consultora apresentou a radiografia das pesquisas desenvolvidas nos Editais 2006 e 2008, em termos das Áreas de Investigação em que se concentraram; dos níveis de ensino abrangidos; dos referenciais teóricos adotados; das categorias de produtos gerados; dos estratos Qualis das publicações e das citações registradas nas bases de dados. Foram abordadas essas questões por meio de perguntas, com as quais a consultora buscou explorar possibilidades de avaliação qualitativa e de impacto, abordando dimensões observadas na Avaliação Trienal da Capes.

Como fruto do levantamento feito e como recurso metodológico para a apreciação das pesquisas pela consultoria, foi proposto um Sistema de Indicadores e um quadro de Categorias de Produtos Potenciais. O Sistema de Indicadores foi feito pensando num recurso avaliativo que pudesse ser utilizado longitudinalmente pelo Obeduc durante todo o ciclo das pesquisas - do projeto aos relatórios. Esse sistema reúne indicadores que foram sugeridos pelos pesquisadores no III Seminário Obeduc e categorias presentes nos Documentos de Área Capes, bem como procura refletir a proposta fundamental do Programa. O quadro de Categorias de Produtos Potenciais foi feito com base nos Documentos de Área Capes dos PPGs proponentes das pesquisas. Ele contém mais do que as categorias encontradas nas pesquisas examinadas e tem por objetivo ampliar as possibilidades dos pesquisadores declararem sua produção, bem como de vislumbrarem alternativas de expressão de resultados e produtos.

O uso dos Documentos de Área em ambos os sistemas sugeridos tem por objetivo acolher as pesquisas na cultura acadêmica que avalia e orienta os pesquisadores nas universidades e, ao mesmo tempo, explicitar os interesses e a filosofia do Obeduc, com vistas a gerar um conhecimento capaz de incidir positivamente sobre o sistema educacional brasileiro. Assim sendo, as sugestões devem ser refinadas em função do perfil e das metas do Programa, e, contingencialmente, o Quadro de Categorias de Produtos Potenciais deve ser atualizado segundo as áreas envolvidas.

Os produtos trazem uma listagem de atividades realizadas pela consultoria. Essas atividades subsidiam afirmações, sínteses e sugestões feitas, além de orientarem as decisões metodológicas tomadas. Em particular, um tema recorrente é a necessidade de estabilização e normatização de nomenclaturas e procedimentos para o entendimento, por parte dos pesquisadores, tanto do que o Obeduc necessita quanto daquilo que ele propicia.

A seguir, uma síntese da avaliação externa. A fonte dos dados e das tabelas são os Relatórios apresentados pela consultora externa, Prof^a Dr^a Maria Cristina Magro, 2014.

- *Pergunta 1: Em que Áreas de Investigação se organizam as pesquisas dos Editais 2006 e 2008?*

Para uma síntese das Áreas de Investigação encontradas nas pesquisas de ambos os editais, foi necessário buscar uma convergência entre as Áreas Temáticas do Edital 2006 e as Áreas de Investigação do Edital 2008, chegando ao seguinte quadro:

- ✓ 59% dos temas estão relacionados à Área de Avaliação Institucional e da Aprendizagem;
- ✓ 24% inserem-se em Educação e Desenvolvimento;
- ✓ 17% em Abordagens Multidisciplinares de Áreas de Conhecimento Afins.

- *Pergunta 2: Quais os níveis de ensino abrangidos?*

61% das pesquisas enfocaram a Educação Básica e 29% a Educação Superior. Dessas últimas, apenas uma se dirige ao ensino e aprendizagem de uma especialidade que só é ensinada na Universidade, qual seja, a Odontologia. As demais dizem respeito às diferentes licenciaturas, fortalecendo-as, avaliando-as, desbravando temas e atividades não explorados anteriormente e, principalmente, promovendo pesquisas em educação no âmbito das IES e, por vezes, promovendo a relação com o ambiente cotidiano da Educação Básica. O foco de 10% das pesquisas incidiu sobre modalidades educacionais.

- *Pergunta 3: Que referenciais teóricos dão sustentação às pesquisas?*

Em projetos e relatórios o referencial teórico é, frequentemente, ausente. Nos projetos integrados ou em rede, o projeto maior é curto e cumpre a função administrativa de apresentar a pesquisa, organizar a parte burocrática do conjunto de projetos e de aspectos metodológicos que dimensionam a pesquisa, justificando recursos solicitados e cronograma. Nos projetos individuais encontram-se referenciais teóricos, sendo mais comuns os mapeamentos do campo de estudos. No total da produção científica, o tratamento é outro, tendo em vista o público a que se destina.

As pesquisas seguem orientação do Obeduc de privilegiar estudos multidisciplinares, prática que também é corrente no ambiente científico e acadêmico contemporâneo. Para a consultora, pode-se dizer, apesar do risco da simplificação, que o olhar da maioria das pesquisas é estimulado pela constatação de que as abordagens tradicionais são incapazes de nos ajudar a compreender a causalidade recíproca de inúmeras variáveis, de diferentes domínios, que concorrem para o comportamento de determinado fenômeno – em especial algo tão complexo como a Educação.

Algumas pesquisas adotam explicitamente o paradigma da complexidade, sendo correntes as citações de Boaventura Santos e Morin.

Reflexões sobre a Educação se orientam por diferentes linhas das Teorias da Atividade ou Teorias da Ação, e incluem também Vygotsky, o construtivismo e a teoria crítica. Paulo Freire é citado, em especial na Educação do Campo, que também faz uso extensivo da Pedagogia da Alternância. Algumas pesquisas, especialmente as voltadas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a relação entre educação e mercado de trabalho, lançam mão de Marx e Gramsci.

Análises do discurso e de conteúdo privilegiam as correntes francesas, e são comuns em estudos que avaliam livros didáticos, discurso das revistas de divulgação científica, entre outros. Bourdieu é, talvez, o sociólogo/pensador mais citado, presente em diferentes pesquisas, sobre diferentes temas e de backgrounds disciplinares diversos.

Há inúmeros estudos exploratórios, especialmente de novas tecnologias e práticas didáticas. No entanto, a orientação fundamental é a da primazia da ação e da interação. A literatura sobre políticas públicas, leis, normas, e programas governamentais é amplamente utilizada. De acordo com a consultora, esse é um ganho interessante do Programa, por educar toda a equipe de pesquisa em assuntos que deveríamos conhecer pelo simples fato de se trabalhar na área educacional.

As bases de dados do INEP e outras têm uso variado, desde ferramenta de diagnóstico ou critério para tomada de decisão metodológica até a interpretação das variáveis contempladas e sua articulação, com uso de modelos econométricos e psicométricos atuais. Um fenômeno complexo como a Educação não pode ser fragmentado e expresso por dados numéricos sem adequada interpretação, de modo que a análise e avaliação desses bancos de dados deve permanecer, melhorando-se o acesso aos dados, sua qualidade, o relacionamento com a equipe INEP, e reconhecendo que lidar com dados não é trivial e requer conhecimento específico.

- *Pergunta 4: Que categorias de produtos foram geradas?*

A maioria absoluta dos produtos dos Editais de 2006 e 2008, em conjunto, enquadra-se na categoria Produção Científica, que inclui Atividades de Orientação e Produção Acadêmica. Desses produtos, 75% são Produção Acadêmica: artigos publicados em periódicos, em primeiro lugar (31%), seguido de artigos em anais de eventos (30%) e capítulos de livros (14%). Das Atividades de Orientação predominam Dissertações, com 10%, Monografias com 5% e Teses, correspondendo a 3% dessa categoria. Nas tabelas abaixo, extraídas dos

documentos produzidos na consultoria, são apresentados os quantitativos de produtos gerados.

Tabela 97: CATEGORIA: Produção Científica – Editais Obeduc 2006 e 2008.

SUBCATEGORIA	PRODUTO	Quant.
ATIVIDADES DE FORMAÇÃO	Relatórios de Pós-doutorado	2
ATIVIDADES DE ORIENTAÇÃO	Relatórios de Pós-doutorado	19
	Teses	79
	Dissertações	269
	Monografias (IC ou TCC)	117
	Teses em andamento	76
	Dissertações em andamento	68
	Monografias em andamento	51
PRODUÇÃO ACADÊMICA	Livros	109
	Capítulos de livro	433
	Artigos publicados em periódicos internacionais ou nacionais	954
	Trabalhos apresentados eventos internacionais ou nacionais e publicados nos anais	916

Tabela 98: CATEGORIA: PRODUÇÃO TÉCNICA – Produção Didático Pedagógica – Editais Obeduc 2006 e 2008.

SUBCATEGORIA: PRODUÇÃO DIDÁTICO- PEDAGÓGICA	
PRODUTOS	OBSERVAÇÃO
MATERIAIS DIDÁTICOS PARA USO EM SALA DE AULA	• Materiais didáticos para graduação e pós-graduação • Materiais didáticos para a sala de aula - em fase de produção: 7 volumes (ed. Mat.)
MATERIAIS DIDÁTICOS PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES	• Coletânea do curso “O quê e como ensinar Educação Física na escola” • Materiais didáticos para a formação de professores (Ed. Matemática) • 4 livros (uma coleção voltada a EF Escolar, sendo 1 para cada nível de ensino: 1.Corpo em movimento na Educação Infantil; 2.Esporte como conhecimento e prática nos anos iniciais do Ensino Fundamental; 3. Esporte para a saúde nos anos finais do Ensino Fundamental; 4. Esporte para a vida no Ensino Médio - Autores: Vilma Lení Nista-Piccolo e Wagner Wey Moreira pela CORTEZ).
MATERIAIS DIDÁTICOS DE SUPORTE AO PROFESSOR NA SALA DE AULA	• Ambiente virtual de aprendizagem sala SIOE/OBEB; • Cadernos temáticos em história, geografia e ciências impresso; • Cadernos temáticos em história, geografia e ciências on-line; • Planos de ensino e sequências didáticas: 05 • Produção de caderno didático: 1
MATERIAIS PARADIDÁTICOS	• Adaptação em Libras da Provinha Brasil, em DVD com professores sinalizadores – instrumento para o INEP avaliar sistematicamente o desenvolvimento de crianças surdas • Adaptação da Prova Brasil em Libras do Nordeste, em DVD com professores sinalizadores, para o INEP avaliar sistematicamente o desenvolvimento de surdos • 2 CDs com bancos de figuras e palavras com características psicolinguísticas controladas, para professores e pesquisadores desenvolverem materiais de avaliação e de ensino de leitura e escrita
DICIONÁRIOS E ENCICLOPÉDIAS	• Atualização do Dicionário de Libras com sinais representativos de todas as regiões do Brasil. • Novo DEIT Libras

MÍDIAS EDUCACIONAIS (vídeos, simulações, animações, experimentos virtuais, áudios, objetos de aprendizagem, aplicativos de modelagem, aplicativos de aquisição e análise de dados, ambientes de aprendizagem, páginas de internet e blogs, jogos educacionais etc.)	• 3 Vídeos educacionais para serem utilizados por professores de diferentes áreas do conhecimento, buscando apresentar conteúdo científico contextualizados a culturas regionais, especialmente da Amazônia, de forma a aproximar o ensino de ciências da vivência dos alunos: Os caminhos da serpente; Água grande; Caso clínico • Cadernos temáticos em história, geografia e ciências impresso; • Cadernos temáticos em história, geografia e ciências on-line; • CD multimídia com animações a partir da obra Guerra e Paz de Portinari • Vídeo para a realização de Grupo de Diálogo • Mídias e materiais eletrônicos: 2
INOVAÇÃO METODOLÓGICA (desenho, testagem, validação e registro para compartilhamento de metodologias, estratégias e recursos de ensino e aprendizagem)	• Elaboração de projetos educacionais: 04
INOVAÇÃO CURRICULAR (introdução/criação de novos cursos ou disciplinas)	• Criação de disciplinas eletivas no Departamento de Física Aplicada e Termodinâmica da UERJ: Tópicos Especiais B em Projetos CTS e Tópicos Especiais em Projetos CTS interdisciplinares • Roteiro para atividades: O Role playing Game (RPG) Como Estratégia Didática
ATIVIDADES DE EXTENSÃO (exposições científicas ou artísticas, cursos, oficinas, ciclos de palestras, atividade de divulgação científica e outras)	• Exposição do Projeto de Extensão para educação de ciências de qualidade nas escolas no evento 23ª UERJ sem Muros – Espaço Ciência • Apresentação do projeto de pesquisa em eventos de formação de professores

Tabela 99: CATEGORIA: PRODUÇÃO TÉCNICA – Ferramentas de Gestão – Editais Obeduc 2006 e 2008.

SUBCATEGORIA: FERRAMENTAS DE GESTÃO	
PRODUTOS	OBSERVAÇÃO
TECNOLOGIAS DE GESTÃO EDUCACIONAL	• AMBIENTE WEB SITE SIOE/OBEB; • seis ferramentas computacionais/software integradas ao portal WebPIDE - http://webpide.ledes.net • PAPE – Programa de Apoio Permanência na Escola, com 3 fases: diagnóstico, orientação e acompanhamento
SISTEMAS DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL	• PADUSF
MODELO DE GESTÃO EDUCACIONAL (com desenho dos processos, testagem e validação ou indicações para realização desses procedimentos, e registro para compartilhamento)	• modelo conceitual para estimar os custos do processo de adequação de uma rede de ensino a “parâmetros de condições de qualidade” durante determinado período de tempo. Igualmente, a partir do modelo, foi elaborado um protótipo do SIMCAQ utilizando 66 planilhas eletrônicas relacionadas por fórmulas e operadores lógicos segundo o projeto lógico que descreveu as cinco etapas do fluxo de informações.
BANCO DE DADOS PARA GESTÃO EDUCACIONAL	• 2
OUTROS	• Gerenciador de Bancos de Dados e Geração de Indicadores Educacionais, EDUC 1.0: aplicativo para os micro dados do Censo

	Demográfico 2000
--	------------------

Tabela 100: CATEGORIA: PRODUÇÃO TÉCNICA – Produtos Técnicos Diversos – Editais Obeduc 2006 e 2008.

SUBCATEGORIA: PRODUTOS TÉCNICOS DIVERSOS	
PRODUTOS	OBSERVAÇÃO
PREFÁCIO OU PÓS-FÁCIO DE LIVROS ESCRITOS POR TERCEIROS	3
OUTRAS AÇÕES DE TECNOLOGIA SOCIAL DE CUNHO NÃO PEDAGÓGICO	1
PRODUTOS DIGITAIS: sites, plataforma eletrônica, blog, twitter e outros canais de comunicação eletrônicos ou impressos para divulgação da evolução da pesquisa e de eventos a ela relacionados	• Material impresso e mídia digital para divulgação nos eventos realizados pelo Observatório da Educação do Campo • Produção de periódico do INEP “Em Aberto” • 2 Sites • Blog GEPEFE: http://gepefe-usjt.blogspot.com.br (já fora do ar pela saída do grupo dessa instituição) • Site do NIPEM • Site do NUPE • BLOG do Grupo de Estudos da Inclusão Tecnológica<http://geitecinclusaotecnologica.blogspot.com.br> • AMBIENTE VIRTUAL DO PROJETO http://www.moodle.sead.furg.br/course/category.php?id=81
CRIAÇÃO DE BANCO DE DADOS DE APOIO À PESQUISA EDUCACIONAL NA IESs E ASSOCIADAS	2
ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS	324
ORGANIZAÇÃO/EDIÇÃO DE ANAIS DE EVENTOS	5
APRESENTAÇÃO EM EVENTOS OU REUNIÕES NÃO RESTRITAS AO GRUPO DE PESQUISA QUE NÃO GERARAM PUBLICAÇÃO	114
PRÊMIOS E HONRARIAS RELACIONADOS À PESQUISA DESENVOLVIDA E SEUS PRODUTOS	8
OUTROS	Prova de Leitura Orofacial validada e normatizada

Tabela 101: CATEGORIA: DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL Editais Obeduc 2006 e 2008.

SUBCATEGORIA	DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
PRODUTO	OBSERVAÇÃO
CRIAÇÃO DE MECANISMOS DE COOPERAÇÃO PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA, intra e	Sim, indicados informalmente, porém em grande número

interinstitucionalmente	
FORMAÇÃO/FORTELECIMENTO DE GRUPOS DE PESQUISA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	Desenvolvimento de um grupo de pesquisadores, professores e alunos, com interesses comuns na avaliação de políticas públicas educacionais para o desenvolvimento econômico brasileiro.
CRIAÇÃO DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	Sim
FORTELECIMENTO DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO (evidenciado pela avaliação trienal capes)	Correlação fraca em termos universais. Pode ser que, pontualmente, tenha acontecido em 1 programa.
FORMAÇÃO DE PARCERIAS INTERINSTITUCIONAIS (integração e cooperação com outros programas e centros de pesquisa e desenvolvimento profissional, escolas públicas, instituições públicas, com vistas ao desenvolvimento da pesquisa, da pós-graduação, e de outras ações em assuntos relevantes para a educação)	Sim
DINAMIZAÇÃO DA PESQUISA NA(s) IES(s))	Novos projetos de pesquisa decorrentes de desdobramentos deste em pauta.
CRIAÇÃO DE POLÍTICAS INSTITUCIONAIS PARA AVALIAÇÃO DA PRODUÇÃO DOCENTE E DE PESQUISA	Sim
CONSULTORIA SOBRE TEMA DESENVOLVIDO PELA PESQUISA OU CORRELATO	Sim
INFRAESTRUTURA E OUTROS	Sim. Compra de livros.

O gráfico a seguir sintetiza a produção alcançada pelos projetos apoiados nos Editais 2006 e 2008:

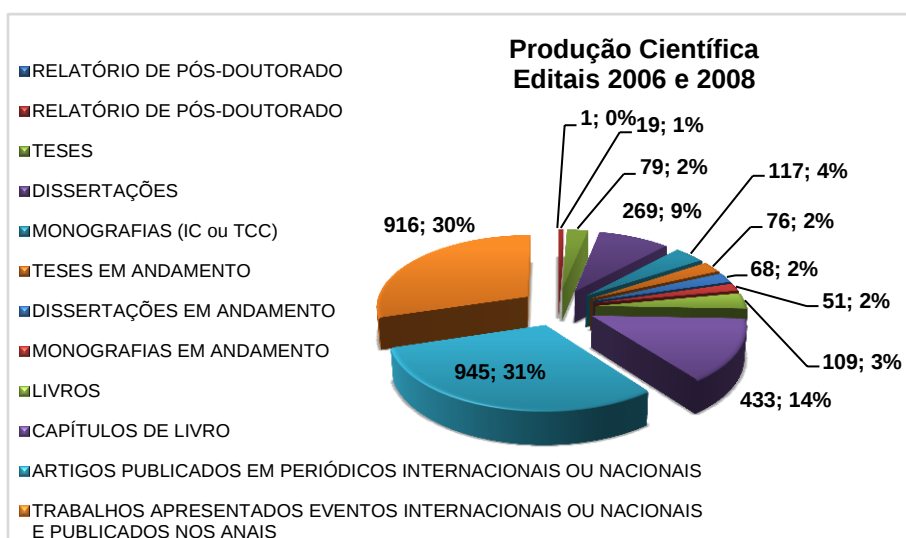


Gráfico 159. Síntese da Produção Científica alcançada pelos projetos dos Editais 2006 e 2008

- *Pergunta 5: Em que estratos Qualis as publicações estão classificadas?*

As pesquisas do Edital 2006 têm suas publicações majoritariamente alocadas no Estrato B1 do Qualis, seguido de A1 e A2, tendo sido apenas cinco as publicações em dois veículos não indexados. A identificação das publicações apontou um número que saltou de 287, em 2006, para 658 no Edital de 2008. Em 2008, elas se concentram no Estrato A2 do Qualis, seguido por B1 e A1. Por sua vez, o número de publicações em veículos não indexados subiu para 10.

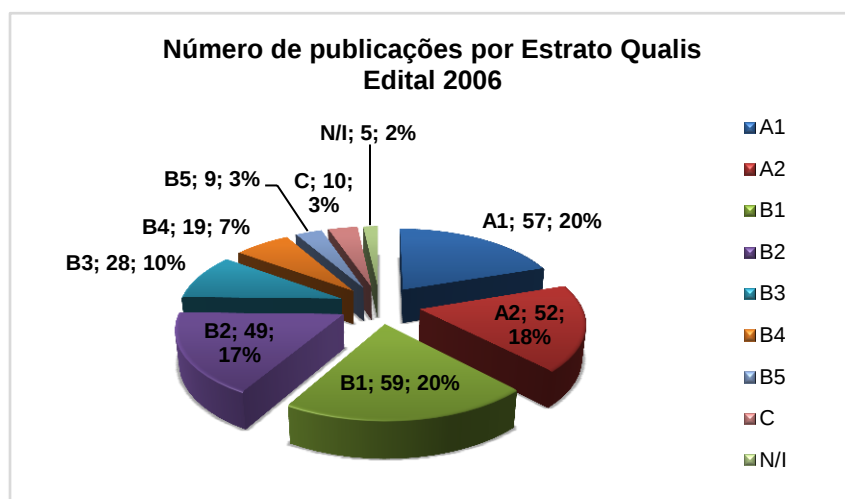


Gráfico 160. Distribuição das publicações do Edital 2006 por Estrato Qualis.

O número de publicações saltou de 287, em 2006, para 658 no Edital de 2008. Em 2008, as publicações concentraram-se no Estrato A2 do Qualis, seguido por B1 e A1. Por sua vez, o número de publicações em veículos não indexados subiu para 10.

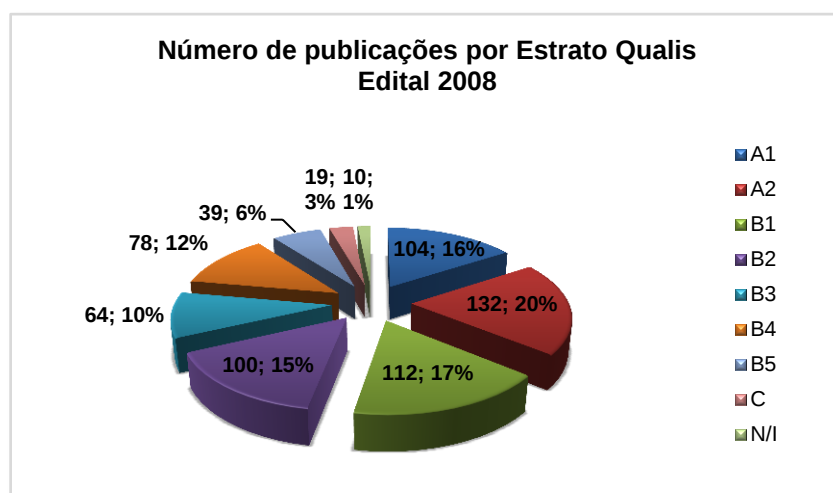


Gráfico 161. Distribuição das publicações do Edital 2008 por Estrato Qualis.

Se consideramos os periódicos (e não as publicações), a distribuição é levemente distinta, com maior ocorrência em periódicos B1 seguido de B2 e A2, no Edital 2006. Esses dados estão sintetizados no gráfico a seguir.

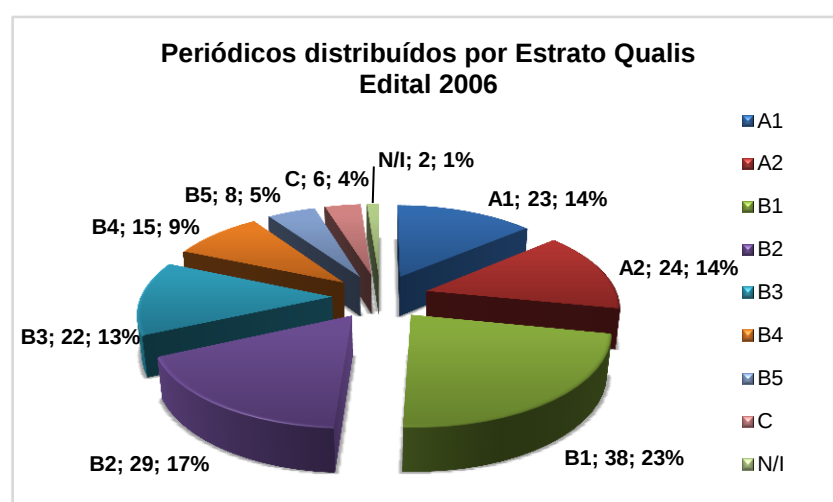


Gráfico 162. Distribuição dos Periódicos do Edital 2006 por Estrato Qualis.

Já em 2008, o número de periódicos em B1 e B2 é de 50 cada, seguido por B4 com 41 e B3 com 36. O número de periódicos em A1 e A2 é igualmente bom – são 21 e 31, respectivamente, que veicularam ao todo 104 e 132 artigos das pesquisas apoiadas por esse Edital.

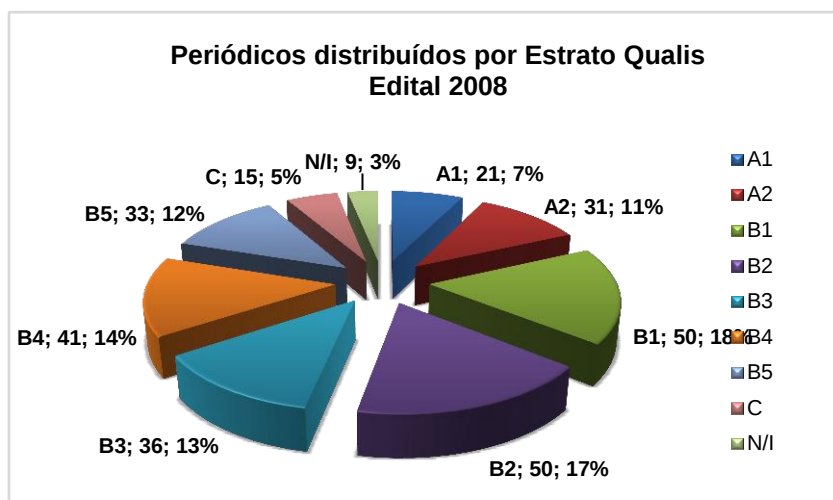


Gráfico 163. Distribuição das Periódicos do Edital 2008 por Estrato Qualis.

- *Pergunta 6: Que produtos acadêmicos foram citados, segundo registro feito pelas bases de dados? Quais os índices de impacto registrados?*

O Brasil não dispõe de índices de impacto de outros produtos que não artigos publicados em periódicos nacionais e estrangeiros. Da produção acadêmica gerada por ambos os editais constam também livros, capítulos de livros e artigos publicados em anais de eventos. Em 2006, o número de artigos publicados em anais de eventos supera o número de artigos em periódicos, o que aponta a importância de considerarmos outros elementos numa avaliação qualitativa e de impacto do Obeduc.

Em 2006, 51 publicações de 15 pesquisas foram citadas, em registro do *Web of Science*, SCOPUS ou SciElo. Seis dessas foram publicadas em periódicos com Fator de Impacto JCR 2012 0,096-0,981. Em 2008, 55 publicações de 17 pesquisas foram citadas e/ou publicadas em periódicos com JCR 0,086-0,935.

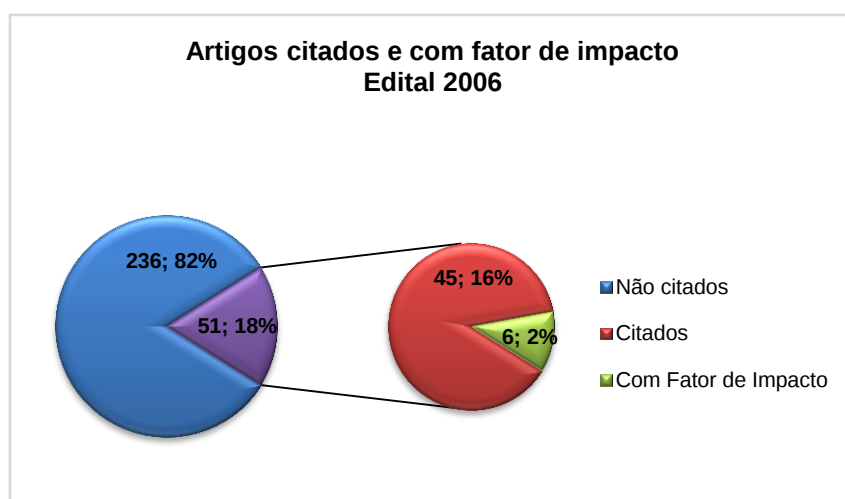


Gráfico 164. Artigos citados e publicados em periódicos com fator de impacto. Edital 2006.

Em 2008, num total de 658 publicações, 55 estão entre as que tiveram citações nas bases de dados ou que foram publicadas em revistas com índice JCR de impacto.

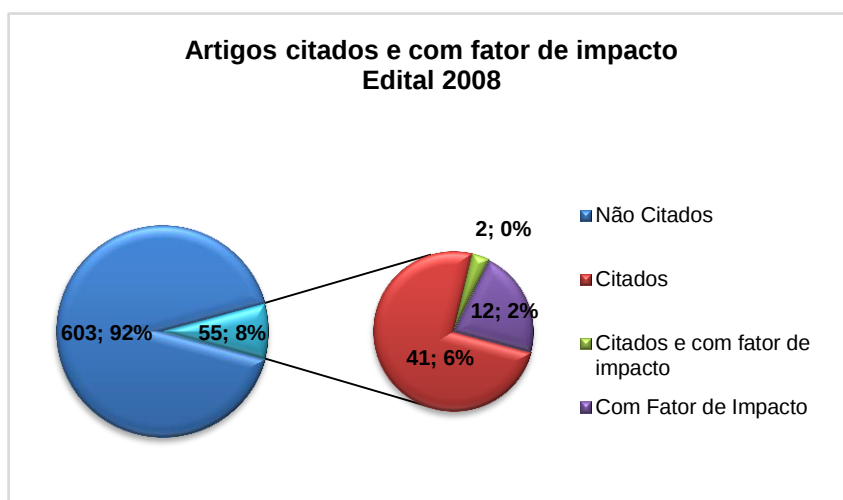


Gráfico 165. Artigos citados e publicados em periódicos com fator de impacto. Edital 2008.

Se nos referimos às pesquisas (e não aos artigos publicados ou periódicos), no Edital de 2006 encontramos 15 delas com presença nos bancos de dados e, no de 2008, 17.

Enquanto no SCOPUS registram-se, ao todo, 99 referências aos artigos, no SciELO registram-se 41 e o Web of Science 17, referente às pesquisas de 2006. O Fator de Impacto JCR varia de 0,096 a 0,981.

As pesquisas do Edital de 2008 registram no SCOPUS, ao todo, 77 referências. No SciELO registram 26 e no Web of Science 24. O Fator de Impacto JCR varia de 0,086 a 0,935.

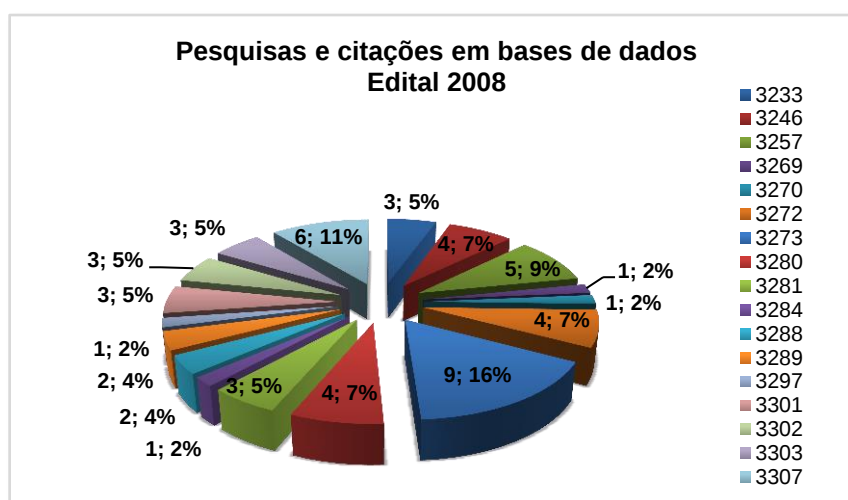


Gráfico 166. Pesquisas do Edital de 2008 citadas, organizadas sequencialmente.

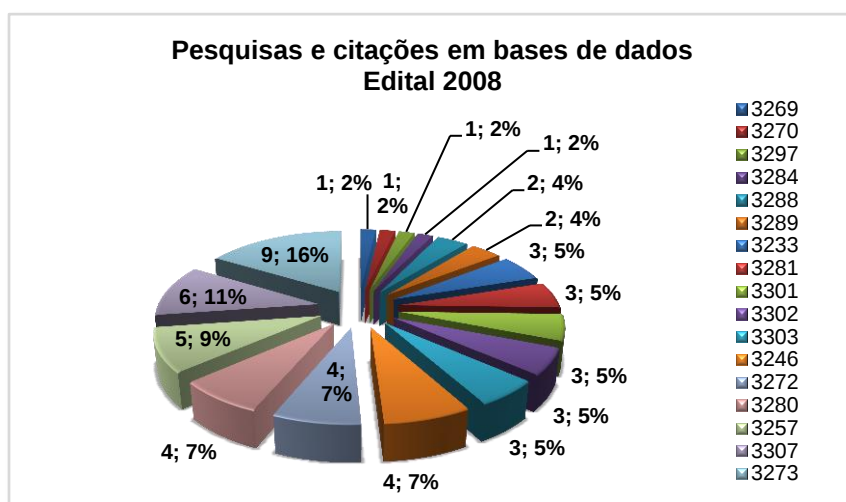


Gráfico 167. Pesquisas do Edital de 2008 citadas, ordenadas por número crescente de citações.

A consultora encerra o trabalho apontando que “os efeitos das pesquisas desenvolvidas com o apoio do Obeduc estão, de muitas maneiras, afetando positivamente a educação brasileira.”

Em próximas avaliações, será preciso observar, quando o projeto de pesquisa contemplar, impactos nas políticas públicas das redes de ensino, nos cursos de formação de professores e no IDEB das escolas, uma vez que, nos relatórios e depoimentos, há sinalizações em relação a esses aspectos.

3.1.6.3. Eventos do OBEDUC

A Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica da Capes, em parceria com a Diretoria de Estudos Educacionais do INEP, realiza eventos para acompanhar o Programa Observatório da Educação. De um modo geral, os objetivos dos Seminários são:

- verificar o impacto do Obeduc na comunidade acadêmica e na qualidade da educação como um todo;
- compartilhar experiências entre as equipes dos projetos, no que diz respeito à integração entre a pesquisa acadêmica, a universidade e o sistema público de educação básica;
- discutir as formas de acompanhamento e avaliação do Programa a serem implementadas pela Diretoria de Educação Básica Presencial da CAPES e
- propor sugestões para os próximos editais do Programa.

Os eventos realizados no período deste Relatório foram:

- II Seminário do Observatório da Educação, ocorrido em 29 e 30 de setembro de 2009;
- III Seminário do Programa Observatório da Educação e I Seminário do Programa Observatório da Educação Escolar Indígena, realizado nos dias 08 e 09 de novembro de 2011, integrando as comemorações dos 60 anos CAPES;

- IV Seminário do Observatório da Educação, em 27 e 28 de novembro de 2013.

A Capes mantém o *hotsite* do evento - <http://seminarios.capes.gov.br/observatorio-da-educacao> com os [anais do seminário de 2011](#), resumos expandidos de todos os participantes do [evento de 2013](#) e [boletim](#) com entrevistas de participantes.

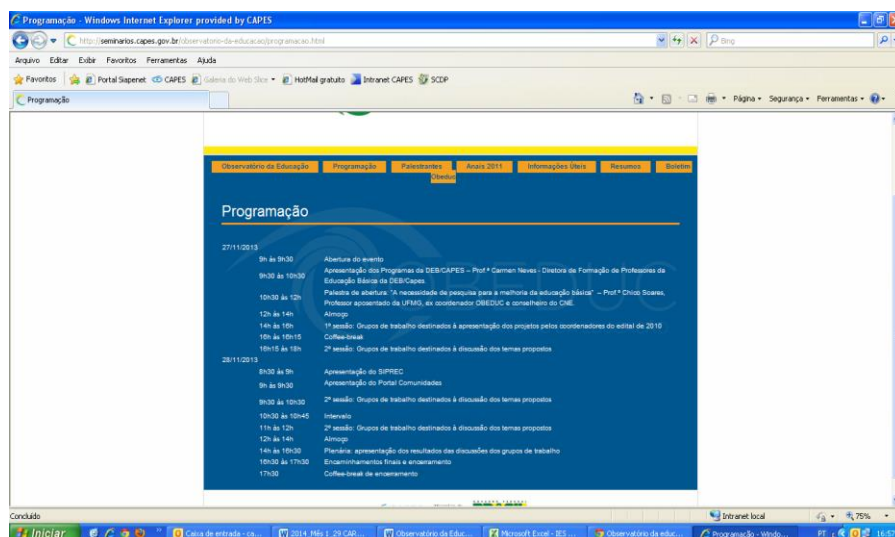


Figura 65. Site do Seminário: <http://seminarios.capes.gov.br/observatorio-da-educacao/programacao.html>

O *hotsite* do evento reúne resumos expandidos de todos os projetos dos coordenadores de 2010 e 2012, disponíveis para acesso de todos os participantes, sobre as áreas temáticas, totalizando 122 artigos:

- Educação básica (75 artigos);
- Educação superior (11 artigos);
- Educação profissional e tecnológica (4 artigos);
- Educação a distância (2 artigos);
- Educação de jovens e adultos (7 artigos);
- Educação do campo (5 artigos);
- Educação escolar indígena (5 artigos);
- Educação especial (1 artigo);
- Educação integral (2 artigos);
- Educação especial na perspectiva da educação inclusiva (10 artigos).

A seguir, listam-se os títulos dos artigos com o link de acesso para os respectivos textos. O elenco dá uma ideia ao leitor da riqueza da produção acadêmica do Obeduc:

Educação Básica

- [Articulações no Ensino de Ciências a partir da perspectiva CTS na educação básica: desempenho de estudantes, práticas educativas e materiais de ensino - Maria Auxiliadora Machado](#)
- [As Inconsistências na Aprendizagem de Leitura e Matemática nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental - Alicia Bonamino](#)
- [Diagnóstico do repertório de leitura e intervenção com novas tecnologias de ensino para alunos de escolas com baixos níveis na Prova Brasil - Camila Domeniconi](#)
- [A aprendizagem de professores que ensinam matemática com materiais curriculares educativos - Jonei Cerqueira Barbosa](#)
- [A escola e o ensino de história nos faxinais - José Adilson Campigoto](#)
- [A qualidade da escola pública - um estudo longitudinal para sustentação da responsabilização partilhada em uma rede de ensino - Mara Regina L. De Sordi](#)
- [A repolitização da esfera pública por meio da ação comunicativa - pequenos grupos de pesquisa nas escolas... - Lizete M. O. de Carvalho](#)
- [Alfabetização com letramento - a formação inicial e continuada e trabalho docente nas escolas da rede pública da região sul de Santa Catarina - Leonete Luzia Schmidt](#)
- [Análise da Evolução da Educação Básica a partir dos Indicadores de Fluxo e Proficiência - Eduardo Magrone](#)
- [Articulação Educação Superior e Educação Básica - desenvolvimento profissional docente e desempenho de alunos - Elisabete Monteiro de Aguiar Pereira](#)
- [Avaliação do plano de ações articuladas... - Alda Maria Duarte A. Castro](#)
- [Avaliações Educacionais e o Ensino de Ciências e Matemática - O Enem... - Marta Barroso](#)
- [Ações e reflexões pedagógicas nas ciências naturais... - Bethania Medeiros Geremias](#)
- [Ciências, Linguagens e Atividades Interativas na Educação Básica - Grazielle Rodrigues Pereira](#)
- [Competências e habilidades de leitura - da reflexão teórica ao desenvolvimento e aplicação de propostas didático-pedagógicas - Maria Aparecida G. Lopes Rossi](#)
- [Conhecimento Matemático para o Ensino de Álgebra - uma abordagem baseada em perfis conceituais - Alessandro Jacques Ribeiro](#)
- [Concepções e práticas sobre o letramento: uma pesquisa exploratória e interventiva a partir das interdependências entre avaliações do sistema e a prática pedagógica - Maria Carmen Vilella Rosa Tacca](#)
- [Constituição de uma rede colaborativa e a pesquisa em formação de professores que ensinam matemática - Renata Gama](#)
- [Construindo Redes de saberes na Matemática e na iniciação em ciências - escola e universidade em conexão - Lavínia Schwantes](#)
- [Construção de projetos didáticos de gênero num processo de formação continuada... - Ana Maria de Mattos Guimarães](#)
- [Da avaliação à regulação do ensino e à autorregulação da aprendizagem: concretizando possibilidades - Nadia Aparecida de Souza, Sandra Aparecida Pires Franco](#)
- [Desenvolvimento profissional docente e inovação pedagógica - estudo exploratório sobre contribuições do PIBID - Isabel Maria Sabino de Farias](#)
- [Diagnósticos de conteúdos críticos de Matemática e propostas metodológicas no Ensino Fundamental e Médio - Fábio José da Costa Alves](#)
- [Dimensões e Componentes de Educação - Alberto Albertin](#)
- [Direitos humanos, cidadania e violência - uma estratégia para a articulação da pós-graduação com a educação básica... - José Rocha](#)
- [Educação básica: direito humano e capital social na Amazônia Paraense - Violeta Refkalefsky Loureiro](#)
- [Educação Continuada de Professores de Matemática e a Resolução de problemas - explorando possibilidades - Nielce Meneguelo Lobo da Costa](#)
- [Educação matemática de professores que ensinam matemática - Márcia Cyrino](#)
- [Educação matemática nos anos iniciais do ensino fundamental... - Manoel Oriosvaldo de Moura](#)
- [Ensino de Ciências na região da Campanha - contribuições na formação acadêmico-profissional de professores de Química e Física \(Parte I\) - Renata Lindemann](#)

- [Estudos de tendências no ensino de matemática e a formação de grupos de estudos com professores da escola básica – Ieda Maria Giongo](#)
- [Estudos de validade do Exame Nacional do Ensino Médio - Claudette Maria Medeiros Vendramini](#)
- [Estudos e pesquisas de práticas de letramento matemático escolar e de formação docente - Regina Célia Grando](#)
- [Estudos sobre a importância do ambiente no ensino-aprendizagem - João Lanzellotti Neto](#)
- [Evidências da relação entre investimentos familiares em educação infantil... - Flávio de Oliveira Gonçalves](#)
- [Fatores Determinantes da qualidade de Ensino em Maringá – Pr na disciplina Matemática do Ensino Fundamental - Doherty Andrade](#)
- [Formação continuada de professores alfabetizadores e processos de alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental... - Cleoni Maria B. Fernandes](#)
- [Formação continuada de professores em ciências e matemática... - Claudia Lisete O. Groenwald](#)
- [Formação continuada para professores da educação básica nos anos iniciais... - Terezinha da Conceição Costa-Hübes](#)
- [Formação de professores e melhoria dos índices de leitura e escrita no ciclo de alfabetização \(1º ao 3º ano do ensino fundamental\) - Marta Nörnberg](#)
- [Impacto da educação infantil nas proficiências dos alunos da rede pública da Grande Vitória - Cristiano Machado Costa](#)
- [Implementação e execução do Projeto "Ler & Educar - formação continuada de professores da rede pública de SC" - Ana Claudia de Souza](#)
- [Indicadores de qualidade do ensino fundamental... - Elton Luiz Nardi](#)
- [Interlocuções entre políticas públicas e ações pedagógicas - limites e possibilidades - Rosane Sarturi](#)
- [Investigando a Formulação e a Resolução de Problemas Matemáticos na Sala de Aula... - Katia Maria de Medeiros](#)
- [Investigando dimensões sócio-contextuais na relação dos alunos do Ciclo I com a matemática e no enfrentamento de dificuldades de aprendizagem - Vinicio Santos](#)
- [Juventude, escola e trabalho: sentidos da experiência escolar e razões da permanência ou da desistência na educação profissional de nível médio - Monica Ribeiro da Silva](#)
- [Linguagem e desenvolvimento sustentável - integrando ciências, língua portuguesa e matemática - Claudianny Noronha](#)
- [Linguagens, códigos e tecnologias - Práticas de ensino de leitura e escrita na educação básica ensino fundamental e médio - Maria Regina Momesso](#)
- [Matemática entre a Escola Básica e a Universidade - Claudia Candido](#)
- [Materiais Curriculares Educativos Online para a Matemática na Educação Básica - Marcelo Almeida Bairral](#)
- [Neurociência e Educação: PROJETO ACERTA - Augusto Buchweitz](#)
- [Núcleo de pesquisa-extensão - formação continuada em leitura, escrita e oralidade - Maria Elena Pires Santos](#)
- [O campo interdisciplinar entre Língua Portuguesa Matemática e Ciências Naturais na Educação Básica especificamente no 9º ano - Amarildo Menezes Gonzaga](#)
- [O desafio de ensinar a leitura no fundamental de nove anos - Claudemir Belintane](#)
- [O ensino da leitura e da escrita em escolas públicas alagoanas... - Maria Inez Matoso Silveira](#)
- [O Habitus de estudar um processo em construção na esfera do letramento familiar - o caso de duas escolas da Região Metropolitana de Natal-RN - Moises Aguirre](#)
- [Observatório de Periferias Urbanas - Maria Isabel Ramalho Ortigão](#)
- [Observatório do Ensino de História em Pernambuco - Ricardo Pacheco](#)
- [Observatório Educação e Cidades: Desigualdades de Oportunidades Educacionais e Dimensões da Alfabetização da Educação Básica no Estado do Rio de Janeiro - Márcio da Costa](#)
- [Orientação de letramento\(s\) e construção de percursos de leitura nos Ensinos Fundamental e Médio... - Maria da Graça Cassano](#)
- [Políticas de Formação de Professores... - Maria de Fatima B Abdalla](#)
- [Política Educacional e Pobreza: Estudo em escolas públicas que atendem a população em situação de pobreza - Natalia de Souza Duarte](#)

- [Políticas Públicas Municipais de Educação Infantil: Diagnóstico e Pesquisa - Anete Abramowicz](#)
- [Problemas no Ensino de Ciências - Educação Continuada de Professores na Amazônia... - João Manoel da Silva Malheiro](#)
- [Produção social da diferença e negação da alteridade: um estudo da violência simbólica nas relações escolares - Fernanda Telles Márques](#)
- [Qualidade no ensino fundamental - uma leitura das condições de efetividade dos sistemas estaduais e municipais de ensino... - Andrea Gouveia](#)
- [Reflexões e práticas pedagógicas nas ciências naturais... - Irlan von Linsingen](#)
- [Relações étnico-raciais, gênero e desigualdade social no ensino fundamental do 6º ao 9º ano em escolas públicas estaduais de Campo Grande – MS - Ruth Pavan](#)
- [Resultados de uma pesquisa longitudinal no âmbito do programa... - Edda Curi](#)
- [Trabalho colaborativo com professores que ensinam Matemática na Educação Básica em escolas públicas das regiões Nordeste e Centro-Oeste - Patricia Sandalo Pereira](#)
- [Um estudo sobre os conhecimentos necessários ao professor para ensinar noções concernentes à probabilidade nos anos iniciais - Ruy C. Pietropaolo](#)
- [Uma ferramenta para apoiar a tomada de decisão de educadores - Anderson Namen](#)
- [Uma investigação sobre o desenvolvimento profissional docente de professores que ensinam matemática - Tânia Maria Mendonça Campos](#)
- [Índices de desigualdade na qualidade da educação básica no Brasil, grandes regiões e unidades da federação - Marlon Gomes Ney](#)

Educação Superior

- [A implantação do projeto Determinantes da equidade... - Robinson Tenorio](#)
- [Abordagens de resolução de problemas - diferentes focos de investigação - Ana Paula Krein](#)
- [Análise da qualidade da gestão acadêmica de cursos de Engenharia através de procedimentos estatísticos multivariados - Wagner Bandeira Andriola](#)
- [Andança - uma caminhada pelo que estamos realizando - Denise Nascimento Silveira](#)
- [Ensino de Ciências e Formação Docente - provocações à ação docente em tempos contemporâneos - Paula Corrêa Henning](#)
- [História da ciência e ensino - abordagens interdisciplinares no Ensino Superior... - Maria Helena Roxo Beltran](#)
- [O Impacto dos Mestrados Profissionais na Qualidade da Educação em Ciências... - Sylvania Sousa Nascimento](#)
- [Os Fatores de Acesso e Permanência que envolvem a Formação Docente na UFRGS - Sergio Franco](#)
- [Política, tecnologia e interação social na educação - Tamara Tania Cohen Egler](#)
- [Políticas da Expansão da Educação Superior no Brasil - Deise Mancebo](#)
- [Políticas de avaliação institucional e qualidade da educação superior - Maria Amelia Sabbag Zainko](#)

Educação Profissional e Tecnológica

- [Reflexões metodológicas na implantação de um projeto diagnóstico da qualidade do ensino no PROEJA - Gerson Tavares do Carmo](#)
- [Análise de políticas educacionais - um estudo sobre base de dados e indicadores para a educação profissional e tecnológica - Bernardo Kipnis](#)
- [Educação profissional e evasão escolar... - Rosemary Dore](#)
- [Gestão de sustentabilidade - estudo em institutos federais de educação, ciência e tecnologia \(IFETS\) - Elisete Dahmer Pfitscher](#)

Educação a distância

- [Associação entre a satisfação com o EaD e o desempenho acadêmico... - Luís Eduardo Afonso.pdf](#)
- [M- Learnig - Uma Implantação Inovadora - Sergio Ferreira do Amaral.pdf](#)

Educação de Jovens e Adultos

- [A transdisciplinaridade como alternativa teórico-metodológica para a efetividade da alfabetização e letramento de jovens e adultos no semiárido sergipano - Ada Augusta Celestino Bezerra](#)
- [Desafios da Educação de Jovens Adultos integrada à Educação Profissional... - Maria Margarida Machado](#)
- [Diagnóstico da qualidade de ensino na Educação de Jovens e Adultos - um estudo de caso - Jane Paiva](#)
- [Educação e desenvolvimento desigual - a problemática da vulnerabilidade social entre os jovens de Santa Catarina - Ivo Marcos Theis](#)
- [Escrileituras - um modo de ler-escrever em meio à vida - Sandra Mara Corazza](#)
- [Observatório Alagoano de leitura - os entrelaços possíveis... - Marinaide Lima Queiroz Freitas](#)
- [Observatório Educação de Jovens e Adultos do Território do Sisal - Eduardo José Fernandes Nunes](#)

Educação do Campo

- [A educação do campo em foco - uma análise interdisciplinar da realidade das escolas rurais no sudoeste do Tocantins - Raquel Alves de Carvalho](#)
- [A Educação Superior no Brasil - uma análise interdisciplinar - Mônica Molina](#)
- [Alfabetização Matemática em Escolas Ribeirinhas - formação docente por um ensino educativo - Isabel Lucena](#)
- [Educação no campo: um estudo das relações entre perfil socioeconômico, desempenho escolar e evasão dos alunos das escolas da rede pública no Brasil - Cláudia Souza Passador](#)
- [Realidade das escolas do campo na Região Sul do Brasil - diagnóstico e intervenção pedagógica... - Conceição Paludo](#)

Educação Escolar Indígena

- [Interculturalidade e interdisciplinaridade na educação escolar indígena no Paraná: contribuição à alfabetização, formação de professores e elaboração de materiais didáticos bilíngues - Rosangela Faustino](#)
- [A educação escolar indígena Krahô bilíngue e intercultural - Francisco Edviges Albuquerque](#)
- [Ensino, saberes e tradição - elementos a compartilhar nas escolas da Terra Indígena Xapecó-SC](#)
- [Formação de professores Guarani e Kaiowá - relações entre territorialidade, processos próprios de aprendizagem e escola - Adir Casaro Nascimento](#)
- [Os impactos das línguas indígenas na formação superior indígena - Maria do Socorro Silva](#)

Educação Especial

- [Acessibilidade no Ensino Superior](#)

Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

- [A alfabetização e seus avatares - Regina Maria Freire](#)

- [A escolarização de alunos com deficiência e rendimento escolar: uma análise dos indicadores educacionais em municípios brasileiros - Sílvia Márcia Ferreira Meletti](#)
- [A escolarização de alunos com deficiência intelectual: políticas públicas, processos cognitivos e avaliação da aprendizagem - Márcia Denise Pletsch](#)
- [Análise sobre o atendimento educacional especializado no Rio Grande do Sul: Os contextos de emergência, a pesquisa e a formação docente - Claudio Roberto Baptista](#)
- [Desafios para a Educação Inclusiva: pensando a formação de professores sobre os processos de domínio da Matemática nas séries iniciais da Educação Básica - Ana Lúcia Manrique](#)
- [Desempenho escolar inclusivo na perspectiva multidisciplinar - Acácio Alexandre Pagan](#)
- [Educação básica e inclusão no Brasil - alguns dados preliminares - Nerli Nonato Ribeiro Mori](#)
- [Uma análise preliminar sobre as estratégias, práticas, serviços e recursos de Tecnologia Assistiva... - Klaus Schlünzen Junior](#)
- [Observatório Nacional de Educação Especial: estudo em rede nacional sobre as salas de recursos multifuncionais nas escolas comuns - Enicéia Gonçalves Mendes](#)
- [Pesquisa e desenvolvimento de recursos de educação e alfabetização de crianças com dificuldades e distúrbios de comunicação e linguagem de etiologia neurosensorial, neuromotora e neurolinguística: 25 anos de progresso - Fernando C. Capovilla](#)

Educação Integral

- [A escola de tempo integral na perspectiva da educação integral... - Antonia Dalva França-Carvalho](#)
- [Práticas de Educação em Espaços Escolares e não escolares e os processos educativos desenvolvidos - Dinora Tereza Zucchetti](#)

3.1.6.4. Perspectivas para o Observatório da Educação em 2015

O sucesso do Obeduc evidencia-se na sua produção, na grande quantidade de pedidos provenientes das diferentes áreas educacionais por editais específicos e na demanda de toda a comunidade acadêmica pelo lançamento de novo edital.

No planejamento da DEB, previam-se novos editais nos anos pares. Essa periodicidade explica-se por haver projetos de até 4 anos, razão pela qual a cada novo edital somam-se os projetos que permanecem em vigência. Assim, há um impacto financeiro e também na questão de pessoal, uma vez que a gestão operacional do Obeduc implica uma rotina diária que envolve múltiplos procedimentos.

Os rígidos limites orçamentários estabelecidos para 2014 inviabilizaram o lançamento de novo edital. Enquanto aguarda o crescimento orçamentário que permita a publicação e a seleção de novas propostas, a equipe trabalhará na análise de relatórios de cumprimento de objeto, produtos e resultados do programa.

Um forte desafio para o Obeduc é dar visibilidade à produção alcançada pelo programa. Para tanto, o Portal Comunidades, ainda em construção pela área de informática, será utilizado como um veículo relevante da disseminação dessa produção, dando destaque aos artigos publicados, às dissertações e teses, às metodologias aplicadas e às diferentes linhas temáticas. Espera-se, portanto, um avanço nesta etapa de acompanhamento e divulgação dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do Observatório da Educação.

Tabela 102. Programas de Pós-graduação que abrigam o Observatório da Educação

Região	IES	PPG
Norte	UEPA	Educação
	UFPA	Educação
		Educação em Ciências e Matemática
		Letras
	UFRR	Geografia
Nordeste	UCSAL	Políticas Sociais e Cidadania
	UECE	Educação
	UEFS	Educação
	UEPB	Ensino de Ciências e Matemática
	UERN	Letras
	UFAL	Educação
	UFBA	Difusão do Conhecimento
		Economia
		Educação
		Ensino, Filosofia e História das Ciências
	UFMA	Psicologia
	UFPB	Educação
	UFPE	Educação
	UFPI	Educação
	UFRN	Ciências Sociais
		Demografia
		Desenvolvimento e meio ambiente
		Educação
		Ensino de Ciências e Matemática
		Ensino de Ciências Naturais e Matemática
		Estudos da Linguagem
		Neurociências
	UFRPE	História Social da Cultura Regional
	UNEB	Educação e contemporaneidade
		Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação
	UNIT	Educação
	FUFSE	Ensino de Ciências e Educação Matemática
	FUFSE	Educação
Centro-Oeste	UEMS	Educação
	UFG	Administração
		Ciências e Matemática
		Educação
		Letras e Linguística
	UFMS	Educação
		Educação Matemática
	UFMT	Educação
		Educação em Ciências e Matemática
	UFT	Desenvolvimento Regional
		Ensino de Língua e Literatura
	UnB	Educação
		Ensino de Ciências
		Linguística
		Música
	UNEMAT	Educação

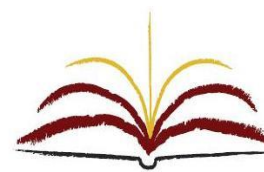
	UCDB	Educação
--	------	----------

Sudeste	CEFET/MG	Educação Tecnológica
	CEFET/RJ	Ciência, Tecnologia e Educação
	FGV/SP	Administração de Empresas
	FUCAPE	Ciências Contábeis
	IFRJ	Ensino de Ciências
	PUC/MG	Educação
	PUC/RJ	Educação
	PUC/SP	História da Ciência
		Educação Matemática
		Fonoaudiologia
		Formação de Formadores
	UEMG	Educação
	UENF	Ciências Naturais
		Cognição e Linguagem
		Políticas Sociais
		Sociologia Política
	UERJ	Educação, Cultura e Comunicação
		Políticas Públicas e Formação Humana
	UFABC	Ensino, História e Filosofia das Ciências e Matemática
		Neurociência e Cognição
	UFES	Educação
	UFF	Geografia
	UFJF	Direito e Inovação
		Economia Aplicada
		Educação
		Gestão e Avaliação da Educação Pública
	UFMG	Antropologia
		Educação
		Educação: Conhecimento e Inclusão Social
		Geografia
	UFOP	Educação
	UFRJ	Biofísica
		Educação
		Educação em Ciências e Saúde
		Ensino de Física
		Ensino de Matemática
		Planejamento Urbano e Regional
	UFRRJ	Ciência Tecnologia e Inovação em Agropecuária
		Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares
	UFSCAR	Educação
		Educação Especial
		Psicologia
		Antropologia Social
	UFSJ	Processos Socioeducativos e Práticas Escolares
	UFU	Educação
	UNESP	Educação
		Educação para a Ciência
	UNIBAN	Educação Matemática
	UNICAMP	Clínica Médica

		Saúde, Interdisciplinaridade e Reabilitação
		Educação
		Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
	UNICSUL	Ensino de Ciências e Matemática
	UNIFESP	Educação
		Educação e Saúde na Infância e Adolescência
		Ensino em Ciência da Saúde
	UNINOVE	Educação
	UNIRIO	Educação
		Memória Social
	UNISANTOS	Educação
	UNISUAM	Desenvolvimento Local
	UNIUBE	Educação
	USF	Educação
		Psicologia
	USP	Administração de Organizações
		Economia
		Educação
		Ensino de Matemática
		Psicologia Experimental
	UFRJ	Ensino de Biociências e Saúde
	UNESP	Distúrbios da Comunicação
		Educação
		Educação Escolar
		Educação Matemática
		Psicologia do Desenvolvimento
	UNICAMP	Ensino de Ciências Exata
	UNIFRAN	Linguística
	UNITAU	Linguística Aplicada
Sul	FEEVALE	Diversidade e Inclusão
		Inclusão Social e acessibilidade
	FURB	Desenvolvimento Regional
	FURG	Educação
		Educação Ambiental
		Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde
	PUC/RS	Ciência da Computação
		Economia
		Educação
		Educação em Ciências e Matemática
		Engenharia Elétrica
		Medicina e Ciências da Saúde
	UDESC	Educação
	UEL	Ciências Sociais
		Educação
		Educação Escolar
		Ensino de Ciências e Educação Matemática
	UEM	Educação
		Educação para a Ciência e o Ensino de Matemática
		Psicologia
	UESC	Educação Matemática
	UFFS	Estudos Linguísticos
	UFPEL	Educação

	Ensino de Ciências e Matemática
UFPR	Desenvolvimento Econômico
	Educação
UFRGS	Educação
	Ensino de Física
UFSC	Administração Universitária
	Contabilidade
	Educação
	Educação Científica e Tecnológica
	História
	Letras
	Linguística
	Literatura
UFSM	Educação
	Educação em Ciências, Química da Vida e saúde
	Educação Física
ULBRA	Ensino de Ciências e Matemática
UNESC	Educação
UNICENTRO	História
UNIOESTE	Filosofia
UNIPAMPA	Ensino de Ciências
UNISINOS	Educação
	Gestão Educacional
	Linguística Aplicada
UNIVALI	Educação
UNIVATES	Ensino de Ciências Exatas
UNOESC	Educação
UPF	Educação
UTP	Educação
UFPR	Educação
UNIOESTE	Letras
UNISUL	Ciências da Linguagem
	Educação
UNOESC	Educação

3.2. Observatório da Educação Escolar Indígena



OBSERVATÓRIO DA EDUCAÇÃO
ESCOLAR INDÍGENA

O Observatório da Educação Escolar Indígena foi uma edição especial do Programa Observatório da Educação que fomenta estudos e pesquisas em nível de pós-graduação, com foco na educação básica intercultural indígena e prioridade para a formação de professores e gestores educacionais para os Territórios Etnoeducacionais.

O Edital foi lançado em 31 de julho de 2009 e resultou de parceria entre CAPES, a então Secretaria de Educação Continuada e Diversidade– SECAD e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, que ofereceu as bases de dados.

Os programas de pós-graduação organizaram-se em Núcleos Locais ou Núcleos em Rede e os projetos tiveram duração de até dois anos (2010-2011), entretanto, devido à solicitação da SECADI, às políticas afirmativas do MEC e do Governo Federal e, ainda, à importância da continuidade das pesquisas, foi autorizada a prorrogação de vigência dos projetos por mais 12 meses (2012). As modalidades de bolsas oferecidas foram: coordenação institucional de projetos, estudantes de pós-graduação (mestrado e doutorado), estudantes de graduação e docentes da educação básica intercultural indígena.

Com a ampliação do número de propostas aprovadas pelo Observatório da Educação a partir do edital de 2010, as temáticas relativas à educação indígena foram incluídas no escopo do programa.

3.2.1. Princípios pedagógicos e objetivos do Observatório da Educação Escolar Indígena

A educação escolar indígena deve ser diferenciada da educação indígena. Esta última, de modo mais amplo, abarca a complexidade da tradição indígena, da manutenção da cultura dos povos, da transmissão dos saberes sociolinguísticos e dos modos interativos dos índios com a sociedade, o ambiente e a cultura. A educação escolar indígena, em outra via, é direito assegurado aos povos indígenas com objetivo de dar conta da particularidade da condição indígena: tendo conquistado sua parte no direito universal à educação escolar, os índios, como todos os cidadãos brasileiros, passam a ter direito à educação escolar, enquanto, por outro lado, o Estado passa a ter a obrigação de provê-la, respeitando sua cultura, língua e processos próprios de ensino e aprendizagem. (COHN, 2005)¹⁰.

Os processos investigativos sobre a educação escolar indígena, pela via do Observatório da Educação Escolar Indígena, visam dar visibilidade aos elementos constitutivos dessa prática educativa, das especificidades do processo ensino-aprendizagem, do impacto das políticas públicas para educação escolar indígena, bem como na produção de conhecimento sobre a educação escolar voltada aos povos indígenas.

Os objetivos do Observatório da Educação Escolar Indígena foram estabelecidos em parceria com a SECAD e foram:

- a) Estimular a produção acadêmica, a formação de recursos graduados e pós-graduados, em nível de mestrado e doutorado, e fortalecer a formação dos profissionais da educação básica intercultural indígena, por meio de financiamento

¹⁰ COHN, C. Educação escolar indígena: para uma discussão de cultura, criança e cidadania ativa. In: *Perspectiva Revista do Centro de Ciências da Educação*, vol. 23, n. 2, 2005.

específico, de maneira a contribuir para a ampliação e consolidação do pensamento crítico estratégico e o desenvolvimento da educação pública.

- b) Contribuir para a implantação e o fortalecimento dos Territórios Etnoeducacionais e promover o desenvolvimento de programas de graduação e pós-graduação *stricto sensu* e de redes de pesquisa no país que tenham como eixos de investigação:
- a formação de professores e gestores de educação;
 - a abordagem interdisciplinar de problemas de ensino-aprendizagem implicados na interculturalidade e nos usos bilíngues/multilíngues e nos processos próprios de aprendizagem das comunidades indígenas.
- c) Apoiar a formação de pesquisadores capacitados para atuar na área de gestão de políticas educacionais, avaliação educacional e formação de docentes da Educação Superior e da Educação Básica Intercultural Indígena;
- d) Promover e implementar:
- a formação inicial e continuada de professores, preferencialmente indígenas;
 - a inserção e a contribuição destes profissionais nos projetos de pesquisa em educação; e
 - a produção e a disseminação de conhecimentos que priorizem atividades teórico-práticas presenciais e semipresenciais centradas em distintas experiências dos sujeitos envolvidos, como: cursos, oficinas, produção conjunta de material didático, paradidático e objetos de aprendizagem nos formatos impresso e digital.
- e) Promover a formação dos professores dos cursos de licenciatura intercultural, visando ao fortalecimento da identidade, qualificação, valorização e expansão da carreira docente na Educação Básica e Superior Intercultural.
- f) Estimular o estabelecimento de parcerias e consórcios interinstitucionais que explorem ou articulem as bases de dados do INEP, como subsídio ao aprofundamento de estudos sobre a realidade educacional brasileira e fontes estratégicas para a tomada de decisão de gestores e educadores comprometidos com a melhoria de qualidade da educação pública.

3.2.2. Referências legais

- [Portaria nº 248](#), de 19 de dezembro de 2011. Normas de concessão de bolsas de estudo em função da maternidade.
- [Portaria Nº097](#), de 06 de maio de 2010. Estabelece os valores das bolsas concedidas no âmbito do programa Observatório da Educação e Observatório da Educação Escolar Indígena.
- [Portaria nº 028](#), de 27 de janeiro de 2010. Regulamento da Concessão do Auxílio Financeiro a Projeto Educacional e de Pesquisa – AUXPE.
- [Edital nº01/2009](#)/CAPES/SECAD/INEP, de 03 de agosto de 2009, publicado no DOU nº 146, Seção 3, página 33.
- [Portaria nº 90](#), de 30 de julho de 2009, publicada no DOU nº 146, de 03 de agosto de 2009, Seção 1, página 11.
- [Decreto nº 6.907, de 21 de julho de 2009](#). Dispõe sobre pagamento de diárias na país.

- [Portaria Conjunta Capes/CNPq nº 001](#), de 12 de dezembro de 2007. Autoriza bolsistas a atuarem como tutores da UAB.
- [Portaria Conjunta nº 001](#), de 11 de março de 2004. Autoriza a manutenção da bolsa aos os bolsistas da CAPES e do CNPq que atuem como professores substitutos.

3.2.3. Participantes

Puderam participar do edital instituições de educação superior, públicas ou privadas, que tivessem programas de pós-graduação reconhecidos pela CAPES. A equipe do projeto foi composta por professores pesquisadores, estudantes de mestrado, doutorado, estudantes de graduação, preferencialmente de licenciatura intercultural, e professores em efetivo exercício na educação básica intercultural indígena.

A lista de instituições participantes encontra-se no **ANEXO X**.

3.2.4. Financiamento

A exemplo do Observatório da Educação, foram concedidas cinco modalidades de bolsas no Obeduc Indígena: professor coordenador (R\$ 1.500,00); estudante de doutorado (R\$ 1.800,00); estudante de mestrado (R\$ 1.200,00); docente da educação básica (R\$ 765,00) e estudante da graduação (R\$ 400,00).

3.2.5. Resultados do Observatório da Educação Escolar Indígena

3.2.5.1. Principais números

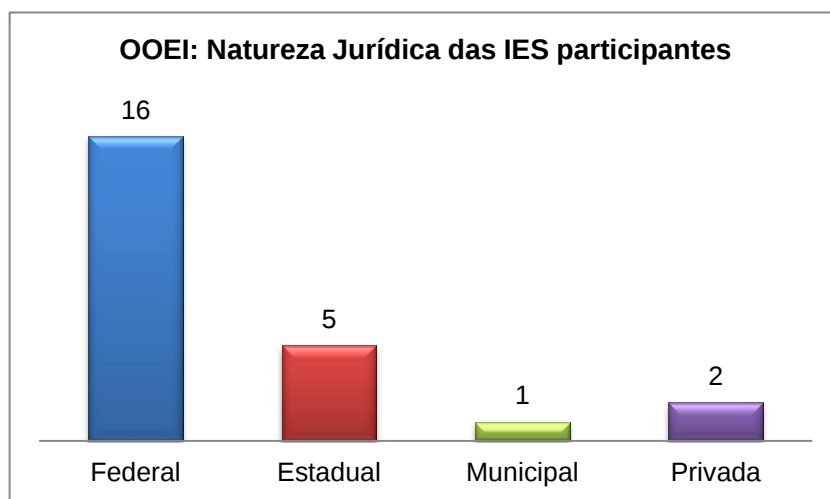


Gráfico 166. Observatório da Educação Escolar Indígena: Natureza Jurídica das IES participantes

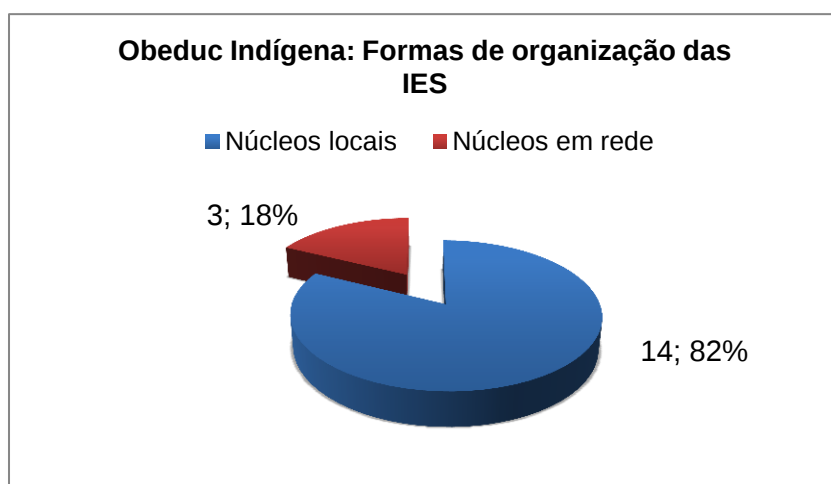


Gráfico 167. Observatório da Educação Escolar Indígena: Núcleos

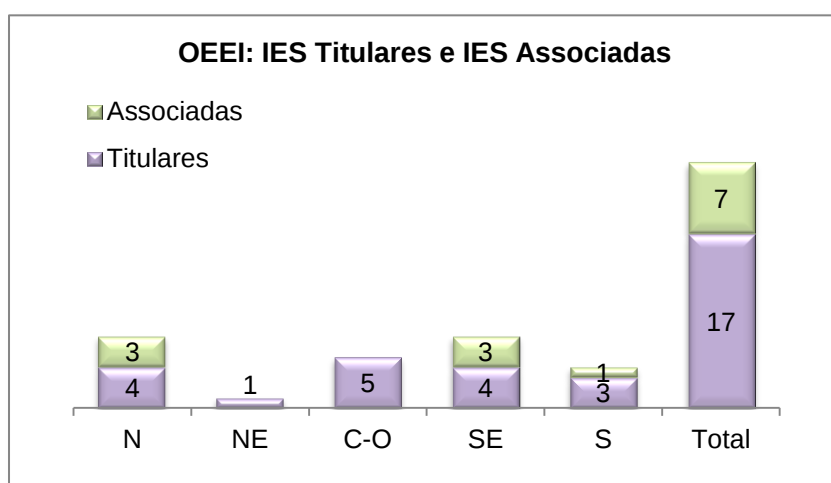


Gráfico 168. OEEI: IES Titulares e Associadas

Tabela 104. Observatório da Educação Escolar Indígena: Sede da IES e Territórios Etnoeducacionais

Sede da IES e Territórios Etnoeducacionais			
MS	Cone Sul	SC	Médio Paraná e Planalto Meridional Brasileiro
BA	Nordeste 1	TO	Timbira
SC	Planalto Meridional Brasileiro e Médio Paraná	AM	Baixo Amazonas e Alto Rio Negro
SP	Leste	MS	Cone Sul
SP	Amazônia Oriental (Tupi) e Alto Rio Negro	GO	Tocantins Xingu
SP	Alto Xingu	PR	Planalto Meridional
RR	Maciço Guianense Ocidental	MG	Território Leste e o território Guarani-Mbyá
MT	Os pertencentes a Mato Grosso.	DF	Alto Solimões, Juruá e Purus
PA	Amazônia Oriental (Tupi)		

Tabela 105. Produtos concluídos pelos projetos apoiados no OEEI

Produções	
Teses de doutorado	4
Dissertações de mestrado	16
Monografias	6
Livros publicados	13
Capítulos de livros	20
Trabalhos em eventos científicos	196

O relatório técnico elaborado pela SECADI, com base na planilha de indicadores dos projetos e dos relatórios de prestação de contas destacou que *“Houve uma substantiva mobilização da comunidade acadêmica, com orientadores, mestrandos, doutorandos, professores da educação básica indígena e alunos de graduação envolvidos nos projetos. Esses bolsistas estão envolvidos em uma expressiva produção acadêmica, concentrada especialmente nas teses, dissertações e monografias ainda em elaboração”*¹¹.

São as seguintes áreas de concentração contempladas pelos projetos em andamento:

- a) Territórios Etnoeducacionais como modelo de gestão pública da educação básica que tenha a territorialidade indígena como referencial para a articulação interinstitucional e gestão pública da educação;
- b) Análise das propostas pedagógicas e curriculares das escolas indígenas a partir dos referenciais da interculturalidade, do bilinguismo/multilinguístico, da participação comunitária e da diferenciação, com prioridade para educação infantil, alfabetização e para o ensino médio integrado;
- c) Avaliação institucional e da aprendizagem, indicadores de qualidade do ensino-aprendizagem, do trabalho didático e da carreira docente,
- d) indicadores de desempenho dos sistemas de ensino;
- e) Educação e etnodesenvolvimento: financiamento, demandas específicas dos territórios e comunidades indígenas, demografia, ensino intercultural, fluxo escolar e institucionalização do reconhecimento da sociodiversidade;
- f) Abordagens multidisciplinares de áreas de conhecimentos afins: ciências humanas, ciências da natureza, línguas e literatura;
- g) Usos linguísticos nas práticas pedagógicas e curriculares das escolas indígenas;
- h) Análise da organização e funcionamento das escolas indígenas;
- i) Materiais didático-pedagógicos específicos ou não, com ou sem uso das Tecnologias de Informação e de Comunicação, de acervos do “Portal do Professor” ou afins;
- j) Instâncias de participação e controle social indígena nos órgãos que desenvolvem políticas educacionais;

¹¹ ANDRADE, Adriana Carvalho de. Documento Técnico contendo sistematização de informações e dados produzidos pelas IES que responderam ao Edital do Observatório da Educação Escolar Indígena. Brasília. Junho, 2011.

- k) Os processos próprios de aprendizagem nas práticas pedagógicas dos professores indígenas.

3.2.6. Seminário do Observatório da Educação Escolar Indígena 2011

O I Seminário do Programa Observatório da Educação Escolar Indígena foi realizado nos dias 08 e 09 de novembro de 2011, juntamente com o III Seminário do Programa Observatório da Educação e integrou as comemorações dos 60 anos CAPES.

Os principais objetivos do Seminário foram:

- a. verificar o impacto do programa na comunidade acadêmica e na qualidade da educação como um todo;
- b. compartilhar experiências entre as equipes dos projetos, no que diz respeito à integração entre a pesquisa acadêmica, a universidade e o sistema público de educação básica;
- c. socializar as pesquisas, os artigos e os materiais produzidos pelas instituições participantes do Edital 2009.

3.2.7. Projeção para 2015

Em 2015 não há previsão de lançamento de novo edital especial do Observatório da Educação Escolar Indígena. Esse fato se deve à impossibilidade de a Capes atender a todas as áreas que desejam editais específicos. Entretanto, para que as pesquisas na área continuem com o fomento desta agência, a temática será contemplada como um eixo do Edital geral a ser lançado tão logo haja recomposição do orçamento da DEB.



Figura 66. Observatório da Educação Escolar Indígena/ UNEMAT



Figuras 67. Produções do Núcleo de Estudo e Pesquisa com Povos Indígenas - Campus de Araguaína

3.3. Programa de Apoio à Formação de Profissionais no Campo das Competências Socioemocionais (CSE)

Competências
Socioemocionais

O Programa de Apoio à Formação de Profissionais no Campo das Competências Socioemocionais (CSE) é uma ação para ampliar a formação de professores para além dos saberes cognitivos e instrumentais que pautam os projetos pedagógicos das licenciaturas no país. O programa visa fomentar a produção acadêmica e a formação de recursos humanos em nível de mestrado e doutorado, na perspectiva da pesquisa-ação, pesquisa participativa ou correlatas, envolvendo professores da educação básica e licenciandos no estudo e na vivência de valores e atitudes tão essenciais à vida e ao mundo do trabalho no século XXI.

Essas competências desempenham um importante papel para o sucesso escolar, contribuindo para que os estudantes tenham atitudes positivas em relação à própria aprendizagem, compreendam e gerenciem emoções, estabeleçam e atinjam objetivos, tomem decisões autonomamente e enfrentem situações adversas de maneira criativa, construtiva e colaborativa.

Os projetos do CSE, à semelhança do Programa OBEDUC, devem estar vinculados aos programas de pós-graduação (PPGs) *stricto sensu* reconhecidos pela Capes e que desenvolvam pesquisas relacionadas à temática do edital.

Esses PPGs devem organizar-se em uma Rede, composta por no mínimo dois PPGs *stricto sensu* de IES distintas. Os projetos podem ter duração de dois a quatro anos.

O programa resulta de uma parceria entre a Capes e o Instituto Ayrton Senna e foi lançado em 2014 para o fomento de projetos voltados à construção de saberes no campo das competências socioemocionais e incentivo à articulação entre pós-graduação, licenciaturas e escolas da rede pública de educação.

3.3.1. Histórico do edital e referências legais

O Ministério da Educação (MEC), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e o Instituto Ayrton Senna assinaram, em 24 de março de 2014, Protocolo de Intenções para incentivar pesquisas sobre a temática do desenvolvimento e da construção de competências socioemocionais na formação de professores e educação básica.

A assinatura foi realizada durante o Fórum Internacional de Políticas Públicas: Educar para as competências do século XXI, realizado em São Paulo. O evento foi promovido pelo MEC, pelo Inep, pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e pelo Instituto Ayrton Senna.

Perseverança, colaboração, curiosidade, otimismo, responsabilidade, criatividade, autocontrole, pensamento crítico, resolução de problemas e confiança são exemplos de competências socioemocionais que podem ser trabalhadas no ambiente escolar, a fim de estimular o desenvolvimento integral da criança, do adolescente e do jovem. Importante sinalizar que as competências socioemocionais devem ser associadas a outros saberes profissionais do campo cognitivo e do campo instrumental para a prática profissional.

Desse modo, as competências socioemocionais perpassam toda a formação de professores, no tocante ao ensino dos conteúdos e à forma com que esses conteúdos podem ser ensinados nas escolas de educação básica. Todavia, ainda são incipientes os grupos de investigação e de formação de professores que, no Brasil, valem-se dessas

competências para impulsionar as práticas escolares e aproveitar o potencial dos estudantes da educação básica no convívio, no estudo, na aprendizagem e nos processos de socialização presentes na escola.

Para tanto, no desenvolvimento do conjunto de competências é necessário que sejam construídas políticas públicas e práticas pedagógicas que possibilitem estruturar e explicitar essas políticas na gestão da sala de aula e ao longo do processo de ensino e aprendizagem.

Como mecanismo de induzir a participação e dar visibilidade aos grupos que atuam com essa temática, a Capes, lançou o edital n. [Edital 44/2014 - Programa Capes/ Competências Socioemocionais](#). Esse edital foi publicado no Diário Oficial da União em 17 de julho de 2014 e a seleção ocorreu ao longo do segundo semestre do mesmo ano.

O [Regulamento do Programa Observatório da Educação](#) serviu como parâmetro para avaliação e desenho metodológico do programa.

3.3.2. Referências legais

- [Edital 044/2014/CAPES](#), de 10 de julho de 2014, publicado no DOU nº 132, de 14 de julho de 2014.
- [Decreto nº 5.803](#), de 08 de junho de 2006 – cria o Observatório da Educação.
- [Portaria nº 248](#), de 19 de dezembro de 2011. Normas de concessão de bolsas de estudo em função da maternidade.
- [Portaria Nº 097](#), de 06 de maio de 2010. Estabelece os valores das bolsas concedidas no âmbito do programa Observatório da Educação e Observatório da Educação Escolar Indígena.
- [Portaria Conjunta nº 001](#), de 11 de março de 2004. Autoriza a manutenção da bolsa aos bolsistas da CAPES e do CNPq que atuem como professores substitutos.
- [Portaria Conjunta Capes/CNPq nº 001](#), de 12 de dezembro de 2007. Autoriza bolsistas a atuarem como tutores da UAB.
- [Decreto nº 6.907, de 21 de julho de 2009](#). Dispõe sobre pagamento de diárias na país.
- [Decreto nº 71.733, de 18 de janeiro de 1973](#). Dispõe sobre diárias internacionais.
- [Portaria no. 152, de 30 de outubro de 2012](#). Aprova o Regulamento do Programa Observatório da Educação.
- [Portaria nº 059, de 14 de maio de 2013](#). Disciplina as condições gerais para a concessão e aplicação dos recursos financeiros, sua prestação de contas, aprova o Manual de Utilização de Recursos de Auxílio Financeiro a Projeto Educacional ou de Pesquisa e o Manual de Prestação de Contas On Line do Sistema Informatizado de Prestação de Contas (SIPREC)

3.3.3. Princípios Pedagógicos e objetivos do CSE

Os princípios sobre os quais se constrói o CSE estão em acordo com diversos autores, como, por exemplo, Tardif que defende que “o saber não se reduz, exclusiva ou principalmente, a processos mentais, cujo suporte é a atividade cognitiva dos indivíduos, mas é também um saber social que se manifesta nas relações complexas entre professores e alunos. Há que situar o saber do professor na interface entre o individual e o social, entre o ator e o sistema, a fim de captar a sua natureza social e individual como um todo.”

E, ainda, “o saber do professor tem como objeto de trabalho seres humanos e advém de várias instâncias: da família, da escola que o formou, da cultura pessoal, da universidade, provêm dos pares, dos cursos da formação continuada; é plural, heterogêneo, é temporal pois se constrói durante a vida e o decurso da carreira, portanto, é personalizado, situado.” (TARDIF, 2002, p.16)¹².

O CSE considera, portanto, que a formação de professores precisa adquirir novas dimensões para além das questões cognitivas e instrumentais que pautam os projetos pedagógicos dos cursos de licenciatura. Neste sentido, a complexidade da formação poderia ser analisada, também, do ponto de vista das relações que se estabelecem avançando para campos não-cognitivos, também, conhecidos como socioemocionais. Diferentes áreas, como a psicologia, a neurociências, psicopedagogia, revelam que o desempenho cognitivo dos estudantes é beneficiado quando grupos de competências socioemocionais são mobilizados de forma intencional na formação docente. Esse grupo, muitas vezes, aparece de modo transversal na formação de professores e na escola.

Todavia, é importante que sejam realizados investimentos públicos para se entender como as competências socioemocionais podem contribuir de modo mais significativo para o desenvolvimento profissional e das crianças e adolescentes das escolas de educação básica. O edital do CSE foi pensado a partir desses princípios: possibilitar que estudos educacionais sejam realizados de modo a analisar e mostrar o impacto das competências socioemocionais tanto nas escolas de educação básica, quanto na formação de professores.

O Programa de Apoio à Formação de Profissionais no Campo das Competências Socioemocionais tem como objetivo fomentar a produção acadêmica e a formação de recursos humanos, na perspectiva da pesquisa-ação e pesquisa participativa, para o Desenvolvimento de Competências e Habilidades Socioemocionais, em nível de pós-graduação, mestrado e doutorado, e incentivar a articulação entre pós-graduação, licenciaturas e escolas da rede pública de educação.

São objetivos específicos:

- a) envolver profissionais do magistério e estudantes da educação básica no entendimento da complexidade e amplitude do processo educativo, considerando as dimensões cognitivas, instrumentais, pedagógicas e socioemocionais da formação educacional;
- b) estimular o fortalecimento e a ampliação de programas de pós-graduação stricto sensu e de redes de pesquisa no país que tenham foco no desenvolvimento de habilidades e de competências socioemocionais para a formação de professores, integrando-as às demais dimensões da formação docente;
- c) fortalecer o diálogo entre a comunidade acadêmica, os gestores das políticas de educação e os diversos atores envolvidos no processo educacional;

¹² TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

- d) fomentar e apoiar projetos de estudos e de pesquisa participativa, pesquisa-ação ou outras modalidades correlatas cujo foco esteja na formação de recursos humanos na perspectiva das competências socioemocionais;
- e) divulgar a produção, os trabalhos e os resultados alcançados, compartilhando conhecimento e boas práticas e integrando a pesquisa para o desenvolvimento de habilidades e competências socioemocionais à dinâmica das instituições de ensino superior e dos sistemas públicos de educação básica.

3.3.4. Projetos apoiados pelo CSE

As propostas submetidas ao Programa de Apoio à Formação de Profissionais no Campo das Competências Socioemocionais estão organizadas em rede: sendo compostas por pelo menos 2 (dois) PPGs *stricto sensu* de 2 (duas) IES distintas, sendo uma delas a instituição sede e a(s) outra(s) IES, núcleo(s) da rede.

Os projetos abordam um ou mais dos seguintes eixos temáticos: educação básica; educação superior; educação profissional e tecnológica; educação a distância; educação continuada; educação especial na perspectiva da educação inclusiva; educação de jovens e adultos; educação do campo; educação escolar quilombola; educação escolar indígena; e educação integral, desde que o foco esteja no desenvolvimento de competências e habilidades socioemocionais como uma das dimensões da formação docente, integrada às demais.

Esses projetos incidem:

- a) na proposição e na investigação de ações que visem construir as condições favoráveis para a articulação das competências cognitivas e instrumentais da docência com as competências socioemocionais, tornando a escola um espaço de aprendizagem e convívio solidário;
- b) no estudo dos impactos educacionais oriundos da necessária presença nos contextos escolar e de formação docente de conhecimentos e de habilidades socioemocionais;
- c) no levantamento do estado da arte, nacional e internacional, sobre a presença e o impacto das competências socioemocionais na formação de professores e no processo de escolarização e de formação humana;
- d) na promoção de atividades formativas para os professores da educação básica, licenciandos e docentes das instituições formadoras ligados aos programas de formação e de valorização do magistério da CAPES, como o Pibid, o Parfor, o Sistema Universidade Aberta do Brasil, o Observatório da Educação, o Prodocência, entre outros. Neste caso específico, deve-se realizar estudo sobre os saberes mobilizadores de interferências e de contribuições para a formação de professores a partir das atividades socioemocionais trabalhadas.

3.3.5. Financiamento e projetos aprovados

Os projetos aprovados serão contratados em 2015 e terão recursos para o pagamento de custeio e bolsas. O valor limite de custeio é de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e de bolsas, R\$ 566.440,00 (quinhentos e sessenta e seis mil e quatrocentos e quarenta reais).

O edital contemplou cinco modalidades de bolsas: coordenadores dos projetos; estudantes de pós-graduação (mestrado e doutorado); professores de escolas de educação básica e estudantes de licenciaturas e graduação.

Foram inscritos 35 projetos por meio do Sistema Integrado Capes (Sicapes) e, dentre estes, os dez a seguir foram contemplados:

Tabela 106: Instituições aprovadas na seleção Edital CSE, 2014

	Instituição Sede	Sigla	UF da Sede
1.	Universidade Federal de São Carlos	UFSCAR	SP
2.	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	PUC/SP	SP
3.	Universidade Tiradentes	UNIT-SE	SE
4.	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS	RS
5.	Fundação Vale do Taquari de Educação e Desenvolvimento Social - Fuvates	UNIVATES	RS
6.	Universidade Federal de Juiz de Fora	UFJF	MG
7.	Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	RJ
8.	Centro Universitário FIEO	UNIFIEO	SP
9.	Universidade do Estado da Bahia	UNEB	BA
10.	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS	RS

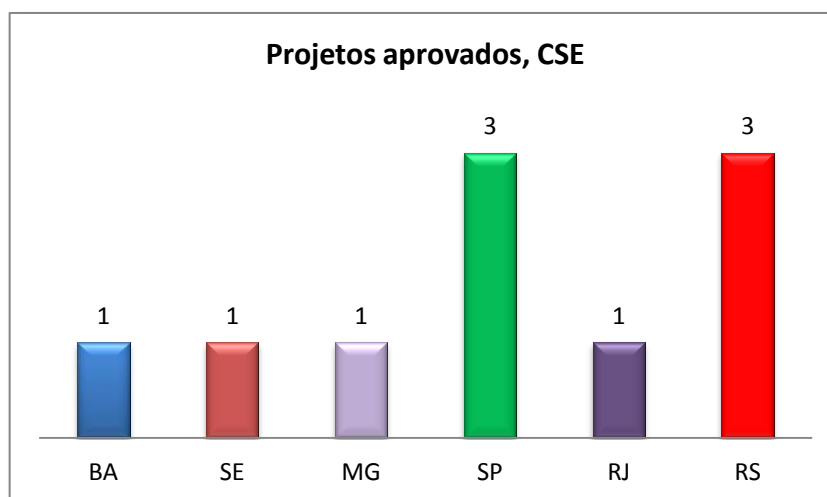


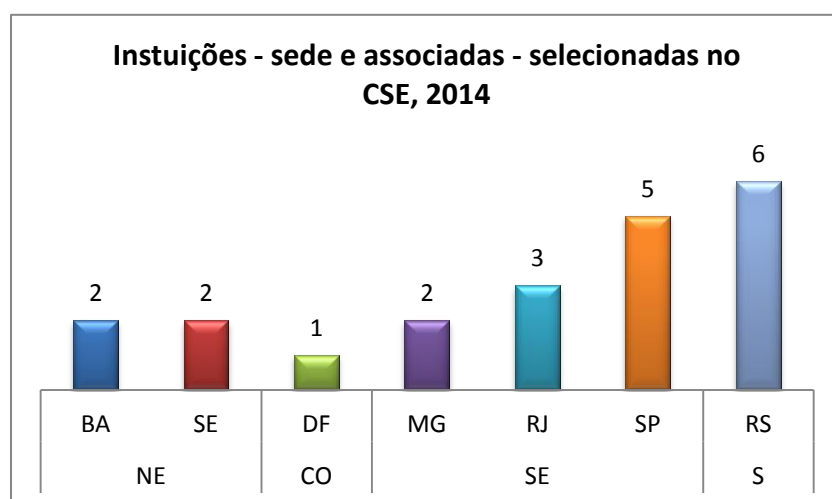
Gráfico 169: Projetos aprovados, por UF, 2014

Todos os projetos foram em rede, com envolvimento de número maior de instituições, tendo em vista as IES associadas, conforme dispostas na tabela abaixo:

Tabela 107: Instituições sede e associadas selecionadas para o CSE, 2014

Sigla IES	Instituição
UNB	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
UFBA	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
UNEB	UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
FUFSE	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
UNIT-SE	UNIVERSIDADE TIRADENTES
FURG	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
PUC/RS	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
UFRGS	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
UNILASALLE	CENTRO UNIVERSITÁRIO LA SALLE
UNISINOS	UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS
UNIVATES	FUNDAÇÃO VALE DO TAQUARI DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - FUVATES
UFJF	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
UFTM	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO
PUC-RIO	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO
UFRJ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
UNIRIO	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PUC/SP	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
UFSCAR	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
UNIFIEO	CENTRO UNIVERSITÁRIO FIEO
UPM	UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE
USP/RP	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO/ RIBEIRÃO PRETO

As 21 instituições (sede e associadas) são das diferentes regiões do país, exceto da região Norte que não possui representante.

**Gráfico 170: Instituições sede e associadas selecionadas no CSE, 2014**

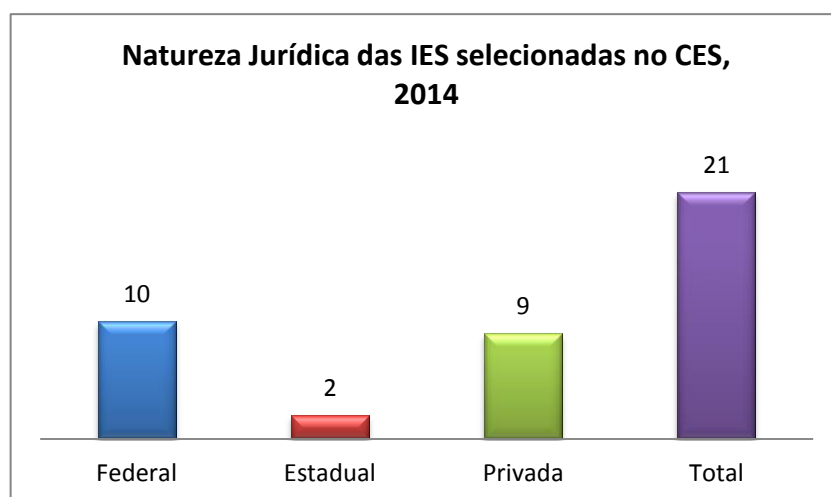


Gráfico 171: Natureza jurídica das IES selecionadas no CSE, 2014

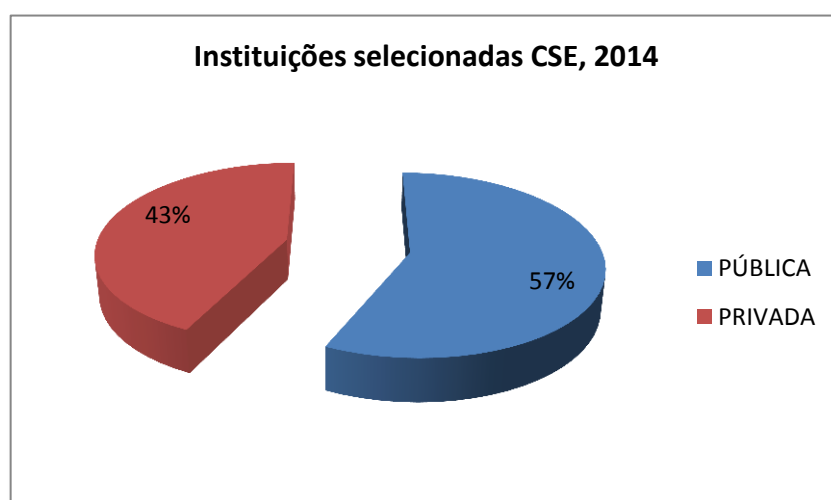


Gráfico 172: Porcentagem de instituições participantes de acordo com a Natureza Jurídica, 2014

Os programas de pós-graduação envolvidos estão dispostos na tabela abaixo:

Tabela 108: Programas de Pós-graduação envolvidos no CSE

PPG	Sigla IES	Total
Psicologia Social	FUFSE	1
Educação	UNIT-SE	1
Educação	UFBA	1
Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação	UNEB	1
Educação	UFRJ	1
Educação	PUC-RIO	1
Memória Social	UNIRIO	1
Educação	UFJF	1
Educação	UFTM	1
Psicologia	UFSCAR	2

Psicologia	USP/RP	1
Educação Matemática	PUC/SP	1
Distúrbios do Desenvolvimento	UPM	1
Psicologia Educacional	UNIFIEO	1
Psicologia	UFRGS	2
Educação Ambiental	FURG	1
Psicologia	PUC/RS	1
Design	UNISINOS	1
Ensino	UNIVATES	1
Educação	UNILASALLE	1
Psicologia Clínica e Cultura	UNB	1
Total Geral de Grupos de Pesquisa		23

Nota. São 21 PPGs distintos, no entanto, dois PPGs participam de dois projetos e 23 Grupos de pesquisa diferentes.

Em resumo, o CSE envolverá a partir de 2015:



Gráfico 173: Resumo dos projetos aprovados CSE, edital 2014

As modalidades de bolsas estão assim previstas:

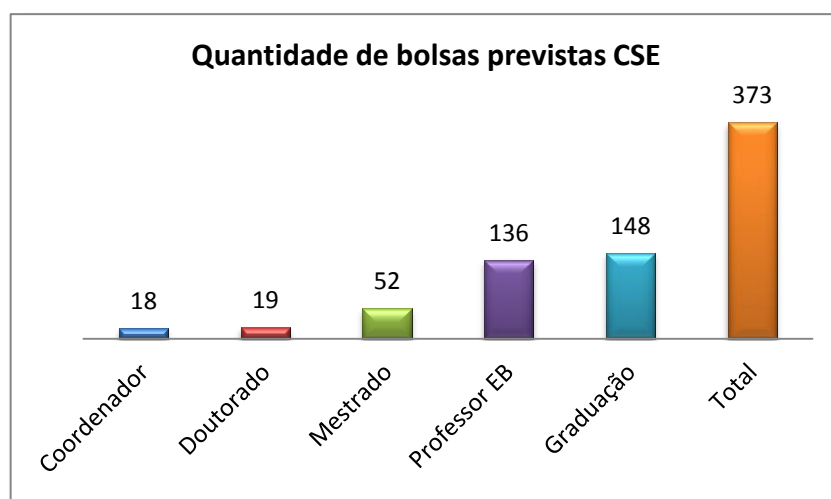


Gráfico 174: Quantidade de bolsas previstas nos projetos aprovados CSE

Os eixos temáticas a serem contemplados nos projetos que iniciarão do CSE, são:

Tabela 109: Eixos temáticos contemplados nos projetos CSE, 2014

Eixo temático	Projetos
Educação a Distância	2
Educação Básica	9
Educação Continuada	2
Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva	2
Educação Integral	2
Educação Superior	2
Total Geral	19

Nota. Um projeto pode possuir mais de um eixo temático.

3.3.6. Perspectivas CSE, 2015

A expectativa para 2015 é de implementação de todas as propostas selecionadas no edital, tão logo haja liberação dos recursos orçamentários. Também, está prevista a realização de seminário de socialização do programa, com o objetivo de formar uma rede que integre os pesquisadores dos projetos e instituições envolvidas. Esse seminário contará com o apoio do Instituto Ayrton Senna e com pesquisadores internacionais na área da formação de professores, escolarização e competências socioemocionais.

Ainda em 2014 foram tomadas todas as medidas para a implementação do CSE no ano de 2015. Foram preparados manuais, documentos de orientação e outros que possam auxiliar os coordenadores na implementação da proposta.

4. *DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA*

A divulgação científica apoiada pela Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica, da Capes, busca realçar o protagonismo de professores e alunos, valorizar a ciência, despertar vocações e propor metodologias ativas e experimentais que trazem ludicidade e motivação ao processo de ensino e aprendizagem. Trata-se, portanto, de uma vertente formativa que está intencionalmente associada a outros programas de formação inicial e continuada, como Pibid, Parfor, Novos Talentos, Life e Rede Nacional de Educação e Ciência.

4.1. Programa de Apoio a Feiras de Ciências e Mostras Científicas

Em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, a Capes induz e fomenta a realização de Feiras de Ciências e Mostras Científicas.

As Feiras de Ciências e Mostras Científicas podem ter âmbito nacional, estadual ou municipal.

Os principais objetivos das Feiras e Mostras são: ser um instrumento para a melhoria dos ensinos fundamental, médio e técnico; ressaltar o protagonismo e a capacidade de autoria de alunos e professores; valorizar metodologias didáticas experimentais e ativas; despertar vocações científicas e/ou tecnológicas e identificar jovens talentosos que possam ser estimulados a seguir carreiras científico-tecnológicas.

As Feiras e Mostras são também importante espaço de formação continuada para professores e alunos envolvidos e, em vários casos, promovem a participação de trabalhos premiados em eventos de maior porte nacionais e internacionais.

Desde 2010, foram lançados cinco editais:

- [Edital MCT/CNPq/MEC/SEB/CAPES Nº 51/2010;](#)
- [Chamada MCTI/CNPq nº 25/2011;](#)
- [Chamada MCTI/CNPq/SECIS/MEC/SEB/CAPES nº 50/2012;](#)
- [Chamada MCTI/CNPq/SECIS/MEC/CAPES nº 46/2013.](#)
- [Chamada MCTI/CNPq/SECIS/MEC/CAPES nº 44/2014](#)

Nos dois primeiros anos, a Secretaria de Educação Básica do MEC em parceria com o FNDE participou do edital. A partir de 2012, a Capes assumiu a parte desses órgãos para não haver um forte decréscimo no apoio. As oscilações no número de apoios devem-se aos projetos apresentados que vêm sendo aprimorados a cada edital. No entanto, em 2014, a DEB, por razões de limites impostos ao seu orçamento, reduziu o apoio financeiro às Feiras e Mostras. É intenção, porém, retomar o nível anterior de investimento, uma vez que essa ação mobiliza professores e alunos na produção de conhecimento, com destaque para a construção de projetos que respondam à melhoria das condições de vida da comunidade na qual alunos e professores estão inseridos.

Ressalte-se, nas Feiras e Mostras, a grande presença de alunos e professores participantes de outros programas fomentados pela Capes, em especial, dos Novos Talentos e do Pibid.

4.1.1. Resultados

Os gráficos a seguir informam os números consolidados do período 2010 a 2014.



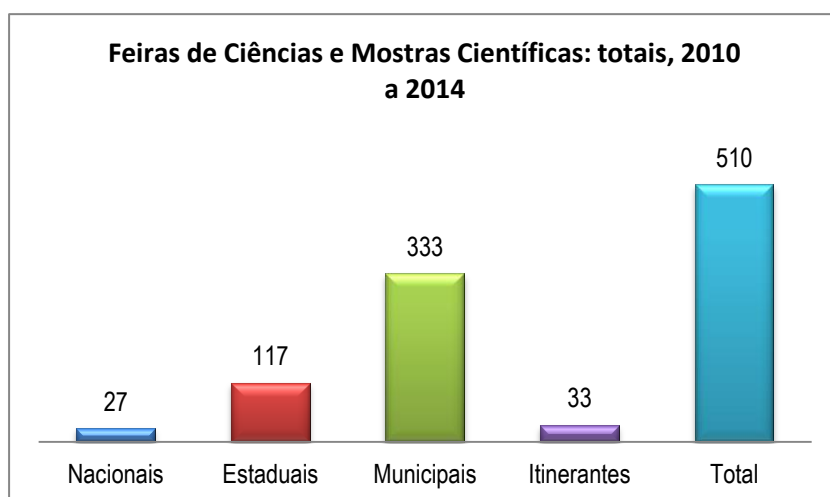


Gráfico 175. Total de Feiras de Ciências e Mostras Científicas apoiadas no período 2010 a 2014

Tabela 110. Feiras de Ciências e Mostras Científicas, por edital, 2010 a 2014

	2010	2011	2012	2013	2014	Total
Nacionais	5	5	7	6	4	27
Estaduais	30	23	26	20	18	117
Municipais	71	48	59	72	83	333
Itinerantes	0	0	16	17	0	33
Total	106	76	108	115	105	510

Os gráficos e as tabelas a seguir apresentam as Feiras e Mostras no período 2010 a 2014, discriminando-as por âmbito municipal, estadual e nacional.

Os números permitem ao leitor perceber estados e regiões mais ativos na questão do incentivo à investigação e à experimentação científica. Ademais, subsidiam os gestores na indução junto àqueles menos ativos ou ainda alheios a tão importante espaço de motivação e formação das crianças, dos jovens e dos seus professores.

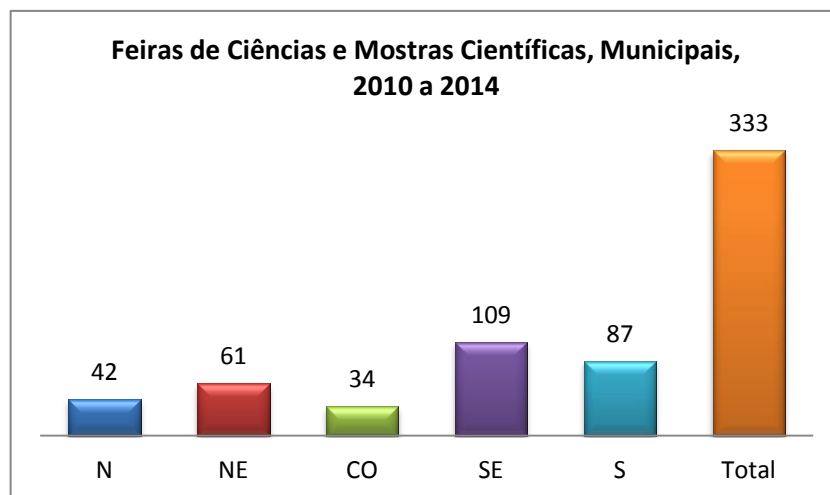


Gráfico 176.Feiras de Ciências e Mostras Científicas de âmbito municipal, 2010 a 2014

Tabela 111. Feiras de Ciências e Mostras Científicas de âmbito municipal, por região, UF e edital

Municipais		2010	2011	2012	2013	2014	Total
N	AM	3	0	0	0	2	5
	AP	0	0	3	0	2	5
	PA	3	5	6	6	5	25
	RR	0	0	0	1	1	2
	TO	2	1	1	0	1	5
NE	BA	4	2	3	1	3	13
	CE	3	2	3	5	4	17
	MA	0	0	1	0	0	1
	PB	2	5	1	2	2	12
	PE	4	1	1	5	3	14
	RN	1	0	1	1	1	4
CO	GO	1	2	3	2	3	11
	MS	1	2	1	4	6	14
	MT	0	2	0	3	4	9
SE	ES	3	1	0	0	0	4
	MG	11	4	5	7	9	36
	RJ	5	3	6	7	6	27
	SP	10	6	7	7	12	42
S	PR	5	3	4	5	6	23
	RS	10	8	12	15	12	57
	SC	3	1	1	1	1	7
Total		71	48	59	72	83	333

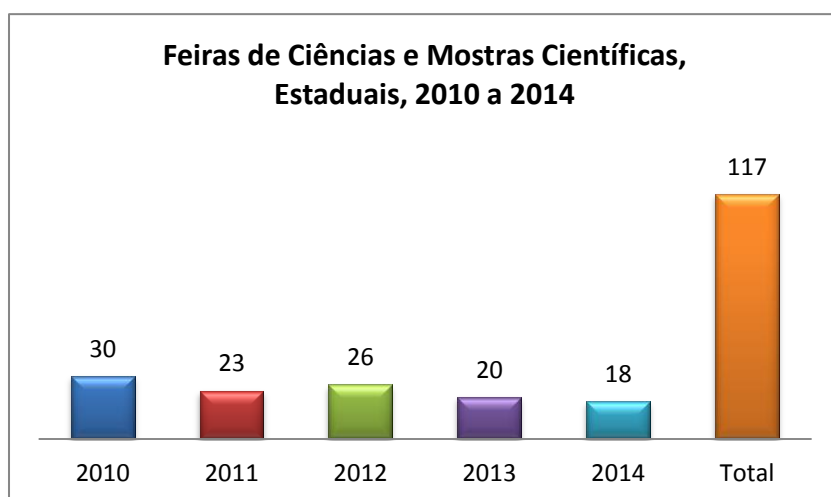


Gráfico 177. Feiras de Ciências e Mostras Científicas de âmbito estadual, 2010 a 2014

Tabela 112. Feiras de Ciências e Mostras Científicas de âmbito Estadual, por região, UF e edital.

Estaduais		2010	2011	2012	2013	Total
N	AC	1	1	2	1	5
	AM	3	1	0	0	4
	AP	0	2	2	1	5
	PA	2	2	1	2	7
	RR	2	1	1	1	5
	TO	1	0	1	0	2
NE	AL	1	0	1	0	2
	BA	1	2	1	2	6
	CE	1	1	1	0	3
	MA	1	0	1	0	2
	PB	0	0	0	1	1
	PE	1	1	2	0	4
	RN	2	1	1	1	5
	SE	0	1	1	1	3
CO	DF	1	0	1	0	2
	MS	1	1	1	1	4
	MT	1	0	1	1	3
SE	MG	4	2	2	2	10
	RJ	1	2	1	1	5
	SP	2	1	2	1	6
S	PR	1	0	1	0	2
	RS	1	2	1	2	6
	SC	2	2	1	2	7
Total		30	23	26	20	99

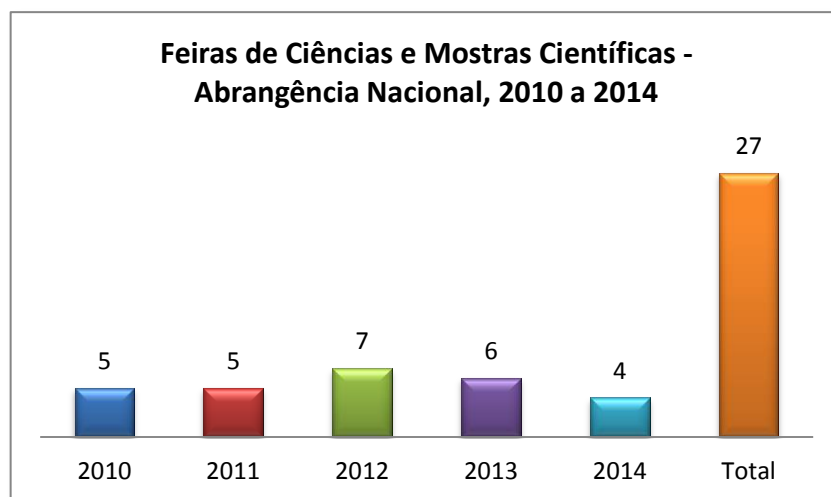


Gráfico 178. Feiras de Ciências e Mostras Científicas de âmbito nacional, 2010 a 2013

Em 2014, em razão de limites orçamentários, não foram apoiadas feiras e mostras itinerantes.

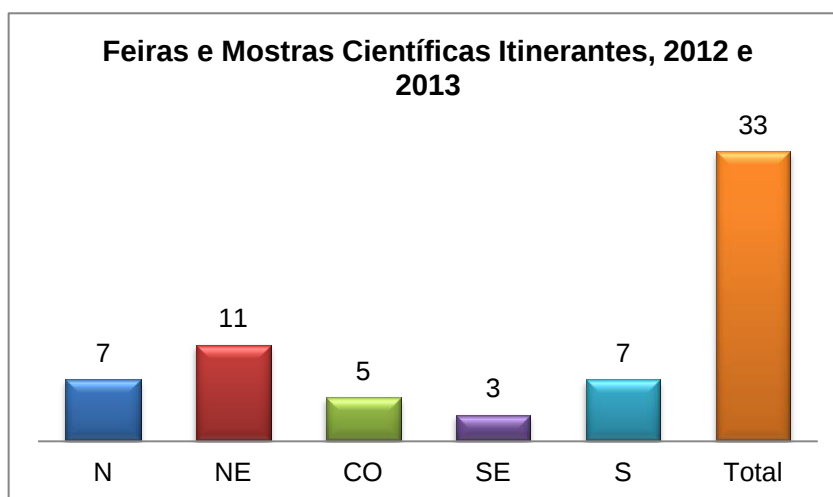


Gráfico 179. Feiras e Mostras Científicas Itinerantes, 2012 e 2013

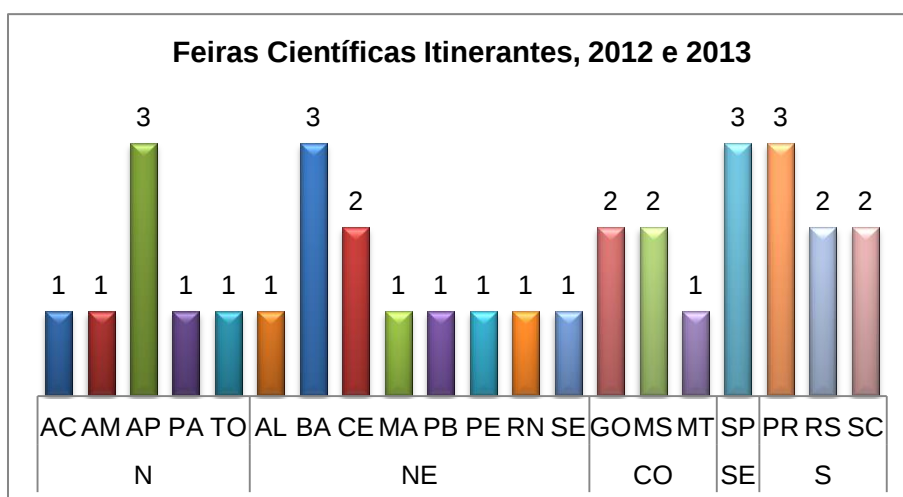


Gráfico 180. Feiras e Mostras Científicas Itinerantes, por UF 2012 e 2013

4.1.2. Perspectivas para 2015

As Feiras de Ciências e Mostras Científicas mostram-se uma significativa política educacional para despertar vocações e motivar alunos e professores em relação à investigação e à experimentação científica. Portanto, faz sentido, em uma política de formação de professores abrangente e motivadora, considerar esse programa como uma formação continuada de professores e não somente uma vertente de divulgação científica.

Nota-se sua sinergia com outros programas apoiados pela Capes, tais como Parfor, Pibid e Novos Talentos. Observou-se, por exemplo, no Rio Grande do Sul, que a capacitação e a orientação do IFSUL, apoiado pela Capes por meio dos Projetos Especiais, provocou a aprovação de Feiras de Ciências em cinco municípios pequenos do estado, provando que a formação é um incentivo ao aperfeiçoamento e à motivação para a Ciência.

A aluna Nayrob, de 17 anos, de uma Escola Estadual de São Paulo foi selecionada como finalista para a MOP2012 - Mostra Paulista de Ciências e Engenharia; nesta foi premiada com uma credencial para a FEBRACE 2013. Na FEBRACE ganhou vários prêmios, incluindo credencial de finalista da Intel ISEF 2013, grande feira internacional promovida nos Estados Unidos pela Intel, onde conquistou dois importantes prêmios. No início de 2013 foi premiada em programa de televisão que incentiva jovens inventores, com R\$ 30.000,00 para investir nos estudos.

Dezessete alunos provenientes do Programa Novos Talentos do IFMS, classificaram-se para a Febrace 2015.

Uma futura ampliação de recursos das agências financiadoras permitirá estender tão importante iniciativa a outros municípios, professores e jovens brasileiros, ampliando seus horizontes e valorizando alunos e professores da rede pública brasileira.

4.2. Programa de Apoio a Olimpíadas Científicas

Desde 2011, em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, a Capes investe em Chamadas Públicas de apoio à realização de Olimpíadas Científicas.

O fundamento pedagógico para nova Chamada foi o sucesso que vem sendo alcançado a cada ano por alunos brasileiros nos eventos locais, estaduais e regionais, com forte impacto no desempenho escolar dos jovens que participam dos eventos. Alguns desses estudantes alcançam bons resultados mesmo em certames internacionais.

As Olimpíadas Científicas são consideradas momentos privilegiados para a melhoria do desempenho escolar, para a divulgação científica, para a descoberta e o incentivo de novos talentos e para o despertar de vocações científicas. Assim como os jogos estimulam os jovens, as Olimpíadas estimulam o interesse e a inventividade dos alunos e dos professores.

Artigo publicado sobre o Impacto da Olimpíada Brasileira de Escolas Públicas (OBMEP) no desempenho em Matemática na Prova Brasil, Enem e Pisa (Soares, C.M.M.; Leo, E. & Soares, J.F., 2014) destaca: “Observa-se que, para todos os períodos analisados, a importância, significativa e positiva, do envolvimento da escola na nota média de Matemática na Prova Brasil. O impacto desse envolvimento, além disso, aumenta com o passar dos anos (2014, p. 17)”.

O crescimento do número de estudantes e de escolas participantes de olimpíadas é um indicador claro de sua aceitação na educação básica. Visitas a instituições premiadas realizadas pela DEB mostram que as olimpíadas incentivam o trabalho em equipe, reforçando hábitos de estudo e fortalecem os vínculos de cooperação entre equipes de estudantes e professores.

As Olimpíadas têm contribuído para destacar alunos e professores de escolas do interior do país, colocando-os em condições de igualdade com os das melhores instituições do Brasil.

Para a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência SBPC, as Olimpíadas têm o propósito de divulgar a ciência e aumentar o interesse dos jovens pelas atividades científicas, o que é fundamental para o desenvolvimento tecnológico de qualquer nação e o bem estar econômico e social de sua população.

Entre 2011 e 2014, foram publicadas Chamadas Públicas que têm por objetivo selecionar propostas para a realização de Olimpíadas Científicas de âmbito nacional:

- [Chamada MCTI/CNPq /MEC/CAPES/FNDE nº24/2011;](#)
- [Chamada MCTI/CNPq/SECIS/MEC/SEB/CAPES/FNDE nº 49/2012;](#)
- [Chamada MCTI/CNPq/SECIS/MEC/CAPES nº45/2013.](#)
- [Chamada MCTI/CNPQ/SECIS/MEC/ CAPES Nº 43/2014](#)



Figura 68. Logos das Olimpíadas de Matemática, Física, Química e Astronomia e Astronáutica

4.2.1. Resultados das Olimpíadas

As Olimpíadas apoiadas entre 2011 e 2014 foram as que seguem.

Tabela 113. Olimpíadas Científicas 2011

Chamada MCTI/CNPq /MEC/CAPES/FNDE nº24/2011			
1	Olimpíada Brasileira de Robótica	UFRN	RN
2	Olimpíada Brasileira de Matemática	IMPA	SP
3	Olimpíada Brasileira de Biodiversidade e Ciências da Vida	UFRJ	RJ
4	Olimpíada Nacional de História do Brasil	UNICAMP	SP
5	Olimpíada Brasileira de Física	USP/SBF	SP
6	XV Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica	UERJ/SAB	RJ
7	Olimpíada Nacional de Oceanografia	UNIVALI	SC
8	Olimpíada Brasileira de Biologia	ANBIO	RJ
9	Olimpíada Brasileira de Agropecuária	IFSMG	MG
10	Olimpíada Brasileira de Química	ABQ	RJ
11	Olimpíada Internacional de Astronomia e Astrofísica	UFRJ	RJ

Tabela 114. Olimpíadas Científicas 2012

Chamada MCTI/CNPq/SECIS/MEC/CAPES nº 49/2012			
1	Olimpíada Brasileira de Matemática (OBM)	IMPA	RJ
2	XVI Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica	UERJ	RJ
3	Programa Nacional Olimpíadas de Química	ABQ	RJ
4	I Olimpíada de Biodiversidade e Ciências da Vida para o Ensino Médio	UFRJ	RJ
5	5ª Olimpíada Nacional em História do Brasil	UNICAMP	SP
6	Olimpíada Brasileira de Física 2013	USP	SP
7	Olimpíada Brasileira de Robótica 2013	FEI	SP
8	IX Olimpíada Brasileira de Biologia (OBB)	ANBIO	RJ
9	3ª Olimpíada Brasileira de Agropecuária	IFSMG	MG
10	7ª Olimpíada Brasileira de Saúde e Meio Ambiente	FIOCRUZ	RJ

Tabela 115. Olimpíadas Científicas 2013

Chamada MCTI/CNPq/SECIS/CAPES nº 45/2013			
1	Olimpíada Brasileira de Matemática (OBM)	UFG	GO
2	7ª Olimpíada Brasileira de Saúde e Meio Ambiente	FIOCRUZ	RJ
3	6ª Olimpíada Nacional em História do Brasil	UNICAMP	SP
4	Olimpíada Brasileira de Física 2014	USP	SP
5	Olimpíada Brasileira de Robótica 2014	FEI	SP
6	XVII Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica	UERJ	RJ
7	4ª Olimpíada Brasileira de Agropecuária - OBAP	IFSULDEMINAS	MG
8	Programa Nacional Olimpíadas de Química	ABQ	RJ

Tabela 116. Olimpíadas Científicas 2014

Chamada MCTI/CNPq/SECIS/CAPES nº 43/2014			
1	III Olimpíada Brasileira de Neurociências	UFRJ	RJ
2	I Olimpíada Brasileira de Cartografia - OBRAC	UFF	RJ
3	Olimpíada Brasileira de Matemática (OBM)	UFPB	PB

4	8a. Olimpíada Brasileira de Saúde e Meio Ambiente	FIOCRUZ	RJ
5	7ª. Olimpíada Nacional em História do Brasil	UNICAMP	SP
6	Olimpíada Brasileira de Robótica 2015	UNESP	SP
7	VII Olimpíada Latino Americana De Astronomia E Astronáutica	MAST	RJ
8	XVIII Olimpíada Brasileira De Astronomia E Astronáutica	UERJ	RJ
9	XI Olimpíada Brasileira De Biologia	ANBIO	RJ
10	5ª. Olimpíada Brasileira de Agropecuária OBAP	IFSULDEMINAS	MG
11	Olimpíada Brasileira De Física 2015	SBF	SP
12	Olimpíada Brasileira de Informática	UNICAMP	SP
13	1ª. Olimpíada Geo-Brasil (OGB)	UNICAMP	SP
14	Programa Nacional Olimpíadas de Química	ABQ	RJ

4.2.2. Perspectivas 2015

Uma demanda decorrente das Olimpíadas é a formação dos alunos medalhistas em cursos de alto padrão, com professores titulares das melhores universidades e institutos brasileiros, mestrandos e doutorandos, alguns dos quais ex-medalhistas. O reconhecimento da qualidade dos cursos motivou, também, os professores desses alunos a solicitarem cursos/oficinas de aperfeiçoamento, em uma perspectiva de sua formação continuada.

Para a DEB, esse é um movimento virtuoso que contribui para oferecer aos jovens novas perspectivas de sucesso escolar e níveis superiores de escolaridade, para a motivação dos professores e para a melhoria de qualidade da educação básica.

O investimento nas Olimpíadas permite a valorização dos estudantes e dos professores da escola pública, contribuindo para elevação da autoestima, para a melhoria do desempenho escolar, para ações de colaboração e cooperação entre os alunos participantes, para a inclusão de novos materiais e conteúdos nas escolas brasileiras e para o incentivo aos professores na busca de educação continuada. Essas razões motivam a Capes a manter o apoio à chamada feita em parceria com o CNPq.



Figura 69. Alunos premiados nas Olimpíadas de Matemática e Química

5. OUTRAS INFORMAÇÕES DA DEB

5.1. Apoio ou parceria em Programas de outras diretorias e órgãos



Há um conjunto de programas em que a DEB atua não como gestora nem protagonista, mas como apoiadora ou parceira de outras diretorias da Capes e outros órgão do MEC, sempre que demandada. Na sequência, apresentam-se algumas dessas parcerias.

5.1.1. Programa de Apoio a Eventos no País – Paep

O Programa de Apoio a Eventos no País – Paep está sob responsabilidade da Diretoria de Bolsas no País – DPB e visa impulsionar a realização de eventos científicos, tecnológicos e culturais de curta duração, de abrangência local, estadual, regional, nacional e/ou internacional, por meio da concessão de auxílio financeiro às comissões organizadoras.

Na origem, o programa era voltado apenas a eventos de pós-graduação. A partir de 2010, o edital passou a contemplar também instituições que trabalham com formação de docentes da educação básica.

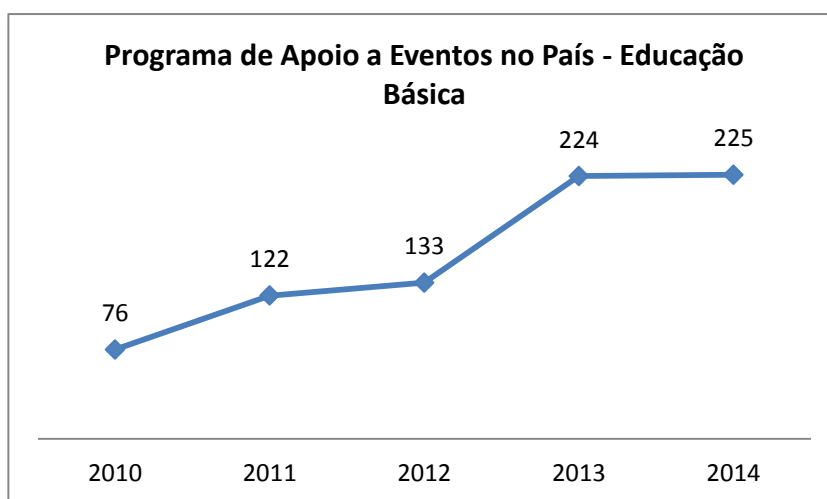


Gráfico 182. Programa de Apoio a Eventos no País – Projetos de Educação Básica apoiados, 2010 a 2014

Importa ressaltar a sinergia do Paep com outros programas da DEB, em especial, Pibid e Observatório da Educação. O crescimento do Pibid, por exemplo, tem gerado seminários de âmbito estadual, regional e nacional ou grandes eventos que unem áreas de conhecimento, com o apoio do Paep.

5.1.2. Britannica on line

Em colaboração com a Coordenação-Geral do Portal de Periódicos, a DEB articulou o projeto *Britannica on line*, um portal para crianças de seis a onze anos, que cursam o ensino fundamental. Essa proposta sinaliza uma abertura do Portal de Periódicos a professores da educação básica.

A DEB continua atuando em parceria com o Portal de Periódicos, buscando o aperfeiçoamento contínuo do projeto e motivação para o uso do [Portal](http://escola.britannica.com.br/). (<http://escola.britannica.com.br/>)



Figura 70. Portal Britannica on Line, no stand da Capes, na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, 2013 e 2014

5.1.3. Revista Brasileira de Pós-Graduação

Em 11 de julho de 2012, data do aniversário da Capes, foram lançados três volumes da Revista Brasileira de Pós-Graduação que tratam da relação pós-graduação/educação básica.

Os textos mostram como os programas coordenados pela DEB, mesmo em um espaço de tempo curto, estão realmente promovendo a aproximação entre pós-graduação e educação básica, além de gerarem produção de conhecimento e disseminação de boas práticas. As obras sinalizaram, já àquela época, o potencial de impacto e de aceitação da nova missão da Capes: a formação de professores da educação básica.

- **RBPG 16**

Trata da articulação entre a pós-graduação e a educação básica e abre espaço para a apresentação de pesquisas que vêm sendo realizadas nos programas apoiados pela Capes, como também para a discussão dos desafios da política brasileira de apoio à formação e valorização do docente; e promove a inserção da temática em círculos nacionais especializados.

- **RBPG – Educação Básica – Suplemento 1**

O Suplemento 1 aborda o tema "Políticas Públicas e Diversidade Cultural" e engloba 11 artigos apresentados em duas seções: "Políticas, Sociedade e Educação" e "Diversidade Cultural: Educação Indígena".

- **RBPG – Educação Básica – Suplemento 2**

O Suplemento 2 da RBPG destaca o tema "Ensino de Ciências e Matemática e a Iniciação à Docência" e apresenta 11 artigos organizados em duas seções: "Ensino de Ciência e da Matemática: formação e práticas" e "PIBID: experiências e reflexões".

Volumes encontrados em: <http://www2.capes.gov.br/rbpg/>

O crescimento e a densidade da produção decorrente dos programas sugerem a necessidade de novas publicações contemplando a área de formação e valorização dos docentes da educação básica.

5.1.4. Programa de Licenciaturas Internacionais – PLI

O Programa de Licenciaturas Internacionais (PLI) é gerenciado pela Diretoria de Relações Internacionais (DRI). A DEB atuou em algumas reuniões no Brasil e em Portugal e na contratação de uma avaliação externa do programa, atuando como parceira sempre que demandada. Os dados do PLI são encontrados na DRI.

5.1.5. Estratégias de Comunicação

Com o apoio da Assessoria de Comunicação Social – ACS, da Capes, no período 2009-2014, a DEB buscou ampliar sua estratégia de comunicação com os parceiros. Assim, complementou o tradicional envio de documentos impressos com a comunicação *on line* direcionada aos coordenadores dos programas, reitorias, pró-reitorias, dirigentes municipais e estaduais, associações científicas e educacionais, entidades da sociedade civil e potenciais parceiros e formadores de opinião. Ademais, a diretoria zela por sua participação em eventos locais, estaduais, regionais e nacionais como forma de ampliar o diálogo, conhecer as diferentes realidades e disseminar informações. Em decorrência dessa ampliação, cresceu a submissão de propostas aos editais, como mostram os dados em cada programa.

A colaboração com o Conselho Nacional de Secretários de Estado de Educação – Consed, com a União dos Dirigentes Municipais de Educação – Undime e com os Fóruns Estaduais de Apoio à Formação Docente tem levado a DEB a participar dos eventos desses indispensáveis parceiros nos programas de formação e valorização de professores da educação básica.

A comunicação e a divulgação do trabalho feito são indispensáveis para que a Capes seja conhecida além de sua tradicional atuação na pós-graduação, marcando na comunidade escolar, acadêmica e científica e na sociedade em geral sua capacidade de execução de programas de formação de professores.

5.1.6. Semana Nacional de Ciência e Tecnologia - SNCT

Desde 2010, por iniciativa da DEB, a CAPES conquistou um espaço na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, promovida anualmente pelo Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação – MCTI.

Em 2013, a diretoria articulou-se com o Prof. Dr. Eloi Teixeira César, diretor do Centro de Ciências da Universidade Federal de Juiz de Fora e coordenador do programa Novos Talentos para dar destaque ao stand da Capes, nele apresentando equipamentos para o ensino de Ciências financiados pelo referido programa. Em 2014, a Capes trouxe de Belo Horizonte o Museu Itinerante Ponto UFMG, dirigido pela Profª Tânia Margarida Lima Costa, que participa do programa Residência Docente, coordenado pela DEB. A proposta de fazer do espaço da Capes na SNCT um ambiente interativo e lúdico é tanto uma estratégia de divulgação do trabalho realizado como um incentivo às Ciências para professores, crianças e jovens que circulam na SNCT.



Figura 71. Fotos do stand da Capes na SNCT em 2013 e 2014

5.1.7. Parceria DEB - FNDE

Em 2011, a DEB procurou a Secretaria Executiva do MEC e o FNDE, solicitando que os mesmos equipamentos que fossem distribuídos nas escolas de educação básica da rede pública fossem também enviados aos cursos de formação de professores.

A estratégia visava assegurar que os professores, em especial os participantes do Parfor e do Pibid, utilizem, desde seu processo de formação, esses recursos didáticos que contribuem para tornar mais lúdico, contemporâneo e efetivo o processo de ensino e aprendizagem.

Assim, evita-se cobrar do professor o uso de recursos e metodologias que não estiveram presentes em sua formação e garante-se que os investimentos do MEC em tecnologias para as escolas públicas sejam aproveitados por alunos e professores.

Sensível à questão, a Secretaria Executiva autorizou e o FNDE repassou, em 2012, para as instituições públicas participantes do Parfor e do Pibid dois computadores interativos do Proinfo por IES.

Em 2013, coleções do Catálogo Raisonée, de Cândido Portinari também foram enviadas, incluindo os Lifes.

A parceria precisa ser estendida ao programa de tablets, bibliotecas escolares, livro didático e demais programas apoiados pelo FNDE, buscando sinergia entre a formação e a prática qualificada do professor da escola pública.

6. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Além das tradicionais atividades de análise de relatórios parciais e de cumprimento de objeto, a DEB adota como forma de acompanhamento dos programas que fomenta visitas *in loco*, atendimento por email e telefonemas, orientações por webconferência, participação em eventos locais, estaduais, regionais e a realização de seminários nacionais com a participação dos coordenadores institucionais dos programas.

6.1. Democratização das informações

Considerando a grande quantidade de materiais didáticos e documentos produzidos no âmbito de cada instituição, a DEB busca apoio para o desenvolvimento de um sistema informatizado de acompanhamento e avaliação das ações que executa com o propósito de:

- acompanhar e avaliar quantitativa e qualitativamente os programas;
- democratizar a informação e dar visibilidade às produções de cada instituição;
- oferecer um espaço de compartilhamento de experiências, materiais educacionais e boas práticas;
- permitir às instituições auto-avaliação e benchmarking;
- integrar programas e ações;
- ampliar o diálogo interinstitucional;
- aperfeiçoar os indicadores educacionais dos programas.

Em 2010-2011, a DEB já havia feito uma pré-proposta no Moodle. Todavia o crescimento dos programas e do número de usuários potenciais levou os especialistas em TI a desaconselharem o uso do Moodle, dadas suas limitações. A imagem a seguir ilustra a página inicial do ambiente.



Figura 72. Imagem do ambiente Comunidades no Moodle.

Por questões que fogem à governabilidade da DEB, o trabalho ainda não pôde ser completado. Há um protótipo que mostra algumas informações de projetos que se dispuseram atuar no piloto e sinaliza o potencial de democratização da informação.



Com a consolidação de um sistema informatizado de acompanhamento e avaliação de seus programas, a DEB poderá integrar suas ações, acompanhar o crescimento dos projetos,

ampliar possibilidades de análises qualitativas das produções, valorizar o protagonismo e a criatividade dos parceiros, gerando sinergia, induzindo trabalhos colaborativos e promovendo impactos educacionais positivos na educação brasileira.

A logomarca que identifica o Portal Comunidades, sugere o mapa do Brasil com um conjunto de objetos que representam os diversos programas da Capes, gerando um movimento dinâmico que simboliza a renovação da formação de professores da educação básica.



Figura 75. Logomarca do Portal Comunidades, no Google

6.2. Avaliação de Riscos frente aos objetivos estratégicos

Nas demandas dos órgãos de controle, solicita-se que as diretorias apresentem suas estratégias de atuação para minimizar riscos e otimizar recursos para atingir os objetivos estratégicos do órgão.

A DEB atua da seguinte forma no tocante à avaliação de riscos:

Avaliação Preliminar:

A Avaliação Preliminar é primeira etapa no processo de elaboração de políticas públicas. A DEB analisa as bases de dados do INEP, principalmente as que tratam (1) da formação de professores, (2) o Censo Escolar; (3) os dados do ENADE e do IGC; (4) a evolução do IDEB; (5) as matrículas e conclusões nos cursos de licenciatura e (6) as demandas dos Fóruns Estaduais de Formação Docente.

Além disso, examinam-se as alterações na LDB, as normas, as políticas e os programas do MEC relacionados com formação de professores. Neste aspecto, as metas do PNE – Plano Nacional da Educação, a Lei 12.796/2013, o Ensino Médio Inovador e a Escola de Tempo Integral sinalizam a necessidade de ampliação do número de professores e de investimento na melhoria de qualidade da formação de docentes.

As tendências de taxas de aposentadoria de professores e a atração de novos profissionais são também acompanhadas pela DEB.

As boas práticas encontradas no Brasil e a compreensão e o conhecimento de experiências exitosas de outros países – visto que o tema da formação docente é hoje uma preocupação global – colaboram para a definição da agenda da DEB.

Essa avaliação preliminar do cenário possibilita à DEB documentar evidências e fatos que a levem ao desenho de programas que respondam às atribuições da Capes em harmonia com o contexto legal, técnico e político do setor Educação, minimizando riscos e vulnerabilidades no desenho da programação a ser desenvolvida.

Um indicador de sucesso dessa Avaliação Preliminar é o crescimento do número de instituições de ensino superior (IES) formadoras que são parceiras da DEB: de 43 em 2009, para 316 em 2014. Ou seja, a agenda proposta tem sido acolhida pela comunidade acadêmica. Dessas 316, muitas participam de mais de um programa, o que significa a assinatura de convênios ou instrumentos similares com 1.028 grupos que atuam nas IES com formação de professores. Outro exemplo é o aumento do número de concessões: o Pibid já é o maior programa de bolsas da Capes.

A Capes mantinha intenso diálogo com as IES, em especial com as pós-graduações, com as Fundações de Amparo à Pesquisa e as associações científicas e de pesquisa. A DEB ampliou esse diálogo incluindo pró-reitorias de graduação e extensão, Fóruns Estaduais de Formação Docente, o Conselho Nacional de Secretários de Estado de Educação – Consed, a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – Undime, entidades e associações ligadas ao magistério e instituições formadoras de opinião.

Avaliação de processo:

Além das atividades relatadas no primeiro parágrafo deste capítulo, o acompanhamento contínuo dos programas e dos projetos e a avaliação das frequências de ocorrências levam a DEB a propor um conjunto de ações que resolvem situações, previnem problemas, evitam a vulnerabilidade e mitigam riscos. Nesse contexto, a DEB liderou a redação da Lei nº 12.695/2012 e elaborou, em conjunto com a DED, a proposta de normatização das bolsas de educação básica da Capes.

A DEB tem construído normas e regramentos no que tange aos procedimentos e práticas no âmbito dos Programas. Tais normativas estão elencadas a seguir e visam orientar as instituições quanto à concessão das bolsas e uso de recursos de custeio e capital. Todos esses documentos estão disponíveis na página da Capes.

- [Manual de Concessão de Bolsas do Pibid;](#)
- [Manual de Emissão de GRU para devolução de bolsa;](#)
- [Orientações para cadastro de bolsistas;](#)
- [Manual do Usuário do SAC;](#)
- [Manual sobre as rotinas de pagamento das bolsas;](#)
- [Formulário de solicitação de pagamentos retroativos;](#)
- [Termo de compromisso dos bolsistas de iniciação à docência;](#)
- [Termo de compromisso do bolsista supervisor;](#)
- [Termo de compromisso do bolsista coordenador de área;](#)
- [Termo de compromisso do bolsista coordenador de área de processos educacionais;](#)
- [Termo de compromisso do bolsista coordenador institucional;](#)
- [Formulário de substituição do coordenador institucional do Pibid;](#)
- [Orientações para substituição do coordenador institucional do Pibid;](#)

- [Manual Operativo do Parfor](#)

A diretoria trabalha constantemente na intensificação da comunicação com os beneficiários de seus programas e projetos visando melhorar os controles dos recursos repassados e a repassar. Uma ferramenta que tem permitido a aproximação DEB/beneficiários é o uso do Google Drive cujos formulários têm mostrado excelentes resultados. Por meio dessa ferramenta, são enviados aos beneficiários da DEB questionários nos quais são pesquisadas questões referentes ao desenvolvimento dos programas, aos recursos disponíveis – utilização/ percentual de execução, necessidades futuras etc.

O uso do SIPREC também tem se configurado como recurso para acompanhamento da execução dos Planos de Trabalho. Essas estratégias de controle têm permitido acompanhar resultados, estabelecer um melhor fluxo de caixa dos recursos, evitar a devolução de recursos não aplicados pelos beneficiários ao final do ano fiscal e monitorar aqueles que estão com dificuldades de implementar programas e projetos, e, nesse caso, intervir de forma preventiva.

Avaliações externas.

Outro mecanismo que tem mostrado bons resultados são as avaliações externas dos programas implementados pela DEB. Uma amostra de turmas do Parfor teve seus projetos pedagógicos avaliados por meio de consultores contratados por meio de acordo MEC/UNESCO, no ano de 2012.

Em 2013, foi realizada uma avaliação quanti e qualitativa do Pibid, por consultores da Fundação Carlos Chagas, especialistas em formação de professores, no marco de acordo firmado com a OEI. A base do trabalho foram aproximadamente 20.000 formulários de respostas enviados, por meio do Google Drive, pelos beneficiários do programa (coordenadores, supervisores e bolsistas de iniciação à docência). Além de avaliarem os resultados alcançados pelo programa, os consultores propuseram indicadores que permitirão um melhor acompanhamento técnico-pedagógico.

Ainda em 2013, no âmbito, do projeto 914-BRZ-1142.2 – CAPES/Unesco, foram selecionados consultores externos para avaliação externa dos programas Observatório da Educação, Prodocência e Residência Docente.

As conclusões dessas avaliações subsidiam a DEB na elaboração de novos instrumentais de avaliação dos projetos.

Destaque-se que o maior risco ao trabalho da Capes é a ausência de bons planos de carreira do magistério e a precariedade das condições de trabalho em muitas escolas da rede pública. De um modo geral, os planos existentes não contemplam adequadamente o reconhecimento da formação docente e não atraem jovens para a carreira do magistério. Os programas fomentados pela Capes visam modificar as representações sociais a respeito da relevância do professor da educação básica. A aproximação e o diálogo da Capes com o Consed e a Undime e com a Secretaria de Articulação dos Sistemas Educacionais, do MEC, revelam-se estratégicos para apoiar a construção de planos de carreira que valorizem o docente e sua formação

7. NOVOS PROGRAMAS EM ANÁLISE NA DEB

Os programas a seguir listados estão em discussão na DEB. Sua concretização depende da ampliação de recursos orçamentários alocados à diretoria.

- **Programa Nacional de Formação de Professores para a Educação Infantil:** Edital de fomento à formação de professores para a educação infantil, considerando os dispositivos legais que determinam a universalização da oferta da pré-escola até 2016. Na pré-escola, dados do Censo Escolar informam que 81,4% das crianças de 4 e 5 anos estão matriculadas. Há que incluir as demais no sistema educacional. Dos professores em exercício, 64,9% têm nível superior. Ou seja, é preciso formar os que estão atuando e atrair novos profissionais para atender à extensão da obrigatoriedade estabelecida em lei.
- **Programa de Bolsa de Iniciação Júnior:** Edital de chamada a alunos do Ensino Médio para se incorporarem ao Pibid, aos Novos Talentos, às ações de formação das Olimpíadas de Matemática e Química e a outros programas, com o objetivo de atraí-los para a docência e a ciência, a partir de ações de monitoria orientadas pelos participantes dos programas citados. A participação em atividades dessa natureza tem demonstrado contribuir para a melhoria do desempenho escolar, para a adoção de atitudes de trabalho em equipe, resolução de problemas, resiliência e outras que têm impacto no sucesso escolar e na continuidade da trajetória formativa de crianças e jovens.
- **Programa Residência Docente:** Expansão do projeto-piloto do Colégio Pedro II e do Colégio Pedagógico da UFMG a Colégios de Aplicação e outras instituições de referência na Educação Básica. Essa ação insere-se na tendência atual de acompanhar e orientar o professor nos anos iniciais da carreira, etapa em que acontece alto percentual de abandono. A exemplo da residência médica, o programa é indutor da permanência na carreira e de formação continuada do professor, a partir de ações concretas e transformadoras do processo de ensino e aprendizagem.
- **Formação continuada de professores em Matemática e Ciências:** Ampliação dos projetos já existentes em cooperação com o IMPA e a Olimpíada Nacional de Química, formalizando parceria com Consed e Undime, para reforçar a formação de professores do ensino médio e séries finais do fundamental, em Matemática e Ciências, contribuindo para a aprendizagem e bom desempenho dos alunos, com impactos positivos no sucesso escolar e, ainda, na Prova Brasil, Ideb e PISA.
- **Curso My English on Line:** oferta do curso – ou equivalente - para que professores de Inglês da rede pública possam elevar a proficiência na língua inglesa, melhorando seu desempenho em sala de aula e podendo concorrer aos editais de cooperação internacional para professores da educação básica.
- **Editais Relato de Casos:** Chamada Pública para seleção e publicação de relatos de casos que contemplem a formação inicial e continuada e de professores da educação básica e demonstrem ações de valorização do magistério e gestão educacional de impacto na qualidade da educação básica. O propósito é o dar visibilidade a ações bem sucedidas, oferecendo oportunidade de análise sobre questões reais e complexas, às quais foram dadas respostas pedagógicas, técnicas e gerenciais eficazes, eficientes e, muitas vezes, inovadoras.
- **Programa de Fomento a Projetos Escolares** – Edital para seleção de propostas de escolas públicas de educação básica, organizadas individualmente ou em rede, para apoio à realização de projetos que se configurem como um conjunto de ações intencionalmente planejadas, com caráter pedagógico, científico ou cultural, visando alcançar objetivos educacionais para o coletivo da escola.
- **Programa Escolas Afilhadas** – Consiste na adoção de escolas da rede pública de educação básica por programas de Pós-Graduação, especialmente em áreas de Física,

Química, Matemática e em outras onde há falta de professores. Reconhecimento do trabalho dos programas de pós-graduação na Avaliação Quadrienal.

Essas e outras propostas devem ser debatidas e construídas com o CTC – EB e dependem de recursos adicionais.

8. *ORÇAMENTO*

8.1. Orçamento e Execução - Período de 2009 a 2014

A Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica (DEB) vem crescendo em um ritmo bastante expressivo. O planejamento elaborado leva em conta, principalmente: (a) os dados do INEP que indicam o número de professores em exercício sem a formação exigida em lei; (b) a meta 15 do PNE que evidencia a necessidade de novos professores para atender às metas de universalização da educação infantil, do ensino fundamental e médio e às demandas das escolas de tempo integral; (c) as áreas em que há falta de professores e (d) a meta 16 do PNE, voltada para a educação continuada.

A partir desses referenciais e com o propósito de induzir e fomentar uma política de Estado para a formação de professores, a DEB elabora seu planejamento, considerando a continuidade e expansão dos programas desenvolvidos e o lançamento de novas propostas que consolidem essa política. Todavia, a expansão projetada nem sempre recebe a contrapartida dos recursos orçamentários demandados. O não recebimento integral dos recursos solicitados impede que a DEB exerça todo o seu potencial de crescimento.

Na tabela a seguir são apresentados, para exemplificar, os recursos solicitados e os autorizados para o período 2011 a 2015.

Tabela 117. DEB - Dotação Solicitada versus Dotação Autorizada

* Ano	Dotação Solicitada (Milhões R\$)	Dotação Autorizada (Milhões R\$)	% Concedida
2011	350,7	304,5	87%
2012	336,9	326,8	97%
2013	758,9	634,3	84%
2014	965,5	553,8	57%
2015	1.214,4	687,9	57%

* Os recursos apresentados na tabela correspondem aos recursos autorizados, não estando contabilizados eventuais suplementações e contingenciamentos que ocorreram ao longo dos anos fiscais.

A evolução da execução orçamentária da Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica (DEB), no período 2009 a 2014, é apresentada na tabela a seguir.

Tabela 117. Evolução da Execução Orçamentária da DEB

Ano	Execução DEB (R\$)	Dif(t=1,t)	Crescimento (t,t+1)
* 2009	44.811.805,39		
* 2010	178.967.895,29	134.156.089,90	299,38%
* 2011	283.190.183,90	104.222.288,61	58,24%
**2012	439.807.162,10	156.616.978,20	55,30%
* 2013	500.798.764,92	60.991.602,81	13,87%
* 2014	641.662.557,29	140.863.792,37	28,13%

* No montante dos recursos informados constam valores empenhados e destacados.,

** No montante dos recursos informados constam valores empenhados, destacados, colocados em restos a pagar e oriundos de fontes externas à DEB.

A análise dos valores executados mostra um ritmo crescente de capacidade de execução da diretoria. No entanto, há necessidade que sejam discutidos alguns aspectos financeiros e orçamentários que não são visíveis nos dados consolidados.

Comparando os anos de 2009 e 2010 observa-se um expressivo crescimento da ordem de 300% na execução financeira-orçamentária da Diretoria. Nos dois anos subsequentes, 2011 e 2012, o crescimento da execução foi superior a 55%. Em 2013, em função de limites impostos ao planejamento elaborado, houve uma desaceleração no ritmo de crescimento da DEB (aumento aproximado de 14%).

O crescimento verificado em 2014 está associado à expansão do Pibid que saltou das 49.000 para 90.000 bolsistas. Essa expansão das bolsas não foi acompanhada pela expansão do orçamento de despesas de custeio do programa nem da garantia de recursos para novas edições dos demais programas.

Nos principais programas da DEB foram investidos:

Tabela 118. Recursos investidos na DEB - Período 2009-2014

DEB*	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Totais
Pibid	20.041.950,00	80.398.941,22	138.597.928,92	219.084.614,74	287.900.596,63	430.343.222,88	1.176.367.254,39
Parfor	12.394.341,09	70.914.408,33	110.987.220,82	162.895.436,02	171.919.765,09	152.024.976,91	681.136.148,26
Obeduc	8.195.310,63	5.851.075,25	18.863.568,37	16.676.004,54	22.687.483,34	22.147.078,19	94.420.520,32
Projetos Especiais	-	6.329.639,03	9.512.193,94	15.664.809,77	14.133.778,29	9.682.044,85	55.322.465,88
Life	-	-	-	14.314.025,20	0,00	20.092.058,77	34.406.083,97
Novos Talentos	-	7.788.894,45	2.798.072,00	4.330.579,63	3.265.992,04	5.723.490,57	23.907.028,69
Prodocência	4.180.203,67	6.729.426,08	2.431.199,85	2.470.474,44	36.200,00	1.649.685,12	17.497.189,16
Outras despesas (AAE, diárias, passagens etc)	-	955.510,93	-	4.371.217,76	854.949,53		6.181.678,22
Totais	44.811.805,39	178.967.895,29	283.190.183,90	439.807.162,10	500.798.764,92	641.662.557,29	2.089.238.368,89

* Os totais não incluem os valores inscritos em restos a pagar não processados.

* Empenhado + Destacado

8.2. Breve histórico das Ações Orçamentárias

Na Lei Orçamentária Anual - LOA, para o período de 2009 a 2011, o Programa que ancorou o trabalho da DEB foi o 1448 - Qualidade na Escola. Nele, estavam incluídas (1) a Ação 009U – Concessão de Bolsa de Iniciação à Docência – Pibid; (2) a Ação 20CV - Fomento a Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento da Educação Básica e (3) a Ação 6333 - Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores e Profissionais da Educação Básica, todas sob responsabilidade da CAPES/DEB.

Em 2009, a Ação 6333 foi executada pelo FNDE, mas a partir de 2010, a CAPES tornou-se também unidade gestora dessa ação utilizada na execução dos recursos de custeio do Parfor. A Ação 20CY – Cooperação Internacional para a Educação Básica - cabe à DRI.

No Programa 1061, Brasil Escolarizado, Ação 0A30, foram pagas as bolsas do Parfor.

No Programa 1449, Estatísticas e Avaliações Educacionais, a Ação 4000 foi utilizada pelo INEP para repassar os recursos de custeio do Observatório da Educação – OBEDUC em editais que são fruto da parceria CAPES/INEP.

No Programa 1375, Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica, por meio da Ação 4019, que está sob responsabilidade da DPB, custearam-se Editais do Programa Projetos Especiais - **Feiras de Ciências e Mostras Científicas e Olimpíadas Científicas** – e recursos de capital para o Observatório da Educação.

Tabela 119. DEB: Programas e Ações do Orçamento, 2009-2011

Programa 1448 – Qualidade na Escola
• 009U – Concessão de Bolsa de Iniciação à Docência – Pibid
• 20CV - Fomento a Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento da Educação Básica
• 6333 - Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores e Profissionais da Educação Básica
• 20CY – Concessão de Bolsas de Cooperação Internacional para o aprimoramento dos profissionais da Educação Básica
Programa 1061 - Brasil Escolarizado
• 0A30 - Concessão de Bolsa de Incentivo à Formação de Professores para a Educação Básica
Programa 1449 – Estatísticas e Avaliações Educacionais
• 4000 – Estudos e Pesquisas Educacionais
Programa 1375 – Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica
• 4019 – Fomento à Pós-Graduação

O PPA 2012 – 2015 trouxe alterações significativas em relação à estrutura adotada pelos planos plurianuais anteriores. Na nova proposta, o Plano Plurianual não deveria espelhar o orçamento, mas sim ser um instrumento de formulação, gestão e implementação das políticas públicas. Para a operacionalização do plano, diversas Ações orçamentárias de órgãos federais foram fundidas e agrupadas em Programas temáticos que reuniram políticas públicas afins. Isso levou a uma redução significativa no número de Ações.

No âmbito da Capes, as ações voltadas à educação básica e que operacionalizam o trabalho da DEB e da DED, foram ancoradas pelo **Programa 2030- Educação Básica**, por meio das Ações **20RO** – Concessão de Bolsas de Apoio à Educação Básica – e **20RJ** – Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica.

Em 2014, a Ação **20RO** – Concessão de Bolsas de Apoio à Educação Básica foi substituída pela Ação **0000** - Concessão de Bolsas de Apoio à Educação Básica. Mantendo o nome e os mesmos descritores, essa alteração fez com que a Ação utilizada para o pagamento de bolsas passasse a ser classificada como Operação Especial.

Na sequência, são apresentadas informações orçamentárias referentes ao período de 2008 a 2014.

a) Ano de 2008

Como já informado, na gestão 2007-2008, não foram feitos investimentos, conforme indica extração do SIAFI, atualizado em: 31/12/2008 às 17:31:18 h, a seguir.

Tabela 120. Investimentos DEB em 2008

PT Projeto/Atividade	Grupo da Despesa	Dotação Inicial (LEI)	Créditos Suplementares	Créditos Reduzidos	Dotação Autorizada	Empenhado	Destaque s Concedidos	Empenho o Liquidado	Empenho o a Liquidar	Crédito Disponível
009U - CONCESSAO DE BOLSA DE INICIACAO A DOCENCIA - PIBID		39.000.000,00	0	- 38.400.000,00	600.000,00	0	0	0	0	600.000,00
		39.000.000,00	0	- 38.400.000,00	600.000,00	0	0	0	0	600.000,00

Fonte: SIAFI, extraído em 31/12/2008, às 17h31.

b) Ano de 2009

No ano de 2009, a redação do orçamento não atendia adequadamente ao trabalho da diretoria. Somente o Pibid possuía recursos alocados na Capes; Prodocência e Observatório da Educação recebiam recursos descentralizados da SESu e INEP, respectivamente. Para viabilizar a operacionalização dos Programas Prodocência, Novos Talentos, Observatório da Educação e os Projetos Especiais, em 2010, em diálogo com a Subsecretaria de Planejamento e Gestão do MEC, foi incluída a ação 20CV que permitiu à DEB assumir, com recursos próprios, os referidos programas. A medida deu mais visibilidade aos recursos aplicados.

Em 2009, a DEB investiu os recursos a seguir indicados, por programa.

Tabela 121. Investimentos DEB em 2009.

DEB – Execução 2009	R\$
Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica – Parfor	12.394.341,09
Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – Pibid Edital 2007	20.041.950,00
Programa de Consolidação das Licenciaturas – Prodocência*	4.180.203,67
Programa Observatório da Educação - Edital 2006**	1.269.501,05
Programa Observatório da Educação - Edital 2008**	4.230.122,38
Programa Observatório da Educação Escolar Indígena	2.695.687,20
Total executado em 2009	44.811.805,39

* Inclui repasse da SESu/MEC, parceira do programa.

** Inclui repasse do INEP, parceiro do programa.

c) Ano de 2010

Em 2010, a DEB executou programas com recursos das Ações 009U, 20CV, 0A30 e 6333. Contou, também, com recursos descentralizados do INEP e da SECAD para o Observatório da Educação e Observatório da Educação Escolar Indígena. O FNDE foi parceiro na execução do pagamento das bolsas e do custeio do Plano Nacional de Formação de Professores para a Educação Básica.

O quadro a seguir apresenta os recursos aplicados em cada Ação, referentes ao ano de 2010.

Tabela 122. Investimentos DEB em 2010

Programa	Ação	Dotação Autorizada	Despesas Empenhadas	% Execução
1448	009U	111.462.000,00	80.398.941,22	72,13%
1448	20CV	49.860.000,00	32.788.477,97	65,76%
1448	6333	15.554.200,00	7.780.476,10	50,02%
1061	0A30	58.000.000,00	58.000.000,00	100,00%
	Total	234.876.200,00	178.967.895,29	66,73%

Fonte: SIAFI, Jan a Dez, 2010, Extração: 10/01/2011.

* Na Ação 20CV – Custeio, foram empenhados recursos dos editais: Novos Talentos, Prodocência e Observatório da Educação, além dos Projetos Especiais de Apoio à Educação Básica.

Observações sobre o pagamento do capital do Observatório da Educação:

- 1) O capital do Observatório da Educação foi pago na ação 4019, pois não houve liberação de cota financeira na 20CV no final do ano de 2010;
- 2) Capital do Observatório da Educação pago na 4019: Despesa Empenhada - R\$ 628.432,25, Despesa Liquidada - R\$ 560.832,25, Valor Pago - R\$ 491.125,25, Empenho a liquidar - R\$ 67.600,00;

O quadro a seguir apresenta os recursos aplicados nos programas da DEB, em 2010.

Tabela 123. Recursos aplicados por Programa da DEB em 2010.

Ação	Programa DEB	Despesas Empenhadas
20CV	Projetos Especiais - Bolsas	58.100,00
20CV	Projetos Especiais - AUXPE	843.721,00
20CV	Projetos Especiais - Fomento	5.427.818,03
	Projetos Especiais - Total	6.329.639,03
20CV	Prodocência - AUXPE	4.715.687,55
20CV	Prodocência - Fomento	517.287,44
20CV	Prodocência - Convênios (Capital)	1.496.451,09
	Prodocência - Total	6.729.426,08
009U	Pibid - Bolsa	68.693.201,04
009U	Pibid - AUXPE	6.224.825,68
009U	Pibid - Fomento	2.118.649,50
009U	Pibid - Convênios	3.362.265,00
	Pibid - Total	80.398.941,22
20CV	Observatório da Educação - AUXPE	1.815.754,69
20CV	Observatório da Educação Indígena - AUXPE	3.406.888,31
20CV	Observatório da Educação - AUXPE (Capital)	628.432,25
	Observatório da Educação - Total	5.851.075,25
20CV	Novos Talentos - AUXPE	7.788.894,45
	Novos Talentos - Total	7.788.894,45
20CV	Despesas diversas (AAE e outros)	955.510,93
	Despesas Diversas - Total	955.510,93
20CV	Parfor - Convênios (Capital)	5.133.932,23
0A30	Parfor Bolsas	58.000.000,00
6333	Parfor - Fomento	987.094,36
6333	Parfor - Convênios	6.793.381,74
	Parfor - Total	70.914.408,33

	Total geral	178.967.895,29
--	--------------------	-----------------------

Fonte: SIAFI, Jan a Dez, 2010, Extração: 10/01/2011.

- **Sobre a execução em 2010**

Da dotação autorizada para o Pibid na Ação 009U - R\$ 111.462.000,00 -, foram empenhados R\$80.398.941,22, o que representou 72,13%.

Os valores não executados nessa Ação referem-se a bolsas e custeio de instituições de educação superior - IES que atrasaram o início dos trabalhos, seja devido ao período eleitoral, seja por questões de articulação com as secretarias de educação e com as escolas que recebem os bolsistas do Pibid. Entre as 33 instituições comunitárias que foram aprovadas pela Comissão que avaliou os projetos, seis tiveram pendências com a União e não puderam firmar convênio. É importante ressaltar que a CAPES somente repassa os recursos quando todos os documentos obrigatórios estão devidamente assinados e entregues. Com todos esses fatores, os recursos de AUXPEs, convênios e bolsas não começam a ser pagos de forma simultânea. Esses lapsos de tempo, que fogem à governabilidade da CAPES, geram uma perda de execução orçamentária.

Ressalte-se, ainda, que nas licenciaturas muitos professores não tinham experiência de trabalho com a CAPES, tendo sido o Pibid seu primeiro projeto institucional fora do âmbito da sala de aula. Esta Diretoria considera que a experiência adquirida pelas IES participantes e o trabalho de padronização de procedimentos técnico-administrativos deve contribuir para elevar a tempestividade da execução orçamentária.

A Ação 20CV começou a ser utilizada em 2010 e sua finalidade é “*Contribuir para o desenvolvimento de estudos e pesquisas voltados para a melhoria da Educação Básica*”. Nessa Ação incluem-se, principalmente, os Programas Prodocência, Observatório da Educação, Novos Talentos, Projetos Especiais de Apoio à Educação Básica e o pagamento de AAEs relativos às atividades de avaliação de projetos da DEB.

A dotação autorizada foi de R\$49.860.000,00. Por solicitação da DEB, uma parte do recurso de custeio foi remanejada para capital (R\$ 10.160.000,00). Somente em outubro foi confirmado esse remanejamento. Segundo dados extraídos do SIAFI, em 10 de janeiro de 2011, foram empenhados R\$ 32.788.477,97, um percentual de 65,76%. Como os editais do Prodocência, Observatório da Educação e Novos Talentos só puderam ser publicados em meados do ano e os resultados foram divulgados em outubro, houve uma retenção dos recursos, com início dos pagamentos acontecendo no final do ano. Em alguns casos, as instituições atrasaram o envio da documentação e não chegou a ser firmado o convênio em 2010 (por exemplo, as 14 instituições estaduais e 3 municipais do Prodocência). Esses fatos geraram impacto na execução orçamentária.

As Ações 0A30 (do Programa 1061) e 6333 financiam o Programa Parfor. Na primeira foram executados os pagamentos das bolsas do programa e na segunda o custeio. O capital do Parfor - cujo montante em 2010 foi de R\$ 5.133.932,23 - foi pago na Ação 20CV.

Para a Ação 6333, a dotação autorizada foi de R\$ 15.554.200,00 e as despesas empenhadas foram no valor de R\$ 7.780.476,10, representando uma execução de 50,02%.

Em relação à baixa execução verificada na ação 6333, relativa à execução do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), cabe destacar:

- A projeção de ofertas de vagas em cursos especiais do Parfor presencial foi superestimada por várias instituições formadoras. Os planos estratégicos da formação inicial, tomados como base pelas IES e elaborados pelos Fóruns Estaduais de Apoio à Formação Docente, apresentaram imprecisões na definição da demanda.
- A pré-inscrição dos candidatos aos cursos de formação inicial é feita por meio da Plataforma Freire, sistema informatizado criado pelo MEC para a gestão dos cursos do Parfor. As pré-inscrições dos professores devem ser validadas pela Secretaria de Educação do respectivo sistema de ensino, para envio posterior das inscrições às IES, realização dos processos seletivos e eventual matrícula. A conjugação desses fatores - pré-inscrição, validação e seleção - gerou divergências entre as metas físicas estimada e executada.

A DEB trabalhou para superar os problemas apresentados, com um diagnóstico extenso das várias atividades do Parfor. Entre as medidas tomadas estão a preparação e emissão de documentos normativos e a promoção de reuniões de orientação na Capes e nos estados, visando melhorar a articulação com os Fóruns Estaduais, IES participantes e Secretarias de Educação.

Para a Ação 0A30, a dotação autorizada foi de R\$ 58.000.000,00 e as despesas empenhadas foram no valor de R\$ 58.000.000,00, representando uma execução de 100%.

d) Ano de 2011

Em 2011, a DEB executou programas com recursos próprios nas Ações 009U, 20CV e 6333. Também foram utilizadas outras Ações da CAPES - 0A30 e 4019 – no fomento de suas atividades. Contou, também, com recursos descentralizados pelo INEP por meio da Ação 4000 para o financiamento do custeio do Observatório da Educação.

O quadro a seguir apresenta os recursos aplicados em cada Ação, em 2011.

Tabela 124. Investimentos da DEB em 2011

Programa	Ação	Orçamento DEB	Recursos Empenhados + Destaques Concedidos	% Execução
1448	009U	145.061.654,60	144.972.858,28	99,94%
1061	0A30	80.000.000,00	77.617.300,00	97,02%
1448	20CV	27.653.663,40	26.733.477,65	96,67%
1448	6333	27.500.000,00	25.366.575,38	92,24%
1375	4019	4.000.000,00	4.000.000,00	100,00%
1449	4000	4.500.000,00	4.499.972,59	100,00%
Total		288.715.318,00	283.190.183,90	98,09%

Fonte: SIAFI, Jan a Dez, 2011, Extração: 6/1/2012.

A dotação inicial da ação 009U foi de R\$ 178.531.624,00. Desse total foram contingenciados, ainda no início de 2011, R\$ 10.000.000,00, restando uma dotação de R\$ R\$ 168.531.624,00. Em agosto/2011 foi solicitado um remanejamento de recursos entre as

ações da DEB – a ação 009U cedeu R\$ 23.469.969,40: R\$ 11.369.969,40 para a ação 20CV e R\$ 12.100.000,00 para a 6333. Síntese abaixo:

Tabela 125. Síntese dos Remanejamentos Orçamentários nas Ações da DEB

Ação	Dotação Atualizada (R\$)	Total do Repasse da Ação Doadora (R\$)	Decreto (10% do Total da Ação Receptora) (R\$)	Projeto de Lei (R\$)	Dotação Pós-Remanejamento (R\$)	Dotação Remanejada com Cota Orçamentária para Execução (R\$)
009U	168.531.624,00	23.469.969,40			145.061.654,60	145.061.654,60
20CV	25.139.694,00		2.513.969,40	8.856.000,00	36.509.663,40	27.653.663,40
6333	25.000.000,00		2.500.000,00	9.600.000,00	37.100.000,00	27.500.000,00

O remanejamento solicitado por decreto foi liberado dentro do exercício de 2011 e executado nas ações 20CV e 6333. No entanto, o restante do remanejamento de recursos que ocorreria por meio de Projeto de Lei só aconteceu em 27/12/2012 e não foi disponibilizada cota orçamentária para que as ações receptoras do recurso, ações 20CV e 6333, pudessem executá-los. Dessa forma, considera-se como dotação prevista na ação 009U o valor de R\$ 145.061.654,60, na ação 20CV o valor de R\$ 27.653.663,40 e na ação 6333 o valor de R\$ 27.500.000,00.

Na Ação 20CV – Custeio, foram empenhados recursos dos últimos editais realizados: Novos Talentos, Prodência e Observatório da Educação, além dos Projetos Especiais de Apoio à Educação Básica.

Por meio da ação 4000, o INEP repassou à Capes recursos de custeio no valor de R\$ 4.500.000,00 que foram utilizados para o pagamento de despesas de projetos do Programa Observatório da Educação, edições 2008 e 2010, que são fruto da parceria Capes/INEP.

Os recursos executados no valor de R\$ 4.000.000,00 na Ação 4019 foram aplicados no financiamento dos projetos selecionados por meio dos Editais MCTI/CNPq/MEC/CAPES/SEB/FNDE nº 24/2011 - Apoio à realização de Olimpíadas Científicas e MCTI/CNPq/MEC/CAPES/SEB/FNDE nº 25/2011 - Apoio à realização de Feiras de Ciências e Mostras Científicas. Quando foi firmada a parceria CAPES/CNPq/FNDE para o apoio aos referidos editais foi acordado que a CAPES apoiaria o primeiro edital com R\$ 1.000.000,00 e o segundo com R\$ 3.000.000,00 por meio da Ação 20CV. O FNDE contribuiria com iguais valores para cada edital. No entanto, depois de publicado o edital, o FNDE teve problemas com a liberação de recursos em rubrica compatível com o repasse de recursos ao pesquisador. Visando resolver a questão, a Capes financiou ambas as partes. Dessa forma, a Capes repassou um valor total correspondente a R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) para a chamada nº 25/2011, de apoio à realização de Feiras de Ciências (R\$ 3.000.000,00 da Ação 20CV e igual valor na Ação 4019) e um valor equivalente a R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais) para a chamada nº 24/2011, de apoio a Olimpíadas Científicas (R\$ 1.000.000,00 por meio da Ação 20CV e igual valor na Ação 4019).

O quadro a seguir apresenta os recursos aplicados em cada programa da DEB, referentes ao ano de 2011.

Tabela 126. Recursos aplicados por Programa da DEB em 2011

Ação	Programa DEB	PI	Empenhado	Destaques concedidos	Empenhado + destaques concedidos
20CV	NT	Novos Talentos - AUXPE	2.798.072,00	0,00	2.798.072,00
Novos Talentos - Total			2.798.072,00	0,00	2.798.072,00
20CV	Oeduc	Oeduc - Graduação	6.773.130,00	0,00	6.773.130,00
20CV	Oeduc	Oeduc - Doutorado	1.445.400,00	0,00	1.445.400,00
20CV	Oeduc	Oeduc -Mestrado	2.856.000,00	0,00	2.856.000,00
20CV	Oeduc	Oeduc -AUXPE	713.666,50	0,00	713.666,50
20CV	Oeduc	Oeduc - Indígena - AUXPE	2.575.399,28	0,00	2.575.399,28
4000	Oeduc	Oeduc -AUXPE (INEP)	4.499.972,59	0,00	4.499.972,59
Oeduc- Total			18.863.568,37	0,00	18.863.568,37
6333	Parfor	Parfor - Fomento	1.655.536,49	12.298.204,11	13.953.740,60
6333	Parfor	Parfor - Convênios	11.412.834,78	0,00	11.412.834,78
009U	Parfor	Parfor - Fomento	0,00	6.374.929,36	6.374.929,36
0A30	Parfor	Parfor - Bolsas	0,00	37.610.100,00	37.610.100,00
0A30	Parfor	Parfor - Bolsas	40.007.200,00	0,00	40.007.200,00
20CV	Parfor	Parfor - Fomento	13.365,00	1.476.091,08	1.489.456,08
20CV	Parfor	Parfor - Convênios	138.960,00	0,00	138.960,00
Parfor - Total			53.227.896,27	57.759.324,55	110.987.220,82
20CV	Projetos Especiais	Proj. Especiais - Bolsas	557.495,00	0,00	557.495,00
20CV	Projetos Especiais	Proj. Especiais - AUXPE	885.049,00	0,00	885.049,00
20CV	Projetos Especiais	Proj. Especiais Fomento	0,00	4.069.649,94	4.069.649,94
4019	Projetos Especiais	Proj. Especiais - Fomento (Termo de Cooperação)	4.000.000,00	0	4.000.000,00
Projetos Especiais - Total			5.442.544,00	4.069.649,94	9.512.193,94
009U	Pibid	PIBID - AUXPE	11.512.553,91	0,00	11.512.553,91
009U	Pibid	PIBID - Fomento	1.201.357,50	1.118.496,28	2.319.853,78
009U	Pibid	PIBID - Convênios	2.635.924,50	0,00	2.635.924,50
Pibid - Total			137.479.432,64	1.118.496,28	138.597.928,92
20CV	Prodocência	Prodocência - AUXPE	1.405.165,53	0,00	1.405.165,53
20CV	Prodocência	Prodocência - Fomento	729.858,27	0,00	729.858,27
20CV	Prodocência	Prodocência - Convênios	296.176,05	0,00	296.176,05
Prodocência - Total			2.431.199,85	0,00	2.431.199,85
DEB 2011: Total geral			220.242.713,13	62.947.470,77	283.190.183,90

Fonte: SIAFI, Jan a Dez, 2011, Extração: 6/1/2012.

- **Sobre a execução em 2011**

A execução orçamentária do exercício fiscal de 2011 foi superior à de 2010. Em todas as ações orçamentárias a utilização de recursos ultrapassou 90%. Esse sucesso na execução de 2011 está associado a uma melhor estruturação dos Programas Pibid e Parfor – Ações 009U, 6333 e 0A30 – e a um acompanhamento mais eficiente dos programas executados na Ação 20CV.

Nas Ações 6333 e 20CV o volume executado poderia ter sido maior, caso o remanejamento solicitado por meio de projeto de lei tivesse ocorrido em tempo hábil e tivesse vindo

acompanhado da disponibilidade orçamentária (a liberação ocorreu dia 27 de dezembro de 2011). Dos R\$ 23.469.969,40 disponibilizados pela ação 009U para remanejamento, apenas R\$5.013.969,40 - remanejados por decreto - foram utilizados. O restante, que corresponde a R\$ 18.456.000,00 – R\$ 8.856.000,00 para a Ação 20CV e R\$ 9.600.000,00 para a Ação 6333 - não puderam ser utilizados.

Da dotação autorizada para o Pibid na Ação 009U – R\$ 145.061.654,60 – foram executados R\$ 144.972.858,28 (valores empenhados e descentralizados), o que representa uma execução de 99,94%.

Na Ação 20CV incluem-se, principalmente, os Programas Prodocência, Observatório da Educação, Novos Talentos, Projetos Especiais de Apoio à Educação Básica e o pagamento de AAEs relativos às atividades de avaliação de projetos da DEB. Nessa Ação são pagas despesas de custeio para todos os programas acima listados e investimentos de capital para os programas Parfor e Prodocência.

A dotação autorizada, acrescida de remanejamento por decreto, foi de R\$ 27.653.663,40. Desse total foram executados R\$ 26.733.477,65 (valores empenhados e descentralizados), o que representa uma execução de 96,67 %.

As Ações 0A30 (do Programa 1061) e 6333 financiam o Programa Parfor. Para a Ação 0A30 (pagamentos de bolsas), a dotação autorizada foi de R\$ 80.000.000,00. Desse total foram executados R\$ 77.617.300,00 (valores empenhados e descentralizados), o que representa uma execução de 97,02%.

Para a Ação 6333 (custeio), a dotação autorizada acrescida do remanejamento por decreto foi de R\$ 27.500.000,00. Desse total foram executados R\$ 25.366.575,38 (valores empenhados e descentralizados), o que representa uma execução de 92,24%. O capital do Parfor - cujo montante em 2011 foi de R\$ 1.628.416,08 - foi pago na Ação 20CV.

O INEP utilizou a Ação 4000 para honrar a parceria firmada com a Capes com o objetivo de apoiar o Programa Observatório da Educação (Editais 2008 e 2010). Dos R\$ 4.500.000,00 repassados foram executados R\$4.499.972,59 - uma execução próxima de 100%.

Por meio da Ação 4019, que é de responsabilidade da DPB, foram apoiados os Editais MCTI/CNPq/MEC/CAPES/SEB/FNDE nº 24/2011 - Apoio à realização de Olimpíadas Científicas – R\$ 1.000.000,00 – e MCTI/CNPq/MEC/CAPES/SEB/FNDE nº 25/2011 - Apoio à realização de Feiras de Ciências e Mostras Científicas – R\$ 3.000.000,00. Essa Ação foi utilizada em caráter emergencial, tendo em vista que os referidos editais já tinham sido publicados quando o FNDE comunicou a impossibilidade de repassar os recursos previamente acordados. Portanto, dos R\$ 8.000.000,00 destinados aos Editais nº 24/2011 e nº 25/2011, R\$ 4.000.000,00 foram provenientes da Ação 20CV e R\$ 4.000.000,00 da Ação 4019. Face ao exposto, não se apresenta o percentual de execução da última Ação, tendo em vista que a mesma é da DPB e que inclui vários outros programas.

e) Ano de 2012

O quadro abaixo apresenta uma síntese do orçamento 2012 destinado às Ações 20RJ e 20RO que no âmbito da Capes engloba os recursos da DEB e da DED.

Tabela 127. Recursos orçamentários destinados às Ações 20RJ e 20RO – Ano de 2012

Ação	Grupo de despesa	Dotação inicial (lei)	Créditos suplementares	Créditos reduzidos	Dotação autorizada	Crédito de projetos bloqueado p/controle interno	Dotação disponível
20RJ	Custeio	183.942.444,00	169.331.125,00	39.608.507,00	313.665.062,00	5.944.618,00	307.720.444,00
20RJ	Capital	15.115.979,00	16.277.634,00	0,00	31.393.613,00	7.046.732,00	24.346.881,00
Total		199.058.423,00	185.608.759,00	39.608.507,00	345.058.675,00	12.991.350,00	332.067.325,00
20RO	Bolsas	503.914.935,00	154.690.109,00	0,00	658.605.044,00	0,00	658.605.044,00
Total		503.914.935,00	154.690.109,00	0,00	658.605.044,00	0,00	658.605.044,00
Total Geral		702.973.358,00	340.298.868,00	39.608.507,00	1.003.663.719,00	12.991.350,00	990.672.369,00

Fonte: SIMEC para execução física e SIAFI para a execução financeira (extração de 12/4/2013)

A dotação inicial da Ação 20RJ foi de R\$ 199.058.423,00 e após receber créditos suplementares e sofrer bloqueio de créditos para controle interno resultou em recursos de R\$ 332.067.325,00. Um crescimento de 67% em relação ao orçamento definido no PLOA 2012. Esses recursos destinaram-se ao pagamento de despesas com custeio e de capital da DEB e da DED e ao pagamento das chamadas despesas administrativas, tais como passagens, diárias, dentre outras. Todas foram lançadas na Ação 20RJ.

A Ação 20RO teve uma dotação inicial de R\$ 503.914.935,00 e finalizou o ano fiscal com recursos de R\$ 658.605.044,00. Um crescimento de 31% em relação ao orçamento definido no PLOA2012. Esses recursos foram utilizados para o pagamento das bolsas da DEB e da DED.

As informações referentes às aplicações dos recursos orçamentários, que serão apresentadas em sequência, referem-se aos programas da DEB operacionalizados por meio das Ações 20RO, 20RJ, 4019 e 4000. Na síntese estão contabilizados apenas a aplicação de recursos realizadas pela DEB - diretoria foco deste relatório - e os recursos empenhados, descentralizados e inscritos em restos a pagar. As despesas administrativas – passagens, diárias e outras, que não puderam ser desmembradas por diretoria, não foram contabilizadas.

Em 2012, a DEB executou programas com recursos próprios nas Ações 20RO e 20RJ e recebeu recursos da Diretoria de Programas e Bolsas – DPB para complementar recursos de capital para o LIFE. Recursos externos foram descentralizados pelo INEP para o financiamento do Observatório da Educação.

O quadro a seguir apresenta os recursos aplicados em cada Ação, em 2012.

Tabela 128. Investimentos da DEB em 2012

Origem Recurso	Programa	Ação	Orçamento DEB (Recursos Executáveis)	Recursos Empenhados + Destaques Concedidos+ Inscritos em RP	% Execução
DEB	2030	20RO	247.692.680,00	315.487.266,87	127,37%
DEB	2030	20RJ	89.185.046,00	119.842.444,47	134,38%
DEB Total			336.877.726,00	430.958.494,34	
DPB	2032	4019	1.977.450,00	1.977.450,00	100,00%
DPB Total			1.977.450,00	1.977.450,00	
INEP	2032	4000	2.500.000,00	2.500.000,00	100,00%
INEP Total			2.500.000,00	2.500.000,00	
Total Geral			341.355.176,00	439.807.161,34	128,84%

Fonte: SIMEC para execução física e SIAFI para a execução financeira (extração de 12/4/2013)

O montante de recursos próprios e recebidos de outros setores aplicados por programa da DEB está assim distribuído:

Tabela 129. Recursos aplicados por programa da DEB em 2012

Programa DEB	Empenhado + descentralizado + RP não processado (r\$)						% Recursos por Programa
	AÇÕES DA DIRETORIA			Ações externas à diretoria		TOTAL (R\$)	
	20RO	20RJ		4019	4000		
	Bolsas (R\$)	Custeio (R\$)	Capital (R\$)	Capital (R\$)	Custeio (R\$)		
Pibid	198.099.682,33	19.131.399,06	1.853.533,35	0,00	0,00	219.084.614,74	50,31%
Parfor	102.769.312,00	60.011.686,68	114.437,34	0,00	0,00	162.895.436,02	37,41%
OBEDUC	13.513.827,54	207.550,00	454.627,00	0,00	2.500.000,00	16.676.004,54	3,83%
Projetos Especiais	1.104.445,00	14.560.364,77	0,00	0,00	0,00	15.664.809,77	3,60%
Life	0,00	12.336.575,20	0,00	1.977.450,00	0,00	14.314.025,20	3,29%
Novos Talentos	0,00	4.330.579,63	0,00	0,00	0,00	4.330.579,63	0,99%
Prodocência	0,00	2.090.283,10	380.191,34	0,00	0,00	2.470.474,44	0,57%
Total	315.487.266,87	112.668.438,44	2.802.789,03	1.977.450,00	2.500.000,00	435.435.944,34	100,00%

Fonte: SIMEC para execução física e SIAFI para a execução financeira (extração de 12/4/2013)

- Ação 20RO - Bolsas**

Na Ação 20RO ocorre a execução orçamentária das bolsas pagas aos programas Pibid, Parfor, Observatório da Educação e Projetos Especiais. Esses programas estão inseridos no objetivo 0597 do PPA 2012 – 2015 e são implementados por meio da iniciativa 02BQ.

No PLOA 2012 estavam previstos recursos na ordem de R\$ 247.692.680,00 para o fomento de bolsas no âmbito da DEB. Após diversas operações orçamentárias, os recursos para a Ação 20RO foram contingenciados no início do ano e suplementados ao longo do ano fiscal.

A execução orçamentária foi de R\$ 315.487.266,87, aproximadamente 127 % do valor inicial disponibilizado.

O quadro a seguir apresenta os recursos aplicados em bolsas em cada programa da DEB, referentes ao ano de 2012.

Tabela 130. Recursos da Diretoria aplicados em bolsas por Programa da DEB em 2012

Ação	Programa	Empenhado	Rap não processado	Recursos empenhados + inscritos em rp	% bolsas programa (r\$)/ total de bolsas (r\$)
20RO	PIBID	95.401.210,00	15.422.327,00	110.823.537,00	62,79%
20RO	PIBID	27.166.069,33	4.171.426,00	31.337.495,33	
20RO	PIBID	27.850.590,00	4.479.840,00	32.330.430,00	
20RO	PIBID	4.574.740,00	0,00	4.574.740,00	
20RO	PIBID	19.033.480,00	0,00	19.033.480,00	
	PIBID Total	174.026.089,33	24.073.593,00	198.099.682,33	
20RO	PARFOR	85.505.500,00	17.263.812,00	102.769.312,00	32,57%
	PARFOR Total	85.505.500,00	17.263.812,00	102.769.312,00	
20RO	Obeduc	2.094.700,00	387.600,00	2.482.300,00	4,28%
20RO	Obeduc	3.610.945,00	346.437,90	3.957.382,90	
20RO	Obeduc	1.482.876,64	132.000,00	1.614.876,64	
20RO	Obeduc	1.729.400,00	184.000,00	1.913.400,00	
20RO	Obeduc	3.222.300,00	323.568,00	3.545.868,00	
	Obeduc Total	12.140.221,64	1.373.605,90	13.513.827,54	
20RO	PE	770.320,00	0,00	770.320,00	0,35%
20RO	PE	241.100,00	57.900,00	299.000,00	
20RO	PE	25.860,00	0,00	25.860,00	
20RO	PE	9.265,00	0,00	9.265,00	
	PE Total	1.046.545,00	57.900,00	1.104.445,00	
	Total Geral	272.718.355,97	42.768.910,90	315.487.266,87	100,00%

Fonte: SIMEC para execução física e SIAFI para a execução financeira (extração de 12/4/2013)

- **Ação 20RJ - Custeio**

Por meio da 20RJ são financiadas as atividades vinculadas aos programas que, em conjunto com as bolsas (Ação 20RO), viabilizam o dia-a-dia dos projetos institucionais. Em programas onde não há concessão de bolsas, a Ação 20RJ engloba a totalidade das atividades a serem induzidas e fomentadas. Esses programas estão inseridos no objetivo 0597 do PPA 2012 – 2015 e são implementados por meio da iniciativa 02BQ.

Assim, o custeio e o capital do Parfor, do Pibid, do Observatório da Educação e o custeio dos processos formativos decorrentes das Olimpíadas de Química e do Programa Residência Docente no Colégio Pedro II são pagos com recursos desta Ação. Os programas Novos Talentos, Laboratórios Interdisciplinares de Formação de Educadores - LIFE, Programa de Consolidação das Licenciaturas - Prodocência, a Rede Nacional de Educação e Ciência e os

Projetos Especiais de Apoio à Educação Básica também são viabilizados com recursos da Ação 20RJ.

O quadro a seguir apresenta os recursos aplicados em custeio e capital no ano de 2012.

Tabela 131. Recursos da Diretoria aplicados em custeio e capital por Programa da DEB em 2012

Ação	Programa	Plano interno	Fomento	Rap não processado	Recursos empenhados + destaques concedidos + inscritos em RP	% custeio e capital (r\$)/ total custeio e capital (r\$)
20RJ	PARFOR	PARFOR - AUXPE	Custeio	0,00	1.380.000,00	50,13%
20RJ	PARFOR	PARFOR - FOMENTO	Custeio	16.388.417,13	58.631.686,68	
20RJ	PARFOR	PARFOR - FOMENTO	Capital	51.662,50	114.437,34	
	PARFOR Total			16.440.079,63	60.126.124,02	
20RJ	PIBID	PIBID - AUXPE	Custeio	95.807,81	431.849,07	17,49%
20RJ	PIBID	PIBID - AUXPE	Custeio	235.758,00	10.666.686,68	
20RJ	PIBID	PIBID - FOMENTO	Custeio	336.897,29	1.471.614,73	
20RJ	PIBID	PIBID - INSTITUCIONAL	Custeio	4.260.831,67	6.561.248,58	
20RJ	PIBID	PIBID - AUXPE	Capital	265.280,00	1.545.382,77	
20RJ	PIBID	PIBID - INSTITUCIONAL	Capital	32.000,00	308.150,58	
	PIBID Total			5.226.574,77	20.984.932,41	
20RJ	PE	Projetos Especiais - AUXPE	Custeio	5.781.444,94	14.162.994,94	12,14%
20RJ	PE	Projetos Especiais- PNOQ - AUXPE	Custeio	0,00	200.000,00	
20RJ	PE	Projetos Especiais- SBF - AUXPE	Custeio	0,00	167.939,03	
20RJ	PE	Projetos Especiais- RD - INSTITUCIONAL	Custeio	12.134,80	29.430,80	
	PE Total			5.793.579,74	14.560.364,77	
20RJ	LIFE	LIFE - AUXPE	Capital	399.871,85	12.336.575,20	11,93%
4019	LIFE	LIFE - AUXPE	Capital		1.977.450,00	
	LIFE Total			399.871,85	14.314.025,20	
20RJ	NT	NOVOS TALENTOS - AUXPE	Custeio	0,00	4.330.579,63	3,61%
	NT Total			0,00	4.330.579,63	
20RJ	Prodocência	Prodocência- AUXPE	Custeio	57.553,85	1.406.260,23	2,06%
20RJ	Prodocência	Prodocência- INSTITUCIONAL	Custeio	556.470,87	684.022,87	
20RJ	Prodocência	Prodocência- AUXPE	Capital	0,00	38.179,87	
20RJ	Prodocência	Prodocência- INSTITUCIONAL	Capital	0,00	342.011,47	
	Prodocência Total			614.024,72	2.470.474,44	
20RJ	OE	Observatório da Educação - AUXPE	Custeio	40.000,00	132.550,00	2,64%
20RJ	OE	Observatorio da Educacao-Indígena - AUXPE	Custeio	0,00	25.000,00	
4000	OE	Observatorio da Educacao-Indígena - AUXPE	Custeio	0,00	2.500.000,00	
20RJ	OE	Observatório da Educação- AUXPE	Custeio	0,00	50.000,00	
20RJ	OE	Observatório da Educação- AUXPE	Capital	56.000,00	446.627,00	
20RJ	OE	Observatório da Educação- AUXPE	Capital	0,00	8.000,00	
	OE Total			96.000,00	3.162.177,00	
	Total Geral			28.570.130,71	119.948.677,47	100,00%

Fonte: SIMEC para execução física e SIAFI para a execução financeira (extração de 12/4/2013)

- **Sobre a execução em 2012**

A execução orçamentária anual da DEB no período de 2009 a 2012 reflete o processo de consolidação pelo qual a Diretoria passa. Com uma baixa execução orçamentária em 2009, que em 2010 subiu para 66,73 %, finda o ano de 2011 num patamar superior a 98 %. Essa tendência crescente de capacidade de execução é confirmada em 2012, cuja execução foi superior a 127%.

O ritmo de crescimento da execução orçamentária no período 2009 – 2012 foi expressivo – aproximadamente 900%, embora o crescimento dos recursos humanos que operacionalizam e fiscalizam esse montante de recursos não tenha acompanhado essa tendência.

Em 2012, diversos programas adiaram sua implementação ou expansão em função de indefinições orçamentárias. Logo no início do ano, foi determinado o contingenciamento orçamentário que perdurou por todo o ano fiscal de 2012. Suplementações orçamentárias foram autorizadas, antes que os recursos contingenciados fossem liberados. Essa ausência de lógica orçamentária dominou o cenário por todo o ano e dificultou o planejamento das ações da Diretoria. Apesar de todas as dificuldades, a execução orçamentária da DEB pode ser considerada excelente – média superior a 127 %. Em suas ações próprias, a execução foi superior a 134,38% na 20RJ e acima de 127,37% na 20RO. Os recursos externos, recebidos de outras diretorias ou descentralizados por outros órgãos, por meio das ações 4019 e 4000, respectivamente, foram executados em sua totalidade (100%).

f) Ano de 2013

O ano fiscal de 2013 foi marcado por diversas incertezas durante a execução das Ações 20RO e 20RJ. Foi um ano caracterizado por disponibilidade orçamentária e ausência de cotas financeiras. Na prática, as Ações 20RO e 20RJ, que são utilizadas para fomentar na Capes os programas da DEB e da DED, não puderam ser executadas na íntegra e diversos programas das referidas diretorias não foram lançados ou tiveram reduzidas sua abrangência.

Uma síntese dos recursos recebidos pelas duas diretorias em 2013 é apresentada a seguir:

Tabela 132. Recursos orçamentários destinados às Ações 20RJ e 20RO – Ano de 2013

Ação	Grupo de despesa	Dotação inicial (lei)	Créditos suplementares	Créditos reduzidos	Dotação autorizada
20RJ	Custeio	92.406.260,00	172.606.086,00	0,00	265.012.346,00
20RJ	Capital	7.593.740,00	90.769.011,00	-2.531.247,00	93.300.257,00
20RJ Total		100.000.000,00	263.375.097,00	-2.531.247,00	358.312.603,00
20RO	Bolsas	700.268.052,00	241.471.674,00	-30.000.000,00	911.739.726,00
20RO Total		700.268.052,00	241.471.674,00	-30.000.000,00	911.739.726,00
Total Geral		800.268.052,00	504.846.771,00	-32.531.247,00	1.270.052.329,00

Fonte: SIMEC para execução física e SIAFI para a execução financeira (extração de 31/12/2013)

O orçamento conjunto das duas diretorias atingiu o montante de R\$ 1.270.052.329,00 após duas suplementações orçamentárias: a primeira liberada em agosto/2013 por meio de decreto no valor de R\$ 113.334.941,00; e a segunda por meio da publicação em 6/12/2013 do Projeto de Lei 12.889/13 no valor R\$ 358.980.583,00. Esses créditos foram reduzidos em R\$ 32,5 milhões. No entanto, os recursos suplementados vieram com a cota orçamentária e a cota financeira tinha que ser negociada caso a caso, o que impediu que eles fossem executados em sua totalidade. Ao final do ano, R\$ 88.866.880,87 foram colocados em restos a pagar a processar – RAP 2014 — R\$ 53.961.311,01 da Ação 20RJ (custeio e capital) e R\$ 34.905.569,86 da Ação 20RO(bolsas). O valor de R\$ 325.394.963,66 foi recolhido pela SPO/MEC.

Um montante de R\$ 1.709.899,05 foi gasto em despesas administrativas (passagens, diárias, auxílio avaliação educacional – AAE) e repartidos igualmente entre as duas diretorias, pois não há como separar por diretoria essas despesas. O orçamento da DEB para 2013 foi de R\$ 634.294.767,38 e o da DED foi de R\$ 635.757.561,62.

- **Recursos orçamentários recebidos pela DEB e suas aplicações – Ano 2013**

No ano de 2013 a DEB executou recursos que foram alocados nos Programas 2030 - Educação Básica — Ações 20RO, 20RJ — e no Programa 1449 - Estatísticas e Avaliações Educacionais — Ação 4000.

Os recursos disponibilizados na Ação 20RO somaram um total de R\$ 481.155.877,29 e foram utilizados no pagamento das bolsas aos programas fomentados pela DEB. Na Ação 20RJ foram alocados R\$ 153.138.890,09, sendo R\$ 94.347.429,65 em recursos de custeio e R\$ 58.791.460,44 em capital. A Ação 4000 foi utilizada para receber R\$ 7.000.000,00 do INEP, oriundos de uma parceria estabelecida entre CAPES/INEP para fomentar o Programa Observatório da Educação. A seguir é apresentada uma síntese dos recursos orçamentários disponibilizados para a DED no ano de 2013, considerando recursos próprios e os resultantes de parceria.

Tabela 133. Recursos orçamentários destinados à DEB – 2013

Ações da Diretoria				Ações externas à Diretoria	Total Ações (Próprias e Externas)
20RO	20RJ		Total (Ações Diretoria)	4000	
Bolsa (R\$)	Custeio (R\$)	Capital (R\$)		Custeio (R\$)	
481.155.877,29	94.347.429,65	58.791.460,44	634.294.767,38	7.000.000,00	641.294.767,38

Fonte: SIMEC para execução física e SIAFI para a execução financeira (extração de 31/12/2013)

O montante de recursos próprios e recebidos de parceiros aplicados por programa da DEB está resumido na tabela a seguir.

Tabela 134. Recursos orçamentários executados por programa pela DEB – 2013

Programa DEB	Empenho liquidado + descentralizado + rap 2013 - não processado (R\$)										% Recursos executados por Programa
	Ações da Diretoria				Ações externas à Diretoria	Rap 2014 - não processado				TOTAL (R\$) (Ações Diretoria, Externas e RAP-2014)	
	20RO	20RJ		Total (Ações Diretoria)	4000	20RO	20RJ		Total (RAP2014)		
	Bolsas (R\$)	Custeio (R\$)	Capital (R\$)		Custeio (R\$)	Bolsas (R\$)	Custeio (R\$)	Capital (R\$)			
Pibid	279.492.640,61	8.398.456,02	9.500,00	287.900.596,63		17.928.960,86	752.162,00	8.000,00	18.689.122,86	306.589.719,49	55,68%
Parfor	125.335.138,00	46.439.917,09	144.710,00	171.919.765,09		7.886.700,00	415.990,19	4.500,00	8.307.190,19	180.226.955,28	32,73%
OBEDUC	22.014.949,10	372.677,24	299.857,00	22.687.483,34	6.315.115,80	2.352.080,00		80.000,00	2.432.080,00	31.434.679,14	5,71%
Projetos Especiais	5.170.279,29	8.963.499,00		14.133.778,29		915.260,00	870.000,00	0,00	1.785.260,00	15.919.038,29	2,89%
Novos Talentos		3.265.992,04		3.265.992,04			6.277.049,90		6.277.049,90	9.543.041,94	1,73%
Prodocência		36.200,00		36.200,00			4.579.713,57		4.579.713,57	4.615.913,57	0,84%
Life		0,00	0,00	0,00			1.403.006,11		1.403.006,11	1.403.006,11	0,25%
Despesas Administrativas		854.949,53		854.949,53					0,00	854.949,53	0,16%
Total	432.013.007,00	68.331.690,92	454.067,00	500.798.764,92	6.315.115,80	29.083.000,86	14.297.921,77	92.500,00	43.473.422,63	550.587.303,35	100,00%

Fonte: SIMEC para execução física e SIAFI para a execução financeira (extração de 31/12/2013)

- **Análise da aplicação dos recursos disponibilizados – ano 2013**

- **Ação 20RO**

Na Ação 20RO ocorre a execução orçamentária das bolsas pagas aos programas Pibid, Parfor, Observatório da Educação e Projetos Especiais.

Na LOA 2013 estavam previstos na Ação 20RO recursos na ordem de R\$ 481.155.877,29 para o fomento de bolsas no âmbito da DEB. A execução orçamentária foi de R\$ 432.013.007,00 e R\$ 29.083.000,86 foram alocados em restos a pagar – RAP – 2013.

- **Ação 20RJ**

Por meio da Ação 20RJ são financiadas as atividades vinculadas aos programas que, em conjunto com as bolsas pagas na Ação 20RO, viabilizam o dia-a-dia dos projetos fomentados pela DEB.

Assim, o custeio e o capital do Parfor, do Pibid, do Observatório da Educação e o custeio dos processos formativos decorrentes das Olimpíadas de Química, Olimpíadas Brasileiras de Matemática e do Programa Residência Docente no Colégio Pedro II são pagos com recursos desta Ação.

Os programas Novos Talentos, Laboratórios Interdisciplinares de Formação de Educadores - LIFE, Programa de Consolidação das Licenciaturas - Prodocência, a Rede Nacional de Educação e Ciência e os Projetos Especiais de Apoio à Educação Básica também são viabilizados com recursos da Ação 20RJ.

Na LOA 2013 estavam previstos R\$ 153.138.890,09 na Ação 20RJ para o fomento de custeio e capital: R\$ 94.347.429,65 para custeio e R\$ 58.791.460,44 para capital. A execução orçamentária foi de R\$ 68.785.757,92 e R\$ 14.390.421,77 foram colocado em restos a pagar – RAP – 2013.

- **Ação 4000**

Por meio da Ação 4000 foram repassados pelo INEP à Capes R\$ 7.000.000,00 destinados ao custeio do Programa Observatório da Educação. Desse total, R\$ 2.500.000,00 destinaram-se aos projetos fomentados pelo Edital 2010 e R\$ 4.500.000,00 aos projetos do Edital 2012. A execução orçamentária foi de R\$ 6.315.115,80, dado o encerramento de alguns projetos institucionais.

- **Sobre a execução em 2013**

As dificuldades orçamentárias enfrentadas pela DEB ao longo de 2013 já foram descritas no tópico referente ao ano de 2013. Vale salientar que programas importantes deixaram de ser expandidos em 2013 em função das incertezas orçamentárias. Como exemplo citamos o Pibid, que deveria ter passado de 49.321 bolsistas para 75.000 já em 2013, e o Programa Residência Docente, que foi implementado inicialmente no Colégio Pedro II e que deveria

ser expandido para os 17 Colégios de Integração. A não expansão também alcançou o Parfor cuja modalidade voltada à educação infantil foi adiada. Em situação crítica ficou o LIFE, que teve todo o recurso de capital recolhido pela SPO/MEC e o edital do programa que já tinha selecionado e divulgado o resultado do processo seletivo não pode ser implementado em 2013.

Apesar de todos os problemas enfrentados, pode-se considerar que a DEB teve uma boa execução orçamentária em 2013. A tabela a seguir sintetiza os recursos aplicados em cada Ação e informa o percentual de execução.

Tabela 135. Execução orçamentária das Ações da DEB – 2013

Ação	Modalidade	DI + decreto + PL	Empenho liquidado + destaque	Execução (empenho liquidado + destaque)	Rap 2014	Empenho liquidado + destaque + rap2014	Execução (empenho liquidado + destaque + rap2014)
20RO	Bolsas	481.155.877,29	432.013.007,00	89,79%	29.083.000,86	461.096.007,86	95,83%
20RJ	Custeio	94.347.429,65	68.331.690,92	72,43%	14.297.921,77	82.629.612,69	87,58%
	Capital	58.791.460,44	454.067,00	0,77%	92.500,00	546.567,00	0,93%
4000	Custeio	7.000.000,00	6.315.115,80	90,22%	0	6.315.115,80	90,22%
Total		634.294.767,38	507.113.880,72	79,95%	43.473.422,63	550.587.303,35	86,80%

Fonte: SIMEC para execução física e SIAFI para a execução financeira (extração de 31/12/2013)

Analisando o total de recursos orçamentários executados, tem-se uma execução média de 79,95%. Quando são considerados os recursos alocados no RAP2014, esse percentual de execução sobe para 86,80%.

A execução orçamentária na Ação 20RO foi de 89,79%. Quando são considerados os recursos alocados no RAP2014, esse percentual de execução sobe para 95,83%. O custeio da Ação 20RO também teve uma boa execução, 72,43% se não for considerado o RAP 2014. Considerando essa parcela, sobe para 87,58%. Os recursos externos, recebidos por meio da Ação 4000 e aplicados em custeio, tiveram uma execução de 90,22%. Esses números mostram que, apesar de todas as dificuldades orçamentárias, a execução orçamentária foi eficiente quando consideramos os recursos destinados às bolsas e ao custeio.

O grande problema na execução orçamentária está na Ação 20RJ na rubrica capital, cujo valor é inferior a 1%. Embora a cota orçamentária de R\$ 58.791.460,44 tenha sido liberada, não foi disponibilizada a cota financeira. Dessa forma, recursos de capital que estavam reservados para os programas LIFE, Pibid, Parfor, Prodência e Observatório da Educação não puderam ser empenhados e foram recolhidos pela SPO/MEC.

a) Ano de 2014

O Programa 2030 – Educação Básica - ancora as Ações 0000 - Concessão de Bolsas de Apoio à Educação Básica e 20RJ - Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada

para a Educação Básica. Na Capes ambas as Ações são utilizadas pela DEB e pela Diretoria de Educação a Distância (DED). Em 2014 foram criados Planos Orçamentários (PO) diferenciados para cada diretoria com o objetivo de melhor separar os recursos pertencentes a cada diretoria. Na DEB são utilizados os PO's 001 e 003 nas Ações 0000 e 20RJ, respectivamente, e na DED os PO's utilizados são 002 e 004 nas Ações 0000 e 20RJ, respectivamente.

Uma síntese dos recursos recebidos pelas duas diretorias em 2014 é apresentada a seguir:

Tabela 136. Recursos orçamentários destinados às Ações 20RJ e 20RO – Programa 2030 - Ano de 2014 – DEB e DED

Ação	Grupo da despesa	Dotação inicial (lei)	Créditos suplementares	Créditos reduzidos	Dotação autorizada
0000	Bolsas	746.433.523,00	1.225.033.523,00	-1.095.833.523,00	875.633.523,00
20RJ	Custeio	204.235.938,00	318.835.938,00	-258.035.938,00	265.035.938,00
	Capital	34.989.671,00	56.202.178,00	-56.202.178,00	34.989.671,00
		985.659.132,00	1.600.071.639,00	-1.410.071.639,00	1.175.659.132,00

A diferença entre a Dotação Inicial e a Dotação Autorizada é de R\$ 190.000.000,00, sendo que R\$ 129.200.000,00 foram destinadas à Ação 0000 para o pagamento de fomento na modalidade bolsa, e R\$ 60.800.000,00 à Ação 20RJ para o pagamento de fomento na modalidade custeio. Os recursos adicionais são oriundos da reabertura de créditos da LOA 2013.

Uma síntese do orçamento destinado a cada uma das diretorias, detalhada por modalidade de fomento, é apresentada a seguir. Essa tabela é o retrato final das inúmeras alterações orçamentárias sofridas pela LOA 2014 ao longo do ano fiscal, como as mudanças de recursos entre os Planos Orçamentários e as alterações de rubrica (fomento bolsa/fomento custeio).

Tabela 137. Recursos orçamentários destinados a DEB e a DED - Ano de 2014

DIRETORIA	BOLSA	CUSTEIO	CAPITAL	TOTAL
DEB	561.293.523,00	112.774.609,00	21.211.550,32	695.279.682,32
DED	314.340.000,00	152.261.329,00	13.778.120,68	480.379.449,68
	875.633.523,00	265.035.938,00	34.989.671,00	1.175.659.132,00

O ano fiscal de 2014 pode ser considerado como um dos mais difíceis para a Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica (DEB) e para a Diretoria de Educação a Distância (DED) desde sua criação. Caracterizado pela falta de cotas orçamentárias, até mesmo recursos orçamentários que já tinham sido contingenciados, e teoricamente não sofreriam novos cortes, não puderam ser executados.

Na Ação 0000, a não liberação de cotas orçamentárias impediu o pagamento de bolsas de diversos programas da DEB e da DED referente aos meses de novembro e dezembro/2014. Desse modo, as bolsas que deveriam ter sido pagas com recursos do orçamento de 2014 foram pagas com recursos do orçamento de 2015, o que vai gerar impactos no orçamento

autorizado para o exercício de 2015. Não receberam as bolsas referentes a novembro e dezembro de 2014 os programas UAB, Mestrados Profissionais, da Diretoria de Educação a Distância (DED), e Observatório da Educação, Parfor e Projetos Especiais da Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica (DEB). No caso do Programa Pibid, não foi possível pagar as bolsas referentes ao mês de dezembro/14.

Semelhante ao ocorrido na Ação 0000, na Ação 20RJ diversos compromissos assumidos com o Orçamento de 2014 estão sendo honrados com recursos do Orçamento de 2015.

Ao final de 2014, a não liberação de cotas orçamentárias permitiu que fossem deixados como “Crédito Disponível” o valor de R\$ 71.860.383,67 na Ação 0000 e R\$ 62.746.754,53 na Ação 20RJ.

- **Recursos orçamentários recebidos pela DEB e suas aplicações – Ano 2014**

No ano de 2014 a DEB executou recursos que foram alocados nos Programas 2030 - Educação Básica — Ações 0000, 20RJ — e no Programa 1449 - Estatísticas e Avaliações Educacionais — Ação 4000.

Os recursos disponibilizados na Ação 0000 somaram um total de R\$ 561.293.523,00 e foram utilizados no pagamento das bolsas aos programas fomentados pela DEB. Na Ação 20RJ foram alocados R\$ 133.986.159,32, sendo R\$ 112.774.609,00 em recursos de custeio e R\$ 21.211.550,32 em recursos de capital. A Ação 4000 foi utilizada para receber R\$ 4.500.000,00 do INEP, oriundos de uma parceria estabelecida entre Capes/INEP para fomentar o Programa Observatório da Educação. A seguir é apresentada uma síntese dos recursos orçamentários disponibilizados para a DEB no ano de 2014, considerando recursos próprios e os resultantes de parceria.

Tabela 138. Recursos orçamentários destinados à DEB – 2014

AÇÕES DA DIRETORIA				AÇÕES EXTERNAS à DIRETORIA	Total
20RO	20RJ		Total (Ações Diretoria)	4000	Ações (Próprias e Externas)
Bolsa (R\$)	Custeio (R\$)	Capital (R\$)		Custeio (R\$)	
561.293.523,00	112.774.609,00	21.212.507,00	695.280.639,00	4.500.000,00	699.780.639,00

Fonte: SIMEC para execução física e SIAFI para a execução financeira (extração de 31/12/2014)

O montante de recursos próprios e recebidos de parceiros aplicados por programa da DEB está resumido na tabela a seguir.

Tabela 139. Recursos orçamentários executados por programa pela DEB – 2014

Programa DEB	EMPENHO LIQUIDADO + DESCENTRALIZADO + RAP 2014 - NÃO PROCESSADO (R\$)										% Recursos executados por Programa
	Ações da Diretoria				Ações externas à Diretoria	Rap 2014 - não processado				TOTAL (R\$) (Ações Diretoria, Externas e RAP-2014)	
	20RO	20RJ		Total (Ações Diretoria)	4000	20RO	20RJ		Total (RAP2014)		
	Bolsa (R\$)	Custeio (R\$)	Capital (R\$)		Custeio (R\$)	Bolsa (R\$)	Custeio (R\$)	Capital (R\$)			
Pibid	402.898.101,45	27.455.121,43	0,00	430.353.222,88	0,00	155.719,40	1.027.070,03	0,00	1.182.789,43	431.536.012,31	66,12%
Parfor	104.612.150,42	47.412.826,49	0,00	152.024.976,91	0,00	0,00	5.336.718,83	0,00	5.336.718,83	157.361.695,74	24,11%
OBEDUC	19.341.984,03	569.075,62	2.236.018,54	22.147.078,19	4.500.000,00	6.355,97	0,00	0,00	6.355,97	26.653.434,16	4,08%
Life	0,00	2361015,11	17731043,66	20.092.058,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.092.058,77	3,08%
Projetos Especiais	8.789.882,06	892.162,79	0,00	9.682.044,85	0,00	765,00	128,80	0,00	893,80	9.682.938,65	1,48%
Novos Talentos	0,00	5.723.490,57	0,00	5.723.490,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.723.490,57	0,88%
Prodocência	0,00	479.717,00	1169968,12	1.649.685,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.649.685,12	0,25%
Total	535.642.117,96	84.893.409,01	21.137.030,32	641.672.557,29	4.500.000,00	162.840,37	6.363.917,66	0,00	6.526.758,03	652.699.315,32	100,00%

Fonte: SIMEC para execução física e SIAFI para a execução financeira (extração de 1/12/2014)

- **Análise da aplicação dos recursos disponibilizados – ano 2014**

- **Ação 0000**

Na Ação 0000 ocorre a execução orçamentária das bolsas pagas aos programas Pibid, Parfor, Observatório da Educação e Projetos Especiais.

A dotação autorizada para a Ação 0000 foi de R\$ 561.293.523,00 para o fomento de bolsas no âmbito da DEB. Foram empenhados e liquidados R\$ 535.642.117,96 e R\$ 162.840,37 foram alocados em restos a pagar (RAP) não processados em 2014, totalizando uma execução orçamentária de R\$ 535.804.958,33.

- **Ação 20RJ**

Por meio da Ação 20RJ são financiadas as atividades vinculadas aos programas que, em conjunto com as bolsas pagas na Ação 0000, viabilizam o dia-a-dia dos projetos fomentados pela DEB.

Assim, o custeio e o capital do Parfor, do Pibid, do Observatório da Educação e o custeio dos processos formativos decorrentes das Olimpíadas de Química, Olimpíadas Brasileiras de Matemática e do Programa Residência Docente no Colégio Pedro II são pagos com recursos desta Ação.

Os programas Novos Talentos, Laboratórios Interdisciplinares de Formação de Educadores - LIFE, Programa de Consolidação das Licenciaturas - Prodocência, a Rede Nacional de Educação e Ciência e os Projetos Especiais de Apoio à Educação Básica também são viabilizados com recursos da Ação 20RJ.

A dotação autorizada para a Ação 20RJ foi de R\$ 133.986.159,32 para o fomento de custeio e capital no âmbito da DEB – R\$ 112.774.609,00 para custeio e R\$ 21.211.550,32 para capital. Foram empenhados e liquidados R\$ 106.020.439,33 e R\$ 6.363.917,66 foram alocados em restos a pagar (RAP) não processados em 2014, totalizando uma execução orçamentária de R\$ 112.384.356,99.

- **Ação 4000**

Por meio da Ação 4000 foram repassados pelo INEP à Capes R\$ 4.500.000,00 destinados ao custeio do Programa Observatório da Educação. A execução orçamentária foi de R\$ 4.500.000,00.

- **Sobre a execução em 2014**

A não liberação de cotas orçamentárias foi o principal problema na execução do orçamento autorizado para a DEB, conforme discutido no tópico inicial referente ao ano de 2014.

Apesar do planejamento para a expansão dos programas da Diretoria no período de 2012 a 2014 e do crescimento do orçamento destinado à DEB, conforme mostrado na tabela que

sintetiza a Evolução da Execução Orçamentária da DEB, essa evolução orçamentária deve ser analisada em detalhe. Desde 2012 os recursos das Ações - 20RO até 2013 e 0000 a partir de 2014 - utilizadas para o pagamento das bolsas – tiveram aumento, ao passo que os recursos da Ação 20RJ, utilizada no pagamento de fomentos custeio e capital, permaneceram estacionados no patamar de 89 milhões de reais.

O melhor exemplo dessa situação descrita é o Pibid, que passou de 49.321 bolsistas e 2500 subprojetos para 90.247 bolsas concedidas e 2.996 projetos e o custeio permaneceu o mesmo. O Parfor em 2012 ofertava 1904 turmas e em 2014 já contava com 2.428 turmas implementadas.

Não puderam ser lançados editais e foi negociada com os parceiros uma redução no custeio de Pibid, Obeduc, Life, Novos Talentos, Prodociência, Feiras e Olimpíadas Científicas.

O descompasso entre recursos destinados ao fomento de bolsas e aquele aplicado em custeio gera um desequilíbrio na matriz de financiamento dos programas, posto que uma vez que não existem recursos suficientes destinados às atividades que seriam desenvolvidas nos programas e projetos aprovados, os planos de trabalho não podem ser desenvolvidos conforme aprovados.

Outra questão que precisa ser analisada é o fato da insuficiência de recursos no ano de 2014 já comprometeu o orçamento de 2015, pois diversas despesas relacionadas ao ano de 2014 foram pagas com recursos do orçamento de 2015. Isso aconteceu tanto na Ação 0000, pagamento das bolsas relacionadas aos meses de novembro e dezembro 2014, quanto na Ação 20RJ.

Apesar de todos os problemas enfrentados, pode-se considerar que a DEB teve uma boa execução orçamentária em 2014. A tabela a seguir sintetiza os recursos aplicados em cada Ação e informa o percentual de execução.

Tabela 140. Execução orçamentária das Ações da DEB – 2014

Ação	Modalidade	Dotação autorizada	Empenho liquidado + Destaque	Execução (Empenho liquidado + Destaque)	Rap 2014 não processado (rap 2014 - np)	Empenho liquidado + Destaque + RAP2014-NP	Execução (Empenho liquidado + Destaque + Rap2014 - np)
20RO	Bolsas	561.293.523,00	535.642.117,96	95,43%	162.840,37	535.804.958,33	95,46%
	Custeio	112.774.609,00	84.883.409,01	75,27%	6.363.917,66	91.247.326,67	80,91%
20RJ	Capital	21.212.507,00	21.137.030,32	99,64%	0,00	21.137.030,32	99,64%
	Subtotal 20RJ	133.987.116,00	106.020.439,33	79,13%	6.363.917,66	112.384.356,99	83,88%
4000	Custeio	4.500.000,00	4.500.000,00	100,00%	0,00	4.500.000,00	100,00%
Total		833.767.755,00	752.182.996,62	90,21%	12.890.675,69	765.073.672,31	91,76%
Fonte: SIMEC para execução física e SIAFI para a execução financeira (extração de 31/12/2013)							

Analisando o total de recursos orçamentários executados, tem-se uma execução média de 92,34 %. Quando são considerados os recursos alocados no RAP2014 Não Processados, esse percentual de execução sobe para 93,27%.

A execução orçamentária na Ação 0000 foi de 95,43%. Quando são considerados os recursos alocados no RAP2014 Não Processados o percentual de execução sobe para 95,46%.

A execução orçamentária na Ação 20RJ foi de 79,13%. Quando são considerados os recursos alocados no RAP2014 Não Processados o percentual de execução sobe para 83,88%. Os recursos de custeio tiveram uma execução de 80,91% e os de capital de 99,64%, já considerados os recursos alocados no RAP2014 Não Processados.

Os recursos externos, recebidos por meio da Ação 4000 e aplicados em custeio do Observatório da Educação, tiveram uma execução de 100,00 %.

Em função da não disponibilização de cotas orçamentárias, a DEB não executou plenamente os recursos das Ações 0000 e 20RJ. Apesar das dificuldades enfrentadas ao longo do ano, pode-se considerar que o percentual de execução dessas ações foi superior a 80%.

8.3. Perspectivas orçamentárias para 2015

É importante ressaltar que a DEB dispõe de planilhas orçamentárias detalhadas de seus programas, com informações de cada modalidade de bolsa e recursos de custeio e capital, e, em função dos pagamentos a serem feitos a cada período de vigência dos projetos institucionais, a diretoria pode estimar com segurança o custo de cada ação que induz e fomenta.

A definição dos recursos necessários à manutenção e expansão dos programas existentes e o custo do lançamento de novas propostas são estabelecidos a priori pelos servidores e dirigentes da diretoria. A concretização da proposta orçamentária anual, todavia, extrapola à decisão da diretoria e da própria Capes, uma vez que tal definição ocorre em função dos compromissos globais do MEC e do Governo Federal como um todo, com o aval dos setores dos ministérios da Fazenda e do Planejamento.

Como já informado neste Relatório, antes de elaborar seu planejamento anual, a DEB analisa as metas e as estratégias do PNE; estuda dados e indicadores da educação básica; ouve as solicitações dos fóruns estaduais, das redes de ensino e das instituições formadoras; consulta o PNPG e, ainda, observa a dinâmica da sociedade brasileira, nela percebendo, em todos os setores, a forte demanda por investimento em educação.

A resposta positiva das instituições e entidades parceiras revela que a diretoria vem acertando em seu planejamento. Os seis anos de experiência com programas de formação inicial e continuada permitem, agora, que a Capes possa ousar mais, crescer mais, aprimorar seus programas e sua forma de atuação nas ações de indução e fomento à formação e valorização dos professores da educação básica. Para isso, é necessário um orçamento compatível. Espera-se que os ajustes a serem feitos na economia possam considerar o custo-benefício de investimento nos professores que formam as crianças e os jovens brasileiros, assegurando à DEB a capacidade de investimento em formação inicial e continuada de professores.

9. DESAFIOS DA DEB

O ano de 2014 foi marcado pela redução no ritmo de crescimento dos programas sob responsabilidade da diretoria. Embora tendo havido um aumento no orçamento, a expansão do Pibid, devidamente autorizada pelo MEC, absorveu os recursos adicionais recebidos. Isso ocorreu porque a proposta inicial da DEB para 2014 não pôde ser atendida na sua totalidade. Dessa forma, programas que foram incluídos no planejamento anual da diretoria não puderam ser lançados, caso do Observatório da Educação, Novos Talentos, LIFE, a Cooperação Internacional para Professores da Educação Básica e outros.

A equipe responsável pela Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica – DEB manteve seu trabalho, investindo no diálogo franco com as IES parceiras, na análise acurada dos relatórios de projetos institucionais e na construção de indicadores que apoiem a avaliação e a auto-avaliação dos projetos institucionais, bem como o acompanhamento de egressos.

Analisando-se a história da formação de professores como política pública ao longo das últimas décadas, percebe-se, nesse período de seis anos, a capacidade e o potencial da Capes de ser agente de fomento e de impulsionar mudanças na formação de professores.

Registre-se a sensibilidade para o tema da educação básica e o apoio irrestrito e competente do presidente da Capes, Prof. Dr. Jorge Almeida Guimarães, às políticas e aos programas desenvolvidos pela DEB. Sem dúvida, o desafio de induzir e fomentar a formação inicial e continuada de professores, na perspectiva de valorizar a carreira docente e de contribuir para a qualidade da educação no Brasil, foi simplificado pelo entusiasmo e pelo sentido de urgência que o presidente conferiu à nova missão da Capes.

Além de desenvolver programas, a DEB cuida de questões estruturantes para a inserção plena da educação básica na Capes. Um primeiro cuidado, ainda em 2009, foi a revisão do orçamento, negociando as ações e os recursos destinados à área.

Ações novas foram desenhadas e incluídas na Lei Orçamentária e no PPA 2012-2015. A garantia de recursos financeiros que suportem o crescimento dos programas ainda é um assunto que merece cuidado, já que a cada ano torna-se necessário pedir suplementação.

Em 2011, a DEB liderou a proposta de mudança na Lei 11.502/2007, reivindicando para a educação básica as mesmas condições dadas à pós-graduação e a possibilidade de o presidente da agência estabelecer as bolsas necessárias ao pleno desenvolvimento da missão do órgão. A autonomia concedida à presidência, a exemplo do que acontece no FNDE e no CNPq, é essencial para assegurar agilidade e transparência à Capes. Em 2013-2014, com a promulgação da Lei 12.695/12, coube a esta diretoria um detalhado estudo de todas as bolsas pagas pela agência – trabalho elaborado pelo analista de C&T e assessor da DEB, Paulo Sérgio Parro. Com base nesse estudo e em conjunto com a Diretoria de Educação a Distância, foi elaborada proposta de regulamentação das bolsas pagas pela Capes, nas ações de formação de professores da educação básica.

Com o Conselho Técnico-Científico da Educação Básica, a DEB discute os grandes desafios e os caminhos para a formação docente, inclusive no tocante a uma pontuação na avaliação quadrienal da Capes que reconheça o envolvimento e o compromisso da pós-graduação com a educação básica.

Junto ao Conselho Superior, ao Conselho Técnico-Científico da Educação Superior e a todos os Comitês de Área de Capes, a DEB mostrou o cenário da educação básica no país e a necessidade de articulação da pós-graduação com a formação de professores como estratégia essencial para alcançar a qualidade do sistema nacional de educação. Os primeiros resultados já começam a aparecer: todos os Comitês de Área apresentaram propostas de articulação da pós-graduação com a educação básica e cresce o número de mestrados profissionais para professores da educação básica. O Conselho Nacional de Educação – CNE também tem sido um órgão ao qual a diretoria atende sempre que demandada.

O contexto atual é de ajustes econômicos, demanda por qualidade e consciência do papel estruturante da educação básica no desenvolvimento humano e econômico do país. Considerando o professor como um profissional indispensável à elevação do padrão de qualidade da educação, a DEB, com responsabilidade pública, coloca-se como desafios para o próximo ano:

- a) buscar junto aos setores competentes o estabelecimento de uma base financeiro-orçamentária compatível com o planejamento da diretoria o qual leva em conta as metas do PNE, a continuidade dos programas e as projeções de seu crescimento e, também, o lançamento de novas propostas;
- b) contribuir, com a experiência desses seis anos, para o desenho da política nacional de formação de professores prevista no PNE, assumindo um papel relevante na sua concretização;
- c) consolidar, nos programas da DEB, a cultura de avaliação, buscando sempre o melhor uso dos recursos públicos e o alcance dos objetivos educacionais propostos;
- d) incentivar a integração e a sinergia dos programas apoiados, otimizando os investimentos e ampliando o potencial de transformação da realidade educacional;
- e) valorizar a educação básica na avaliação da pós-graduação;
- f) ampliar o diálogo interno – na própria diretoria e na Capes como um todo - e externo – com o MEC e com as instituições parceiras -, propiciando um clima de confiança e trabalho compartilhado que confira à formação de professores o destaque que precisa ter na política pública brasileira;
- g) buscar apoio da DTI para reduzir o volume de trabalho não informatizado, tornando o Sicapes um sistema completo, que ofereça aos parceiros e ao corpo técnico respostas simples e amigáveis em relação aos processos de recebimento e análise de propostas, acompanhamento e monitoramento em tempo real, prestação de contas, relatórios parciais e de cumprimento de objeto e outros, de modo a liberar os analistas de C&T para o acompanhamento pedagógico mais intenso e qualitativo das atividades desenvolvidas;
- h) manter, junto à DTI, as negociações para a implantação do ambiente virtual Comunidades Capes, que será um importante instrumento de gestão, visibilidade e compartilhamento dos programas que a DEB induz e fomenta, integrando-o ao Sicapes para que as informações e os produtos nele postados sejam parte do Relatório Técnico de Cumprimento de Objeto, simplificando o trabalho das IES parceiras e dos técnicos da Capes;
- i) acompanhar sistematicamente a implementação do PPA (Plano Plurianual) de modo a garantir uma execução orçamentária sempre acima de 90%;
- j) expandir seu trabalho com a implantação de novos programas que contribuam para consolidar a missão da Capes na educação básica de induzir e fomentar, em regime de

colaboração com os Municípios, os Estados e o Distrito Federal, a formação inicial e continuada de profissionais de magistério e sua valorização.

Para a DEB, o desafio da melhoria da qualidade da educação relaciona-se diretamente com a qualidade da formação de professores, com a estruturação da carreira, com as condições de trabalho dos profissionais e com a valorização do magistério nas instituições de ensino, na comunidade científica e na sociedade em geral. Embora não sendo responsável por todo esse arcabouço, a DEB considera que, se cada um fizer seu trabalho no presente, o futuro poderá trazer a mudança que o Brasil espera. A DEB está fazendo sua parte e sua visão de futuro inclui a expansão e a consolidação do que vem sendo feito e o crescimento inovador que levará à excelência e à equidade na formação docente.

Pautam o trabalho da Diretoria os ensinamentos de dois grandes brasileiros: Paulo Freire e Anísio Teixeira. O primeiro conclama à criatividade e a uma ação comprometida com o fazer responsável, com o aqui-agora: *“Na medida em que o homem cria, recria e decide, vão se formando as épocas históricas. E é também criando, recriando e decidindo como deve participar nessas épocas. É por isso que obtém melhor resultado toda vez que, integrando-se no espírito delas, se apropria de seus temas e reconhece suas tarefas concretas.”* (Paulo Freire, 1979, p. 64).

Anísio Teixeira, criador da Capes, lembra a necessidade de universalizar uma formação que prepare o educador que se forma e forma cidadãos de um mundo complexo: *“O desafio moderno é sobretudo este: conseguir que todos os homens adquiram a disciplina intelectual de pensamento e estudo que, no passado, conseguimos dar aos poucos especialistas dotados para essa vida intelectual. O conhecimento e a vida adquiriram complexidade tamanha que só uma autêntica disciplina mental poderá ajudá-lo a se servir da ciência, a compreender a vida em sua moderna complexidade e amplitude e a dominá-la e submetê-la a uma ordem humana.”* (Anísio Teixeira, 1963, p.19)

Reconhecendo a complexidade de formar um profissional de alta competência para as exigências da educação do século XXI, o papel estruturante dos professores da educação básica na concretização de um Brasil democrático e inclusivo, a necessidade de construção de um sistema nacional de educação de elevado grau de qualidade e equidade, a DEB enfrenta suas tarefas concretas e seus desafios com a certeza de estar contribuindo para escrever um novo capítulo na história dessa sexagenária e respeitada Fundação, a Capes.

Anexo VI - IES participantes do Novo Talentos em 2014

Região	UF	Natureza Jurídica	Instituição	Nº de IES	Novos Talentos (projetos)
Total de projetos-grupos de pesquisa/IES					101
NORTE					8
N	AM	Estadual	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS	UEA	2
N	PA	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ	IFPA	1
N	PA	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ	UFOPA	1
N	PA	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	UFPA	2
N	RR	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA	UFRR	1
N	RR	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE RORAIMA	UERR	1
NORDESTE					19
NE	AL	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS	IFAL	1
NE	AL	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	UFAL	1
NE	BA	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA	IFBA	1
NE	BA	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	UFBA	1
NE	BA	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA	UFRB	1
NE	BA	Federal	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO	UNIVASF	1
NE	BA	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA	UEFS	1
NE	BA	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA	UESB	1
NE	BA	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ	UESC	1
NE	CE	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	UFC	1
NE	CE	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ	UECE	1
NE	PB	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA	UFPB	2
NE	PE	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	UFPE	1
NE	PE	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO	UFRPE	1
NE	RN	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO	UFERSA	1
NE	RN	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	UFRN	3
CENTRO-OESTE					16
CO	DF	Federal	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	UNB	3
CO	GO	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS	UFG	1
CO	MS	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	UFMS	3
CO	MT	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	UFMT	2
CO	MT	Estadual	UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO	UNEMAT	7
SUDESTE					31
SE	MG	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS	IF SUL DE MINAS	1

Região	UF	Natureza Jurídica	Instituição	Nº de IES	Novos Talentos (projetos)
SE	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	UFJF	1
SE	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	UFMG	1
SE	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO	UFOP	1
SE	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO	UFTM	2
SE	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	UFU	1
SE	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA	UFV	2
SE	MG	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS	UNIMONTES	1
SE	RJ	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO	IFRJ	1
SE	RJ	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	UFF	5
SE	RJ	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	UFRJ	2
SE	RJ	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	UFRRJ	1
SE	RJ	Estadual	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	UERJ	2
SE	SP	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO	UNIFESP	2
SE	SP	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	UNICAMP	1
SE	SP	Estadual	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	USP	3
SE	SP	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO	UNESP	2
SE	SP	Municipal	CENTRO UNIVERSITÁRIO FUNDAÇÃO SANTO ANDRÉ	CUFSA	2
SUL					27
S	PR	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	UFPR	3
S	PR	Federal	UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ	UTFPR	1
S	PR	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA	UEPG	1
S	PR	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA	UEL	2
S	PR	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO OESTE	UNICENTRO	1
S	PR	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ	UNIOESTE	1
S	RS	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL	IFRS	1
S	RS	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE	FURG	2
S	RS	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	UFPEL	1
S	RS	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	UFSM	2
S	RS	Federal	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA	UNIPAMPA	4
S	SC	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA	IF-SC	1
S	SC	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	UFFS	2
S	SC	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	UFSC	3
S	SC	Estadual	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA	UDESC	1
S	SC	Municipal	UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU	FURB	1

Anexo VII - IES participantes do Prodocência em 2014

Região	UF	Natureza Jurídica	Instituição	Nº de IES	Prodocência (projetos)
Total de projetos-grupos de pesquisa/IES					115
NORTE					15
N	AM	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS	IFAM	1
N	AM	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS	UFAM	1
N	PA	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ	IFPA	1
N	PA	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ	UFOPA	2
N	PA	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	UFPA	1
N	PA	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA	UFRA	1
N	PA	Estadual	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ	UEPA	1
N	RO	Federal	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA	UNIR	1
N	RR	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA	UFRR	2
N	RR	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE RORAIMA	UERR	1
N	TO	Federal	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS	UFT	2
N	TO	Municipal	CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIRG	UNIRG	1
NORDESTE					34
NE	AL	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS	IFAL	1
NE	AL	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	UFAL	1
NE	BA	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA	IFBA	1
NE	BA	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO	IFBAIANO	2
NE	BA	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA	UFRB	1
NE	BA	Federal	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO	UNIVASF	1
NE	BA	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA	UESB	1
NE	BA	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ	UESC	2
NE	CE	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ	IFCE	1
NE	CE	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	UFC	1
NE	CE	Federal	UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA	UNILAB	1
NE	CE	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ	UECE	1
NE	CE	Estadual	UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI	URCA	1
NE	MA	Federal	INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO	IFMA	1
NE	MA	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO	UFMA	1
NE	PB	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	UFCG	2
NE	PB	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA	UFPB	2
NE	PB	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA	UEPB	1

NE	PE	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO	IFSertãoPE	1
NE	PE	Municipal	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE ARCOVERDE	CESA	1
NE	PE	Municipal	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DO VALE SÃO FRANCISCO	CESVASF	1
NE	PI	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ	IFPI	1
NE	PI	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ	UFPI	2
NE	RN	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE	IFRN	1
NE	RN	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	UFRN	1
NE	RN	Estadual	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	UERN	1
NE	SE	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE	IFS	1
NE	SE	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	UFS	2
CENTRO-OESTE					12
CO	DF	Federal	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	UNB	2
CO	GO	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO	IF Goiano	1
CO	GO	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS	UEG	1
CO	GO	Municipal	UNIVERSIDADE DE RIO VERDE	FESURV	1
CO	GO	Municipal	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MINEIROS	UNIFIMES	1
CO	MS	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	UFMS	2
CO	MS	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL	UEMS	1
CO	MT	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO	IFMT	1
CO	MT	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	UFMT	2
SUDESTE					28
SE	MG	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS	IFMG	2
SE	MG	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUDESTE DE MINAS GERAIS	IFSEMG	2
SE	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	UFJF	1
SE	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	UFMG	2
SE	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO	UFOP	1
SE	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO	UFTM	1
SE	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	UFU	2
SE	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ	UNIFEI	2
SE	MG	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS	UNIMONTES	1
SE	RJ	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FLUMINENSE	IFFluminense	1
SE	RJ	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	UFRJ	2
SE	RJ	Estadual	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	UERJ	2
SE	SP	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO	IFSP	2
SE	SP	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS	UFSCAR	1
SE	SP	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO	UNIFESP	2
SE	SP	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	UNICAMP	1

SE	SP	Estadual	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	USP	1
SE	SP	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO	UNESP	1
SE	SP	Municipal	UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ	UNITAU	1
SUL					26
S	PR	Federal	UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ	UTFPR	1
S	PR	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ	UEM	1
S	PR	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANÁ	UENP	1
S	PR	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA	UEPG	1
S	PR	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA	UEL	1
S	PR	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO OESTE	UNICENTRO	2
S	PR	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ	UNIOESTE	1
S	RS	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA	IFFarroupilha	2
S	RS	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL	IFRS	2
S	RS	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE	FURG	2
S	RS	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	UFPEL	2
S	RS	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	UFRGS	1
S	RS	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	UFSM	1
S	RS	Federal	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA	UNIPAMPA	1
S	SC	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	UFFS	2
S	SC	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	UFSC	1
S	SC	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARIENSE	IFC	1
S	SC	Estadual	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA	UDESC	1
S	SC	Municipal	UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU	FURB	1
S	SC	Municipal	CENTRO UNIVERSITÁRIO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ	USJ	1

Anexo VIII - IES participantes do Projetos Especiais em 2014

Região	UF	Natureza Jurídica	Instituição	Nº de IES	Projetos Especiais (projetos)
Total de projetos-grupos de pesquisa/IES					37
NORTE					5
N	AM	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS	UFAM	1
N	AP	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ	UNIFAP	1
N	PA	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ	IFPA	1
N	RO	Federal	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA	UNIR	1
N	TO	Federal	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS	UFT	1
NORDESTE					12
NE	AL	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS	IFAL	1
NE	AL	Estadual	FUNDAÇÃO DE AMPARO DE ALAGOAS	FAPEAL	1
NE	BA	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	UFBA	1
NE	CE	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	UFC	1
NE	MA	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO	UFMA	1
NE	PB	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA	UFPB	1
NE	PB	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA	UEPB	1
NE	PE	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO	UFRPE	1
NE	PI	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ	UFPI	1
NE	RN	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	UFRN	1
NE	RN	Estadual	FUNDAÇÃO DE AMPARO DO RN	FAPERN	1
NE	SE	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	UFS	1
CENTRO-OESTE					4
CO	DF	Federal	CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	CNPq	2
CO	GO	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS	IFG	1
CO	MS	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	UFMS	1
SUDESTE					10
SE	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	UFMG	1
SE	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	UFU	1
SE	RJ	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	UFRJ	2
SE	RJ	Federal	COLÉGIO PEDRO II	CPII	1
SE	RJ	Privada	ASSOCIAÇÃO INSTITUTO NACIONAL DE MATEMÁTICA PURA E APLICADA	IMPA	1
SE	RJ	Privada	SOCIEDADE BRASILEIRA DE MATEMÁTICA	SBM	2
SE	RJ	Privada	SOCIEDADE BRASILEIRA DE FÍSICA	SBF	1
SE	SP	Estadual	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	USP	1
SUL					6
S	PR	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	UFPR	1

Região	UF	Natureza Jurídica	Instituição	Nº de IES	Projetos Especiais (projetos)
S	RS	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE	IFSul	1
S	RS	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	UFRGS	1
S	RS	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	UFSM	1
S	RS	Federal	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA	UNIPAMPA	1
S	SC	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	UFSC	1

Anexo IX - IES participantes do Obeduc em 2014

Região	UF	Natureza Jurídica	Instituição	Sigla	Observatório da Educação (Grupos de Pesquisa)
Total de projetos-grupos de pesquisa/IES					240
NORTE					19
N	AM	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS	UFAM	1
N	AM	Estadual	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS	UEA	1
N	AP	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ	UNIFAP	1
N	PA	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	UFPA	10
N	PA	Estadual	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ	UEPA	2
N	RO	Federal	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA	UNIR	1
N	RR	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA	UFRR	1
N	TO	Federal	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS	UFT	2
NORDESTE					33
NE	AL	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	UFAL	4
NE	BA	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	UFBA	4
NE	BA	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ	UESC	1
NE	BA	Estadual	UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA	UNEB	2
NE	BA	Privada	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SALVADOR	UCSAL	1
NE	CE	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	UFC	1
NE	CE	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ	UECE	1
NE	PB	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA	UFPB	1
NE	PB	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA	UEPB	2
NE	PE	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	UFPE	2
NE	PE	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO	UFRPE	1
NE	PI	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ	UFPI	1
NE	RN	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	UFRN	6
NE	RN	Estadual	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	UERN	1
NE	SE	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	UFS	4
NE	SE	Privada	UNIVERSIDADE TIRADENTES	UNIT	1
CENTRO-OESTE					24
CO	DF	Federal	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	UNB	6
CO	GO	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS	UFG	5
CO	MS	Federal	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS	UFGD	1
CO	MS	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	UFMS	4
CO	MS	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL	UEMS	1
CO	MS	Privada	UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO	UCDB	2
CO	MT	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	UFMT	4
CO	MT	Estadual	UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO	UNEMAT	1
SUDESTE					96
SE	ES	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	UFES	2
SE	ES	Privada	FACULDADE FUCAPE	FUCAPE	1
SE	MG	Federal	CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS	CEFETMG	1
SE	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	UFJF	4
SE	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	UFMG	6
SE	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO	UFOP	1
SE	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	UFU	3
SE	MG	Privada	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS	PUC/MG	1
SE	MG	Privada	UNIVERSIDADE DE UBERABA	UNIUBE	4
SE	RJ	Federal	CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA	CEFET/RJ	1
SE	RJ	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	UFF	1
SE	RJ	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	UFRJ	7

Região	UF	Natureza Jurídica	Instituição	Sigla	Observatório da Educação (Grupos de Pesquisa)
SE	RJ	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	UFRRJ	2
SE	RJ	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	UNIRIO	2
SE	RJ	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO	UENF	2
SE	RJ	Estadual	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	UERJ	3
SE	RJ	Privada	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO	PUC/RJ	2
SE	RJ	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO AUGUSTO MOTTA	UNISUAM	2
SE	RJ	Privada	UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA	UNIVERSO	1
SE	RJ	Privada	UNIVERSIDADE VEIGA DE ALMEIDA	UVA	1
SE	RJ	Privada	UNIVERSIDADE CÂNDIDO MENDES	UNICAM	1
SE	SP	Federal	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC	UFABC	2
SE	SP	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS	UFSCAR	8
SE	SP	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO	UNIFESP	1
SE	SP	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	UNICAMP	4
SE	SP	Estadual	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	USP	11
SE	SP	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO	UNESP	7
SE	SP	Municipal	UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ	UNITAU	1
SE	SP	Privada	ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO	FGV-EAESP	1
SE	SP	Privada	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	PUC/SP	4
SE	SP	Privada	UNIVERSIDADE BANDEIRANTE DE SÃO PAULO	UNIBAN	3
SE	SP	Privada	UNIVERSIDADE CRUZEIRO DO SUL	UNICSUL	1
SE	SP	Privada	UNIVERSIDADE DE FRANCA	UNIFRAN	1
SE	SP	Privada	UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO	USF	2
SE	SP	Privada	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS	UNISANTOS	1
SE	SP	Privada	UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO	UNINOVE	1
SUL					68
S	PR	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	UFPR	5
S	PR	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ	UEM	3
S	PR	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA	UEL	5
S	PR	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO OESTE	UNICENTRO	1
S	PR	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ	UNIOESTE	3
S	PR	Privada	UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ	UTP	2
S	RS	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE	FURG	2
S	RS	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	UFPEL	4
S	RS	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	UFRGS	5
S	RS	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	UFSM	4
S	RS	Federal	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA	UNIPAMPA	2
S	RS	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL	UERGS	1
S	RS	Privada	UNIVERSIDADE FEEVALE	FEEVALE	2
S	RS	Privada	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL	PUC/RS	3
S	RS	Privada	UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL	ULBRA	1
S	RS	Privada	UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS	UNISINOS	2
S	RS	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVATES	UNIVATES	2
S	RS	Privada	UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO	UPF	1
S	SC	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	UFFS	1
S	SC	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	UFSC	9
S	SC	Estadual	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA	UDESC	2
S	SC	Municipal	UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU	FURB	1
S	SC	Privada	UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA	UNISUL	3
S	SC	Privada	UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE	UNESC	1
S	SC	Privada	UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJÁÍ	UNIVALI	1

Região	UF	Natureza Jurídica	Instituição	Sigla	Observatório da Educação (Grupos de Pesquisa)
S	SC	Privada	UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	UNOESC	2

Anexo X - IES participantes do Obeduc Indígena

Região	UF	Natureza Jurídica	Instituição	Sigla
Total de IES Observatório da Educação Escolar Indígena				
NORTE				7
N	AC	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE	UFAC
N	AM	Estadual	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS	UEA
N	PA	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	UFPA
N	PA	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA	UFRA
N	PA	Estadual	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ	UEPA
N	RR	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA	UFRR
N	TO	Federal	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS	UFT
NORDESTE				1
NE	BA	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	UFBA
CENTRO-OESTE				5
CO	DF	Federal	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	UNB
CO	GO	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS	UFG
CO	MT	Estadual	UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO	UNEMAT
CO	MS	Federal	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS	UFGD
CO	MS	Privada	UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO	UCDB
SUDESTE				7
SE	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	UFMG
SE	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI	UFSJ
SE	RJ	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	UFRJ
SE	RJ	federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	UNIRIO
SE	SP	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS	UFSCAR
SE	SP	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO	UNESP
SE	SP	Privada	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	PUC/SP
SUL				3
S	PR	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ	UEM
S	SC	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	UFSC
S	SC	Municipal	UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU	FURB

Anexo X - IES participantes do CSE Indígena em 2014

Região	UF	Natureza Jurídica	Instituição	Siglas	Competências Socioemocionais (Grupos de pesquisa)
Total de projetos-grupos de pesquisa/IES					23
NORDESTE					4
NE	BA	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	UFBA	1
NE	BA	Estadual	UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA	UNEB	1
NE	SE	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	UFS	1
NE	SE	Privada	UNIVERSIDADE TIRADENTES	UNIT	1
CENTRO-OESTE					1
CO	DF	Federal	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	UNB	1
SUDESTE					11
SE	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	UFJF	1
SE	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO	UFTM	1
SE	RJ	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	UFRJ	1
SE	RJ	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	UNIRIO	1
SE	RJ	Privada	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO	PUC/RJ	1
SE	SP	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS	UFSCAR	2
SE	SP	Estadual	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	USP	1
SE	SP	Privada	UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE	UPM	1
SE	SP	Privada	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	PUC/SP	1
SE	SP	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO FIEO	UNIFIEO	1
SUL					7
S	RS	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE	FURG	1
S	RS	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	UFRGS	2
S	RS	Privada	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL	PUC/RS	1
S	RS	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO LA SALLE	UNILASALLE	1
S	RS	Privada	UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS	UNISINOS	1
S	RS	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVATES	UNIVATES	1